

RELATÓRIO 2002



ISSN0104-3307
CGC00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 38	Relatório Anual	2002	P. 1 - 298
------------------------------------	----------	-------	-----------------	------	------------

Boletim do Banco Central do Brasil

Publicação mensal do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

A economia brasileira – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (**E-mail:** copec.depec@bcb.gov.br) e Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (**E-mail:** coace.depec@bcb.gov.br);

Moeda e crédito – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br);

Mercados financeiro e de capitais – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br);

Finanças públicas – Divisão de Finanças Públicas (Difin) (**E-mail:** difin.depec@bcb.gov.br);

Relações econômico-financeiras com o exterior – Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap) (**E-mail:** dibap.depec@bcb.gov.br);

A economia internacional – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (**E-mail:** copec.depec@bcb.gov.br)

Organismos financeiros internacionais – Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin) (**E-mail:** derin@bcb.gov.br);

Balanço do Banco Central do Brasil – Departamento de Administração Financeira (Deafi) (**E-mail:** deafi@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim:
Telefone: (61) 414-1009
Fax: (61) 414-2036
Telex: (61) 1299 (BCBR BR)

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na última página, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R\$258,00 (nacional) e US\$801,11 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Assinaturas. A assinatura anual inclui doze edições mensais do Boletim e uma edição do Relatório Anual. O Suplemento Estatístico teve sua última edição impressa em março de 1998. Após esse mês, permanece disponível apenas via internet.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, Volume 39, nº 5.

Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º ss
Caixa Postal 8670
70074-900 Brasília – DF
Telefone: (61) 414-3165
Fax: (61) 414-1359

Exemplar avulso: R\$19,05
Tiragem: 560 exemplares

Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convenção.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Outras publicações do Banco Central do Brasil

Cadastro de Documentos
Capitais Estrangeiros no Brasil – Legislação (em português e inglês)
Consolidação das Normas Cambiais
Consolidação das Normas Cambiais (contrato de câmbio)
Consolidação das Normas Cambiais (taxas flutuantes)
Consolidação das Normas Cambiais (exportação)
Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Posição das Operações de Consórcios
Manual de Crédito Agroindustrial
Manual de Crédito Rural
Manual de Normas e Instruções
Relatório de Inflação (em português e inglês)

Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço: Secre/Surel/Diate
Edifício-Sede – 2º ss
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília – DF
Internet: <http://www.bcb.gov.br>
E-mail: cap.secure@bcb.gov.br
Telefones: (61) 414 (...) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406
DDG: 0800992345
Fax: (61) 321 9453



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I – A ECONOMIA BRASILEIRA	15
Nível de atividade	15
Produto Interno Bruto	15
Investimentos	20
Indicadores de produção industrial	23
Indicadores de comércio	26
Indicadores da produção agropecuária	28
Pecuária	31
Plano de Safra Agrícola e Pecuária 2002/2003	31
Produtividade	33
Energia	33
Indicadores de emprego	35
Indicadores de salários e rendimentos	38
Indicadores de preços	40
Índices gerais de preços	41
Índices de preços ao consumidor	42
Preços monitorados	44
II – MOEDA E CRÉDITO	47
Política monetária	47
Títulos públicos federais	49
Agregados monetários	53
Operações de crédito do sistema financeiro	60
Sistema Financeiro Nacional	70
III – MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS	79
Taxa básica de juros e expectativas de mercado	79
Mercado de capitais	82
Aplicações financeiras	85
IV – FINANÇAS PÚBLICAS	89
Políticas fiscal e tributária	89
Outras medidas de política econômica	91
Necessidades de financiamento do setor público	92
Dívida mobiliária federal	96
Dívida líquida do setor público	99
Arrecadação de impostos e contribuições federais	102
Previdência Social	104
Privatizações	106

V –	RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS	
	COM O EXTERIOR	111
	Política de comércio exterior	111
	Política cambial	123
	Movimento de câmbio	128
	Balanço de pagamentos	129
	Balança comercial	129
	Intercâmbio comercial	148
	Serviços	151
	Rendas	155
	Transferências unilaterais correntes	158
	Conta financeira	159
	Reservas internacionais	168
	Programa de assistência financeira – Acompanhamento do critério de desempenho com o FMI	172
	Dívida externa	173
	Indicadores de endividamento	181
	Captações externas	182
	Títulos da dívida externa brasileira	185
	Programa de assistência financeira internacional – Saques e amortizações	187
	Posição internacional de investimento	190
VI –	A ECONOMIA INTERNACIONAL	195
	Atividade econômica	195
	Política monetária e inflação	199
	Mercados financeiros internacionais	201
	Comércio mundial	205
VII –	ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	209
	Fundo Monetário Internacional	209
	Banco de Compensações Internacionais	211
	Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla)	214
VIII –	PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA	217
	Resoluções do Conselho Monetário Nacional	217
	Circulares do Banco Central do Brasil	229
	APÊNDICE	239

Quadros Estatísticos

Capítulo I

1.1	Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado	16
1.2	PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal	17
1.3	Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda	17
1.4	Produto Interno Bruto trimestral	18
1.5	Contas Nacionais trimestrais	19
1.6	Taxas reais de variação do PIB	20
1.7	Formação bruta de capital (FBC)	21
1.8	Produção de bens de capital selecionados	22
1.9	Produção industrial	25
1.10	Utilização da capacidade instalada	27
1.11	Faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo	27
1.12	Produção agrícola – Principais culturas	29
1.13	Produção agrícola, área cultivada e rendimento médio – Principais culturas	30
1.14	Estoque de grãos – Principais culturas	31
1.15	Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante	34
1.16	Consumo de energia elétrica	34
1.17	Rendimento médio real das pessoas ocupadas	39
1.18	Participação dos grupos no IPCA em 2002	41
1.19	Participação de bens e serviços no IPCA em 2002	42
1.20	Principais itens na composição do IPCA em 2002	45

Capítulo II

2.1	Programação monetária	56
2.2	Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios	58
2.3	Haveres financeiros	59
2.4	Indicadores do sistema financeiro	78

Capítulo III

3.1	Taxas de juros	81
3.2	Emissões das empresas no mercado primário	84
3.3	Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2002	87

Capítulo IV

4.1	Necessidades de financiamento do setor público	92
4.2	Resultado primário do governo central	94
4.3	Usos e fontes – Setor público consolidado	95
4.4	Títulos públicos federais – Posição de carteira	97
4.5	Títulos públicos federais – Participação percentual por indexador	98
4.6	Dívida líquida do setor público	99
4.7	Evolução da dívida líquida do setor público	101
4.8	Dívida líquida e bruta do governo geral	102
4.9	Arrecadação bruta das receitas federais	103
4.10	Previdência Social – Fluxo de caixa	105
4.11	Programas estaduais de desestatização – Empresas privatizadas 1996-2002	107
4.12	Programa Nacional de Desestatização – Empresas privatizadas 1991-2002	108
4.13	Telecomunicações 1991-2002	110

Capítulo V

5.1	Movimento de câmbio contratado	128
5.2	Balanço de pagamentos	130
5.3	Balança comercial – FOB	131
5.4	Balança comercial – FOB	132
5.5	Índices de preço e <i>quantum</i> de exportação	133
5.6	Índices de preço e <i>quantum</i> de importação	133
5.7	Exportação por fator agregado – FOB	133
5.8	Exportação – FOB – Principais produtos básicos	135
5.9	Exportação por fator agregado e região – FOB	136
5.10	Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados	137
5.11	Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados	140
5.12	Importação – FOB	142
5.13	Importações – FOB – Principais produtos	143
5.14	Importação por categoria de uso e região – FOB	144
5.15	Balança comercial por países e blocos – FOB	149
5.16	Serviços	152
5.17	Viagens internacionais	153
5.18	Transportes	154
5.19	Outros serviços	156
5.20	Rendas	157
5.21	Transferências unilaterais correntes	158
5.22	Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo	159
5.23	Taxas de rolagem	160
5.24	Investimentos estrangeiros diretos	161
5.25	Investimento estrangeiro direto – Participação – Por país	162

5.26	Investimento estrangeiro direto – Participação – Por setor	163
5.27	Investimentos estrangeiros em carteira	164
5.28	Outros investimentos estrangeiros	166
5.29	Investimentos brasileiros diretos	167
5.30	Investimentos brasileiros em carteira	167
5.31	Outros investimentos brasileiros	168
5.32	Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados	169
5.33	Demonstrativo de variação das reservas internacionais	171
5.34	Demonstrativo das reservas internacionais	172
5.35	Critério de desempenho para as reservas internacionais – 2002 ..	173
5.36	Endividamento externo bruto	174
5.37	Dívida externa registrada	176
5.38	Dívida pública externa registrada	178
5.39	Dívida externa registrada – Por devedor	178
5.40	Dívida externa registrada – Esquema de amortização	179
5.41	Prazo médio de amortização	180
5.42	Indicadores de endividamento	182
5.43	Emissões da República	184
5.44	Operações de trocas de bônus da República	185
5.45	Dívida externa reestruturada – <i>Bradies</i> , <i>Pré-Bradies</i> e <i>MYDFA</i> ..	185
5.46	Programa de assistência financeira junto ao FMI	188
5.47	Metas de dívida externa – 2002 (acordo com FMI)	188
5.48	Empréstimos de regularização	189
5.49	Posição internacional de investimento	192

Capítulo VI

6.1	Produto Interno Bruto	198
6.2	Taxas de desemprego	201
6.3	Fluxo líquido de capital para economias emergentes	204
6.4	Ativos bancários internacionais	205
6.5	Comércio mundial	208

Gráficos

Capítulo I

1.1	Formação bruta de capital	20
1.2	Produção industrial	23
1.3	Produção industrial – Dados dessazonalizados	24
1.4	Utilização da capacidade instalada na indústria	26
1.5	Produção animal	31
1.6	Nível de emprego formal	35

1.7	Taxa média de desemprego aberto (semana)	36
1.8	Rendimentos médios reais	38
1.9	Índices de preços ao consumidor	43

Capítulo II

2.1	Leilões de títulos públicos federais	50
2.2	Leilões de títulos públicos federais	51
2.3	Estoque de <i>swap</i> cambial	52
2.4	Prazo médio da dívida pública mobiliária federal	53
2.5	Papel-moeda em poder do público e depósito à vista – Velocidade-renda	54
2.6	Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2002, dessazonalizado	55
2.7	Depósitos à vista a preço de dezembro de 2002, dessazonalizado ..	55
2.8	Base monetária e meios de pagamento	56
2.9	Haveres financeiros – Em percentuais do PIB	60
2.10	Operações de crédito do sistema financeiro – Saldos	61
2.11	Operações de crédito do sistema financeiro – Saldos	62
2.12	Desembolsos do BNDES	62
2.13	Operações de crédito com recursos livres – Saldos	65
2.14	Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres	66
2.15	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica	67
2.16	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física	68
2.17	<i>Spread</i> bancário das operações de crédito com recursos livres	68
2.18	Inadimplência das operações de crédito com recursos livres	69
2.19	Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco – Dezembro 2002	70
2.20	Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco – Dezembro 2001	70
2.21	Operações de crédito do sistema financeiro nacional	70
2.22	Sistema Financeiro Nacional – Participação por segmentos	75
2.23	Estrutura do ativo do Sistema Financeiro Nacional	76
2.24	Estrutura do passivo do Sistema Financeiro Nacional	77

Capítulo III

3.1	Taxa <i>over</i> /Selic	79
3.2	Curva de juros – <i>Swap</i> DI x pré	80
3.3	Taxa <i>over</i> /Selic x dólar x <i>swap</i> 360 dias	80
3.4	Taxas de juros acumuladas no ano	81
3.5	Taxa <i>over</i> /Selic acumulada em 12 meses	81
3.6	Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq	82
3.7	Valor de mercado – Companhias abertas – Bovespa	83
3.8	Volume médio diário negociado na Bovespa	83
3.9	Mercado primário – Emissões	84
3.10	Aplicações financeiras – Saldos	85
3.11	Rendimento dos principais ativos financeiros em 2002	87

Capítulo IV

- 4.1 Títulos públicos federais – Participação por indexador 98

Capítulo V

- 5.1 Investimentos estrangeiros e necessidade de
financiamento externo 129
- 5.2 Exportação e importação – FOB 131
- 5.3 Índice de termos de troca 132
- 5.4 Exportação por fator agregado – FOB 134
- 5.5 Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações
brasileiras 138
- 5.6 Importação por categoria de uso – FOB 145
- 5.7 Importação por categoria de uso – FOB 146
- 5.8 Índice trimestral de preço e *quantum* das
importações brasileiras 147
- 5.9 Turismo 153
- 5.10 Taxas de rolagem 160
- 5.11 Reservas internacionais 168
- 5.12 Prazo médio de endividamento registrado 181
- 5.13 Composição da dívida externa registrada 181
- 5.14 Indicadores de endividamento 183
- 5.15 Cotações de títulos brasileiros no exterior 186
- 5.13 Índice de Risco Brasil – *Strip spread* 187

Capítulo VI

- 6.1 Crescimento do PIB 199
- 6.2 Indicadores de confiança empresarial 199
- 6.3 Indicadores de expectativas dos consumidores 200
- 6.4 Taxas de juros oficiais 202
- 6.5 Inflação 202
- 6.6 Bolsas de valores – EUA 206
- 6.7 Capitalização acionária – EUA 206
- 6.8 Bolsas de valores – Europa e Japão 206
- 6.9 Cotações do dólar 207
- 6.10 Oferta global 210
- 6.11 Demanda de petróleo por países em 2002 210

INTRODUÇÃO

A economia brasileira apresentou, em 2002, expansão relativamente modesta, se considerada a taxa de crescimento potencial do produto. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, alcançou crescimento real de 1,5%, preservando o mesmo nível de renda *per capita* observado no ano anterior.

Esse resultado deve ser analisado, no entanto, no âmbito das restrições de origem interna, determinadas fundamentalmente pelas incertezas associadas ao processo eleitoral, e, principalmente, daquelas de ordem externa, que condicionaram a condução da política monetária, em um período de consolidação do regime de metas para a inflação.

O desempenho da economia mundial esteve vinculado à evolução da economia norte-americana, cuja recuperação mostrou-se menos acentuada do que sugeriam os resultados registrados no início do ano. Adicionalmente, as denúncias de fraudes contábeis em grandes corporações americanas e européias introduziram elevada incerteza nos mercados financeiros, contribuindo para acentuar a trajetória descendente das principais bolsas de valores internacionais, com desdobramentos sobre a formação de expectativas e, em consequência, sobre as decisões de investimento e sobre o nível de atividade. No segundo semestre, a perspectiva de conflito armado entre os Estados Unidos e o Iraque ampliou a volatilidade dos preços do petróleo, constituindo-se em fator adicional desfavorável à recuperação sustentada da economia mundial.

Nesse contexto, os fluxos globais de capitais apresentaram trajetória instável ao longo do ano, refletindo o crescimento da aversão ao risco. As severas restrições a créditos destinados a um grupo de economias emergentes contribuíram para a expansão dos fluxos líquidos de capitais para países desenvolvidos registrando-se, no que se refere à América Latina, contração no fluxo financeiro privado líquido de US\$47,8 bilhões, em 2001, para US\$25,2 bilhões, em 2002, fortemente influenciada pela redução nos investimentos diretos líquidos, de US\$54 bilhões para US\$35,6 bilhões, no período. No caso brasileiro, os investimentos estrangeiros diretos líquidos somaram US\$16,6 bilhões em 2002, comparativamente a US\$22,5 bilhões, no ano anterior.

A retração das fontes autônomas de financiamento externo foi contrabalançada, em parte, pelo crescimento do superávit comercial, registrando-se acentuada redução no déficit em transações correntes, no período. As taxas de rolagem dos créditos externos de médio e longo prazos destinados ao setor privado, bem como os fluxos de crédito destinados ao financiamento do comércio exterior registraram expressiva diminuição, em especial no segundo semestre, evolução associada ao aumento da volatilidade da taxa de câmbio. Nesse contexto, o financiamento do balanço de pagamentos foi complementado por recursos do Programa de Assistência Financeira (PAF), desembolsados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O resultado favorável do comércio externo em 2002, relacionado à depreciação do real, evidenciou, também, a continuidade do processo de desoneração das exportações, paralelamente à estratégia oficial de priorizar o comércio exterior com mercados não tradicionais. Nesse sentido, assinalem-se as missões empresariais à Rússia e à China, que vem se firmando, desde sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), como o principal parceiro comercial do Brasil na Ásia.

O superávit comercial atingiu US\$13,1 bilhões, ante US\$2,7 bilhões, no ano anterior, assinalando-se recuo de 5,4% no fluxo de comércio. As exportações somaram US\$60,4 bilhões, expansão de 3,7%, no período, registrando intensa recuperação no segundo semestre, quando cresceram US\$6 bilhões relativamente às assinalas em igual período de 2001.

No que se refere às importações, situaram-se em US\$47,2 bilhões, contraindo 15%, no ano. Assinale-se que a quantidade importada de matérias-primas e produtos intermediários e de bens de capital, que historicamente acompanha a evolução da atividade industrial, apresentou comportamento diverso, em 2002. Nesse ano, a produção industrial manteve a tendência de elevação iniciada no último trimestre de 2001, e o *quantum* de importação de matérias-primas e produtos intermediários e, principalmente, o de bens de capital mantiveram a tendência de queda iniciada no primeiro trimestre de 2001, sugerindo a ocorrência de substituição de importações.

A taxa de câmbio mostrou-se relativamente estável no primeiro quadrimestre de 2002, em patamar próximo a R\$2,35/US\$, persistindo o movimento iniciado em novembro de 2001, em parte devido à percepção do mercado financeiro quanto à solidez dos fundamentos macroeconômicos internos, possibilitando a dissociação do risco Brasil da crise argentina. A partir de final de abril, registrou-se nova situação de instabilidade financeira, alimentada pelas incertezas inerentes ao processo eleitoral brasileiro, pelo aprofundamento da crise argentina e seus reflexos no Brasil, pelo rebaixamento da classificação do país pelas agências de risco internacionais, assim como pela crise no mercado acionário norte-americano a partir da descoberta de uma série de fraudes contábeis em grandes empresas.

Nesse contexto, a taxa de câmbio ultrapassou o patamar de R\$3/US\$ ao final de julho, quando o risco Brasil, medido pelo *Emerging Market Bond Index* (Embi-Brasil) alcançou 2390 pontos, comparativamente a 857 pontos, ao final de abril. É importante sublinhar que, mesmo nos momentos de maior tensão, no período julho-agosto, a cotação do dólar futuro manteve-se próxima ou abaixo do preço à vista, sinalizando a expectativa do mercado quanto à transitoriedade da depreciação do real.

Tendo em vista o objetivo de desestimular os bancos a manterem posição em moeda estrangeira, o Banco Central, por meio da Circular 3.127, de 14.6.2002, alterou, de 10% para 15%, a alíquota do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas pignoratícias de debêntures, títulos de emissão própria e contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior.

No mesmo sentido, a Circular 3.157, de 11.10.2002, promoveu alterações na legislação cambial com o objetivo de reduzir a exposição cambial líquida máxima das instituições financeiras, tendo sido aumentada, de 75% para 100%, a exigência de capital para a exposição líquida em câmbio das instituições. Registre-se que em 7.10.2002, por meio da Circular 3.155, a capitalização mínima necessária para atender a exposição cambial líquida havia passado de 50% para 75%. A nova capitalização exigida permaneceu incidindo sobre toda a exposição cambial líquida e não apenas sobre o valor que exceder o limite de isenção.

Adicionalmente, a Circular 3.156, de 11.10.2002, reduziu, de 60% para 30%, o limite máximo da posição cambial líquida como proporção do patrimônio ponderado. Essa regulamentação acarretou a diminuição do patrimônio ponderado das instituições financeiras com a redução da exigência de capital sobre a exposição líquida em câmbio, levando à diminuição do valor máximo da exposição cambial líquida no sistema. Paralelamente, as alíquotas dos depósitos compulsórios foram aumentadas de 48% para 53% nos depósitos à vista; de 18% para 23%, nos depósitos a prazo; e de 25% para 30%, nos depósitos de poupança.

Essas medidas, entretanto, não foram suficientes para reverter a tendência de alta da moeda norte-americana, na medida que o mercado se mostrava inseguro para aceitar títulos do governo, conforme evidenciado pelas altas taxas de remuneração exigidas para a colocação dos títulos, não aceitas pelo Banco Central.

No plano externo, constituiu-se em novo fator de instabilidade o conflito entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Iraque.

Assim, em 23.10.2003, na semana que antecedeu ao segundo turno das eleições presidenciais, a PTAX-venda atingiu R\$3,9552, a cotação máxima do Plano Real.

No segundo semestre, as taxas de inflação foram afetadas, sobremaneira, pelo comportamento do câmbio. Adicionalmente, os índices de preços refletiram a concentração de reajustes dos preços monitorados e os efeitos da entressafra agrícola.

Em relação ao câmbio, a depreciação iniciada em abril e que tornou-se mais intensa no terceiro e quarto trimestres, impactou os preços livres, repercutindo primeiramente sobre itens de alimentação cujas matérias-primas são *commodities*. Posteriormente, o repasse dos aumentos de custos provocados pela depreciação cambial atingiu os demais preços, em especial eletroeletrônicos, perfumaria e mobiliários. Os preços administrados também foram afetados pela depreciação, em especial os preços de combustíveis, que experimentaram fortes altas nos últimos meses do ano, pressionando as tarifas de transportes públicos.

Assinalem-se ainda os impactos sobre a inflação, no terceiro e quarto trimestres, decorrentes da escassez de oferta de produtos agrícolas importantes para o abastecimento interno, determinando a adoção de estímulos à sua importação.

Como resultado desses fatores, os principais índices de preços apresentaram crescimento significativo no segundo semestre, especialmente nos últimos três meses do ano, registrando-se, no período, as maiores taxas de inflação desde a implementação do Plano Real. Adicionalmente, a continuidade da recuperação do nível de atividade, sustentada pelo crescimento das exportações e favorecida internamente pelos desembolsos extraordinários do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), permitiu que alguns setores em que ocorriam pressões sobre custos tivessem a possibilidade de repassá-los aos consumidores finais.

Nesse cenário, e considerando a relevância de assegurar os ganhos associados à manutenção da inflação em patamar reduzido e a convergência da trajetória futura dos índices de preços às metas de inflação estabelecidas, o Banco Central elevou, em três ocasiões, a meta para a taxa Selic, de 18% a.a. para 21% a.a. em outubro, 22% a.a. em novembro e 25% a.a. ao final de 2002.

Concluído o processo eleitoral, a moeda norte-americana iniciou trajetória declinante, encerrando o ano em R\$3,5333. A apreciação do Real no período pós-eleitoral refletiu a percepção positiva dos agentes quanto ao compromisso do novo governo com a manutenção da austeridade fiscal e da estabilidade de preços, evidenciando perspectivas de evolução consistente da economia nos próximos anos, que deverá ser favorecida pela continuidade do ajuste nas contas externas, em contexto de regularização dos fluxos financeiros ao país.

I

A ECONOMIA BRASILEIRA

Nível de atividade

A evolução do nível de atividade, em 2002, foi influenciada, fundamentalmente, pelas repercussões do processo eleitoral e pela redução do financiamento externo ao país. O ambiente de incertezas se fez sentir, de modo mais intenso, a partir do segundo trimestre do ano, refletindo-se primeiramente nos indicadores de expectativas, na taxa de câmbio e na evolução do crédito. No setor real da economia, esses fatores implicaram, por um lado, no declínio dos gastos com investimentos e na redução do consumo de bens com maior valor agregado, com impactos negativos nos setores da indústria de bens de capital, da construção civil e automobilística. Por outro lado, tais fatores criaram estímulos às exportações e à produção interna de bens similares aos importados, conferindo maior dinamismo aos segmentos industriais voltados para o comércio exterior. Além disso, a depreciação cambial propiciou maior rentabilidade ao setor agrícola, cuja renda auferida no ano já se beneficiaria pelo resultado favorável da lavoura.

De fato, os resultados obtidos pela balança comercial, o desempenho alcançado pelo setor primário e, ainda, no segundo semestre, os desembolsos extraordinários do FGTS, com impacto direto no comércio varejista, foram os principais fatores de estímulo à expansão da atividade em 2002.

Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB a preços de mercado alcançou R\$1.321,5 bilhões em 2002, com crescimento real de 1,5%, inferior ao esperado no início do ano, de 2,3%, segundo estimativas de mercado levantadas pelo Banco Central, e acima do previsto ao final do terceiro trimestre, de 1,2%. Esse crescimento manteve, basicamente, o mesmo nível de renda *per capita* observado no ano anterior.

O PIB manteve crescimento relativamente estável ao longo do ano, considerando variações dessazonalizadas sobre o trimestre anterior. Nos primeiros meses de 2002, a economia foi impulsionada pela superação da crise de energia, tendo o PIB registrado crescimento dessazonalizado de 0,9% no primeiro trimestre do ano

Quadro 1.1 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado

Ano	A preços de 2002 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 2002 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$)
1980	845 387	9,2	92,1	237 772	118,6	7 130	7,0	2 005
1981	809 458	- 4,3	100,5	258 553	121,2	6 678	- 6,3	2 133
1982	816 176	0,8	101,0	271 252	123,9	6 588	- 1,3	2 190
1983	792 262	- 2,9	131,5	189 459	126,6	6 259	- 5,0	1 497
1984	835 045	5,4	201,7	189 744	129,3	6 460	3,2	1 468
1985	900 587	7,8	248,5	211 092	132,0	6 824	5,6	1 599
1986	968 041	7,5	149,2	257 812	134,7	7 189	5,4	1 915
1987	1 002 213	3,5	206,2	282 357	137,3	7 301	1,6	2 057
1988	1 001 612	- 0,1	628,0	305 707	139,8	7 164	- 1,9	2 186
1989	1 033 263	3,2	1 304,4	415 916	142,3	7 261	1,4	2 923
1990	988 316	- 4,3	2 737,0	469 318	147,6	6 696	- 7,8	3 180
1991	998 495	1,0	416,7	405 679	149,9	6 660	- 0,5	2 706
1992	993 068	- 0,5	969,0	387 295	152,2	6 524	- 2,0	2 544
1993	1 041 974	4,9	1 996,2	429 685	154,5	6 744	3,4	2 781
1994	1 102 960	5,9	2 240,2	543 087	156,8	7 035	4,3	3 464
1995	1 149 546	4,2	77,5	705 449	159,0	7 229	2,8	4 436
1996	1 180 108	2,7	17,4	775 475	161,2	7 319	1,2	4 809
1997	1 218 714	3,3	8,3	807 814	163,5	7 455	1,9	4 942
1998	1 220 322	0,1	4,9	787 889	165,7	7 365	- 1,2	4 755
1999	1 229 907	0,8	4,6	536 554	167,9	7 325	- 0,5	3 195
2000	1 283 539	4,4	8,0	602 207	170,1	7 544	3,0	3 539
2001	1 301 705	1,4	7,5	510 360	172,4	7 551	0,1	2 961
2002	1 321 490	1,5	8,5	451 005	174,6	7 567	0,2	2 583

Fonte: IBGE

^{1/} Estimativa do Banco Central do Brasil obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

relativamente ao trimestre anterior, constituindo-se no primeiro desempenho favorável após três resultados trimestrais negativos. Dentre os setores de atividade, a agropecuária se destacou, com crescimento de 2,1% no trimestre.

A partir do início do segundo trimestre, as expectativas quanto ao resultado eleitoral trouxeram inquietudes ao mercado, que se traduziram em depreciação e maior volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, observou-se deterioração dos indicadores de expectativas, que vinham se recuperando desde o início do ano. Apesar desse cenário, manteve-se o crescimento do nível de atividade econômica no segundo trimestre, tendo o PIB assinalado variação de 0,8%, ante o trimestre anterior, série ajustada sazonalmente. Contribuíram para esse resultado, a expansão da produção extrativa mineral e o bom desempenho da safra agrícola.

Quadro 1.2 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal

Discriminação	2002			
	I	II	III	IV
PIB a preço de mercado	0,9	0,8	0,9	0,7
Agropecuária	2,1	0,4	0,6	0,3
Indústria	1,3	1,8	1,7	1,9
Serviços	0,6	0,2	0,7	0,2

Fonte: IBGE

A expansão do PIB também se manteve no terceiro trimestre do ano, quando assinalou crescimento de 0,9% sobre o trimestre anterior. Tiveram relevância nesse período o aumento das exportações e o início dos desembolsos extraordinários do FGTS, decorrentes de acertos judiciais relativos à correção monetária dos saldos na ocasião dos planos de estabilização econômica, efetivados antes do Plano Real. Os recursos liberados superaram R\$7 bilhões, com impactos diretos sobre o consumo doméstico. Esses impulsos na demanda sustentaram o crescimento da produção industrial, em especial de produtos direcionados para o comércio exterior e de bens de consumo duráveis de menor valor.

Quadro 1.3 – Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda

Discriminação	1999	2000	2001	2002
Produto Interno Bruto	973 846	1 101 255	1 200 060	1 321 490
Consumo final	792 529	880 655	957 836	1 037 935
Consumo das famílias	606 701	670 702	727 095	783 280
Consumo da administração pública	185 828	209 953	230 741	254 655
Formação bruta de capital	196 336	237 255	254 126	255 668
Formação bruta de capital fixo	184 098	212 384	233 376	247 241
Variação de estoques	12 238	24 871	20 750	8 427
Exportação de bens e serviços	100 136	117 423	158 501	208 262
Importação de bens e serviços (-)	115 154	134 079	170 403	180 374

Fonte: IBGE

A intensificação da depreciação cambial no terceiro trimestre estimulou a ampliação dos saldos da balança comercial, tanto pelo crescimento das exportações como pela retração das importações, constituindo-se no principal fator de dinamismo da economia nos últimos meses do ano. O PIB no quarto trimestre registrou crescimento de 0,7% ante o trimestre anterior, série com ajuste sazonal.

Quadro 1.4 – Produto Interno Bruto trimestral

Em R\$ milhões

Ano		PIB a preços de mercado	Impostos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1998	I trimestre	210 606	22 580	13 565	65 895	119 469
	II trimestre	233 104	23 999	20 313	72 181	125 035
	III trimestre	233 974	23 277	19 017	75 311	127 960
	IV trimestre	236 504	23 543	14 655	70 754	138 638
1999	I trimestre	221 629	23 573	17 058	65 249	126 374
	II trimestre	247 582	25 094	19 458	77 191	134 103
	III trimestre	241 182	26 269	17 087	82 093	127 106
	IV trimestre	263 453	28 451	18 253	85 542	142 163
2000	I trimestre	250 866	26 301	19 275	80 450	135 336
	II trimestre	271 619	28 229	21 174	91 405	138 887
	III trimestre	284 896	31 511	20 822	96 956	146 586
	IV trimestre	293 873	33 353	16 987	99 664	153 946
2001	I trimestre	280 474	32 074	21 480	95 195	141 624
	II trimestre	295 488	34 390	25 380	96 493	146 006
	III trimestre	303 347	34 181	20 429	104 300	154 857
	IV trimestre	320 751	34 322	21 933	104 674	187 374
2002	I trimestre	295 848	32 931	23 336	93 611	159 367
	II trimestre	324 116	34 982	27 042	107 174	174 487
	III trimestre	337 220	36 649	24 613	117 374	184 604
	IV trimestre	364 306	40 760	21 800	126 678	191 417

Fonte: IBGE

Considerado o desempenho do PIB, em 2002, por setores, a agropecuária, com crescimento de 5,8%, destacou-se pelo segundo ano consecutivo. Assinale-se que a taxa média de crescimento do setor nos últimos cinco anos alcançou 4,6%, desempenho que se deve, fundamentalmente, ao aumento de produtividade, decorrente do consumo crescente de insumos e da aquisição contínua de equipamentos e máquinas agrícolas, bem como ao crescimento das suas exportações.

A produção do setor industrial aumentou 1,5% em 2002, tendo o segmento extrativo mineral contribuído com a maior parte desse crescimento. O país registrou ao longo do ano, recordes sucessivos na produção mensal de petróleo e gás natural, com expansão de 12,2% do setor no ano, a maior variação registrada desde o início da série. A exceção dentre os segmentos industriais foi a construção civil, que registrou queda pelo segundo ano consecutivo. A indústria de transformação expandiu 1,9%, sustentada principalmente por setores voltados para exportação e pela produção de bens de consumo duráveis, em especial de eletroeletrônicos, que

Quadro 1.5 – Contas Nacionais trimestrais

Em R\$ milhões

Ano		PIB a preços de mercado	Consumo das famílias	Consumo do governo	Formação bruta de capital	Varição de estoques	Exportação	Importação (-)
1998	I trimestre	210 606	134 928	41 693	43 259	- 4 569	15 514	20 220
	II trimestre	233 104	138 577	42 794	46 211	8 726	18 105	21 309
	III trimestre	233 974	148 528	45 867	46 882	- 1 789	18 087	23 602
	IV trimestre	236 504	144 158	44 492	43 630	13 074	16 156	22 638
1999	I trimestre	221 629	139 530	42 764	43 001	- 1 013	21 323	23 976
	II trimestre	247 582	145 837	44 614	46 234	13 991	23 802	26 896
	III trimestre	241 182	157 976	48 388	46 852	- 8 071	26 611	30 574
	IV trimestre	263 453	163 357	50 062	48 011	7 330	28 400	33 708
2000	I trimestre	250 866	150 798	45 919	53 855	2 677	25 354	27 737
	II trimestre	271 619	163 902	49 293	51 281	9 405	29 049	31 311
	III trimestre	284 896	175 602	51 426	52 950	8 589	32 463	36 134
	IV trimestre	293 873	180 400	63 315	54 298	4 200	30 557	38 897
2001	I trimestre	280 474	173 591	48 353	57 572	6 243	32 641	37 927
	II trimestre	295 488	180 627	53 246	58 724	6 339	39 754	43 202
	III trimestre	303 347	183 872	53 600	59 352	7 953	44 526	45 957
	IV trimestre	320 751	189 005	75 542	57 728	215	41 580	43 318
2002	I trimestre	295 848	182 214	53 608	56 175	4 392	34 228	34 769
	II trimestre	324 116	191 482	61 960	59 679	10 780	38 240	38 025
	III trimestre	337 220	198 962	58 276	64 181	2 036	64 778	51 012
	IV trimestre	364 306	210 622	80 811	67 206	- 8 781	71 016	56 568

Fonte: IBGE

creceu sobre patamar bastante deprimido, reflexo da crise de energia, de 2001. O setor de serviços industriais de utilidade pública (SIUP), constituído basicamente pelos serviços de geração e transmissão de energia elétrica, registrou crescimento de 1,5%, acompanhando a expansão da economia. Registre-se, contudo, que o consumo de energia em 2002, apesar do crescimento, manteve-se abaixo do esperado pelas próprias empresas do setor, no início do ano, consequência da mudança do comportamento do consumidor após o período de racionamento de energia.

No setor terciário mereceu destaque, a exemplo do ano anterior, o desempenho dos serviços de comunicações, decorrente, sobretudo, da ampliação da telefonia no país. Os demais segmentos de serviços, refletindo a expansão moderada da economia, registraram crescimentos relativamente discretos, à exceção dos transportes, que assinalou queda no ano.

Considerando a evolução do nível de atividade segundo a variação dos componentes da demanda, destacou-se, em 2002, o recuo dos investimentos cuja participação

Quadro 1.6 – Taxas reais de variação do PIB

Percentual

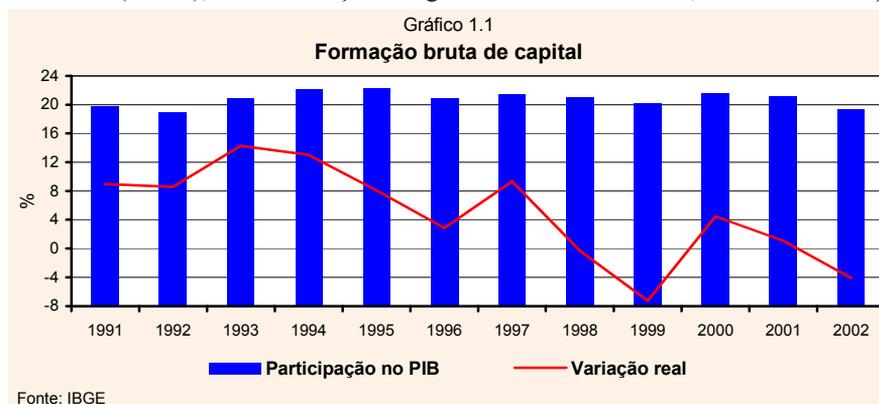
Discriminação	2000	2001	2002
PIB	4,4	1,4	1,5
Setor agropecuário	2,2	5,7	5,8
Setor industrial	4,8	-0,3	1,5
Extrativa mineral	10,4	3,9	10,4
Transformação	5,5	0,9	1,9
Construção	2,6	-2,6	-2,5
Serviços industriais de utilidade pública	4,2	-5,6	1,5
Setor serviços	3,8	1,9	1,5
Comércio	4,5	1,5	0,2
Transportes	3,1	5,2	-0,9
Comunicações	15,6	9,9	7,4
Administrações públicas	1,5	0,8	1,3
Outros serviços	5,6	1,3	1,0
Instituições financeiras	4,1	0,3	2,2
Aluguéis	2,6	2,1	1,7
<i>Dummy</i> financeiro	4,2	1,3	1,9

Fonte: IBGE

sobre o PIB atingiu 19,4%, o menor percentual desde 1992. Por outro lado, o crescimento das exportações e a retração das importações resultaram em forte expansão da demanda externa líquida no ano, de 10,4%, constituindo-se no principal fator de expansão do produto no ano.

Investimentos

Segundo as contas nacionais, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve redução dos gastos de investimentos, incluindo variação



de estoques, de 4,1% em 2002, o que implicou redução dos investimentos como percentual do PIB, de 21,2%, em 2001, para 19,4%, em 2002. Todos os componentes do investimento apresentaram queda no ano, refletindo o baixo nível de atividade econômica, bem como as incertezas sobre a sua evolução futura, as altas taxas de juros e a queda no rendimento real.

A produção de insumos da construção civil apresentou retração de 2,8% em 2002, apesar da forte recuperação no último trimestre do ano, quando apresentou crescimento dessazonalizado de 3,9% em relação ao 3º trimestre. Essa recuperação é explicada, em parte, pelo direcionamento da aplicação de recursos em imóveis, motivado por incertezas associadas ao processo eleitoral, e também pelas mudanças nas regras para os fundos de investimentos em renda fixa, que incentivaram as retiradas líquidas de recursos do sistema financeiro.

Quadro 1.7 – Formação bruta de capital (FBC)

Percentual

Ano	Participação na FBC			Variação de estoques	A preços correntes	
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)				FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1990	65,7	34,0	2,7	- 2,5	20,7	20,2
1991	60,4	28,7	2,5	8,4	18,1	19,8
1992	64,8	26,3	6,3	2,7	18,4	18,9
1993	62,5	24,2	5,8	7,5	19,3	20,8
1994	60,6	27,2	5,8	6,3	20,7	22,1
1995	57,4	28,9	5,8	7,8	20,5	22,3
1996	62,0	25,3	4,8	7,9	19,3	20,9
1997	63,2	24,8	4,4	7,6	19,9	21,5
1998	65,4	23,5	4,4	6,8	19,7	21,1
1999	65,0	23,7	5,0	6,2	18,9	20,2
2000	60,0	24,7	4,8	10,5	19,3	21,5
2001	58,8	28,0	5,0	8,2	19,5	21,2
2002	3,3	18,7	19,4

Fonte: IBGE

A produção de bens de capital registrou declínio de 1,1% em 2002, interrompendo a recuperação observada nos dois anos anteriores. O comportamento ao longo do ano, considerando os dados com ajuste sazonal, revelou evolução favorável no último trimestre, de 1,7%, em relação ao terceiro, devido, basicamente, à expansão de 18,4% das exportações de bens de capital no período, não significando, portanto, aumento dos investimentos produtivos no país. Os dados desagregados da produção de bens de capital mostraram crescimento nas produções de máquinas e equipamentos

agrícolas, 18,6% no ano, de equipamentos de transporte, 8,1%, e de máquinas e equipamentos para a indústria, 5,1%. O aumento da produção de máquinas e equipamentos agrícolas é uma tendência dos últimos anos, acompanhando o bom desempenho da produção agropecuária. O destaque negativo foi dado pela produção de equipamentos para o fornecimento de energia elétrica, com retração de 27%, explicada pelo arrefecimento do ciclo de investimentos desencadeado pela crise de energia elétrica, que incentivou empresas a investir maciçamente na produção própria de energia elétrica em 2001. A importação de bens de capital, por sua vez, registrou queda de 18,1% no ano, desempenho associado ao ambiente de incertezas e à depreciação cambial.

Quadro 1.8 – Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Participação percentual ^{1/}	Variação percentual		
		2000	2001	2002
Bens de capital	100,0	13,1	13,5	- 1,1
Industrial	22,4	19,0	4,1	5,1
Seriados	17,8	21,9	3,5	1,9
Não-seriados	4,6	7,3	6,6	19,5
Agrícolas	13,5	19,3	20,0	18,6
Peças agrícolas	1,2	14,6	3,4	0,3
Construção	2,5	15,0	18,3	0,0
Energia elétrica	9,4	3,2	42,6	- 27,0
Transportes	29,4	22,8	12,2	8,1
Misto	21,7	8,4	2,8	- 0,9

Fonte: IBGE

1/ Corresponde à participação estimada para 2002.

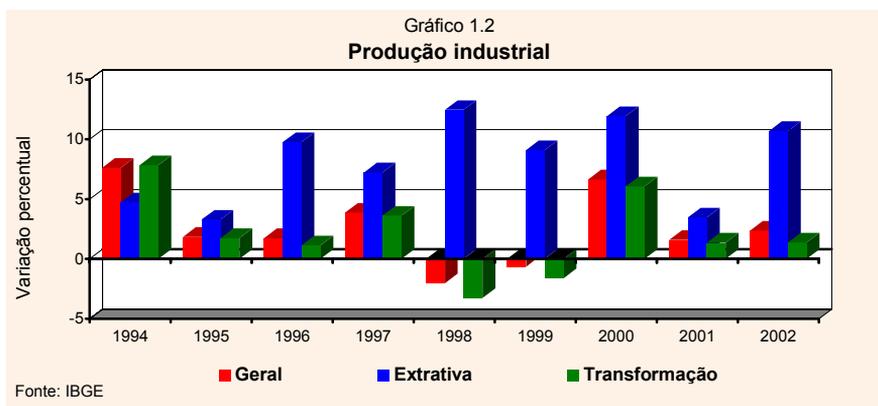
O total de desembolsos do Sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpa) – atingiu R\$37,4 bilhões em 2002, representando expansão nominal de 48,4% e real, deflacionado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), de 30,7%, em relação a 2001.

Por setores de atividade, os financiamentos do BNDES para a indústria de transformação apresentaram expansão nominal de 34,6% e real de 18,6%. Para o comércio e o setor de serviços os financiamentos cresceram 66,5%, em termos nominais, e 46,7% em termos reais. Os financiamentos para a agropecuária foram 63,3% superiores aos de 2001, em termos nominais, e 43,8% a preços constantes. Os empréstimos para a indústria extrativa declinaram 36,9%, em termos nominais, e 44,4%, em termos reais. Essa retração nos financiamentos para a indústria extrativa é explicada pela elevada base de comparação, uma vez que em 2001 os financiamentos para o setor haviam crescido 228%.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), custo básico para os financiamentos tomados junto ao sistema BNDES, manteve-se praticamente estável ao longo de 2002. A TJLP, de 10% a.a. no primeiro trimestre de 2002, recuou para 9,5% a.a., no trimestre seguinte, e retornou para 10% a.a. no terceiro e quarto trimestres de 2002.

Indicadores de produção industrial

A produção industrial cresceu 2,4%, em 2002, como resultado das expansões de 10,7% da indústria extrativa mineral e de 1,4% da indústria de transformação. O excepcional desempenho da indústria extrativa decorreu dos níveis recordes da produção de petróleo, incluindo líquidos de gás natural (LGN), 1,5 milhão de barris por dia (bpd), aumento de 12,2% em relação a 2001. Como resultado desse crescimento, a participação do petróleo nacional no volume processado pelas refinarias no Brasil subiu de 75%, em 2001, para 78% em 2002. As importações de petróleo apresentaram queda de 6,9% em relação a 2001, com média 381,1 mil bpd, e as exportações aumentaram 109%, situando-se em 234,3 mil bpd.



O crescimento da atividade da indústria de transformação em 2002 esteve associado, em grande parte, ao desempenho de segmentos influenciados pela acentuada expansão do setor agropecuário e/ou voltados para o comércio exterior. Destacaram-se, no primeiro grupo, as indústrias de fertilizantes, de alimentação animal e de máquinas agrícolas, com crescimentos de 13,2%, 8,8% e 18,6% no ano, respectivamente. No segundo grupo, as indústrias de celulose, óleos vegetais, de açúcar e de abate de animais, apresentaram variações de 10,5%, 8,3%, 7,3% e 7%, no ano. Ressalte-se, ainda, a expansão de 5,1% da produção de eletrodomésticos, que refletiu a base de comparação deprimida, devido à crise de energia em 2001, e o crescimento da demanda por televisores por ocasião da Copa do Mundo.

Considerando a evolução da atividade fabril ao longo do ano, observaram-se, na série isenta de influências sazonais, crescimentos mensais consecutivos de maio a

novembro, com variações mais expressivas no final do terceiro e início do quarto trimestre. Nesse período, os saldos da balança comercial apresentaram expansões expressivas e as produções domésticas de autoveículos e de insumos para a construção civil, estimuladas, entre outros fatores, pela saída líquida de recursos dos fundos de investimento, apresentaram desempenho favorável. A interrupção da seqüência de resultados positivos, no último mês do ano, é atribuída à deterioração de condicionantes da demanda, como queda dos rendimentos reais, estagnação do volume de crédito e elevação das taxas de juros. Ainda em relação ao comportamento da produção industrial no ano, ajustada sazonalmente, a forte oscilação observada em abril deveu-se à distorção estatística decorrente do deslocamento da semana santa de abril para março, nesse ano.



A análise do desempenho da indústria por categoria de uso revelou fatores subjacentes ao comportamento da atividade fabril em 2002. Nesse sentido, a categoria de bens intermediários, com maior peso na produção da indústria, foi a que apresentou maior variação no ano, crescimento de 3,1%, ante queda de 0,2% no ano anterior. O segmento abrange a produção de petróleo e de produtos importantes na pauta de exportações – celulose, óleos vegetais e açúcar – que apresentaram crescimentos expressivos no ano.

A produção de bens de consumo duráveis registrou crescimento de 2,8% no ano. A indústria automobilística, embora mostrando recuperação significativa no segundo semestre, encerrou o ano com redução na produção. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) indicaram queda de 1,7% na produção de automóveis e comerciais leves, após crescimentos de 6,7% em 2001 e 23,6% em 2000. O setor, bastante sensível a fatores que envolvem decisões de comprometimento de renda futura, ressentiu-se das incertezas do ambiente econômico e da deterioração de expectativas. O desempenho da indústria automobilística foi favorecido pelo crescimento de 5,2% das vendas externas, cuja participação sobre o total das vendas industriais do setor alcançou 22,8%, ante 21,4% em 2001.

A produção de bens de consumo semi e não-duráveis, em 2002, manteve-se praticamente inalterada em relação a 2001, expansão de 0,1%, como resultado do crescimento da indústria alimentícia, principalmente dos segmentos produtores de derivados de carnes e de beneficiamento de frutas e legumes (inclusive sucos), e da retração dos setores têxtil e de vestuário.

A produção de bens de capital contraiu 1,1%, após expressivas expansões nos dois últimos anos, evidenciando o impacto sobre a confiança dos empresários decorrente das incertezas advindas do pleito eleitoral e da volatilidade do câmbio. Considerando-se os dados trimestralizados a partir da série com ajuste sazonal, registrou-se o pior resultado no terceiro trimestre, quando a produção assinalou queda de 2,7%, ante o período anterior.

Quadro 1.9 – Produção industrial

Discriminação	Participação percentual ^{1/}	Variação percentual		
		2000	2001	2002
Total	100,0	6,6	1,6	2,4
Por categorias de uso				
Bens de capital	9,4	13,1	13,5	- 1,1
Bens intermediários	65,0	6,8	- 0,1	3,1
Bens de consumo	25,7	3,5	1,2	0,7
Duráveis	5,6	20,8	- 0,6	2,8
Semi e não-duráveis	20,1	- 0,4	1,6	0,1

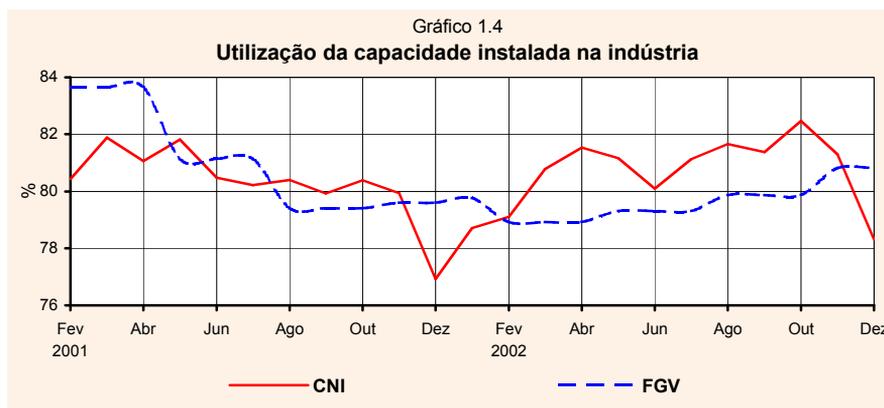
Fonte: IBGE

^{1/} Corresponde à participação estimada para 2002.

Análise dos dados anuais, considerando os vinte gêneros abrangidos pela pesquisa do IBGE, mostrou crescimento da atividade em treze, com destaque para indústrias do grupo metal mecânico. A produção da indústria metalúrgica cresceu 3,3%, influenciada pela produção da siderurgia e de fundidos de aço, enquanto a indústria mecânica expandiu 8,7%, favorecida por igual elevação na produção de máquinas e equipamentos e de 13,4% de tratores e máquinas rodoviárias. Ainda nesse grupo, o segmento de material de transportes registrou crescimento de 1,2% no ano, refletindo principalmente, as expansões da produção de itens para a indústria ferroviária, 22,7%, e naval, 12%. Assinalem-se, ainda, as expansões das indústrias do fumo, 22,8%, e de produtos alimentares, 4,4%, favorecida tanto pelo bom desempenho do setor primário, como pelas exportações, sobretudo de carnes e derivados.

Dentre os sete gêneros cuja produção foi inferior à registrada em 2001, as quedas mais acentuadas ocorreram em material elétrico e de comunicações, 11,7%, couros e peles, 3,8% e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 2,1%.

O crescimento discreto da produção industrial em 2002 provocou aumento do nível de utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria de transformação. Conforme a Fundação Getulio Vargas (FGV), a UCI passou de 79,5%, no início de janeiro de 2002, para 80,8% em janeiro de 2003. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que agrega dados fornecidos por federações de indústria em doze estados, ratificaram os resultados da FGV, revelando que o nível médio de UCI atingiu 78,3%, em dezembro de 2002, ante 76,9%, em igual mês do ano anterior. Por estados, a intensidade do uso das instalações superou o agregado nacional no Rio Grande do Sul, 83,2% Santa Catarina, 82,7%, Minas Gerais, 82,1%, Ceará, 80,9% e Bahia, 79,8%. Em São Paulo, a UCI alcançou 78,3%, ante 76,6% em dezembro de 2001.



A análise da evolução do nível de UCI por setores da indústria de transformação revelou, segundo dados da FGV, maiores crescimentos, no ano, nos segmentos de Editorial e Gráfica, 26,8%, Perfumaria Sabões e Velas, 20,5% e bebidas, 12%. Contudo, apesar dos aumentos, esses setores não alcançaram nível de utilização de 80%. Dos 23 gêneros considerados na pesquisa da FGV, quatorze encontravam-se com UCI acima desse patamar e, desses, apenas metalúrgica, têxtil e papel e celulose, acima de 90%.

Indicadores de comércio

A atividade varejista em 2002 foi especialmente influenciada pelos desembolsos extraordinários do FGTS, a partir de maio, e com maior intensidade a partir de julho, resultando em desempenho expressivamente melhor do comércio no segundo semestre do ano.

Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada^{1/}

Percentual

Discriminação	2000	2001	2002
Indústria de transformação	82	80	81
Bens de consumo final	77	74	75
Bens de capital	82	76	77
Materiais de construção	86	83	80
Bens de consumo intermediário	86	84	86

Fonte: FGV

^{1/} Pesquisa trimestral. Posição em janeiro do ano seguinte.

Tais desembolsos, superiores a R\$7 bilhões, foram, predominantemente, de valores inferiores a R\$1 mil, o que explica, em parte, o melhor desempenho nas vendas de bens de consumo não-duráveis, de menor valor unitário. Mesmo assim, considerando dados do IBGE, com abrangência nacional, o comércio mostrou ligeiro declínio em relação a 2001. Estatísticas para São Paulo, da Federação de Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), entretanto, mostraram crescimento do setor no ano.

Considerando a região metropolitana da capital paulista, o faturamento real do comércio cresceu 4,3% em 2002, com bens de consumo registrando expansão de 6,7%, decorrente de aumentos de 16,1% nas vendas de bens não-duráveis e de quedas de 4,1% e 11,5% nas referentes a bens duráveis e semiduráveis, respectivamente. O segmento comércio automotivo, apesar da recuperação das vendas no segundo semestre, registrou queda de 16,7% em 2002.

Quadro 1.11 – Faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo^{1/}

Variação percentual

Discriminação	2000	2001	2002
Total	10,4	- 5,5	4,3
Bens de consumo	10,4	- 4,4	6,7
Duráveis	13,8	- 7,0	- 4,1
Semiduráveis	- 34,3	- 21,5	- 11,5
Não-duráveis	15,7	0,9	16,1
Comércio automotivo	13,8	- 16,3	- 16,7
Materiais de construção	4,5	- 1,3	- 5,6

Fonte: Fecomercio SP

^{1/} Deflacionado pelo IPCA

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE e abrangendo todas as unidades da federação, o volume de vendas no varejo recuou 0,68%, em 2002. A desagregação por categoria revelou quedas em hipermercados e supermercados, 1,8%, demais artigos de uso pessoal e doméstico, 1,5%, tecidos, vestuário e calçados, 1,2% e móveis e eletrodomésticos, 0,6%. Combustíveis e lubrificantes foi a única categoria cujas vendas apresentaram elevação no período, 5,6%. Comércio automotivo, que não entra no cálculo do índice geral, apresentou retração de 16,2%. Por unidade da Federação, os maiores crescimentos no comércio foram registrados no Piauí, Amapá e Rondônia, enquanto as maiores quedas aconteceram no Acre, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

O cronograma de desembolsos do FGTS influenciou também o comportamento das taxas de inadimplência em 2002. A taxa líquida, participação, nas consultas, dos novos registros menos cancelamentos, medida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), situou-se, em média, em 6,4% em 2002, ante 7,5% em 2001. A relação entre cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados, de abrangência nacional, sinalizou o mesmo comportamento, alcançando 4,7% em 2002, ante 4,8% em 2001.

A trajetória do Índice de Intenção do Consumidor (IIC), divulgado pela Fecomercio SP, ao longo de 2002, aponta compatibilidade com a evolução do comércio varejista. O Índice Geral apresentou variação média de 1% em relação a 2001. A alta do IIC está relacionada principalmente ao componente de Intenções futuras, que representa 60% da composição do índice geral, e que mostrou forte recuperação ao final do ano. Segundo a Fecomercio SP, o fim do período de incertezas relacionadas ao processo eleitoral, e a menor preocupação com o desemprego explicam a recuperação da confiança dos consumidores.

Indicadores da produção agropecuária

A produção de grãos alcançou 97,1 milhões de toneladas, em 2002, 1,4% inferior à safra passada, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE. Esse decréscimo decorreu, basicamente, da redução na produção de milho e trigo.

Ocorreu queda de 5,9 milhões de toneladas, 14,3%, na produção de milho em grãos, que sofreu estiagem ao longo de seu ciclo cultural e teve redução na área de plantio, 4,3%. A produção de trigo atingiu 2,9 milhões de toneladas, queda de 10% frente à safra anterior. Esse resultado refletiu, fundamentalmente, as adversidades climáticas experimentadas pela cultura em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, haja vista o crescimento de 18,2% registrado na área plantada, no ano.

A produção de soja atingiu 41,9 milhões de toneladas em 2002, superando em 11,3% a safra anterior. A sojicultura conquistou áreas do milho, algodão e arroz, em razão de preços internacionais favoráveis e do bom rendimento do produto nas últimas safras, resultado do crescente nível tecnológico adotado no cultivo. Desde 1993, quando atingiu 10 milhões de hectares plantados, o produto vem mantendo tendência de crescimento da área cultivada, totalizando 16,3 milhões de hectares, em 2002.

Quadro 1.12 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	2001	2002
Grãos	98,5	97,1
Caroço de algodão	1,7	1,4
Arroz (em casca)	10,2	10,5
Feijão	2,4	3,1
Milho	41,4	35,5
Soja	37,7	41,9
Trigo	3,3	2,9
Outros	1,8	1,7
Varição da safra de grãos (%)	18,4	- 1,4
Outras culturas		
Algodão herbáceo (em caroço)	2,6	2,1
Banana	6,0	6,5
Batata-inglesa	2,8	2,9
Cacau (amêndoas)	0,2	0,2
Café (em grãos)	1,9	2,4
Cana-de-açúcar	345,9	367,5
Fumo (em folhas)	0,6	0,7
Laranja	16,8	18,9
Mandioca	22,5	23,0
Tomate	3,0	3,6

Fonte: IBGE

A colheita do arroz em casca apresentou aumento de 2,7% em relação à safra anterior, totalizando 10,5 milhões de toneladas. A região Sul, participou com 62,8% da produção nacional, com crescimento de 4% sobre a safra anterior. A produção do Rio Grande do Sul, responsável por 52,3% da produção nacional de arroz, atingiu 5,5 milhões de toneladas, 43% superior à do ano passado. Nas regiões Norte e Nordeste assinalaram-se decréscimos, respectivamente, de 2,7% e 3,8% e no Sudeste e no Centro-Oeste, expansões de, respectivamente, 7,3% e 3,9%.

A produção e a área colhida de feijão, considerando-se as três safras da cultura, em 2002, apresentaram expressivos crescimentos em relação ao ano anterior. A área colhida, 4,1 milhões de hectares, expandiu 20,3%, e a produção, 3,1 milhões de toneladas, 25,2%.

Quadro 1.13 – Produção agrícola, área cultivada e rendimento médio

Principais culturas

Variação percentual

Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Grãos	18,4	- 1,4	1,1	6,2	17,1	- 7,2
Algodão (caroço)	31,4	- 18,1	8,5	- 13,2	21,1	- 5,6
Arroz (em casca)	- 8,4	2,7	- 14,5	0,4	7,0	2,3
Feijão	- 20,3	25,2	- 12,5	20,3	- 8,9	4,1
Milho	28,2	- 14,3	1,9	- 4,3	25,9	- 10,5
Soja	14,8	11,3	1,8	17,1	12,8	- 5,0
Trigo	89,0	- 10,0	12,7	18,2	67,7	- 23,9

Fonte: IBGE

Todas as grandes regiões produtoras de feijão apresentaram ganhos na colheita da primeira safra, em face da ampliação da área de cultivo e das condições climáticas adequadas. A região Sul, principal produtora, com 699,8 mil toneladas, aumentou sua produção em 22,2%; a região Nordeste, com produção de 467,5 mil toneladas na primeira safra, apresentou aumento recorde de 80,2%, em relação à safra anterior.

Em 2002, o Brasil colheu a maior safra de café de sua história, 40,7 milhões de sacas de 60 kg, superior em 26,3% à safra anterior, em razão de aumento de 26,9% na produtividade média, que passou de 13,6 sacas/ha para 17,2 sacas/ha. Esse ganho de produtividade foi influenciado pela bianualidade da cultura, e pelo acentuado incremento tecnológico do setor, após os excelentes preços internacionais do café que tornaram a cultura novamente atrativa, de 1995 até 1999. Em 2000 e 2001, o alto estoque em poder de países consumidores e o crescente aumento de produção em países não tradicionais plantadores, especialmente da Ásia e América Central, derrubaram os preços internacionais. Em 2002, a excelente safra brasileira intensificou o declínio dos preços durante todo o ano.

A produção brasileira de cana-de-açúcar atingiu 367,5 milhões de toneladas, em 2002, crescimento de 6,2%, com área colhida de 5,1 milhões de hectares, aumento de 2,4%. Registrou-se elevação de 3,7% na produtividade média por hectare, resultado associado, em parte, à maior capitalização dos produtores nas duas últimas safras, que permitiu investimento nos canaviais.

A safra nacional de laranja em 2002 atingiu 18,9 milhões de toneladas de frutos, expansão de 12,5% frente à safra anterior. O cultivo de laranja está concentrado no estado de São Paulo, que representa 81,1% da produção nacional.

Quadro 1.14 – Estoque de grãos – Principais culturas

Mil toneladas

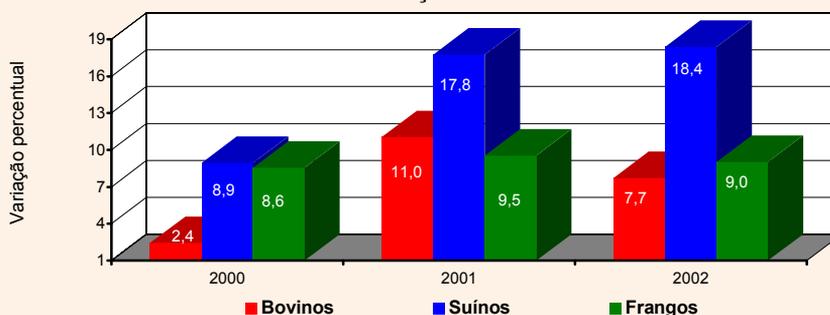
Produtos	1999/2000	2000/2001	2001/2002
Grãos			
Arroz (em casca)			
Início do ano	1 799,2	2 104,8	1 495,6
Final do ano	2 104,8	1 495,6	1 228,5
Feijão			
Início do ano	146,8	270,5	104,5
Final do ano	270,5	104,5	129,5
Milho			
Início do ano	4 676,8	3 534,8	4 218,9
Final do ano	3 534,8	4 218,9	1 586,4
Soja			
Início do ano	2 347,4	2 562,0	2 388,8
Final do ano	2 562,0	2 388,8	1 845,8
Trigo			
Início do ano	845,4	931,7	130,0
Final do ano	931,7	130,0	223,8

Fonte: Conab

Pecuária

A Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, realizada pelo IBGE, aponta expansão da pecuária em 2002. A carne suína foi o segmento que mais cresceu (18,4%), seguido por frangos (9%) e bovinos (7,7%). O aumento do abate de suínos, principalmente no terceiro trimestre, decorreu da elevação dos custos de produção originada pela crise de abastecimento do milho, principal matéria-prima na cadeia produtiva desse segmento. As vendas externas de carne apresentaram excelente desempenho, com exportações de 465,9 mil toneladas de carne suína, 1,7 milhão de toneladas de aves e 466,4 mil toneladas de carne bovina, expansões anuais de 81,3%, 28,2% e 16,4%, respectivamente.

Gráfico 1.5
Produção animal



Fonte: IBGE

Plano de Safra Agrícola e Pecuária 2002/2003

O Plano de Safra 2002/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), previu a colocação de recursos da ordem de R\$21,7 bilhões, à disposição dos agricultores no ano agrícola 2002/03, dos quais R\$13,4 bilhões para custeio/comercialização, R\$2,9 bilhões para comercialização e R\$2,4 bilhões para Fundos Constitucionais, Finame-Agrícola e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafê).

Os R\$21,7 bilhões previstos neste ano/safra, acréscimo de 26% sobre o montante concedido na safra anterior, correspondem ao fluxo de aplicações – empréstimos, retorno e reempréstimos – ao longo do ano agrícola, de uma disponibilidade total (estoque de recursos) de R\$18,95 bilhões, 28,9% acima da safra anterior. A disponibilidade de recursos a juros de 8,75% ao ano está prevista em R\$13,55 bilhões, aumento de 18,3% em relação ao registrado no período anterior. Nesses valores não estão incluídos os recursos destinados aos programas da agricultura familiar, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados ao Programa de Geração e Renda (Proger Rural) passaram a contemplar os produtores que detêm área de quinze módulos fiscais e renda bruta anual de até R\$60 mil, em lugar dos limites anteriores, de seis módulos fiscais e renda bruta de R\$48 mil.

A partir da safra 2002/2003, 40% dos recursos da Caderneta de Poupança Rural, obrigatoriamente aplicados na agricultura, e que até agora só atendiam produtores e cooperativas, passam a beneficiar também as agroindústrias, financiando a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos de origem agropecuária ou de insumos utilizados na atividade. Estes financiamentos, que poderão atingir R\$2,5 bilhões, serão contratados a taxas de juros livremente pactuadas entre as partes.

Os recursos destinados pelo BNDES foram elevados para R\$2,83 bilhões, acréscimo de 22,5% relativamente ao total assinalado no ano-agrícola anterior. Serão alocados R\$2 bilhões na continuação de programas específicos, dos quais R\$1 bilhão no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota); R\$360 milhões no Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas (Propasto); R\$200 milhões no Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo); R\$100 milhões no Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite); e R\$230 milhões na Cacaucultura.

Produtividade

Os indicadores de produtividade dos setores primário e secundário, sinalizaram quedas em 2002. A produtividade da indústria da transformação, entendida como a razão entre o índice da produção física do setor, divulgado pelo IBGE, e o indicador de horas pagas na produção, disponibilizado pela CNI, registrou queda pelo segundo ano consecutivo, de 0,6%, ante 0,5% em 2001. Na comparação entre estados, existem dados disponíveis para os do Sul, Sudeste, Pernambuco, Ceará e Bahia, tendo-se observado decréscimo em 7 dos 10 pesquisados. Como ocorrera em 2001, as quedas de produtividade verificaram-se, em maior intensidade, no Ceará e no Paraná, 15,6% e 12,8%, nesta ordem, ante 8,8% e 11,3%, no ano antecedente. Registrou-se crescimento apenas no Rio de Janeiro, 10,6% (9,2% em 2001), e no Espírito Santo, 9,6% (-2,7% em 2001). Em São Paulo, a produtividade manteve-se estável.

O rendimento médio da produção de grãos, calculado como a relação entre a produção e a área cultivada, recuou 7,4%, interrompendo dois anos de aumentos expressivos. Esse comportamento decorreu, basicamente, de adversidades climáticas, que atingiram principalmente as lavouras de milho e de trigo. Ressalte-se que o consumo de insumos cresceu no ano, seguindo tendência observada em anos anteriores. Nesse sentido, as vendas físicas de fertilizantes expandiram 12% segundo o Mapa, e as relativas a máquinas e equipamentos agrícolas, 19,5%, conforme a Anfavea.

Energia

A produção de petróleo, incluindo LGN, manteve, em 2002, o ritmo de expansão dos últimos anos, registrando crescimento de 12,2%, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A média diária de produção anual atingiu 1,5 milhão de barris, ante 1,34 milhão de barris em 2001. O maior nível de produção foi atingido em agosto, 1,56 milhão de bpd, e o menor em dezembro, 1,4 milhão de bpd. A queda de produção no último mês do ano é explicada por paradas programadas para manutenção em campos de extração. A produção de gás natural cresceu 12,1% em 2002, atingindo 268 mil bpd.

O total de óleo processado nas refinarias contraiu 1,4% em 2002, atingindo média de 1,6 milhão bpd. A participação do petróleo nacional no total processado cresceu 3,4%, representando 78%. A importação de petróleo diminuiu 6,9% no ano, situando-se em 381,1 mil bpd, e as exportações expandiram 109%, devido ao aumento da produção de óleo pesado acima da capacidade de refino do mesmo no país, situando-se em 234,3 mil bpd. Os dados de produção, exportações e importações indicam consumo aparente de 1,65 milhão de bpd, com 91% desse consumo sendo atendido pela produção nacional.

As vendas internas totais de derivados de petróleo declinaram 2,4% em 2002, à exceção das referentes a óleo diesel, que cresceram 1,2%. As reduções nas vendas dos demais itens atingiram 15,4% em óleo combustível, 3% em gasolina, e 4,5% em Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). As vendas de álcool anidro, que é misturado à gasolina, aumentaram 13,8%, o que pode ser explicado pela mudança da proporção de álcool na gasolina, de 20 a 24% em 2001, para 25% a partir de junho de 2002, enquanto as de álcool hidratado subiram 4,3%, o que significou uma reversão na tendência de queda observada desde 1996.

Quadro 1.15 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	2000	2001	2002
Petróleo	1 374	1 386	1 352
Óleos combustíveis	173	156	132
Gasolina	301	301	292
Óleo diesel	605	639	646
Gás liquefeito	219	218	209
Demais derivados	76	72	74
Álcool carburante	166	140	154
Anidro	87	81	92
Hidratado	79	59	62

Fonte: ANP

O consumo nacional de energia elétrica cresceu 2,5% em 2002. A única queda, 1,3%, ocorreu no segmento residencial, registrando-se expansões no segmento comercial, 1,9%, industrial, 4,2% e outros consumidores, 5,3%. Todas as regiões apresentaram crescimento no consumo, variando de 0,5%, no Sudeste, a 11,7%, na região Norte.

Quadro 1.16 – Consumo de energia elétrica^{1/}

GWh

Discriminação	2000	2001	2002
Total	307 529	283 257	290 466
Por setores			
Comercial	47 626	44 434	45 256
Residencial	83 613	73 622	72 660
Industrial	131 278	122 539	127 626
Outros	45 011	42 663	44 924

Fonte: Eletrobrás

1/ Não inclui autoprodutores.

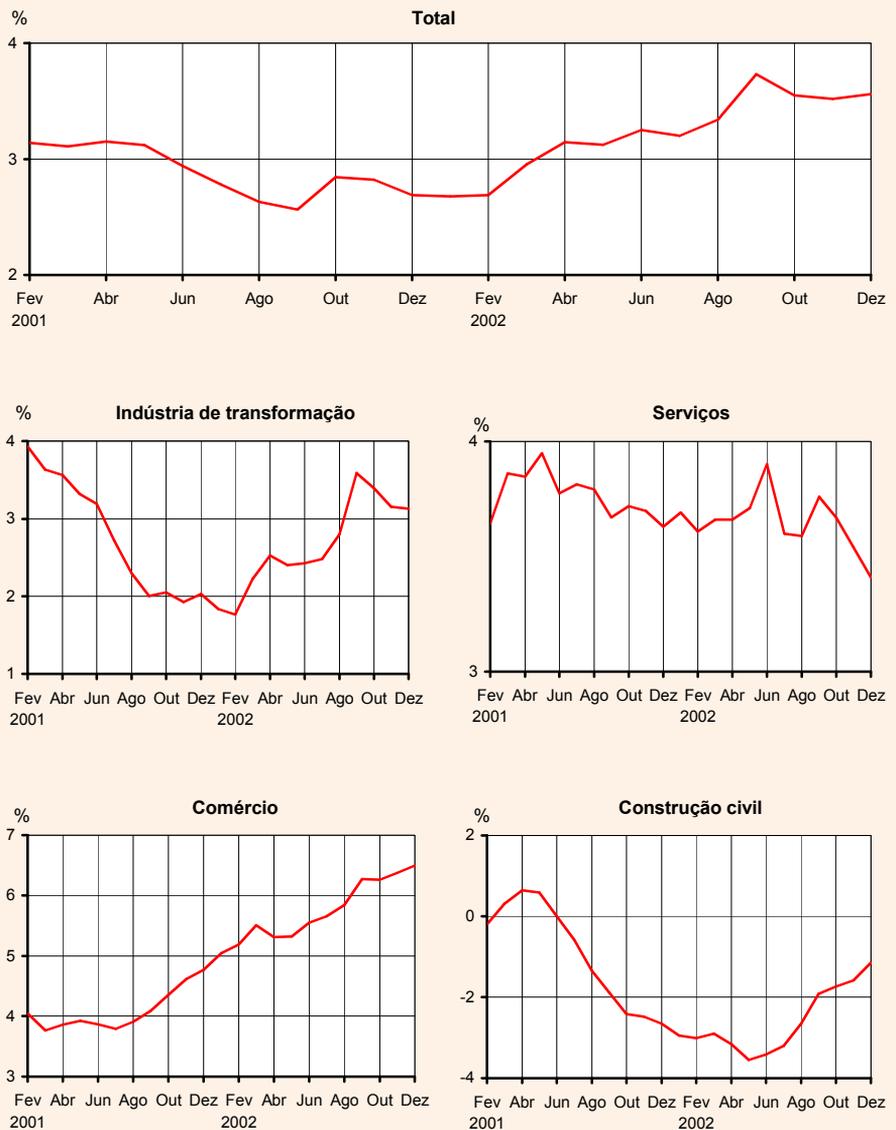
Indicadores de emprego

A evolução do mercado de trabalho, em 2002, caracterizou-se pelo crescimento recorde no número de vagas criadas no setor formal da economia em todo país, conforme as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também o emprego informal gerou ocupações, superando 100 mil novas vagas nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Contudo, as taxas de desemprego, que haviam mostrado tendência declinante em 2001, tornaram a elevar-se, como reflexo

Gráfico 1.6

Nível de emprego formal

Variação percentual em 12 meses



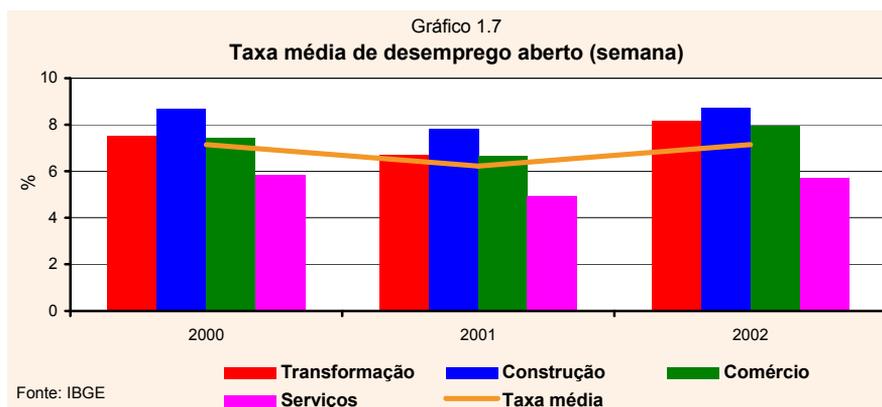
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

do aumento da população economicamente ativa, superior ao crescimento das ocupações. O emprego industrial apresentou evolução distinta nos estados pesquisados, observando-se redução de postos de trabalho em centros de maior concentração, como Rio de Janeiro e São Paulo, e novas contratações nos estados do Sul e em alguns do Nordeste.

O emprego formal, apurado pelo MTE, apresentou crescimento de 762,4 mil vagas no país, em 2002, 3,2% acima do registrado no ano anterior. Considerando os principais setores de atividade, os serviços e o comércio foram os maiores empregadores. No primeiro, a criação de novos postos de trabalho alcançou 285,8 mil vagas, ante 311 mil em 2001, enquanto no comércio o crescimento foi mais acentuado, atingindo 283,3 mil vagas, comparativamente a 209,8 mil, no ano anterior. A indústria de transformação vem a seguir, com 161,1 mil novas vagas, ante 103,8 mil no ano antecedente. Na construção civil, ocorreu retração de 29,4 mil postos.

Ainda segundo o MTE, o total de benefícios do seguro-desemprego concedido em 2002 alcançou 4,76 milhões de pessoas, acréscimo de 1,7% no ano. No que se refere ao valor dos benefícios, 58,1% foram inferiores a dois salários mínimos (S.M.), 25% situaram-se de 2 até 3 S.M., 11%, de 3 a 5 S.M., e 6%, acima de cinco S.M.

Em 2002, verificou-se ampliação da taxa de desemprego aberto, interrompendo tendência de queda verificada nos três anos anteriores. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a taxa média do ano registrou 7,1% ante 6,2% em 2001. O indicador atingiu 7,7% em maio, nível não verificado desde agosto de 2001. A população economicamente ativa, que havia reduzido 0,3% em 2001, cresceu 3,7% em 2002, enquanto as novas ocupações expandiram 2,6%.



Dentre as regiões metropolitanas pesquisadas, destacou-se a expressiva elevação da taxa de desemprego em São Paulo, com média de 8,4%, ante 6,4% em 2001. Essa taxa constituiu-se na mais elevada das seis regiões, superando inclusive a relativa a Salvador, historicamente detentora da maior taxa, e que registrou, em 2002, o

segundo ano consecutivo de queda: 7,6% ante 8,9%, em 2001. As menores taxas ocorreram novamente no Rio de Janeiro, 5,4%, e em Porto Alegre, 5,8%, ainda que acima das registradas em 2001, 4,4% e 5,5%, respectivamente.

Considerando as categorias, o número de empregados sem carteira assinada expandiu 4,5% no ano, ante a queda de 1,2%, em 2001, revelando intensificação da informalidade do mercado de trabalho nas áreas metropolitanas consideradas. O número de empregados com carteira cresceu 2,9%, ratificando os dados do MTE, enquanto o número de trabalhadores por conta-própria apresentou estabilidade e o de empregadores, alta de 1,1%.

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), abrangendo a região metropolitana de São Paulo, também identificou crescimento da taxa de desemprego em 2002, após dois anos de queda, alcançando 19%, comparativamente a 17,5% no ano anterior. Esse desempenho refletiu os aumentos de 0,7% do número de ocupações, e de 2,5% da População Economicamente Ativa (PEA) paulistana. A PED registrou decréscimos de 0,5% no total de empregados sem carteira e de 0,3% nas ocupações no setor público, com modesta elevação de 0,1% no contingente com carteira assinada. Na análise por setores, o crescimento percentual foi idêntico no comércio e na indústria de transformação, 0,2%, com destaque para o expressivo aumento na prestação de serviços, 3,4%.

Embora a PED tenha assinalado relativa estabilidade do emprego industrial em 2002, dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para todo o estado de São Paulo indicaram queda do nível de ocupação, de 4,4% no ano, segundo pesquisa semanal junto a 47 sindicatos patronais no estado. À exceção de abril, as demissões predominaram em 2002, totalizando 69 mil dispensas. O Índice de Emprego Industrial na região metropolitana paulistana, também apurado pela Fiesp, apontou queda de 2,3% no número de trabalhadores. Vale ressaltar que as Pesquisas da Fiesp e do Dieese se diferenciam substancialmente, em termos metodológicos, na medida que a primeira tem como referência as informações prestadas por entidades patronais e a segunda baseia-se em pesquisa domiciliar.

Os dados da CNI, referentes ao mercado de trabalho na indústria abrangendo doze estados, indicaram queda de 0,1% no número de empregados do setor em 2002, comparativamente a crescimento de 1,1% em 2001. Ao longo do ano, as perdas de postos de trabalho foram contínuas até julho, com média de 0,7% ao mês, havendo movimento contrário a partir de agosto, o que praticamente anulou o efeito anterior. Por estados, destaque-se o desempenho do Paraná, com crescimento de 8,5% do nível de emprego, seguido por Bahia e Ceará, 4,5% e 2,2%, nesta ordem. Assinale-

se que nesses estados, o ritmo de contratações foi mais intenso no segundo semestre. As retrações no ano foram verificadas em Pernambuco (4%), Goiás (3,1%), Rio de Janeiro (2,5%) e São Paulo (2,3%).

Indicadores de salários e rendimentos

A evolução dos indicadores de salários e rendimentos mostrou perda de poder aquisitivo em 2002 em todos os setores e categorias ocupacionais pesquisados. Comportamento distinto foi verificado apenas para os empregados da indústria no estado de São Paulo, que obtiveram ganhos reais comparativamente a 2001.

Conforme levantamento da PME, os rendimentos médios dos trabalhadores recuaram 3,8%, em 2002, até novembro, quando deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Essa foi a quinta redução anual consecutiva dos rendimentos, acumulando perda real de 17% no período. Ressalte-se que o dado referente a dezembro, não disponibilizado ainda pelo IBGE em virtude de mudanças metodológicas na PME, tende a acentuar o resultado, uma vez que a inflação nesse mês ainda foi elevada.



A análise por setores considerados pela pesquisa revela que, embora a diminuição dos rendimentos tenha sido generalizada, as maiores perdas ocorreram no comércio e na construção civil, a exemplo do observado no ano anterior. Assinale-se que, segundo as Contas Nacionais, esses setores registraram reduções de suas atividades em 2002. A avaliação por categorias de ocupação também evidencia perdas generalizadas, atingindo 6,7% para empregadores, maior redução; 4,4% para trabalhadores por conta-própria; 4,2% para trabalhadores com carteira assinada; e 0,5% para os empregados sem carteira.

O salário médio de admissão no emprego formal, segundo o MTE, declinou 9,5% no ano, situando-se em R\$416,38 no mês de dezembro. As retrações mais acentuadas

Quadro 1.17 – Rendimento médio real das pessoas ocupadas^{1/}

Variação percentual

Discriminação	2000	2001	2002 ^{2/}
Total	- 0,6	- 3,8	- 3,8
Setores de atividade			
Indústria de transformação	- 1,9	- 5,1	- 2,5
Construção civil	1,9	- 5,2	- 6,4
Comércio	2,6	- 5,7	- 7,9
Serviços	- 0,9	- 3,4	- 3,7
Posição na ocupação			
Com carteira	- 1,0	- 4,8	- 4,2
Sem carteira	0,7	- 2,1	- 0,5
Conta própria	- 0,8	- 1,4	- 4,4
Empregadores	0,2	- 2,6	- 6,7

Fonte: IBGE

^{1/} Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

^{2/} Até novembro

ocorreram nos setores de serviços, 16,1%, administração pública, 12,4%; e indústria de transformação, 7,5%. Os únicos setores que experimentaram crescimento no salário de admissão foram a construção civil, 1,1%, e a agropecuária, 6,9%, ressaltando-se que o último oferece os menores salários iniciais.

Os indicadores de salários da Fiesp, para a indústria de transformação de São Paulo, apontaram elevação de 5,7% dos rendimentos reais, em 2002, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe). A massa salarial real cresceu 3,2% no ano. Por outro lado, a média do poder de compra dos trabalhadores da indústria em doze estados divulgados pela CNI, registrou redução em 0,6%, deflacionada pelo INPC. As maiores perdas ocorreram no Rio de Janeiro, 7,7%, e em Pernambuco, 3,9%, e as maiores altas em Goiás, 9%, e na Bahia, 6,8%. Ressalte-se que parte da diferença detectada nos resultados dessas pesquisas está relacionada à evolução dos indicadores considerados como deflatores, na medida que a variação do IPC-Fipe atingiu 9,92% e a do INPC, 14,74%, no ano.

Por fim, registre-se que o valor do salário mínimo passou de R\$180,00 para R\$200,00, em abril de 2002, atingindo o equivalente a US\$55,16 em dezembro do mesmo ano.

Indicadores de preços

A evolução dos preços em 2002 esteve influenciada pelas pressões da depreciação cambial, com repercussões sobre o comportamento tanto dos preços monitorados como dos preços livres. Adicionalmente, a restrição da oferta de produtos agrícolas importantes na cesta do consumidor pressionou os preços da alimentação, sobretudo no segundo semestre.

Considerando a evolução dos preços ao longo do ano, observou-se, nos dois primeiros trimestres, taxas mensais de inflação praticamente estáveis, e relativamente baixas, em torno de 0,5%. Desse modo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 2,9% no primeiro semestre. Ressalve-se que, subjacente a esse comportamento, delineou-se tendência de aceleração dos preços monitorados, mais acentuada no segundo trimestre, que foi compensada pelo arrefecimento das variações dos itens de origem agropecuária, em virtude da queda dos preços de cereais e de carnes, associado à sazonalidade favorável do período, e dos produtos *in natura*, que haviam registrado fortes altas nos primeiros meses do ano.

No segundo semestre, as taxas de inflação foram afetadas, sobremaneira, pelo comportamento do câmbio. Adicionalmente os índices de preços refletiram a concentração de reajustes dos preços monitorados e os efeitos da entressafra agrícola. Em relação ao câmbio, a depreciação, iniciada em abril e que tornou-se mais intensa no terceiro e quarto trimestres, impactou os preços livres, repercutindo primeiramente sobre itens de alimentação cujas matérias primas são *commodities*, como derivados de trigo (panificados e massas) e de soja. Posteriormente, o repasse dos aumentos de custos provocados pela depreciação cambial atingiu os demais preços, em especial eletroeletrônicos, perfumaria, mobiliários. Os preços administrados também foram afetados pela depreciação, em especial, os preços de combustíveis, que experimentaram fortes altas nos últimos meses do ano, pressionando as tarifas de transportes públicos.

Adicionalmente, devem ser mencionados os impactos sobre a inflação no terceiro e quarto trimestres, decorrentes da escassez de oferta de produtos agrícolas importantes para o abastecimento interno. A oferta de milho esteve restringida ao longo do ano devido à quebra de safra resultante tanto da menor área plantada como de adversidades climáticas, provocando redução de 14,4% na produção. A produção de arroz, embora tenha assinalado crescimento de 2,7% no ano, foi insuficiente para atender o consumo interno, sobretudo quando considerado o baixo nível de estoque do produto no início do ano. Tal fato requereu a adoção de medidas governamentais de estímulo às importações no segundo semestre. A produção de feijão experimentou expressivo aumento em 2002, 25%, face à base de comparação deprimida em 2001, quando ocorreu redução acentuada da safra por problemas climáticos. Apesar desse incremento, os preços pressionaram a partir do terceiro trimestre devido,

Quadro 1.18 – Participação dos grupos no IPCA em 2002

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada no 1º semestre	Variação acumulada no 2º semestre	Contribuição acumulada no ano	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,0	2,9	9,3	12,5	100,0
Alimentação e bebidas	22,4	0,6	18,7	4,4	34,8
Habituação	16,5	6,9	5,7	2,1	16,6
Artigos de residência	5,7	2,5	10,3	0,7	5,9
Vestuário	5,4	3,8	4,9	0,5	3,8
Transportes	21,7	1,7	8,1	2,2	17,6
Saúde e cuidados pessoais	10,6	3,9	6,0	1,1	8,7
Despesas pessoais	9,4	2,2	6,0	0,8	6,4
Educação	4,9	6,9	1,5	0,4	3,2
Comunicação	3,5	1,1	10,1	0,4	3,1

Fonte: IBGE

1/ Média de 2002

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

principalmente, ao prolongamento do período de estiagens, que atrasou o plantio. Esse mesmo fator motivou ainda elevação do preço da carne bovina, já pressionado pela depreciação cambial.

Como resultado desses fatores, os principais índices de preços apresentaram crescimento significativo no segundo semestre, especialmente nos últimos três meses do ano, registrando-se, no período, as maiores taxas de inflação desde a implementação do Plano Real. Adicionalmente, a continuidade da recuperação do nível de atividade, sustentada pelo crescimento das exportações e favorecida internamente pelos desembolsos extraordinários do FGTS, permitiu que alguns setores em que ocorriam pressões sobre custos tivessem a possibilidade de repassá-los aos consumidores finais.

Índices gerais de preços

Os índices gerais de preços calculados pela FGV têm como componentes os índices de preços ao consumidor, com peso de 30%, os índice de preços por atacado, com peso de 60%, e o índice nacional de custo da construção, com peso de 10%. Em 2002, as variações dos índices gerais superaram as relativas aos índices de preços ao consumidor, em função da maior variação dos preços praticados no comércio

atacadista, mais sensíveis às variações cambiais e às flutuações da oferta de produtos agrícolas. O Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna (IPA-DI) registrou elevação de 35,4% no ano, tendo os preços dos produtos agrícolas aumentado 47,3%, e os dos produtos industriais, 30,9%. A inflação aferida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-Br), registrou 12,2%, e o os custos da construção, segundo o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), cresceram 12,9%. Com esses resultados, o IGP-DI assinalou inflação de 26,4% em 2002. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) e o Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10), que diferem basicamente pelo período de coleta, acusaram crescimentos de 25,3% e 24,7%, respectivamente.

Índices de preços ao consumidor

O IPCA acumulou variação de 12,5% em 2002. O indicador, calculado pelo IBGE, reflete a variação dos preços para famílias com recebimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos e serve como parâmetro para o regime de metas para a inflação. Como assinalado, a influência da depreciação cambial e a quebra de safra de produtos importantes na mesa do consumidor brasileiro foram os principais fatores de pressão no ano. Em decorrência desse último, destaquem-se, como exemplos, os aumentos acumulados em 2002, de 61,7% nos preços do feijão-carioca e de 36,7% nos preços do arroz. Em relação a preços que refletiram a evolução do câmbio, devem-se assinalar os alimentos industrializados, com elevação de 24,9% no ano, com destaque para panificados, 31,4%, óleos e gorduras, principalmente pelo óleo de soja, com aumentos de preços de 54,9%, além dos aparelhos eletroeletrônicos, 13,6%.

Quadro 1.19 – Participação de bens e serviços no IPCA em 2002

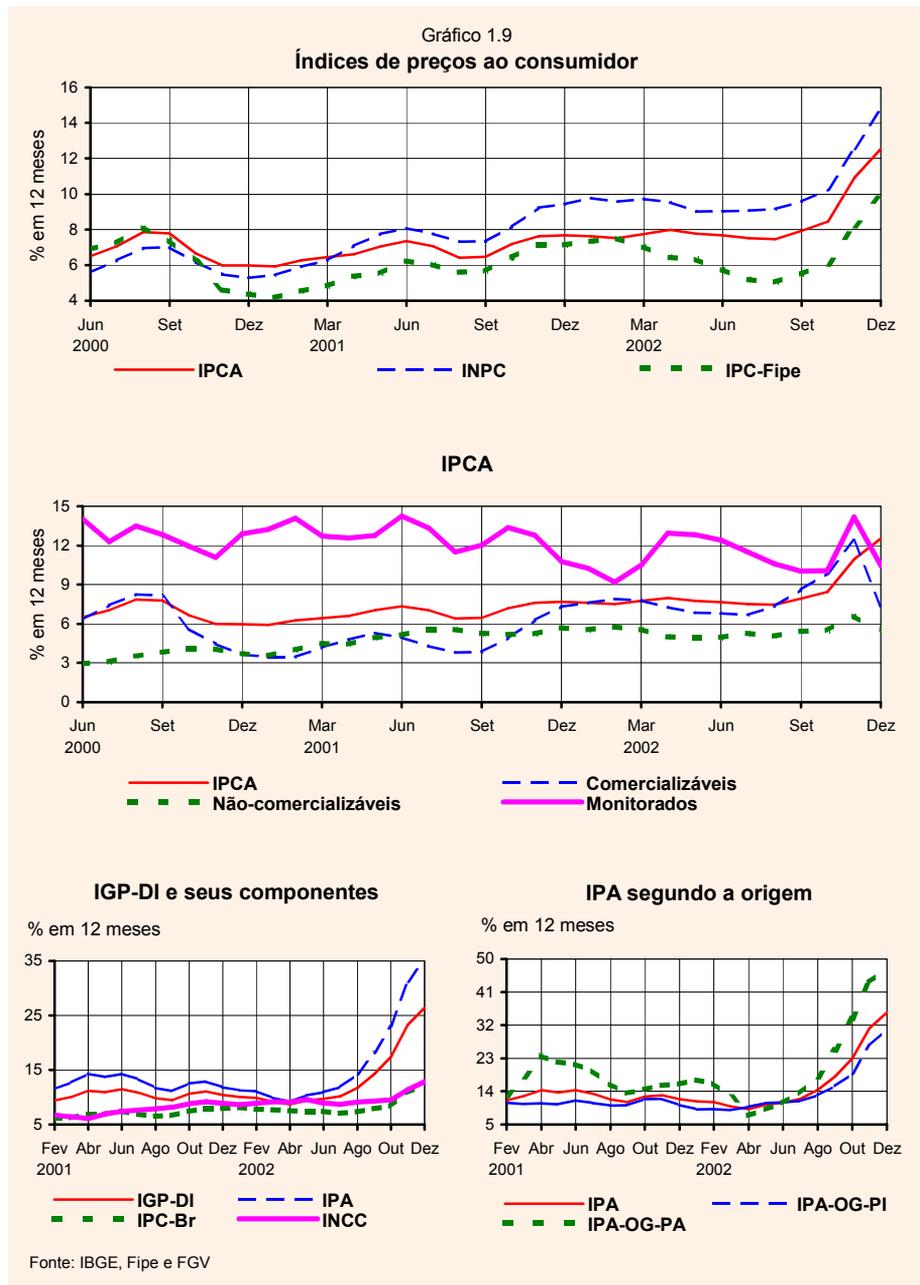
Variação percentual

Grupos	IPCA			
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada no ano	Contribuição acumulada no ano	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,0	12,5	12,5	100,0
Monitorados	28,0	15,3	4,1	33,0
Agrícola	16,1	16,9	2,6	20,9
Câmbio	14,5	19,1	2,6	20,8
Serviços	21,1	5,5	1,3	10,7
Outros	20,3	8,7	1,8	14,7

Fonte: IBGE

1/ Em dezembro de 2002

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.



As expectativas do mercado (consultorias e instituições financeiras) para a variação do IPCA em 2002 situavam-se, no início do ano, em patamar próximo à taxa estabelecida pelo regime de metas para a inflação, de 4%. Influenciadas pelo comportamento do câmbio e pela alta dos preços monitorados, as estimativas foram sistematicamente ampliadas ao longo dos meses, sendo intensificadas em outubro e novembro, quando atingiram patamar de 11%.

O INPC, também calculado pelo IBGE, acumulou variação de 14,7% em 2002. Esse indicador difere do IPCA principalmente no que se refere à população-objetivo, que corresponde às famílias que percebem renda mensal entre 1 e 8 salários mínimos. Por essa razão, os preços do grupo alimentação e dos produtos monitorados, sobretudo transportes públicos e energia elétrica, possuem maior peso no INPC que no IPCA, o que justifica a variação mais acentuada registrada no primeiro índice, uma vez que esses itens foram importantes fatores de pressão inflacionária ao longo do ano.

O IPC-Fipe, calculado para famílias com rendimento entre 1 e 20 salários mínimos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), acusou inflação de 9,9% em 2002.

O IPC-Br, índice da FGV, que é pesquisado em doze capitais do país, acumulou crescimento de 12,2%. Influenciaram, notadamente, a inflação do ano, os aumentos dos gastos com alimentação, 18,7%, com habitação, 11,8% e com educação, leitura e recreação, 10,6%.

Preços monitorados

Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como, por exemplo, nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

Em 2002, os preços monitorados contribuíram com cerca de 32% da variação do IPCA, equivalente a 3,98 p.p. da variação de 12,5% registrada pelo índice no ano. Os itens que mais pressionaram a inflação do período foram gás de bujão, gasolina e tarifas de ônibus urbanos, de telefone fixo e de energia elétrica. Esses itens representaram aproximadamente 69% do crescimento dos preços monitorados no ano. No ano, os preços da gasolina subiram 12,1%, e os do gás de bujão, 48,3%, refletindo o comportamento da taxa de câmbio e das cotações internacionais.

Os custos dos transportes públicos, cujas tarifas são determinadas no âmbito das administrações municipais, foram também pressionados pelos preços dos combustíveis, sobretudo óleo diesel, que aumentou 51,3%. Observe-se que, em todas as capitais, ocorreu reajuste das passagens de ônibus urbano, excetuando-se São Paulo. Em média, as tarifas de ônibus urbano aumentaram 12%.

Em relação às tarifas de telefonia fixa, os reajustes são autorizados às concessionárias, a cada doze meses, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que leva em consideração a aplicação da variação do IGP-DI sobre o conjunto de serviços prestados. A variação das tarifas no ano alcançou, em média, 11,9%.

Quadro 1.20 – Principais itens na composição do IPCA em 2002

Discriminação	Variação percentual		
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada	Contribuição acumulada
Índice (A)	100,0	12,5	12,5
Preços livres	72,0	11,5	8,6
Preços monitorados	28,0	15,3	4,0
Itens livres selecionados			
Pão francês	1,7	37,2	0,5
Remédios	3,8	10,9	0,4
Bovinos	3,0	14,6	0,4
Aparelhos eletroeletrônicos	3,0	13,6	0,4
Aves e ovos	1,3	25,3	0,3
Empregado doméstico	3,2	8,7	0,3
Arroz	0,9	36,7	0,3
Leite	1,3	22,7	0,3
Refeição	2,4	11,4	0,3
Higiene pessoal	2,0	13,8	0,3
Farinhas e massas	0,8	40,4	0,2
Óleo de soja	0,5	73,1	0,2
Itens monitorados – Selecionados			
Transporte público	7,1	13,2	0,9
Energia elétrica	4,2	19,9	0,7
Gás de bujão	1,7	48,3	0,6
Gasolina	4,4	12,1	0,5
Álcool	1,2	31,5	0,3
Telefone fixo	3,0	11,9	0,3
Taxa de água e esgoto	1,6	9,5	0,2
Plano de saúde	2,5	8,4	0,2
Total (B)	49,6	...	7,5
Participação (B/A)			60,1
Fonte: IBGE			
1/ Em dezembro de 2002			

Em 2002, a média dos reajustes das tarifas de energia elétrica alcançou 19,9%, variando de 16%, em Goiânia, a 23,4%, no Rio de Janeiro. Esses reajustes seguem cronograma definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que determina o período de reajuste anual para cada uma das concessionárias. O percentual autorizado pela Agência leva em consideração os custos gerenciáveis, sobre os quais incide, principalmente, o IGP-M acumulado nos doze meses anteriores, e os custos não-gerenciáveis, como energia comprada e custos de transmissão de

energia, entre outros. Além disso, a Aneel autorizou dois reajustes extraordinários; o primeiro de 2,9%, concedido ao final de dezembro de 2001, e o segundo de 2,2%, em março, na maioria das áreas pesquisadas.



II

MOEDA E CRÉDITO

Política monetária

A condução da política monetária, ao longo de 2002, esteve condicionada ao estabelecimento de metas para a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), visando o cumprimento da meta para a inflação. A trajetória ascendente da taxa de câmbio, verificada a partir de abril, elevou o risco de pressões por repasses aos preços internos. Ao mesmo tempo, fatores inerciais associados a regras de reajustes de preços monitorados pressionaram os índices de inflação além da margem fixada quando da definição da meta inflacionária. Nesse sentido, o Banco Central atuou de forma a minimizar os efeitos das incertezas sobre a economia.

A conjuntura econômica vigente no primeiro trimestre de 2002 caracterizou-se por eventos favoráveis, destacando-se os níveis baixos e estáveis da inflação, a relativa estabilização dos preços internacionais do petróleo e da taxa de câmbio, assim como a considerável margem de capacidade ociosa na indústria, gerada a partir dos choques de oferta ocorridos em 2001. Levando-se em conta as condições de demanda, com moderada expansão do crédito e ausência de pressões salariais, os indicadores disponíveis evidenciaram condições para que a política monetária pudesse ser gradualmente distendida.

Desta forma, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a meta para taxa Selic em 25 pontos base, em reunião encerrada em 20 de fevereiro, e, adicionalmente, em 25 pontos base, em reunião encerrada em 20 de março. Ao final do primeiro trimestre de 2002 a meta encontrava-se em 18,5% a.a. Em julho, o Banco Central promoveu nova redução da taxa Selic, fixando-a em 18% a.a.

Diante da impossibilidade de emissão de títulos públicos por parte do Banco Central, à luz das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tornou-se evidente a necessidade de se criar novos instrumentos que possibilitem a execução das políticas monetária e cambial com autonomia e transparência. Ao final de março, alternativamente à venda direta de títulos cambiais, o Banco Central anunciou a possibilidade de atuar no mercado de derivativos mediante operações

de *swap* cambial, inicialmente conjugadas à oferta primária de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), título público federal com remuneração vinculada à taxa Selic.

Esse mecanismo de oferta de proteção cambial ao mercado segrega as operações com fins de política fiscal das operações de política monetária e cambial, diminui custos de intermediação financeira e concede melhores condições de gerenciamento da dívida pública federal.

Com a entrada em vigor, em abril, do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), as instituições financeiras passaram a necessitar de nível mais elevado de reservas disponíveis, uma vez que todas as operações que envolvem a conta reservas bancárias passaram a ser contabilizadas pelo seu valor bruto e em tempo real.

Em maio de 2002, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anteciparam o prazo final para que os fundos de investimento se adequassem à metodologia para a precificação dos ativos dos fundos. O prazo final de enquadramento foi alterado de forma a evitar que resgates potenciais de investidores melhor informados causassem perdas aos investidores de varejo. Além disso, alguns fundos já haviam se adequado às exigências quanto à avaliação de seus ativos e estavam sofrendo saques líquidos devido a comparações errôneas de sua rentabilidade com a daqueles fundos que não haviam se ajustado às exigências.

A partir de meados do terceiro trimestre, a condução da política monetária foi caracterizada por postura conservadora, tendo em vista o aumento na preferência por liquidez da economia. O baixo crescimento mundial, as incertezas quanto à futura política econômica interna no período pré-eleitoral, a maior aversão ao risco por parte dos investidores internacionais e as perspectivas de guerra no Golfo Pérsico, principalmente por gerarem condições para movimentos especulativos, induziram excessiva volatilidade no mercado cambial e escassez de oferta de recursos externos.

Algumas medidas foram adotadas visando equilibrar a liquidez do sistema bancário. Nesse sentido, destacam-se a elevação dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo e de poupança, e a instituição de exigibilidade adicional sobre depósitos, fazendo jus à remuneração calculada sobre a taxa Selic.

Adicionalmente, foi alterada a exigência de capital próprio dos bancos para operações em ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, de 50% para 100%. Além disso, o limite para exposição cambial das instituições financeiras foi reduzido de 60% para 30% do patrimônio. Dessa forma, as instituições financeiras que estavam com posições acima desse limite se viram na contingência de se desfazerem desses ativos, ou de aumentarem o patrimônio líquido.

Incertezas associadas à condução da política econômica a partir do próximo governo afetaram a trajetória da taxa de câmbio. Os meses de setembro e outubro foram marcados pelo aumento da volatilidade no mercado financeiro. A taxa de câmbio (R\$/US\$) depreciou 23,6% na segunda quinzena de setembro, enquanto as taxas de juros para contratos de 1 ano negociadas no mercado futuro atingiram valores em torno de 30% a.a., com prêmio de risco de 12 p.p. em relação à taxa básica de juros.

Em resposta às pressões inflacionárias decorrentes da depreciação cambial, verificadas no último trimestre do ano, e no intuito de buscar a convergência da trajetória futura dos índices de preços às metas de inflação estabelecidas, o Banco Central elevou, em três ocasiões, a meta para a taxa Selic, de 18% a.a. para 21% a.a. em outubro, 22% a.a. em novembro e 25% a.a. ao final de 2002.

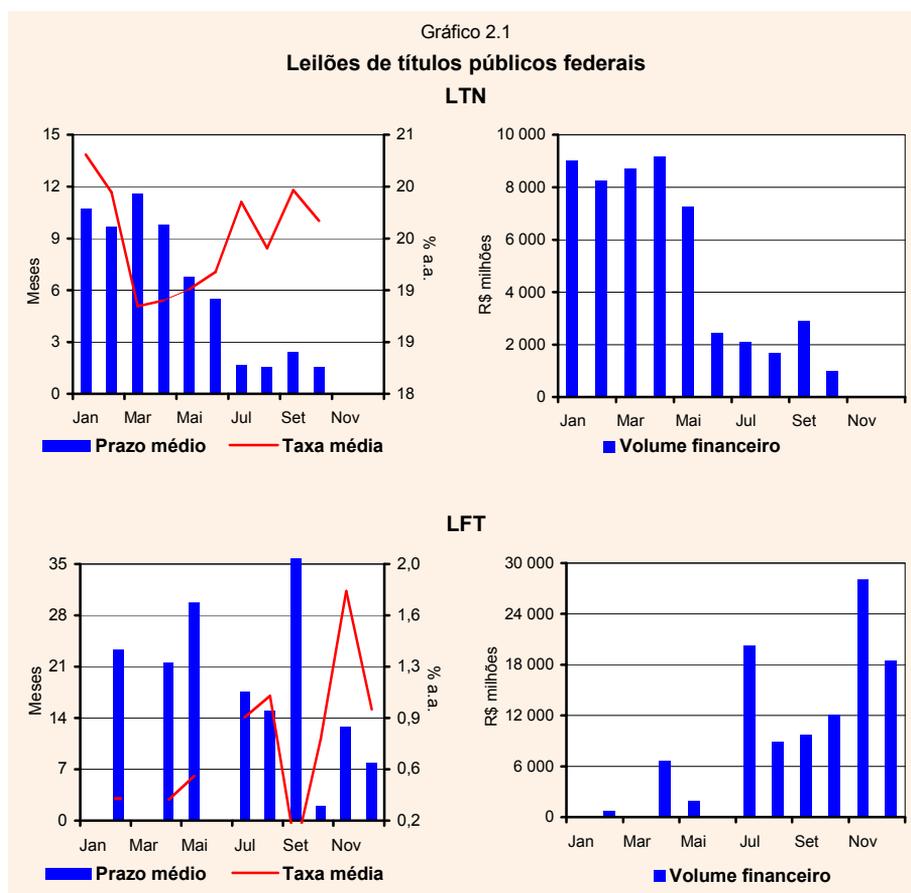
Títulos públicos federais

As operações com títulos públicos federais ao longo de 2002 foram condicionadas por cenário econômico adverso, principalmente no segundo semestre. Esse ambiente impôs restrições à estratégia de reestruturação do perfil da dívida, em conformidade com o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública para 2002, visando o alongamento do prazo médio e o aumento da participação dos títulos prefixados no estoque da dívida pública.

No início de 2002 as colocações de títulos prefixados foram realizadas regularmente. Registre-se a elevação da demanda por esses papéis no primeiro trimestre, tendo em vista o cenário de expectativa de redução na taxa básica de juros. Em consequência, as colocações de Letras do Tesouro Nacional (LTN), papéis que têm taxa de juros prefixados, alcançaram 64% do total dos títulos emitidos em oferta pública nos meses de janeiro e fevereiro. Comportamento semelhante ocorreu nos demais meses do primeiro semestre: em abril e maio a participação desses títulos no total das emissões situou-se em 56%. Como resultado, a parcela dos títulos prefixados no estoque da dívida mobiliária em poder do público passou de 7,6%, em janeiro, para 9,5%, em maio. Paralelamente registrou-se redução das taxas médias nas colocações, cujos valores para as LTN com prazo de seis meses passaram de 20,5% em dezembro de 2001, quando a taxa Selic era 19% a.a., para o equivalente a esta taxa, 18,5% a.a., em março e abril de 2002.

No segundo semestre, em especial nos últimos meses do ano, registrou-se reversão desse quadro, provocado por reiterados aumentos da meta para a Selic e a conseqüente pressão sobre a curva de juros. Nos meses de outubro e novembro observou-se retração da demanda por títulos prefixados, principalmente aqueles com prazos mais longos, refletida nas taxas exigidas pelas instituições financeiras

para manter esses papéis. A taxa média das LTN com prazo de um mês observada nos leilões do início de outubro, por exemplo, situou-se em torno de 19,5% a.a., enquanto a meta para a taxa Selic estava fixada em 18% a.a. Neste contexto adverso, as colocações de títulos prefixados foram interrompidas nos meses de novembro e dezembro, quando o Tesouro Nacional optou preferencialmente pela colocação de títulos pós-fixados. Em consequência, a parcela dos títulos prefixados no estoque da dívida mobiliária em poder do público decresceu de 7,6% em janeiro para 2,2% em dezembro de 2002.



As colocações de títulos corrigidos pela taxa Selic – LFT, que haviam sido interrompidas em novembro de 2001, voltaram a ser realizadas em fevereiro de 2002. Embora o volume das operações tenha sido reduzido, a receptividade do mercado por esses papéis foi demonstrada pelo pequeno deságio exigido nas colocações, que em fevereiro situou-se em 0,35% a.a. Nos meses seguintes, todavia, com o aumento das incertezas provocado tanto pela maior volatilidade dos mercados internacionais como pelo período eleitoral, observou-se progressivo crescimento da taxa exigida nos leilões, elevando-se para 0,70% a.a. em junho e para 1,95% a.a. em agosto, ao mesmo tempo em que era reduzido

o volume de negociações no mercado secundário. A participação dos títulos pós-fixados no estoque da dívida mobiliária em poder do público situou-se em 60,8% ao final de 2002, ante 52,6% no início do ano.

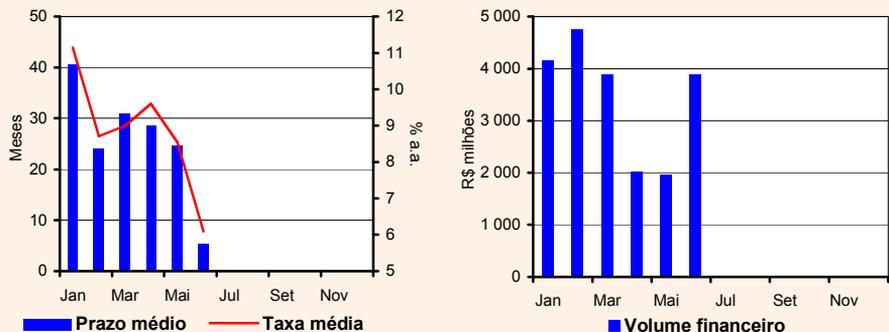
Esse cenário levou o Tesouro Nacional a ofertar títulos de prazo mais curto, tendo sido colocados no mercado, em outubro, LFT com prazo não superior a três meses. Destaque-se a grande volatilidade nas taxas de colocações desses papéis, que variaram entre -0,08% e 1,78% a.a., em outubro.

Assinale-se o papel desempenhado pelos títulos públicos federais indexados ao IGP-M. Os leilões desses títulos – Notas do Tesouro Nacional - Série C (NTN-C) – passaram a acontecer com maior frequência no final do ano. Em outubro, mês em que ocorreram os dois turnos da eleição presidencial, os títulos pós-fixados atingiram 94,5% das colocações no mercado primário, dos quais 28,2% eram representados por NTN-C. O aumento da demanda pelos papéis indexados ao IGP-M é explicado pelas expectativas de elevação da taxa de inflação, com os índices que captam a variação de preços no mercado atacadista tendendo a serem mais afetados pela depreciação cambial, comportamento que foi ratificado pelos índices de preços ao final do ano.

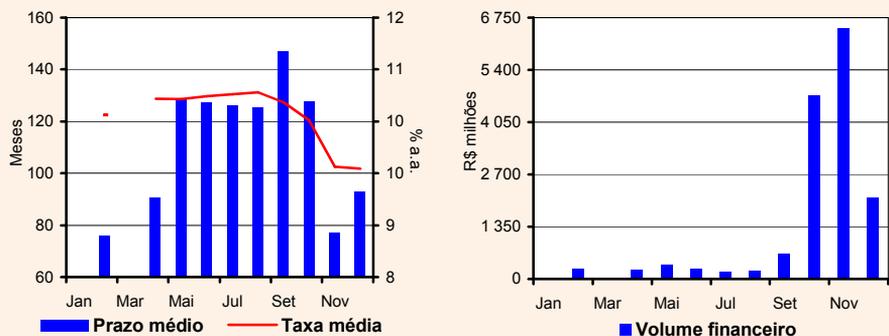
Gráfico 2.2

Leilões de títulos públicos federais

NTN-D



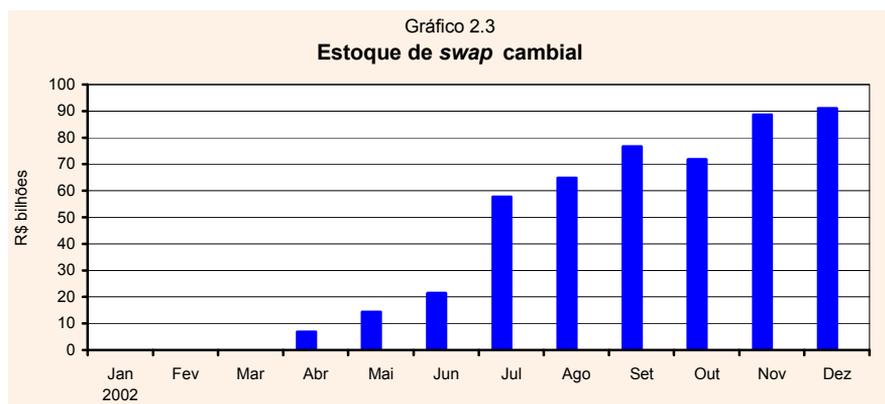
NTN-C



Até o primeiro trimestre do ano, o Banco Central utilizava-se apenas de instrumentos clássicos para a condução da política cambial, notadamente a emissão de títulos públicos atrelados à taxa de câmbio (NBCE). A impossibilidade de emissão de títulos públicos por parte do Banco Central, a partir de maio de 2002, restrição imposta pela LRF, incentivou a criação de novos instrumentos voltados para a execução das políticas monetária e cambial. Dessa forma, alternativamente à venda direta de títulos cambiais, o Banco Central anunciou a possibilidade de atuar no mercado de derivativos mediante operações de *swap* cambial conjugadas com a oferta primária, por parte do Tesouro Nacional, de LFT, título público federal com remuneração vinculada à taxa Selic.

As vantagens desses instrumentos advém do fato de que os custos administrativos são mais baixos, possibilitando a precificação isolada do risco da variação do câmbio, do cupom cambial e da LFT. Posteriormente, passou-se também a ofertar *swap* cambial “solteiro”, sem a combinação com as colocações de LFT, modalidade de *swap* que passou a ser exclusivamente utilizada, a partir de 8 de maio.

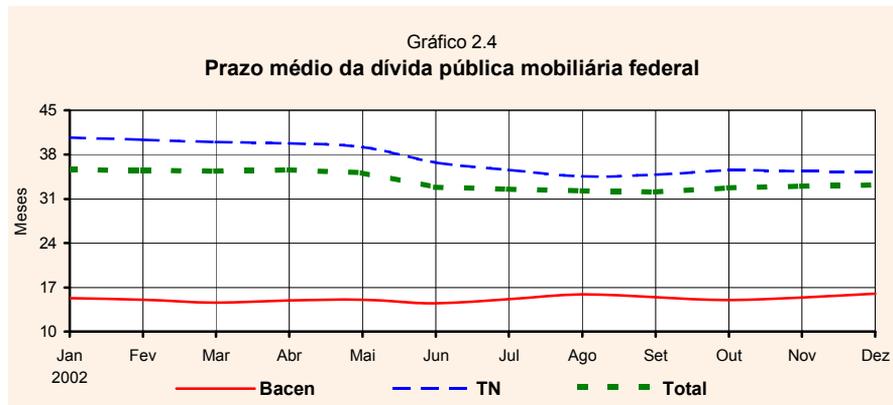
Ao longo do ano o Banco Central passou a utilizar a nova sistemática na rolagem dos títulos atrelados à taxa de câmbio, configurando-se como principal instrumento para esse fim, especialmente nos momentos em que a demanda por outros papéis não apresentava comportamento favorável. Somente no segundo trimestre do ano, quando as operações com *swap* tiveram início (embora o primeiro leilão tenha ocorrido no final de março, a partir de abril houve a intensificação dessas operações), o volume financeiro dos contratos negociados apresentaram montante próximo a R\$33 bilhões. Ao final de 2002, o valor dos contratos de *swap* cambial em mercado aproximava-se de R\$91,1 bilhões.



Ao mesmo tempo, durante o primeiro semestre, continuaram os leilões de Notas do Tesouro Nacional (NTN-D), tanto para a rolagem de vencimentos quanto para a troca de papéis, especialmente de Notas do Banco Central - Série Especial (NBCE). Vale ressaltar que, objetivando diminuir a participação desses títulos no total da dívida mobiliária federal, o Banco Central comunicou a intenção de rolar

somente o valor do principal quando do vencimento de títulos públicos atrelados à variação cambial.

Em decorrência dessa medida e das operações de *swap* cambial, a participação dos títulos públicos indexados à variação cambial em mercado declinou de 29,4% em janeiro de 2002 para 22,4% em dezembro. Se adicionado o montante de *swap*, a participação atingiria 33,6% em dezembro.



Registre-se ainda as mudanças nas regras para marcação dos títulos públicos em carteira dos fundos de investimento. Mediante a Instrução CVM 365, de 29.5.2002, foi antecipado para 31.5.2002 o prazo final para adequação às Circulares 3.086, de 15.2.2002, e 3.096, de 2.3.2002, estabelecendo que os títulos e valores mobiliários em carteira dos fundos deveriam ser registrados pelo valor de mercado. Em virtude dos grandes saques nas quotas dos fundos, ocorridos nos meses seguintes, a Instrução CVM 375, de 14.8.2002, permitiu a marcação pela curva de juros do papel para os títulos com vencimento de até um ano. Objetivando dar ao mercado novas alternativas de investimento, diminuir a volatilidade dos preços dos títulos e ofertar papéis compatíveis com essas regras, foram realizadas várias operações de compra e troca de títulos, especialmente de LFT, por títulos pós-fixados de prazo mais curto. Conseqüentemente, o percentual da dívida de curto prazo (vencimento em até doze meses) aumentou de 25,6%, no final de 2001, para 38,9%, no final de 2002, e o prazo médio da dívida foi reduzido de 35,6 meses, em janeiro, para 33,2 meses, em dezembro de 2002.

Agregados monetários

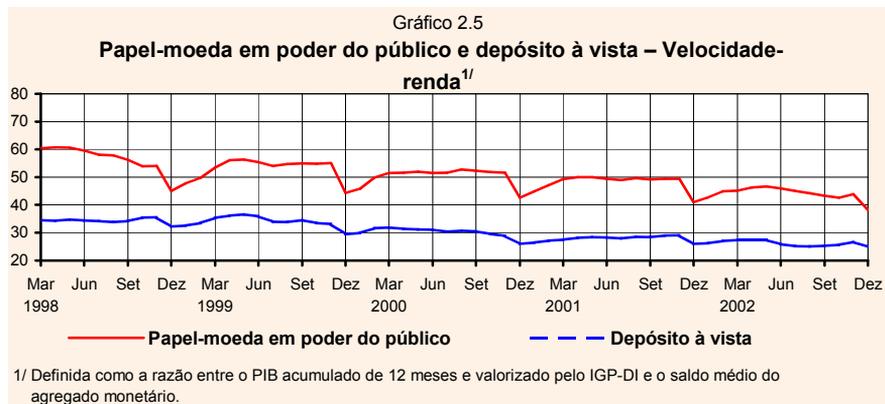
O comportamento dos agregados monetários em 2002 foi influenciado, basicamente, pelas trajetórias da taxa de câmbio e da taxa básica de juros, resultantes das incertezas nos cenários econômicos interno e externo, que induziram a moderado crescimento da atividade econômica e estabilidade do saldo das operações de crédito.

Adicionalmente, é importante salientar a ocorrência, a partir de junho, de fatores pontuais influenciando direta ou indiretamente o nível e a alocação dos haveres monetários e financeiros por parte dos agentes econômicos, ao mesmo tempo em que estes evidenciavam preferência por liquidez. Assim, a marcação a mercado dos fundos de investimento financeiro (FIF) provocou, a partir de 31 de maio, volatilidade nos preços dos títulos públicos, notadamente as LFT, desencadeando migração de recursos para outras modalidades de aplicação financeira, com movimentação atípica de recursos, especialmente para depósitos de poupança, depósitos a prazo ou para depósitos à vista e papel-moeda em poder do público.

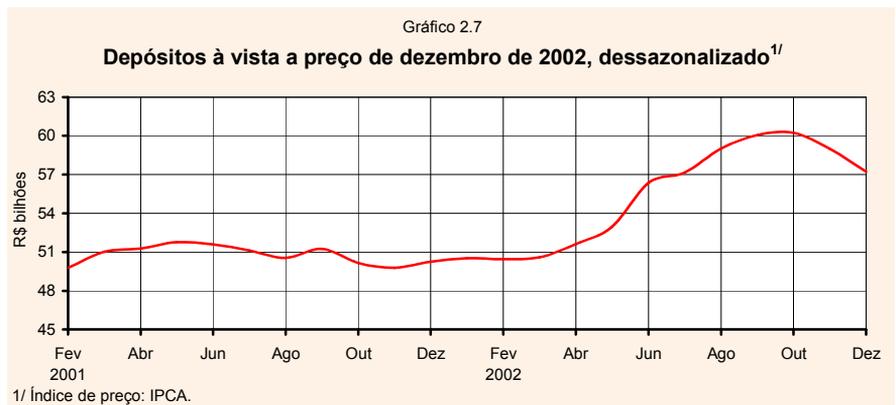
Ao mesmo tempo, a Lei Complementar 110, de 29.6.2001, autorizou a Caixa Econômica Federal (CEF) creditar nas contas vinculadas do FGTS, às expensas do próprio fundo, o complemento de atualização monetária resultante da aplicação, cumulativa, dos percentuais de 16,64% e 44,8%, sobre o saldo das contas mantidas no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 (Plano Verão) e durante o mês de abril de 1990 (Plano Collor). Além disso, a Medida Provisória 55, de 7.7.2002, permitiu liberações, em parcela única, não previstas inicialmente, referentes ao crédito de complemento de atualização monetária para titulares de contas vinculadas do FGTS com saldo igual ou inferior a R\$100, dispensada a comprovação do termo de adesão, e para titulares com idade igual ou superior a setenta anos. Essas medidas implicaram em liberações extraordinárias de saldos do FGTS de aproximadamente R\$7 bilhões entre junho e dezembro.

Ressalte-se, ainda, o volume de recursos movimentado para custeio do processo eleitoral e as incertezas dele decorrentes, com reflexos diretos sobre depósitos à vista e, principalmente, sobre o papel-moeda em poder do público.

Em consequência, a média dos saldos diários dos meios de pagamento, no conceito restrito (M1), expandiu 29,6%, totalizando R\$102,3 bilhões em dezembro, tendo o papel-moeda em poder do público atingido R\$40,4 bilhões e os depósitos à vista,



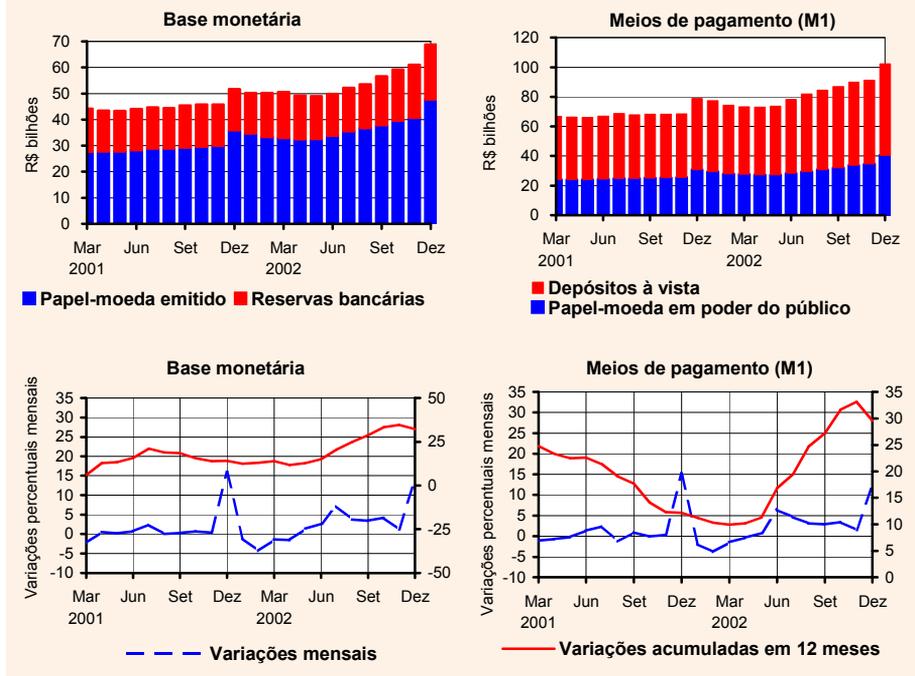
R\$61,9 bilhões. Consistente com o crescimento atípico do M1, a velocidade renda de seus componentes passou a apresentar tendência de queda, a partir de junho. Quando considerados os dados dessazonalizados, os saldos do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista apresentaram tendência de queda a partir de novembro, evidenciando a transitoriedade do impacto daqueles fatores conjunturais. Destaque-se que o comportamento do M1, bem como de todos os agregados monetários, resultou em estrito cumprimento dos intervalos de confiança estabelecidos, trimestralmente, pela programação monetária.



A base monetária, em termos de média dos saldos diários, comportou-se de maneira distinta no decorrer do ano, permanecendo estável até junho e elevando-se a partir do segundo semestre em resposta ao movimento expansionista dos depósitos à vista, adicionado ao efeito da Circular 3.134, de 10.7.2002, que incluiu as rubricas Recebimentos de Tributos Federais e Recebimentos de Contribuições Previdenciárias Federais nos Valores Sujeitos a Recolhimento (VSR) para fins de definição do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre os recursos à vista. Desse modo, o saldo médio da base monetária alcançou R\$69,9 bilhões em

Gráfico 2.8
Base monetária e meios de pagamento

Média dos saldos diários



Quadro 2.1 – Programação monetária

R\$ bilhões

Discriminação	Base monetária restrita			Base monetária ampliada			
	Mínimo	Máximo	Ocorrido	Mínimo	Máximo	Ocorrido	
2001	I trimestre	41,5	48,8	43,3	510,0	598,7	565,3
	II trimestre	40,6	47,6	43,9	525,7	617,1	593,8
	III trimestre	41,4	48,6	45,1	590,2	692,8	646,2
	IV trimestre	46,9	55,1	52,8	610,0	716,1	646,7
2002	I trimestre	45,1	53,0	49,4	625,0	733,7	666,4
	II trimestre	45,4	53,3	50,6	640,6	752,0	715,4
	III trimestre	49,4	57,7	58,2	659,3	774,0	772,7
	IV trimestre	65,0	87,9	69,9	669,8	906,1	788,0

(continua)

dezembro, com crescimento de 32,3% no ano, correspondente às elevações de 33,2% observada no papel-moeda emitido e de 30,2% em reservas bancárias.

No processo de condução da política monetária, objetivando inibir pressões sobre a liquidez da economia, o Banco Central promoveu alterações nos recolhimentos compulsórios incidentes sobre os depósitos bancários. Por meio da Circular 3.127,

Quadro 2.1 – Programação monetária (continuação)

R\$ bilhões

Discriminação	Meios de pagamento (M1)			Meios de pagamento (M4)			
	Mínimo	Máximo	Ocorrido	Mínimo	Máximo	Ocorrido	
2001	I trimestre	65,7	77,1	66,7	606,4	711,9	674,7
	II trimestre	62,9	73,8	67,1	629,4	738,8	693,4
	III trimestre	63,0	74,0	68,4	650,1	763,1	746,6
	IV trimestre	70,9	83,2	78,9	703,7	826,1	756,2
2002	I trimestre	67,0	78,6	73,4	728,0	854,6	761,9
	II trimestre	66,8	78,5	78,4	720,7	846,0	769,6
	III trimestre	72,4	85,0	87,0	746,8	876,6	776,7
	IV trimestre	93,5	126,5	91,3	698,8	945,4	809,3

1/ Elevação dos limites de emissão, alterados conforme autorização do Conselho Monetário Nacional em 19.9.2002.

de 14.6.2002, a alíquota de recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo passou de 10% para 15%, implicando redução da carteira livre de títulos federais das instituições financeiras, uma vez que o cumprimento da exigibilidade se dá mediante vinculação desses títulos no Selic, tornando-se indisponíveis. No mesmo sentido, a Circular 3.128, de 24.6.2002, alterou a alíquota para o encaixe obrigatório sobre depósitos de poupança, de 15% para 20%.

Adicionalmente, a Circular 3.144, de 14.8.2002, instituiu exigibilidade adicional sobre depósitos, que compreende o somatório das parcelas resultantes da aplicação das alíquotas de 3% sobre os recursos à vista e depósitos a prazo e de 5% sobre os depósitos de poupança, deduzido da parcela de R\$30 milhões. A exigibilidade adicional é cumprida em espécie, fazendo jus à remuneração calculada com base na taxa Selic. Posteriormente, a Circular 3.157, de 11.10.2002, elevou essas alíquotas de 3% para 8% e de 5% para 10%, respectivamente, fixando a parcela de dedução em R\$100 milhões.

Relativamente às fontes de emissão primária de moeda, sobressaíram as operações do setor externo, com impacto contracionista na base monetária de R\$26,4 bilhões, resultante das vendas líquidas de divisas ao mercado interbancário de câmbio – processo desencadeado pelo Banco Central, a partir de junho, objetivando minimizar a volatilidade na taxa de câmbio, associada às incertezas decorrentes do processo eleitoral e restrições de crédito externo. No mesmo sentido, o conjunto de operações com o sistema financeiro gerou contração de R\$23,8 bilhões. Deve-se destacar, entre os itens que compõem este segmento, a elevação da alíquota do compulsório sobre os depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e a instituição da exigibilidade adicional sobre os recursos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança, que juntos provocaram recolhimentos acumulados de R\$33,7 bilhões, enquanto, no sentido inverso, as operações com derivativos

Quadro 2.2 – Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

Período	Recursos à vista ^{1/ 2/}	Depósitos a prazo ^{1/ 2/}	Depósitos de poupança ^{1/ 2/}	Operações de crédito	FIF curto prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao Plano Real	40	-	15	-	-	-	-
1994 Jun	100	20	20	-	-	-	-
Ago	"	30	30	-	-	-	-
Out	"	"	"	15	-	-	-
Dez	90	27	"	"	-	-	-
1995 Abr	"	30	"	"	-	-	-
Mai	"	"	"	12	-	-	-
Jun	"	"	"	10	-	-	-
Jul	83	"	"	"	35	10	5
Ago	"	20	15	8	40	5	0
Set	"	"	"	5	"	"	"
Nov	"	"	"	0	"	"	"
1996 Ago	82	"	"	"	42	"	"
Set	81	"	"	"	44	"	"
Out	80	"	"	"	46	"	"
Nov	79	"	"	"	48	"	"
Dez	78	"	"	"	50	"	"
1997 Jan	75	"	"	"	"	"	"
1999 Mar	"	30	"	"	"	"	"
Mai	"	25	"	"	"	"	"
Jul	"	20	"	"	"	"	"
Ago	"	"	"	"	0	0	"
Set	"	10	"	"	"	"	"
Out	65	0	"	"	"	"	"
2000 Mar	55	"	"	"	"	"	"
Jun	45	"	"	"	"	"	"
2001 Set	"	10	"	"	"	"	"
2002 Jun	"	15	"	"	"	"	"
Jul	"	"	20	"	"	"	"

1/ A partir de agosto/2002 começou a vigorar recolhimento adicional sobre os recursos à vista (3%), depósitos a prazo (3%) e depósitos de poupança (5%).

2/ A partir de outubro/2002 as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre os recursos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança passaram para 8%, 8% e 10%, respectivamente.

autorizadas pela Resolução 2.939, de 26.3.2002, responderam pela expansão de R\$10,9 bilhões no período de maio a dezembro. Outrossim, o resultado líquido das operações do Tesouro Nacional, excluídos os efeitos da movimentação com títulos, foi contracionista em R\$20,5 bilhões, observando-se arrecadação de R\$228,9 bilhões no ano, com crescimento de 23,8% sobre igual período do ano anterior.

Considerando-se o crescimento da demanda por base monetária de R\$20 bilhões, em 2002, o ajuste da liquidez efetivou-se mediante resgates líquidos no mercado primário de R\$89,8 bilhões, conjugados com operações de compras líquidas no mercado secundário de R\$1,2 bilhão.

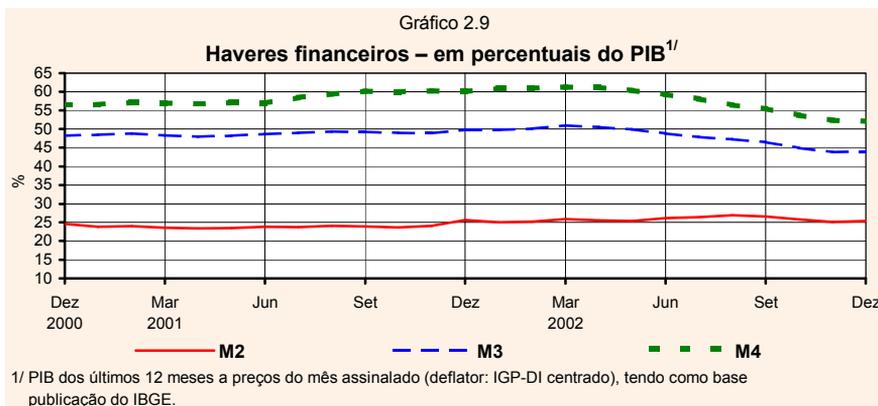
A base monetária ampliada, agregado monetário mais amplo, que sintetiza o passivo monetário e os títulos públicos federais registrados no Selic, encerrou o ano com saldo de R\$788 bilhões, registrando evolução de 21,9% no período, comportamento que reflete, principalmente, o crescimento vegetativo resultante da atualização monetária da dívida mobiliária federal em poder do mercado, determinada, em grande parte, pelo patamar assumido pela taxa de câmbio.

Os meios de pagamento ampliados apresentaram elevação moderada em 2002, devido, basicamente, ao processo de marcação pelo valor de mercado dos títulos públicos, por parte do sistema financeiro nacional, ao resgate líquido de títulos realizado ao longo do ano pelo Tesouro Nacional e à contração primária das

Quadro 2.3 – Haveres financeiros

Saldos em final de período		R\$ bilhões			
Período		M1	M2	M3	M4
2001	Jan	66,5	276,5	562,9	657,4
	Fev	68,3	279,8	570,2	666,5
	Mar	66,0	278,4	571,1	674,7
	Abr	65,8	279,6	573,8	679,5
	Mai	65,5	283,5	581,9	689,2
	Jun	66,4	289,1	590,9	693,4
	Jul	67,3	290,5	601,0	716,9
	Ago	67,6	295,6	607,0	731,0
	Set	68,5	296,6	610,2	746,6
	Out	67,5	295,9	612,5	750,8
	Nov	70,2	302,0	614,4	757,9
	Dez	83,7	321,6	625,1	756,2
2002	Jan	74,7	314,5	625,8	758,3
	Fev	73,9	316,2	628,5	758,0
	Mar	73,2	324,0	639,0	761,9
	Abr	74,8	322,7	638,6	764,7
	Mai	73,8	324,5	638,3	764,7
	Jun	79,7	342,0	638,5	769,6
	Jul	82,8	353,5	640,9	771,4
	Ago	85,5	369,2	648,7	765,3
	Set	88,2	375,9	658,6	776,8
	Out	88,8	382,2	666,0	786,2
	Nov	91,9	385,6	675,4	796,2
	Dez	108,3	398,1	690,5	809,3

operações de crédito do sistema financeiro. A conjunção desses fatores se contrapõe à depreciação cambial incidente sobre os haveres financeiros vinculados à moeda estrangeira. Além disso, cabe ressaltar a escassez de crédito no mercado externo, dificultando o processo de renovação de empréstimos do setor privado, levando as empresas a se desfazerem de aplicações para honrar seus compromissos no exterior. Como consequência a participação da poupança financeira no PIB, passou de 60,9% em dezembro de 2001 para 53,6% ao final de 2002.



No conceito M2, que engloba o M1, os depósitos de poupança e os títulos emitidos pelas instituições financeiras, os meios de pagamento expandiram 23,8%, no ano, evidenciando as expressivas captações registradas nas cadernetas de poupança e títulos privados proporcionadas, principalmente, pela migração de recursos dos fundos de investimento financeiro. O M3, que agrega o M2 mais as cotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos federais que dão lastro à posição líquida de financiamento em operações compromissadas, apresentou evolução, no ano, de 10,5%, com retração no patrimônio dos fundos de investimento financeiro. Considerado o conceito M4, que inclui M3 e títulos públicos de detentores não-financeiros, o crescimento alcançou 7%.

Operações de crédito do sistema financeiro

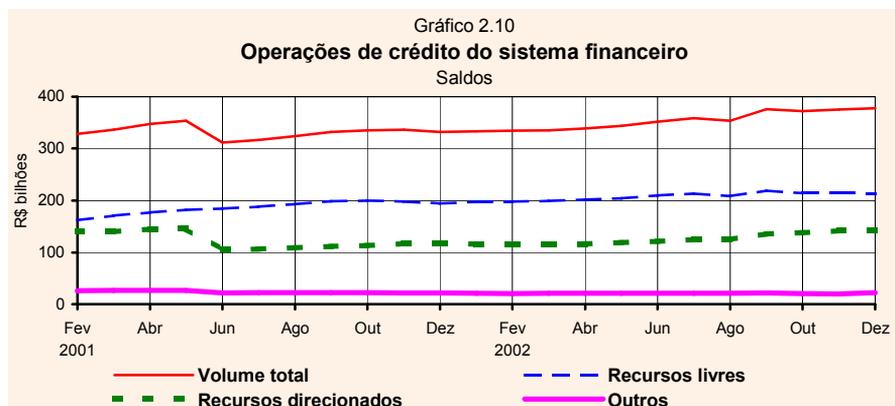
O comportamento das operações de crédito do sistema financeiro em 2002 refletiu as condições desfavoráveis predominantes nos cenários externo e interno, traduzidas em contração de financiamentos internacionais e volatilidade da taxa de câmbio, sobretudo no segundo semestre, com repercussões adversas sobre os níveis da atividade econômica, das taxas de juros e de preços. Esses fatores concorreram para a estabilidade da demanda por crédito bancário, mantendo-se a tendência de postergação das decisões de investimento das empresas e de consumo, por parte das famílias, sobretudo de bens de maior valor unitário.

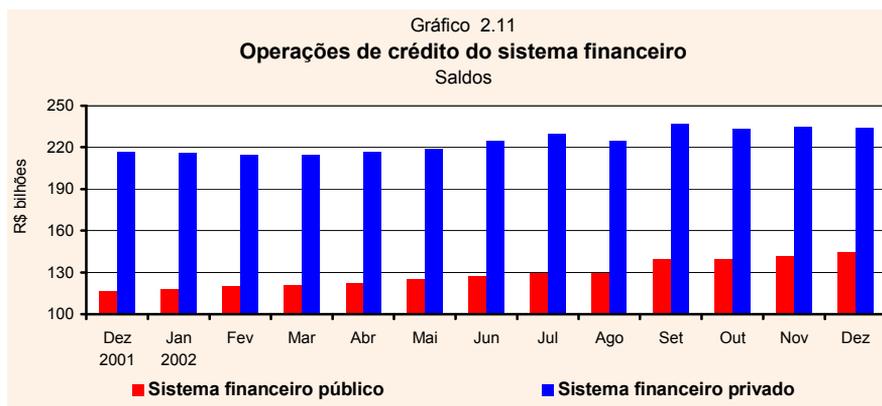
No tocante à oferta de recursos, embora a taxa de inadimplência tenha recuado no período, as instituições financeiras mantiveram postura similar à verificada no ano anterior, persistindo o conservadorismo e a seletividade na concessão de novos empréstimos, direcionados preferencialmente para operações com maiores garantias.

Com respeito à evolução das taxas de juros das operações de crédito com recursos livres, constatou-se a reversão da tendência de queda iniciada no final de 2001, como reflexo da conjuntura econômica ao longo do ano. Nesse sentido, assinala-se que as condições econômicas adversas, aliadas aos aumentos na taxa Selic e nas alíquotas de compulsórios, provocaram alterações nas taxas das operações de crédito praticadas pelas instituições financeiras, principalmente no último trimestre, revertendo a trajetória de reduções registrada no primeiro semestre. Destaque-se, também, o comportamento atípico das taxas projetadas para as operações pós-fixadas referenciadas em câmbio, em virtude da escassez de linhas externas e da forte elevação do dólar no mercado à vista.

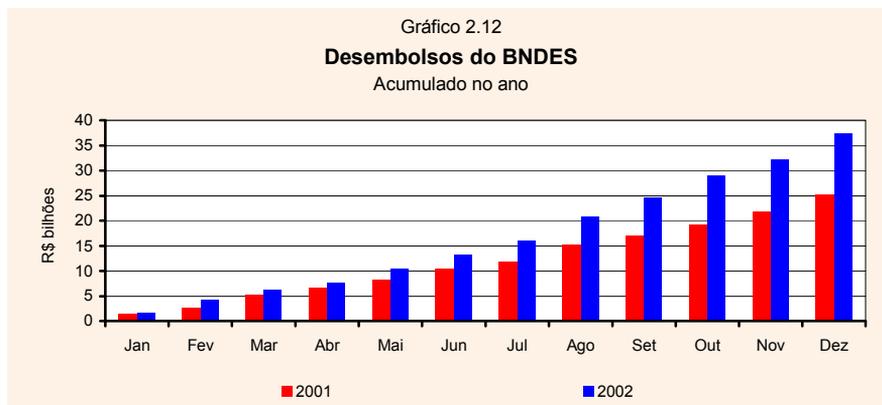
Nessa conjuntura, o volume total de crédito do sistema financeiro, atingiu R\$378 bilhões em dezembro de 2002, representando expansão de 13,7% em relação ao ano anterior. Como resultado, a participação dos empréstimos totais no PIB situou-se em 24%, ante 26,4% em dezembro de 2001. Destaque-se o desempenho das operações de crédito realizadas com recursos direcionados, que somaram R\$142,6 bilhões em dezembro, revelando aumento de 22% no ano.

Acrescente-se, ainda, que o aumento mais significativo foi apresentado pelas operações contratadas pelo sistema financeiro público, que cresceram 24,1% no ano, totalizando R\$144,1 bilhões, enquanto as operações ativas do sistema financeiro privado aumentaram 8,2%, somando R\$233,9 bilhões. O crescimento dos financiamentos realizados pelo sistema BNDES, bem como das operações com o setor rural, contribuíram, respectivamente, para a evolução das carteiras das instituições públicas e das operações com recursos direcionados.





Relativamente às operações do sistema BNDES, o volume acumulado de desembolsos para investimentos de médio e longo prazos totalizou R\$37,4 bilhões em 2002, registrando incremento de 48,4% em relação a 2001. Essa evolução refletiu as diretrizes governamentais, direcionadas, sobretudo, ao atendimento de projetos de investimentos na área de infra-estrutura, envolvendo empresas relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em decorrência da crise de abastecimento do setor ocorrida no ano anterior.



Segundo a segmentação por setores da atividade econômica, constata-se que os desembolsos concedidos à indústria de transformação, correspondentes a 45,9% do total, somaram R\$17,2 bilhões em 2002, representando aumento de 34,6% no ano. Esse desempenho refletiu a atuação do BNDES na complementação de financiamentos ao comércio exterior, constituindo-se em importante alternativa de apoio financeiro ao setor, tendo em vista a redução de linhas externas de crédito. Nesse contexto, o volume de desembolsos direcionados à atividade exportadora alcançou R\$11,8 bilhões, ante R\$6 bilhões em 2001, ressaltando-se o montante de R\$6,6 bilhões absorvidos pelo setor de transporte, em especial a indústria aeronáutica, com crescimento de 101% em relação ao ano anterior. Outros setores

da indústria de transformação que se destacaram foram os de alimentos e bebidas, celulose e papel, metalurgia e produtos químicos.

Com referência ao segmento de comércio e serviços, o fluxo de desembolsos do BNDES atingiu R\$15,5 bilhões em 2002, registrando aumento de 66,5% no ano. Deve-se enfatizar o significativo incremento dos financiamentos para infra-estrutura, destinados às empresas de eletricidade e gás, cujo volume alcançou R\$8,9 bilhões, superando em R\$7,4 bilhões o montante desembolsado em 2001. Os créditos concedidos ao setor agropecuário somaram R\$4,5 bilhões, com expansão de 63,2% no ano. Cabe ressaltar, também, o crescimento de 44,1% nos desembolsos para as micro, pequenas e médias empresas, que alcançaram R\$8,3 bilhões. Essas operações, que representaram 22% dos desembolsos totais, foram destinadas principalmente à agropecuária, infra-estrutura e indústria.

O total das consultas efetuadas ao BNDES, que representa indicador dos futuros investimentos de médio e longo prazos do setor produtivo, atingiu R\$44 bilhões em 2002, significando expansão anual de 18,2%. Esse resultado decorreu do acréscimo de 39,9% nas solicitações feitas pelo segmento de comércio e serviços, volume de R\$25,4 bilhões, predominando os projetos de infra-estrutura vinculados à área de energia e eletricidade, com recursos de R\$11,8 bilhões, superiores em 54,1% aos de 2001. Assinale-se, ainda, que o volume de consultas para o segmento de telecomunicações atingiu R\$3,1 bilhões, ante R\$1,7 bilhão em 2001, sinalizando que as empresas do setor estão projetando novos investimentos para 2003, ao contrário do ocorrido em 2002, quando os desembolsos mostraram expressiva redução. Em sentido inverso, as consultas realizadas pela indústria de transformação decresceram 9,4%, totalizando R\$13,5 bilhões.

O saldo da carteira de crédito do sistema financeiro concedido sob a forma de arrendamento mercantil alcançou R\$9,6 bilhões, com declínio de 16,5% no ano, relacionado à continuidade do processo de liquidação de contratos. Nesse sentido, observa-se que a perda de competitividade dessas operações, principalmente para financiamentos para aquisição de bens e de linhas de crédito Finame/BNDES, tem desestimulado a realização de novas operações. Em termos de número de contratos, constatou-se declínio de 732,9 mil, em 2001, para 512 mil, em 2002.

Em relação aos créditos contratados pelo setor privado, o volume atingiu R\$365,2 bilhões, representando aumento de 13,2% em 2002. Essa expansão refletiu os desembolsos de recursos do BNDES para os segmentos vinculados à área de energia, ao setor rural e às exportações, além dos efeitos da depreciação cambial sobre o estoque da dívida do setor privado, especialmente nos ramos industrial e de serviços. Por ramo de atividade, os recursos destinados à indústria apresentaram crescimento de 17,2% no ano, com o estoque de crédito atingindo R\$115,8 bilhões em dezembro, enquanto os empréstimos concedidos ao setor de serviços

atingiram saldo de R\$67,3 bilhões, evolução de 12,3% no ano. No mesmo período, os empréstimos contratados pelo comércio atingiram R\$40,1 bilhões, expansão de 10,2%.

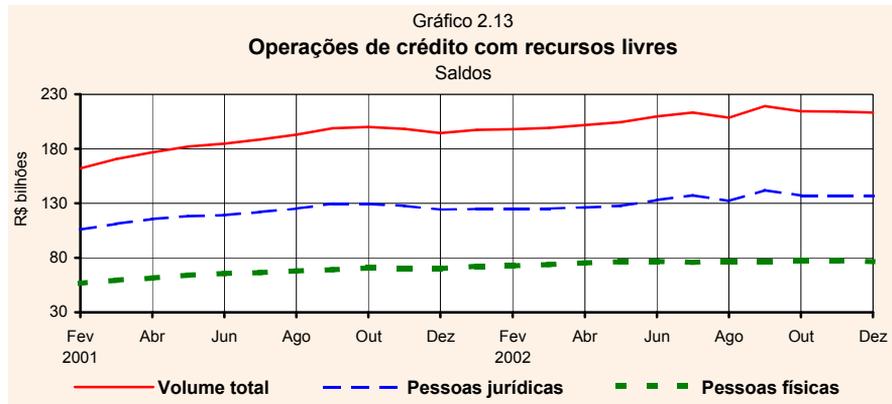
Os financiamentos concedidos ao setor rural totalizaram R\$34,7 bilhões, com incremento de 32,7% no ano, desempenho que contribuiu para a expansão de 6,5% na produção agropecuária e para ampliar a demanda de crédito da indústria e do comércio de insumos e equipamentos relacionados ao setor. Destacaram-se os desembolsos para investimentos vinculados ao Moderfrota, cujo volume disponibilizado em 2002 atingiu R\$2,8 bilhões, com acréscimo de 66,4% em relação ao ano anterior. Em termos de uso dos recursos, observou-se relativa estabilidade na participação em relação a 2001, com os recursos liberados para investimento atingindo, ao final de 2002, 52,3% do total, e os destinados a custeio e comercialização, 38,1% e 9,6%, respectivamente.

Os financiamentos habitacionais concedidos às pessoas físicas e a cooperativas habitacionais, que incluem recursos livres e direcionados, expandiram 1,8% em 2002, alcançando R\$24,4 bilhões. A carteira habitacional dos bancos públicos cresceu 8,6%, com saldo de R\$15,9 bilhões, refletindo o uso de linhas de crédito com recursos do FAT e do FGTS, enquanto as operações das instituições privadas, nas quais predominam recursos oriundos da caderneta de poupança, apresentaram contração de 8,8% no ano.

Os desembolsos de recursos para o setor habitacional atingiram R\$1,7 bilhão em 2002, ante R\$1,9 bilhão no ano anterior. Desse total, 68,9% foram aplicados na aquisição de imóveis, enquanto 32,8% foram destinados à construção de novas unidades. Pela ótica dos encargos financeiros, os financiamentos contratados com taxas de juros definidas pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) alcançaram R\$1,4 bilhão e aqueles contratados a taxas de juros de mercado, representando 19,1% do total, comparativamente a 16,9%, em 2001, R\$331 milhões.

O volume de empréstimos e financiamentos destinados ao setor público totalizou R\$12,8 bilhões, indicando crescimento de 29,9% no ano. O desempenho foi determinado pelos créditos destinados a estados e municípios, cujo saldo totalizou R\$9,5 bilhões, com expansão de 65,3% no ano, destacando-se as operações vinculadas a recebíveis de estatal de energia e liberação de recursos para investimentos no segmento de distribuição de gás, além da regularização de dívidas anteriormente baixadas como prejuízo. Em sentido inverso, a dívida bancária do governo federal situou-se em R\$3,3 bilhões, apresentando declínio de 20%, sobressaindo, fundamentalmente, a permuta por títulos federais de créditos ao setor privado, anteriormente assumidos pela União junto às instituições financeiras ao amparo da Medida Provisória 2.196, de 24.8.2001.

No que se refere às operações com recursos livres, o estoque de crédito atingiu R\$213,1 bilhões em dezembro de 2002, revelando variação nominal de 9,8% em doze meses. O resultado, inferior à inflação acumulada do período, de acordo com os principais índices de preços, esteve associado à evolução discreta da demanda de recursos por parte das empresas e das famílias, motivada pela deterioração das expectativas dos agentes econômicos, pelo elevado custo dos empréstimos e pelas incertezas decorrentes do período eleitoral.



O saldo das operações contratadas por pessoas jurídicas alcançou R\$136,7 bilhões ao final de 2002, indicando aumento de 10,1% em doze meses. O desempenho mostrou-se mais expressivo nas modalidades vinculadas a recursos internos, expansão de 13,5%, totalizando R\$79,3 bilhões. O resultado expressa, principalmente, a migração para alternativas de crédito doméstico para atender as necessidades de recursos das empresas, diante das dificuldades de renovação das linhas de empréstimos internacionais. Nesse sentido, o estoque das linhas de crédito lastreadas em captações externas somou R\$57,4 bilhões, apresentando moderado aumento de 5,8% no ano. Ressalte-se, ainda, que a variação do saldo dessas carteiras foi parcialmente explicada pelo efeito contábil da depreciação cambial acumulada, de 52,3%, em 2002.

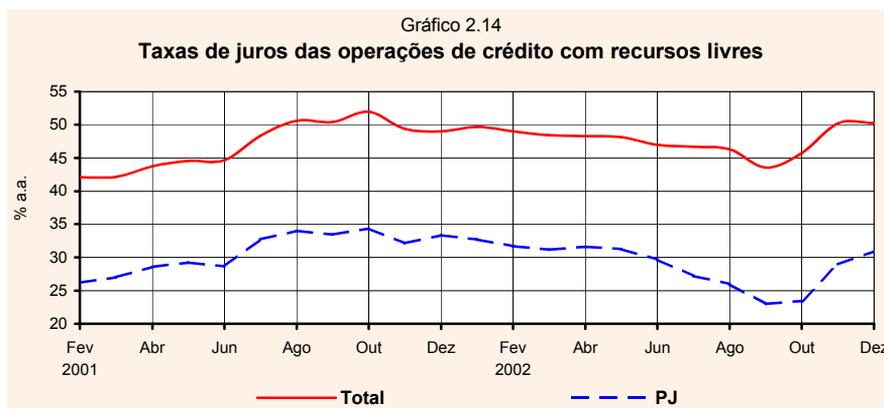
A soma das novas contratações realizadas, em 2002, por pessoas jurídicas registrou aumento anual de 5,8%, comparando-se com a posição acumulada no ano anterior. O desempenho foi explicado pelas modalidades vinculadas a recursos internos, que cresceram 7,3% no período. Em sentido inverso, as modalidades referenciadas em moeda estrangeira apresentaram contração de 1,4% no ano, refletindo os efeitos da volatilidade cambial e da escassez de fontes externas de financiamento.

O volume de crédito contratado por pessoas físicas atingiu R\$76,3 bilhões em dezembro de 2002, revelando aumento de 9,1% no ano, ante crescimento de 36,2% em 2001. As operações com esse segmento foram condicionadas pela cautela das famílias, diante do patamar elevado das taxas de juros, da deterioração dos seus

rendimentos e das condições menos favoráveis do mercado de trabalho. Esses aspectos, associados às liberações de recursos oriundos do FGTS, resultaram em menor grau de endividamento desses tomadores.

As concessões acumuladas para pessoas físicas aumentaram 7%, em relação a 2001, ressaltando-se, no entanto, que o incremento concentrou-se em linhas de crédito de curto prazo, especialmente cartão de crédito e cheque especial. Cabe esclarecer, ainda, que as operações com cartão de crédito apresentaram crescimento mais expressivo, explicado preponderantemente pelo processo de transferência das operações realizadas por intermédio de administradoras, que são empresas não integrantes do sistema financeiro, para as carteiras das instituições financeiras.

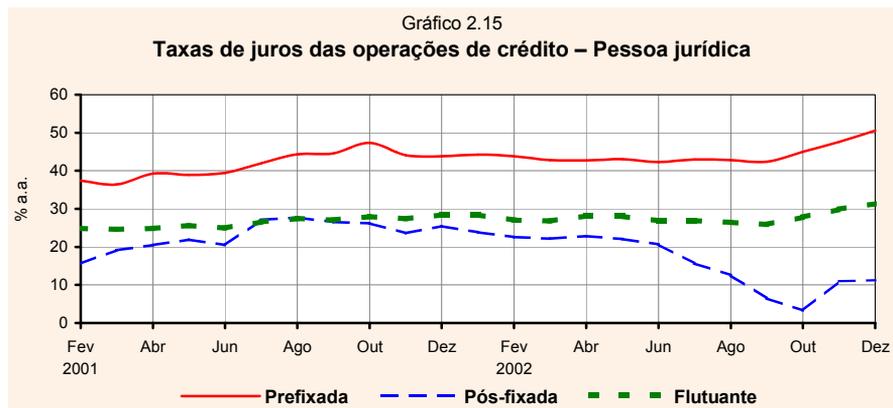
A taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres registrou crescimento de 2 p.p. em 2002, atingindo 51% a.a. em dezembro. Cabe ressaltar que, a partir de outubro de 2002, o Banco Central passou a incluir no cálculo da taxa média de juros as informações referentes aos empréstimos pactuados a juros flutuantes, vinculados à taxa dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), e às operações pós-fixadas, pactuadas com variação cambial. Essa modificação ampliou a representatividade da taxa calculada, visto que a carteira prefixada corresponde a 57% das operações de crédito livre. Considerando-se apenas os empréstimos firmados a juros prefixados, a taxa média aumentou 9.9 p.p. no ano, alcançando 70,1% a.a.



As incertezas do mercado financeiro e a volatilidade da moeda americana influenciaram as operações cambiais de modo distinto das demais. Enquanto as taxas prefixadas e as flutuantes aumentaram, ante a elevação dos custos de captação, a taxa média projetada para financiamentos pós-fixados, formada pela taxa contratual acrescida da variação cambial esperada para o prazo do empréstimo, descreveu forte retração no segundo semestre. Em função desse comportamento, observou-se no segmento de pessoas jurídicas, que concentra as operações

com variação cambial e com juros flutuantes, decréscimo de 2,4 p.p. na taxa média, que atingiu 30,9% a.a.

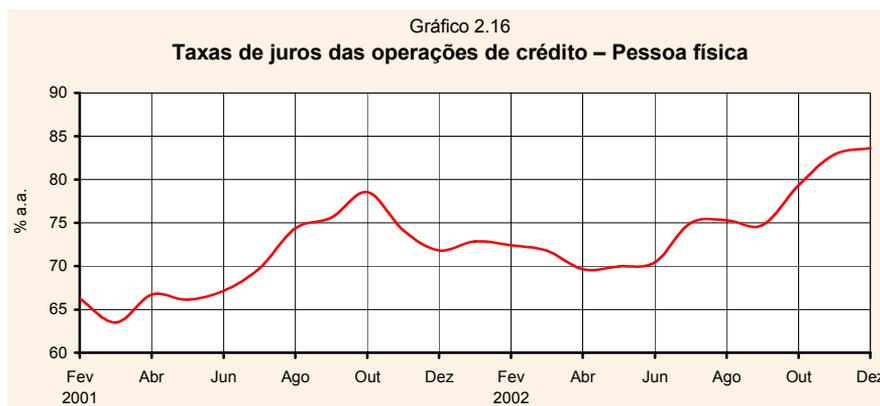
As taxas projetadas para os contratos com variação cambial, Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e repasses externos, retraíram-se entre julho e outubro, período marcado pela depreciação atípica do real. A cotação do dólar superou o valor de referência do mercado, sendo negociado acima das cotações previstas no mercado futuro para os primeiros meses posteriores à eleição. A apreciação cambial esperada possibilitaria ganho para o tomador de crédito referenciado em câmbio, diminuindo o custo da operação. Assim, ao final do ano, as taxas projetadas dessas operações situavam-se em 12,8% a.a., ante 25,4% a.a. em dezembro de 2001.



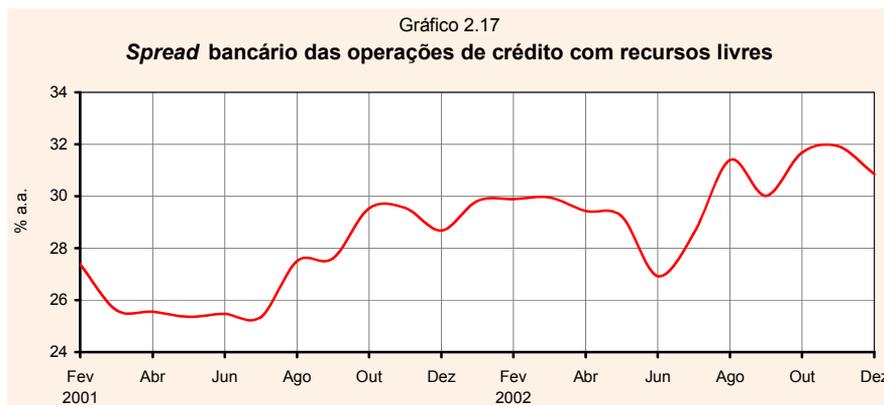
As taxas dos empréstimos com juros prefixados e flutuantes mantiveram-se relativamente estáveis até setembro, tendo no último trimestre registrado majoração, em resposta à elevação das alíquotas de compulsório e ao aumento da taxa *over/Selic*. A taxa média das operações prefixadas com pessoas jurídicas atingiu, em dezembro, 50,5% a.a., 6,7 p.p. acima do registrado no ano anterior. Nos empréstimos com taxas flutuantes, direcionados principalmente a grandes empresas, a taxa média situou-se em 31,5% a.a., ante 28,4% a.a. apurado em dezembro de 2001.

No segmento de pessoas físicas, cujas operações são pactuadas predominantemente a taxas prefixadas, verificou-se retração das taxas de juros durante o primeiro semestre. Entretanto, o aumento das incertezas, e a conseqüente elevação dos juros no mercado futuro, contribuíram para a reversão desse movimento, com a taxa atingindo 83,5% a.a., no quarto trimestre, 11,7 p.p. acima do fechamento de 2001.

Entre as modalidades do segmento, destacou-se a elevação de 17,3 p.p. na taxa de aquisição de veículos, acentuada no terceiro trimestre, quando observou-se o recrudescimento das incertezas e o aumento nos custos de captação de longo prazo.



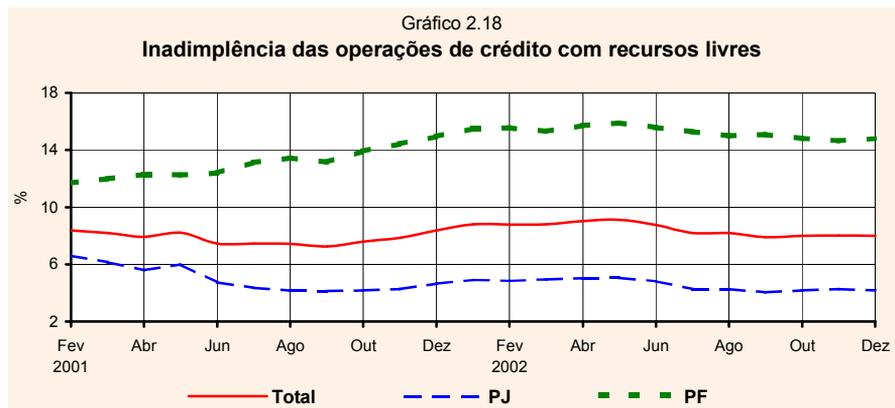
A conjuntura desfavorável provocou o aumento de 2,4 p.p., no ano, no *spread* bancário, definido como a diferença entre a taxa média das operações de crédito e o custo de captação das instituições financeiras, tendo encerrado o ano em 31,1 p.p. Apesar da estabilização da inadimplência, destacaram-se como fatores para elevação do *spread*, além das incertezas referentes à trajetória das taxas de juros e de inflação, o aumento nas alíquotas de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista, depósitos à prazo e caderneta de poupança, a criação de alíquotas adicionais sobre esses recursos e o crescimento das taxas contratuais dos empréstimos com variação cambial, associado à escassez de linhas de crédito internacional para financiamento às empresas brasileiras.



O prazo médio da carteira de crédito com recursos livres situou-se, em dezembro, em 227 dias, mesmo valor do ano anterior, tendo registrado poucas oscilações ao longo do ano. Destacou-se, entretanto, o crescimento no prazo de capital de giro, em função da migração de recursos dos financiamentos externos, e a elevação nos prazos de repasses externos e financiamento a importações, em decorrência da liquidação de empréstimos pelo vencimento do prazo. No segmento de pessoas físicas, observou-se o crescimento no prazo de crédito pessoal, estimulado por

renegociação de dívidas de linhas mais onerosas, como cartão de crédito e cheque especial.

A adoção de política conservadora para a liberação de novos créditos, aliada à utilização dos recursos extraordinários do FGTS para o pagamento de dívidas, reverteu, a partir de junho de 2002, o crescimento da inadimplência iniciado no segundo semestre de 2001. Em dezembro, o percentual de atrasos com prazo superior a quinze dias atingiu 8% da carteira, 0,5 p.p. abaixo do valor registrado no ano anterior. No segmento de pessoas jurídicas, a inadimplência atingiu 4,2%, ante 4,7% em dezembro de 2001, e na carteira de pessoas físicas, 14,8%, com retração de 0,2 p.p. no período.



No que se refere à classificação de risco da carteira de crédito do sistema financeiro em 2002, verificou-se que, ao final do ano, 60,9% das operações encontravam-se enquadradas nos riscos AA e A e 3,5%, no risco H. No ano anterior, a soma das participações dos níveis de risco AA e A alcançou 62,3% e as operações classificadas no risco H representaram 4,2%.

O montante de provisões constituído pelo sistema financeiro atingiu R\$27,2 bilhões em dezembro, apresentando crescimento anual de 10,6%, compatível com a postura cautelosa das instituições financeiras, que ampliaram o excesso dos recursos provisionados em suas carteiras de crédito. A participação dessas provisões em relação ao total de crédito concedido alcançou 7,2%, resultante dos percentuais de 8,5% relativo ao sistema financeiro público e de 6,4% relativo ao sistema financeiro privado. No ano anterior, esses respectivos percentuais foram 7,4%, 10,2% e 5,3%, ressaltando-se que o declínio da participação relativa das provisões das instituições financeiras públicas decorreu de baixa crédito para prejuízo, e conseqüente redução do saldo do nível H e melhoria da qualidade da carteira de crédito.

Gráfico 2.19
Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco –
Dezembro 2002

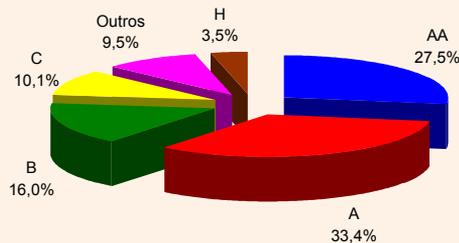


Gráfico 2.20
Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco –
Dezembro 2001

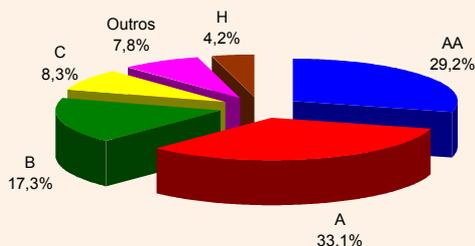
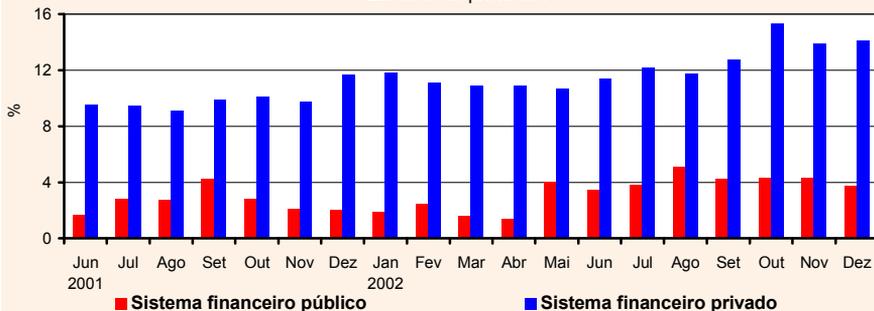


Gráfico 2.21
Operações de crédito do sistema financeiro nacional
Excesso de provisões



Sistema Financeiro Nacional

Em 2002, as flutuações conjunturais da economia, como a instabilidade no mercado cambial, a adaptação às regras de ajuste a mercado dos títulos de maior liquidez, e a forte restrição de crédito externo, evidenciaram que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) vem consolidando seus próprios mecanismos de prevenção e ajuste em relação aos riscos da atividade financeira. O avanço da regulamentação prudencial nos últimos anos conduziu as instituições financeiras a maiores responsabilidades

no gerenciamento de riscos inerentes às suas operações, podendo o Banco Central dar maior enfoque às suas funções de supervisão e fiscalização do sistema.

Objetivando a maior transferência para o setor privado, das responsabilidades referentes às transações financeiras, bem como a maior eficiência da economia, entrou em funcionamento, em 22 de abril, o novo SPB, a partir da implantação do Sistema de Transferência de Reservas (STR), administrado pelo Banco Central. O STR permite que as transferências de fundos, por conta própria dos bancos ou por conta de seus clientes, sejam liquidadas em tempo real, pelos valores brutos, em caráter irrevogável, o que reduz os riscos sistêmicos, relativos à possibilidade de interrupção da cadeia de pagamentos.

Anteriormente, mesmo se um banco não tivesse recursos suficientes em sua conta Reservas Bancárias no Banco Central em algum momento do dia, os lançamentos a débito eram efetuados, o que representava um empréstimo temporário da Autoridade Monetária sem limite previamente estabelecido e sem garantia, até que, normalmente ao final do dia, os lançamentos a crédito no mercado de títulos públicos federais fossem processados. Portanto, o Banco Central assumia os riscos de crédito das transações que cursavam pelas Reservas Bancárias. Com o STR, caso um banco emita ordem de transferência de recursos e não possua saldo disponível, a ordem não será cumprida. A necessidade de liquidez intradia poderá ser suprida mediante operações de redesconto de títulos com o Banco Central, a custo zero.

Com o novo sistema de pagamentos, ficaram nitidamente definidas as responsabilidades da Autoridade Monetária, instituições financeiras e câmaras de compensação e liquidação. As operações entre o Banco Central e o mercado ficam centralizadas em duas contas, as quais não podem apresentar saldo negativo ao longo do dia: a conta Reservas Bancárias, de titularidade de bancos comerciais, múltiplos, bancos de investimento e caixas econômicas, e a conta de liquidação, de titularidade das câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Os referidos agentes de compensação e liquidação devem assumir a posição de parte contratante para fins de liquidação, adotando mecanismos e salvaguardas adequados.

Pode-se avaliar a importância do novo SPB para o setor real da economia a partir do volume de transações cursadas no STR nos seis primeiros meses de funcionamento. O total de pagamentos feitos nesse período foi equivalente a cerca de 13,7 vezes o PIB anual do país. É como se o montante do PIB fosse liquidado a cada dez dias de operação, o que indica a confiança do mercado no novo sistema e o seu efetivo potencial de transação.

Com relação ao gerenciamento do risco de crédito das operações ativas do SFN, destaca-se a criação dos derivativos de crédito, regulamentada pela Circular 3.106,

de 10.4.2002. Trata-se de operações com o objetivo de transferência do risco de crédito cujos ativos subjacentes sejam empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, títulos de crédito e outros instrumentos sujeitos a essa modalidade de risco, sendo vedada a sua realização entre pessoas físicas ou jurídicas controladoras, coligadas ou controladas. Foram autorizadas as modalidades de *swap* de crédito e *swap* de taxa de retorno total; na primeira, a contraparte receptora assume a obrigação de comprar os ativos referenciados ou de pagar determinado valor caso ocorra um evento de deterioração do crédito, enquanto na segunda, os pagamentos entre as partes são feitos com base no fluxo de recebimentos do ativo subjacente.

Dessa forma, a contraparte transferidora do risco adquire proteção na hipótese de ocorrência dos eventos de deterioração de crédito. Esses eventos, a serem definidos contratualmente, estão relacionados ao ativo subjacente ou a seus obrigados, como exemplos, o inadimplemento do crédito ou sua contestação judicial. Os fluxos da operação têm que estar na mesma moeda ou indexador do referido ativo e o montante da transferência de risco deve estar limitado ao valor do ativo subjacente.

A possibilidade de transferência do risco de crédito propicia a redução desse componente nas taxas de *spread* bancário. Além disso, se o contrato de derivativo previr como eventos aqueles relacionados ao próprio risco de crédito da operação original, e se o ativo subjacente puder ser transferido, poderá ocorrer a diminuição do capital próprio necessário à cobertura de risco das operações ativas, o que permite à instituição transferidora uma maior alavancagem operacional, mas com segurança financeira.

Com o intuito de reduzir o risco de crédito e aumentar a transparência com relação às operações de empréstimos do sistema financeiro, assinale-se a divulgação da Circular 3.098, de 20.3.2002, referente à ampliação e aperfeiçoamento da Central de Risco de Crédito. Essa estrutura, que contempla critérios e procedimentos relacionados aos dados individuais ou agregados do cadastro e das operações de crédito dos clientes, possibilita aumentar a capacidade de monitoramento dos riscos, tanto pelo sistema financeiro nacional, como pela supervisão bancária.

Quanto às outras modalidades de risco a que estão submetidas as instituições financeiras, o aumento na cotação e oscilação do mercado cambial no terceiro trimestre tornou necessário a redução no limite diário de exposição líquida entre posições comprada e vendida com variação cambial. Esse limite foi reduzido de 60% para 30% do patrimônio de referência (patrimônio líquido calculado para fins de apuração dos limites operacionais). Além disso, foi alterado o fator aplicável às operações com ouro e variação cambial, utilizado na apuração da parcela de patrimônio líquido necessária para a cobertura do risco de mercado decorrente da

variação cambial. Esse fator foi elevado de 0,5 para 1,0 ao longo do mês de outubro, exigindo-se assim maior aporte de recursos próprios para a manutenção de tais operações no patrimônio.

No que concerne à capitalização do sistema financeiro, dados relativos a dezembro indicam que os cinquenta maiores bancos, os quais representam 97% do ativo total do sistema bancário, estavam enquadrados no índice de compatibilização do patrimônio líquido ao grau de risco das operações, que deve ser de, no mínimo, 11%. Todavia, o Banco Central, na função de supervisão e fiscalização, deve acompanhar a qualidade da base de capital do sistema. Nesse sentido, foi editada a Resolução 3.059, de 20.12.2002, estabelecendo regras mais rígidas para o registro contábil de créditos tributários pelas instituições financeiras.

Essa norma estabelece que os créditos decorrentes de prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, a serem compensados com obrigações fiscais futuras, só poderão ser registrados no ativo havendo expectativa de realização no prazo máximo de cinco anos. No momento em que esses valores são lançados no ativo, a contrapartida é registrada a crédito nas contas de resultado, o que permite o aumento do patrimônio líquido, ainda que, para fins de apuração do limite de alavancagem, os referidos ativos devem ser considerados com um nível de risco de 300%. Portanto, o limite ao prazo de compensação dos créditos tributários impede que as instituições financeiras promovam o aumento do patrimônio de referência a partir de ativos com prazo indeterminado de realização.

No que se refere aos instrumentos financeiros, entrou em vigor a nova classificação da carteira de títulos e valores mobiliários das instituições financeiras, conforme Circular 3.068, de 8.11.2001, que objetivou a adaptação a padrões utilizados internacionalmente. Os novos critérios promoveram variações no patrimônio líquido dessas instituições, embora não tenham afetado o enquadramento na exigência de capitalização para cobertura do risco de suas atividades.

Com as novas regras, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda (ambos com avaliação a valor de mercado) e títulos mantidos até o vencimento (avaliação conforme o custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos). Para manter títulos até o vencimento, a instituição deve comprovar capacidade financeira com base em projeção de fluxo de caixa que desconsidere a possibilidade de venda desses títulos.

Os reflexos no patrimônio líquido dessa nova classificação decorrem sobretudo dos registros de ajuste a valor de mercado, que podem aumentá-lo ou reduzi-lo mensalmente conforme o preço de realização desses ativos, ao contrário da

sistemática anterior, em que o patrimônio líquido só era impactado pelo registro de provisão quando o valor de mercado fosse inferior ao de custo.

Considerando-se o total do sistema bancário, em média, em dezembro de 2002, foram alocados 58% da carteira para títulos com avaliação a valor de mercado e 42% para manutenção até o vencimento. Observando-se os dados conforme o subsegmento, tem-se que o grupo dos bancos privados nacionais destinou 81% de sua carteira para marcação a mercado, os bancos estrangeiros, 63% da carteira nessa categoria, enquanto que, no subsegmento dos bancos públicos, 53% da carteira ficou classificada em títulos mantidos até o vencimento.

A opção por classificar a maior parte dos títulos para avaliação a mercado, na média, por parte dos bancos privados nacionais e estrangeiros, reflete uma maior preocupação com a disponibilidade de liquidez, visto que os títulos assim alocados podem ser livremente negociados. Por outro lado, o patrimônio líquido desses subsegmentos poderá apresentar maiores oscilações, significando variação no potencial de alavancagem que deve ser melhor calibrado com o grau de risco das operações.

Ainda no aspecto da evolução dos instrumentos financeiros, a Circular 3.152, de 20.9.2002, estabeleceu condições para a emissão das Letras de Crédito Imobiliário (LCI). As LCI podem ser emitidas por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira imobiliária, CEF, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e companhias hipotecárias, com objetivo de lastrear créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de imóvel. A LCI poderá ser garantida por um ou mais créditos imobiliários, mas a soma do principal das LCI emitidas não poderá exceder o valor total dos créditos imobiliários em poder da instituição emitente. Seu prazo mínimo para resgate depende da forma de atualização, sendo de sessenta dias quando não atualizada por índice de preços, enquanto seu prazo de vencimento não poderá ser superior ao do respectivo crédito imobiliário.

No âmbito das novas modalidades operacionais do sistema financeiro, a Resolução 2.921, de 17.1.2002, facultou a realização de operações ativas vinculadas à captação de recursos remunerados. Essa prerrogativa possibilita a ampliação de operações de crédito e arrendamento mercantil com o controle de riscos para a instituição financeira, visto que o resgate dos recursos aplicados pelo tomador de crédito fica subordinado ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada. Ademais, a remuneração da operação ativa precisa ser suficiente para cobrir os custos que a instituição terá com a captação. A possibilidade de contar com uma certa garantia mais líquida permite que essas operações não sejam computadas na apuração do limite de exposição por cliente, ainda que estejam sujeitas aos critérios de classificação de risco e constituição de provisões.

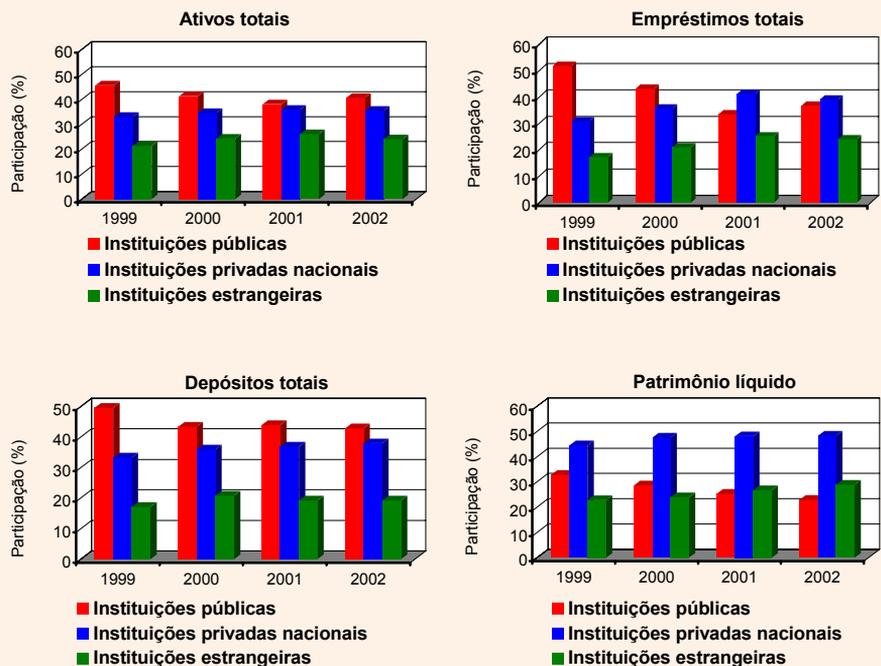
No que se refere à constituição de instituições financeiras, a Resolução 3.040, de 28.11.2002, ampliou os requisitos necessários à entrada nesse mercado. Deverão ser apresentados os seguintes documentos para análise do Banco Central, abrangendo os três primeiros anos de atividade: estudo da viabilidade econômico-financeira do projeto; plano de negócios, incluindo a definição dos principais produtos e serviços; e documento com a definição dos padrões de governança corporativa. Uma vez aprovados os atos formais de constituição, pode-se proceder à autorização para funcionamento, etapa em que se deve comprovar a origem dos recursos que serão utilizados no empreendimento.

Ao final de 2002, estavam em funcionamento 194 instituições da área bancária, incluindo 166 bancos comerciais e múltiplos, enquanto que, no final de 2001, havia 206 instituições nesse mercado. Essa redução é resultado tanto de algumas decretações de falências quanto da transformação de instituições bancárias em outras modalidades de instituições financeiras e não-financeiras.

Como resultado da atividade de supervisão bancária em 2002, foram decretadas duas liquidações extrajudiciais de instituições financeiras, referente a um banco múltiplo com carteira comercial e a uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, bem como 21 liquidações extrajudiciais em outras empresas, sobretudo consórcios. Considerando-se os regimes especiais decretados após o Plano Real, o resultado

Gráfico 2.22

Sistema Financeiro Nacional – Participação por segmentos



até o final do ano indicava 247 instituições, das quais 57 bancos. Computando-se também os regimes estabelecidos antes do Plano Real, permanecem ao todo 119 instituições com processos por encerrar.

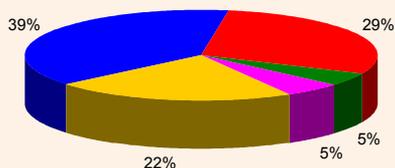
A composição do sistema financeiro por origem do capital, conforme ilustrado no gráfico 2.22, mostrava, em dezembro de 2002, que as instituições públicas detinham 40,6% do total de ativos, as instituições privadas nacionais, 35,5%, e as instituições de capital estrangeiro, 23,9%. Em 2002, ocorreu a privatização do Banco do Estado do Amazonas, adquirido pelo Bradesco por R\$182,91 milhões, 32% acima do valor de seu patrimônio líquido.

No contexto do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), restam quatro instituições a serem privatizadas, que atualmente estão sob controle da União. Considerando-se o resultado do referido programa até o final de 2002, das 42 instituições optantes, dezesseis estão se transformando em agências de fomento, doze aderiram à privatização, dez estão em processo de extinção e quatro foram saneadas e mantidas como instituições estaduais. Fora do âmbito do Proes, foram privatizados três bancos estaduais e saneada uma instituição.

Grafico 2.23
Estrutura do ativo do Sistema Financeiro Nacional
2001

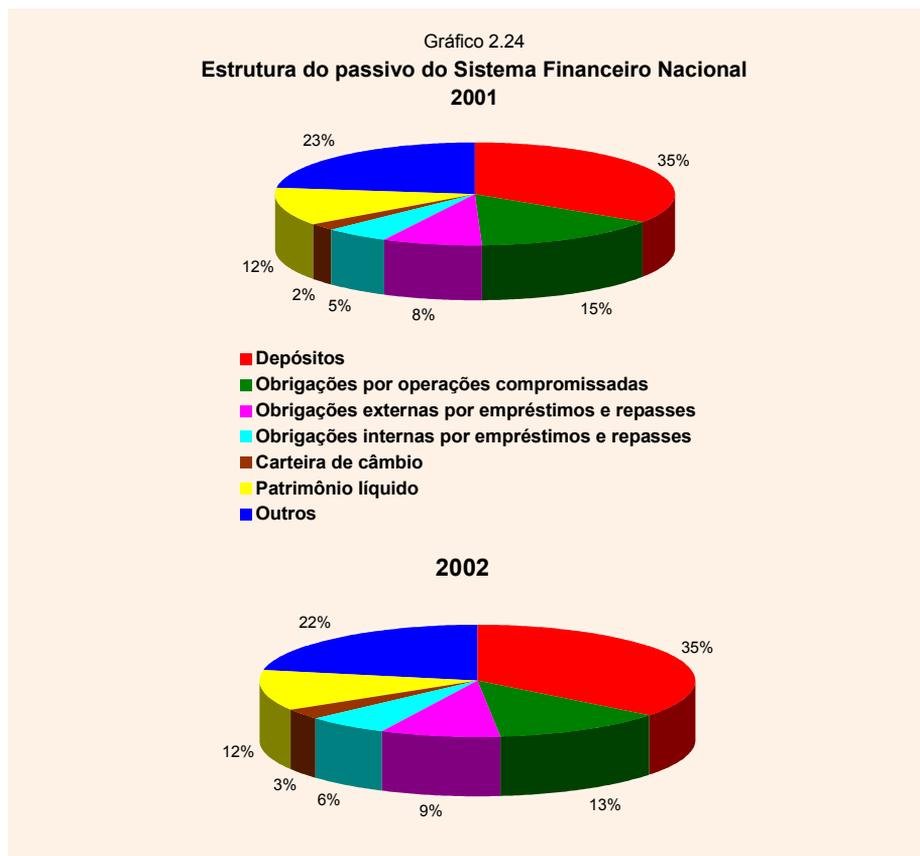


2002



Essas informações relativas à organização e composição do SFN denotam o novo perfil do sistema após a fase de reestruturação iniciada com o Plano Real, que envolveu a redução gradual da presença do setor público, maior participação do capital estrangeiro e transformações societárias visando à melhor combinação entre escala e eficiência na intermediação financeira. Dessa forma, o sistema encontra-se preparado para contribuir cada vez mais com o setor real da economia, podendo ampliar sua alavancagem na concessão de créditos.

Com relação à estrutura do ativo do sistema financeiro, demonstrada no gráfico 2.23, no final do ano, as aplicações em tesouraria correspondiam a 39% do total dos ativos, com elevação de 1 p.p. em relação a 2001, enquanto a participação das operações de crédito reduziu-se nesse mesmo patamar, para 29%. No que se refere à estrutura do passivo (gráfico 2.24), as participações do capital próprio e a utilização de recursos de terceiros mantiveram-se estáveis em 12% e 88%, respectivamente.



O indicador de alavancagem das operações de crédito é definido como a razão entre o total de créditos e o patrimônio líquido (quadro 2.4). Comparando-se os indicadores de dezembro de 2002 com os de dezembro de 2001, verifica-se redução nos relativos a instituições privadas nacionais e estrangeiras, com as operações de crédito

representando cerca de duas vezes o patrimônio líquido. No que se refere às instituições públicas, a alavancagem apresentou crescimento, resultado do aumento mais que proporcional do total de créditos em relação ao patrimônio líquido. Essa variação foi decorrente do aumento dos recursos direcionados e do crédito concedido pelo BNDES.

Quadro 2.4 – Indicadores do sistema financeiro

Discriminação	1999	2000	2001	2002
Alavancagem das operações de crédito ^{1/}				
Sistema público	4,38	4,54	3,40	3,99
Sistema privado				
Nacional	1,92	2,25	2,19	2,01
Estrangeiro	2,09	2,63	2,42	2,06
Despesas administrativas por unidade do ativo				
Sistema público	3,08	2,53	2,57	2,26
Sistema privado				
Nacional	2,93	2,85	2,70	2,52
Estrangeiro	2,69	3,21	2,46	2,52
Rentabilidade dos recursos próprios				
Sistema público	2,05	4,65	- 3,13	3,35
Sistema privado				
Nacional	3,89	4,86	6,97	5,55
Estrangeiro	3,66	- 8,45	7,70	13,60
Margem bruta da intermediação financeira ^{2/}				
Sistema público	1,37	1,33	1,23	1,29
Sistema privado				
Nacional	1,32	1,34	1,38	1,25
Estrangeiro	1,38	1,42	1,39	1,40

1/ Número de vezes em que as operações de crédito são superiores ao patrimônio líquido.

2/ Receitas da intermediação financeira em relação às despesas da intermediação financeira.

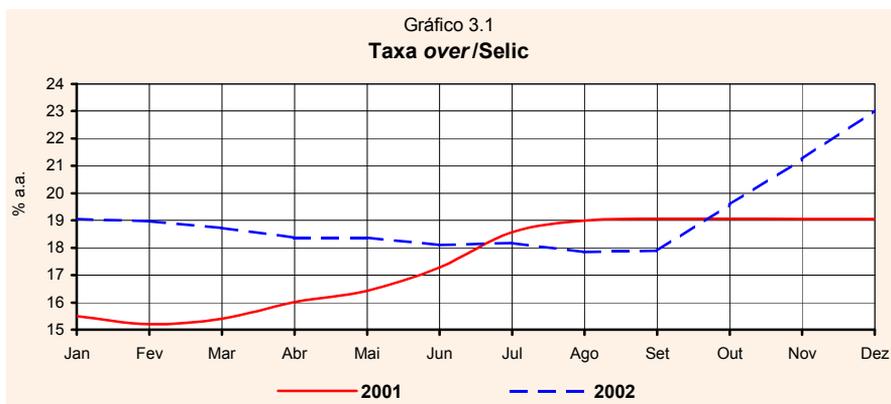
As principais receitas da intermediação referem-se às operações de crédito, câmbio e com títulos e valores mobiliários; quanto às despesas de intermediação, destacam-se as de captação, câmbio, de empréstimos e repasses e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

III

MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

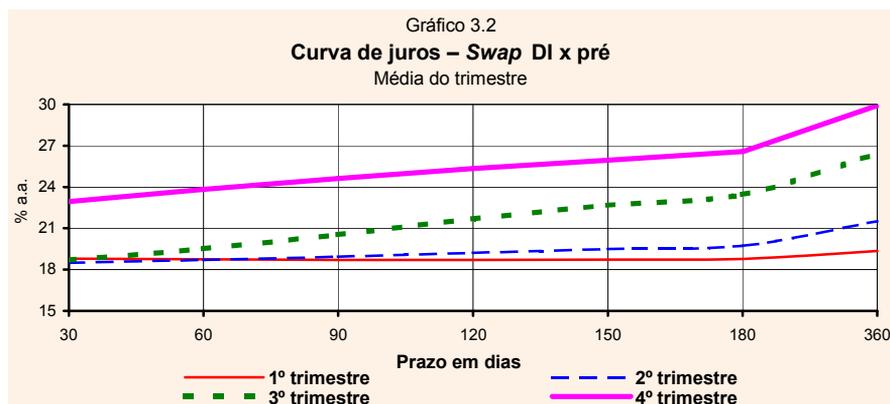
Taxa básica de juros e expectativas de mercado

No início de 2002, as expectativas de mercado apontavam para diminuição das taxas de juros, em contexto de aparente retomada da economia norte-americana e de redução do risco país. No decorrer do ano, entretanto, o aumento da volatilidade nos mercados de câmbio e juros, provocado pela maior aversão dos investidores internacionais a riscos e pelas incertezas inerentes ao processo eleitoral, apresentou-se como o principal fator para a interrupção da trajetória de queda nas taxas de juros observada no período.



No primeiro trimestre, refletindo as perspectivas de redução das taxas de juros, a diferença média entre as taxas dos contratos de *swap* DI x pré de 360 dias e a taxa Selic situou-se em 0,9 p.p., caracterizada pelo formato horizontal da curva de juros. Nesse período, a taxa Selic foi reduzida em 0,5 p.p., de 19% a.a. para 18,5% a.a.

A perspectiva de que os efeitos da depreciação cambial poderiam prolongar-se além de 2002 constituiu-se em determinante fundamental para que o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterasse, em junho, as metas para inflação definidas para 2003, de 3,5% para 4%, e para 2004, de 3,25% para 3,75%. Adicionalmente, o



intervalo de tolerância passou de 2 p.p. para 2,5 p.p. Nesse cenário, em julho, a meta para a taxa Selic foi reduzida de 18,5% a.a. para 18% a.a., tendo em vista que a projeção de inflação para 2003 estava abaixo da meta inflacionária e as expectativas do comportamento dos preços indicavam trajetória declinante nos próximos dezoito meses.

No segundo semestre, as cotações dos mercados de câmbio e juros foram pressionadas pelo aumento das incertezas dos agentes econômicos. A cotação do dólar atingiu valores próximos a R\$4/US\$ em setembro e a diferença entre as taxas dos contratos de *swap* DI x pré de 360 dias e a taxa Selic registrou o ápice no terceiro trimestre, quando alcançou 8,5 p.p.



Em resposta às pressões adicionais do câmbio sobre os preços internos, o Copom promoveu a elevação da meta para a taxa Selic no último trimestre, de 18% a.a. para 25% a.a. A definição do processo eleitoral e a reiteração do compromisso com a estabilidade monetária e a responsabilidade fiscal arrefeceram o ambiente de incertezas, contribuindo para a retração da cotação do dólar e a diminuição na inclinação da curva de juros. Com a elevação de 7 p.p. na meta para a taxa Selic no último trimestre, a diferença entre as taxas dos contratos de *swap* DI x pré de 360 dias

e a taxa Selic recuou nos últimos dias de dezembro para 4,2 p.p., confirmando a queda nas incertezas do mercado.

Quadro 3.1 – Taxas de juros

% a.a.					
Taxa	Dez 2001	Dez 2002	2001 (a)	2002 (b)	Diferença (b-a)
Selic	19,05	23,03	17,32	19,17	1,85
DI	19,05	22,91	17,29	19,11	1,82
TR	2,41	0,36	2,29	2,77	0,48
TBF	16,39	1,66	16,78	18,22	1,44
TJLP	10,00	10,00	9,50	9,87	0,37

Dessa forma, a taxa Selic acumulada em 2002 atingiu 19,2%, 1,9 p.p. superior à registrada em 2001, configurando-se no primeiro crescimento anual de juros nos últimos três anos. Ainda assim, a taxa Selic real acumulada no ano, deflacionada pelo IPCA, atingiu 5,9%, o menor valor desde 1990.

Gráfico 3.4
Taxa de juros acumulada no ano

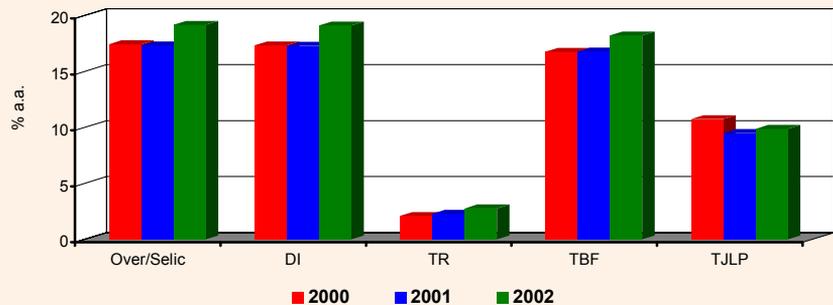
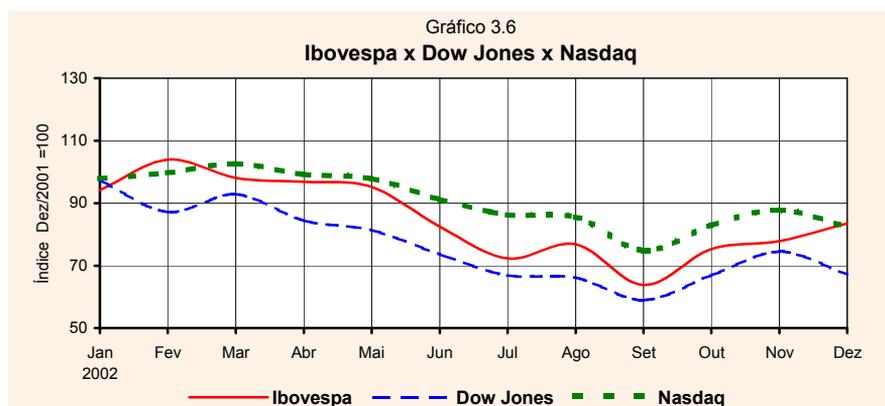


Gráfico 3.5
Taxa over/Selic acumulada em 12 meses



Mercado de capitais

Em 2002, além das incertezas de origem macroeconômica que afetaram o mercado financeiro como um todo, o mercado de capitais foi influenciado pelos escândalos contábeis envolvendo balanços de empresas norte-americanas e européias. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) registrou variação negativa de 16,6% no ano, tendo atingido em dezembro 11.268 pontos. No mesmo período, o *Dow Jones Industrial Average* (DJIA) recuou 17,7%, e o *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (Nasdaq) decresceu 32,8%.



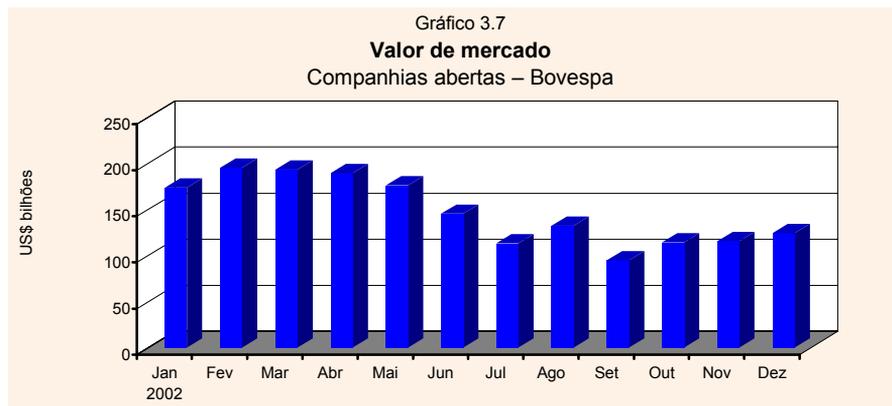
No mês de fevereiro, o Ibovespa alcançou o maior valor do ano, 14.033 pontos, finalizando o movimento de alta iniciado em outubro de 2001. Contribuíram, basicamente, para esse desempenho a redução das taxas de juros, o fim do racionamento de energia elétrica, e as perspectivas de aprovação da isenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) sobre os negócios na bolsa.

Nos meses seguintes, a depreciação cambial, as mudanças nas projeções para a inflação anual e a elevação na inclinação da curva de juros determinaram maior aversão ao risco por parte dos investidores. Além dos relatórios privados, elaborados por grandes instituições financeiras internacionais, reduzindo a recomendação de investimentos no Brasil, agências de risco rebaixaram a classificação dos papéis brasileiros, questionando a evolução da dívida no longo prazo. No segundo semestre, aos fatores de risco já existentes, juntou-se a possibilidade de guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, com possíveis efeitos sobre o preço do petróleo, levando investidores a diminuir a exposição em mercados emergentes.

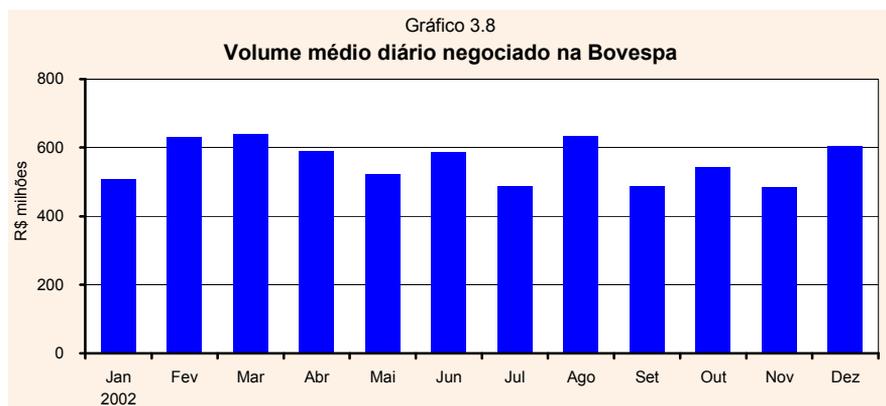
Nesse contexto, as bolsas internacionais assinalaram fortes perdas entre abril e setembro. As bolsas americanas registraram perdas de 27% no Dow Jones e 36,5% no Nasdaq. Em linha com a tendência mundial, o Ibovespa registrou queda de 34,9%.

A partir da segunda quinzena de outubro, com a definição do processo eleitoral e o comprometimento do novo governo com a manutenção da estabilidade monetária e a da responsabilidade fiscal, o mercado assumiu posição mais otimista, o que contribuiu para a recuperação da bolsa brasileira, cuja valorização atingiu 30,7% no último trimestre.

Ao final do ano, o valor nominal de mercado das companhias listadas na Bovespa manteve-se relativamente estável, em R\$438,3 bilhões, com crescimento de 1,9%. Entre as principais empresas, destaca-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cujo valor de mercado aumentou 92% no período. Entretanto, quando avalia-se o valor de mercado em dólar, verifica-se perda de 33%.



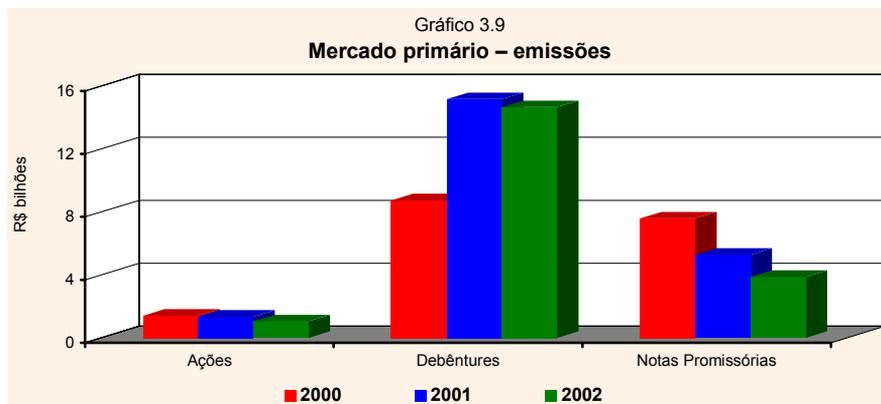
O volume financeiro médio diário, em termos nominais, decresceu ao longo do ano, refletindo as incertezas na economia e as perdas registradas pelas ações. A média de negócios de 2002 atingiu R\$558,1 milhões, 8,7% inferior à registrada em 2001.



Em 2002, o número de empresas que aderiram voluntariamente aos segmentos especiais de negociação, novo mercado, que valorizam a governança corporativa e as relações com os investidores, aumentou para 29, frente a 19 em 2001, classificadas

em Nível 1 (24), Nível 2 (3) e Novo Mercado (2). Essas empresas representaram, em dezembro, 21,3% da capitalização do mercado e 20,7% do volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

O financiamento das empresas no mercado de capitais, por meio da emissão primária de ações, debêntures e notas promissórias atingiu R\$19,6 bilhões, 10,2% inferior à registrada em 2001.



Entre as modalidades de captação, destacaram-se as debêntures, cujo volume de emissões registradas decresceu 3,5%, frente às reduções de 22,4% em ações e de 26,4% em notas promissórias. A captação de recursos através das debêntures concentrou-se no último bimestre, quando a conjuntura permitiu a recuperação do mercado. Contribuiu para o aumento das emissões no final do ano a restrição

Quadro 3.2 – Emissões das empresas no mercado primário

Registros de emissões na CVM (R\$ milhões)

Período	Ações		Debêntures		Notas promissórias		Total	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Jan	0	351	254	100	633	7	887	459
Fev	500	0	450	1 790	267	44	1 217	1 834
Mar	401	0	3 736	0	475	0	4 611	0
Abr	0	0	320	0	742	1 160	1 062	1 160
Mai	0	0	69	2 380	1 365	100	1 434	2 480
Jun	9	0	941	450	97	106	1 047	556
Jul	0	0	2 800	0	552	2	3 352	2
Ago	315	597	0	750	44	0	359	1 347
Set	0	96	324	1 245	260	400	584	1 741
Out	0	0	370	775	295	2 010	665	2 785
Nov	0	6	642	500	460	40	1 102	546
Dez	129	0	5 256	6 646	77	7	5 462	6 653
Total	1 354	1 051	15 162	14 636	5 267	3 876	21 782	19 562

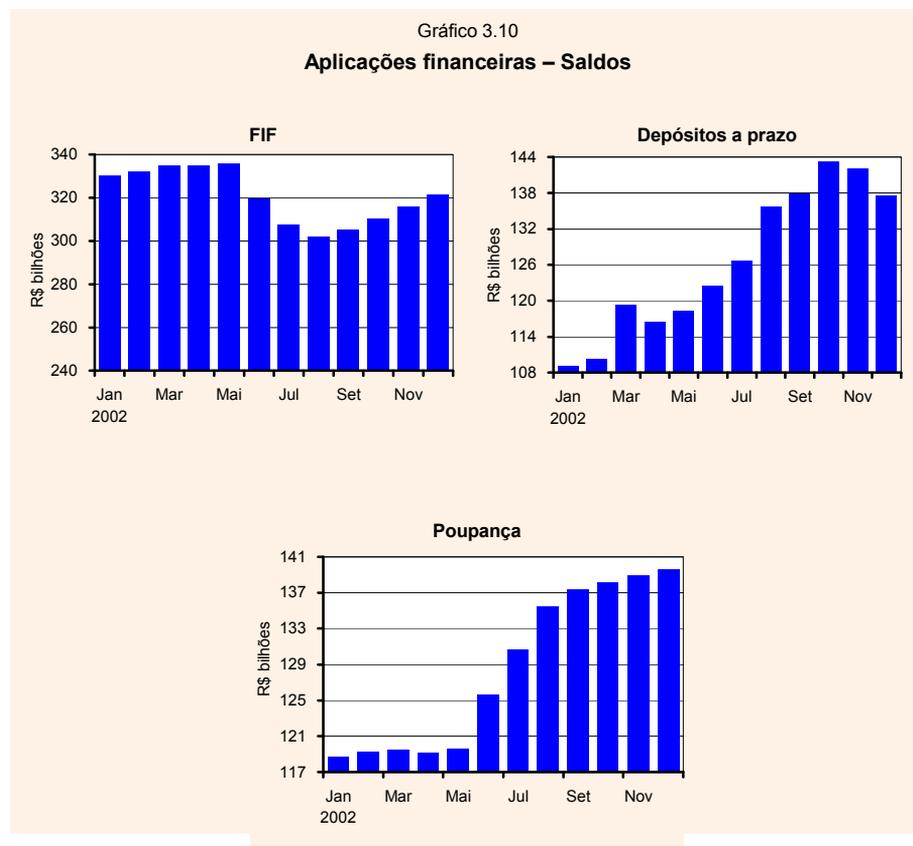
internacional ao crédito, que levou empresas brasileiras a ampliar a demanda por recursos no mercado interno. Entre as empresas que buscaram financiamento em debêntures, destacaram-se as do setor de *leasing*, com 36% das emissões registradas, seguidas de siderurgia, com 14%, participação e administração, 13%, prospecção e refino de petróleo, 10% e eletricidade, 10%.

Aplicações financeiras

O saldo das aplicações financeiras, englobando cadernetas de poupança, fundos de investimento e depósitos a prazo atingiu, em dezembro de 2002, R\$621,4 bilhões, registrando crescimento de 11,5% no ano. Os FIF apresentaram saldo patrimonial de R\$321,4 bilhões em dezembro, indicando crescimento de R\$0,8 bilhão em relação ao final do ano anterior. Esse desempenho é reflexo da migração de recursos para outras modalidades de investimento. A determinação da CVM, por meio da Instrução 365, de 29.5.2002, para que os títulos públicos fossem registrados de acordo com os preços praticados em mercado e não pela curva do papel, que incorpora os rendimentos até o vencimento, provocou a adequação do valor das quotas desses fundos. Os mais atingidos nesse processo foram os fundos de renda fixa DI, por terem em suas carteiras maior volume de títulos públicos de longo prazo.

Gráfico 3.10

Aplicações financeiras – Saldos



Objetivando reduzir a volatilidade observada no valor das quotas dos fundos de investimento e, assim, conter os resgates nessas aplicações, a CVM editou a Instrução 375, em 14.8.2002. Essa norma permitiu aos fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento financeiro e fundos de investimento no exterior contabilizar, pela curva de juros do papel, os títulos com vencimento até 365 dias, adquiridos a partir da instrução e os já existentes em carteira desde que mantidos até o vencimento e comprovada a capacidade financeira do fundo.

Outra medida, adotada pelo Banco Central, em relação à indústria de fundos de investimento, constituiu-se na recompra de títulos com vencimentos de longo prazo, com a contrapartida de colocação de outros títulos de curto prazo. Essa política se fez necessária para viabilizar a maior demanda por títulos de prazo mais curto para a carteira dos fundos de investimento.

Os efeitos dessas medidas foram percebidos a partir de outubro, quando os volumes de resgates passaram a ser gradativamente menores. Destaque-se o crescimento na rentabilidade dos fundos de investimento nos últimos quatro meses do ano, influenciado, basicamente, por fundos cujas carteiras estão lastreadas em títulos públicos federais indexados aos índices de inflação e por fundos cambiais que refletiram a depreciação do câmbio. Cabe ressaltar que embora a evolução patrimonial tenha apresentado estabilidade, os fundos de investimento registraram rendimento nominal de 21,4% no ano, nível superior ao de igual período de 2001, de 16,7%, configurando-se como a modalidade de aplicação financeira mais rentável em 2002.

O patrimônio líquido dos fundos de ações, que compreende os fundos de investimento em títulos e valores mobiliários (FITVM) e os fundos mútuos de privatização (FMP), teve evolução de R\$7,3 bilhões no ano. Devido à forte volatilidade ocorrida no mercado acionário, esses fundos apresentaram rendimento moderado, de 8,5%, superior ao ocorrido no ano de 2001, porém abaixo das demais aplicações em 2002. As maiores rentabilidades desse segmento ocorreram nos meses de fevereiro e outubro, 6,5% e 13,6%, respectivamente.

Os fundos extramercado, que aplicam exclusivamente recursos de entidades da administração federal indireta e fundos controlados pela União, apresentaram estabilidade no patrimônio ao longo de 2002, apresentando variação de R\$0,8 bilhão, fechando o ano com R\$11,6 bilhões e rentabilidade de 18,7%, ante 16,5% verificada em 2001.

As cadernetas de poupança tiveram forte incremento de recursos ao longo do ano, em virtude de movimento migratório de recursos dos fundos de investimento financeiro. Ao final de 2002, o montante aplicado situava-se em R\$139,6 bilhões, com variação patrimonial de R\$20,9 bilhões. A rentabilidade registrada para a caderneta

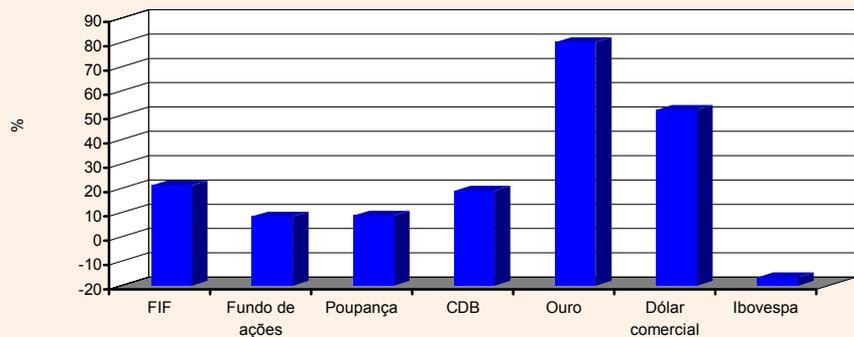
de poupança com vencimento no primeiro dia do mês, que apresenta a maior concentração das aplicações, situou-se em 9,1%.

Da mesma forma, os depósitos a prazo também receberam recursos advindos dos fundos de investimento financeiro, não obstante as elevações de alíquotas do compulsório, bem como a instituição de compulsórios adicionais. O saldo dos depósitos a prazo atingiu R\$137,6 bilhões em dezembro de 2002, com elevação do saldo em R\$30 bilhões comparado com 2001. A rentabilidade dos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) situou-se em 19,1%, próxima à variação registrada na taxa Selic, de 19,2%.

Quadro 3.3 – Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2002

Discriminação													%	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2001	2002
FIF	1,78	0,96	1,08	1,50	0,79	1,49	1,73	1,20	3,13	1,93	1,96	1,99	16,69	21,37
Extramercado	1,47	1,20	1,32	1,46	1,39	1,31	1,51	1,41	1,35	1,60	1,51	1,70	16,51	18,65
Fundo de ações	-2,62	6,54	0,65	-0,36	0,28	-5,41	-5,04	2,68	-5,77	13,60	1,04	4,20	4,31	8,45
Poupança	0,76	0,62	0,68	0,74	0,71	0,66	0,77	0,75	0,70	0,78	0,77	0,86	8,59	9,14
CDB	1,49	1,21	1,32	1,45	1,38	1,33	1,54	1,45	1,37	1,68	1,58	1,78	17,71	19,07

Gráfico 3.11
Rendimento dos principais ativos financeiros em 2002



IV

FINANÇAS PÚBLICAS

Políticas fiscal e tributária

A cobrança da CPMF, cuja vigência era prevista até 16.6.2002, foi prorrogada até 31.12.2004, de acordo com a Emenda Constitucional 37, de 12.6.2002. Foi mantida a alíquota de 0,38% para os exercícios de 2002 e 2003 e estabelecida a alíquota de 0,08% para 2004. Do produto dos recolhimentos registrados em 2002 e 2003 será destinada parcela correspondente à alíquota de:

- a) 0,20% (vinte centésimos por cento) ao Fundo Nacional de Saúde;
- b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao custeio da Previdência Social;
- c) 0,08% (oito centésimos por cento) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

No exercício financeiro de 2004 a arrecadação será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que também contará com recursos transferidos da União. Tais recursos serão provenientes da desestatização de sociedades de economia mista ou de empresas públicas por elas controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da administração pública.

A edição da Medida Provisória (MP) 38, de 14.5.2002, incentivou a liquidação antecipada do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário. Os efeitos desta medida, associados aos produzidos pelas Medidas Provisórias 66, de 29.8.2002, e 75, de 24.10.2002, quanto aos aspectos relacionados com a recuperação de débitos fiscais em atraso, propiciaram à Secretaria da Receita Federal (SRF) arrecadação adicional de R\$7,1 bilhões no exercício de 2002, dos quais R\$1,8 bilhão recolhido pelos fundos de pensão. Ressalte-se que, amparados pela Medida Provisória 2.222, de 4.9.2001, os fundos de pensão recolheram adicionalmente R\$7,8 bilhões de débitos em atraso, em 2002.

No que se refere à MP 66 (convertida na Lei 10.637, de 30.12.2002), denominada “mini-reforma tributária”, assinalem-se as disposições sobre:

- a) Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep): a tributação deixou de ser cumulativa e passou a incidir sobre o valor que cada empresa agrega ao produto. Na prática, será creditada à empresa o valor do PIS/Pasep pago nas etapas anteriores, num sistema de crédito e débito. Com a base de cálculo menor, a alíquota foi elevada de 0,65% para 1,65%, de maneira que o produto da arrecadação com a contribuição permaneça no mesmo patamar. Permaneceram sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente a esta lei, as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e de serviços prestados pelas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado, as pessoas jurídicas que importem mercadorias do exterior e as vendam no varejo, diretamente aos consumidores finais, relativamente ao faturamento oriundo dessas vendas diretas;
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): manutenção, por tempo indeterminado, da alíquota de 9%, a partir de janeiro de 2003;
- c) Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF): manutenção, até 31.12.2003, da alíquota de 27,5%;
- d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins): comprometimento, do Poder Executivo, de encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional, até 31.12.2003, com vistas a tornar não cumulativa a cobrança desta contribuição e a promover, se necessárias, alterações na alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep, visando garantir o mesmo nível de arrecadação;
- e) Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples): permissão para que as agências de viagem e turismo possam optar por este sistema;
- f) bônus para contribuintes: concessão, em relação aos tributos administrados pela SRF, de um bônus de adimplência fiscal aplicável às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real ou presumido;
- g) opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido: elevação do limite de receita bruta mensal, de R\$2 milhões para R\$4 milhões, para que a pessoa jurídica possa optar por este regime de tributação;
- h) multas: elevação das multas incidentes na comercialização de cigarros desprovidos de selos ou com selos falsos;
- i) regime especial de tributação: permissão para que as empresas integrantes do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), de que trata a Lei 10.433, de 24.4.2002, possam optar por regime especial de tributação, relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

Relativamente às finanças estaduais, a Lei 10.482, de 3.7.2002, que dispôs sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a processos litigiosos e administrativos, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, estabeleceu que até 50% do saldo de tais depósitos, efetuados no período de 1.1.2001 a 3.7.2002, poderiam ser repassados pela instituição financeira depositária à conta única do respectivo ente da federação,

com a finalidade exclusiva de pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar.

Com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção das atividades de segurança pública do Distrito Federal, bem como para a execução de serviços públicos, prioritariamente nas áreas de saúde e educação, o Congresso Nacional aprovou a Lei 10.633, de 27.12.2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). A partir de 2003, inclusive, o aporte de recursos orçamentários destinados ao FCDF será de R\$2,9 bilhões, corrigidos anualmente pela mesma variação apresentada pela receita corrente líquida da União.

Com a edição da Lei Complementar 115, de 26.12.2002, foi aprovada a permanência, até 2006, do fundo de compensação aos estados pela perda de Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) com a desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados. Durante a fase de discussão da Lei Complementar 87/1996, foi estabelecido que a retirada de ICMS sobre exportações, investimentos e material de uso e consumo, seria compensada com a transferência de recursos da União para os estados somente durante o período antecedente à reforma tributária. Levando em conta que a reforma não foi realizada em sua totalidade, tornou-se necessária a prorrogação do fundo orçamentário. Por este mecanismo, estão asseguradas transferências no valor de R\$3,9 bilhões para os estados, em 2003.

O Congresso Nacional aprovou, ainda, com a promulgação da Emenda Constitucional 39, de 19.12.2002, que o Distrito Federal e os municípios instituíam, na forma de leis específicas, contribuição destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

Adicionalmente, assinala-se a regulamentação das legislações pertinentes ao Imposto Territorial Rural (ITR), por meio do Decreto 4.382, de 19.9.2002; ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), pelo Decreto 4.494, de 3.12.2002; à Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, de acordo com o Decreto 4.524, de 17.12.2002; e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), segundo o Decreto 4.544, de 26.12.2002.

Outras medidas de política econômica

Com a edição da Emenda Constitucional 36, de 28.5.2002, foi estabelecido que pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiofusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta e indiretamente, a brasileiros natos e naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Em 13 de dezembro foi assinada a MP 82, autorizando o governo federal a liberar recursos para os estados, em troca da transferência de parte da malha rodoviária federal. A União poderá transferir o domínio de até 18 mil quilômetros de estradas em todo o país, devendo o repasse estar concluído, no máximo, até janeiro de 2006. Os estados receberão, anualmente, um mínimo de 25% do total da malha a ser transferida a cada unidade da federação, conforme cronograma estabelecido no respectivo termo de transferência.

A medida determina que a União repasse aos estados e ao Distrito Federal, em decorrência da transferência de domínio, recursos oriundos da Contribuição Econômica de Domínio Econômico (Cide), no montante de R\$130 mil por quilômetro de rodovia transferida. As condições impostas aos estados para assinar o termo de transferência são:

- a) assinar declaração desistindo de reclamar o ressarcimento de investimentos feitos anteriormente nas rodovias;
- b) retirar as ações judiciais porventura existentes, pedindo a compensação dessas despesas;
- c) estar adimplentes quanto ao pagamento de dívidas com a União.

Necessidades de financiamento do setor público

O setor público não-financeiro apresentou superávit primário de R\$52,4 bilhões, em 2002, equivalente a 4% do PIB. O Governo Central, que compreende o Governo

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	56 284	5,8	39 806	3,6
Governo federal e Banco Central do Brasil	26 336	2,7	25 016	2,3
Governos estaduais	26 098	2,7	19 955	1,8
Governos municipais	4 490	0,5	2 966	0,3
Empresas estatais	- 640	-0,1	- 8 132	-0,7
Primário	- 31 087	-3,2	- 38 157	-3,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	- 22 672	-2,3	- 20 431	-1,9
Governos estaduais	- 1 574	-0,2	- 4 579	-0,4
Governos municipais	- 531	-0,1	- 1 447	-0,1
Empresas estatais	- 6 310	-0,6	- 11 700	-1,1
Juros nominais	87 372	9,0	77 963	7,1
Governo federal e Banco Central do Brasil	49 008	5,0	45 447	4,1
Governos estaduais	27 673	2,8	24 534	2,2
Governos municipais	5 021	0,5	4 413	0,4
Empresas estatais	5 670	0,6	3 569	0,3

(continua)

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	42 788	3,6	61 614	4,7
Governo federal e Banco Central do Brasil	25 273	2,1	10 029	0,8
Governos estaduais	23 079	1,9	43 797	3,3
Governos municipais	1 178	0,1	7 696	0,6
Empresas estatais	- 6 742	-0,6	92	0,0
Primário	- 43 655	-3,6	- 52 390	-4,0
Governo federal e Banco Central do Brasil	- 21 980	-1,8	- 31 919	-2,4
Governos estaduais	- 7 211	-0,6	- 8 560	-0,6
Governos municipais	- 3 260	-0,3	- 2 073	-0,2
Empresas estatais	- 11 204	-0,9	- 9 838	-0,7
Juros nominais	86 443	7,2	114 004	8,6
Governo federal e Banco Central do Brasil	47 253	3,9	41 948	3,2
Governos estaduais	30 291	2,5	52 356	4,0
Governos municipais	4 437	0,4	9 770	0,7
Empresas estatais	4 463	0,4	9 929	0,8

1/ Preços correntes.

Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Banco Central, contribuiu com superávit de R\$31,9 bilhões, 2,4% do PIB, comparativamente a R\$22 bilhões, 1,8% do PIB, em 2001. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$49,7 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central registraram déficits de R\$17 bilhões e de R\$777 milhões, respectivamente.

O superávit do Tesouro Nacional, pelo critério acima da linha, em 2002 superou em R\$14 bilhões o registrado no ano precedente, devido, basicamente, à expansão de R\$41,4 bilhões nas receitas, para R\$250,8 bilhões, representando crescimento nominal de 19,8%.

Esse resultado foi favorecido por receitas extraordinárias, no valor de R\$28,7 bilhões, decorrentes, principalmente, de medidas legais adotadas com o objetivo de recuperar débitos tributários em atraso, regulamentadas pelas MP 2.222, de 4.9.2001; MP 38, de 14.5.2002; MP 66, de 29.8.2002 e MP 75, de 24.10.2002. A arrecadação associada a essas operações somou R\$14,8 bilhões, registrando-se, ainda, receitas extraordinárias de R\$4,1 bilhões associadas à conversão de depósitos judiciais e administrativos de R\$2,1 bilhões, relacionadas à tributação de lucros obtidos por empresas do setor estatal, em razão da variação cambial e da alienação de títulos públicos. Adicionalmente, passou a vigorar em 2002 a cobrança da Cide, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, cuja arrecadação respondeu por R\$7,2 bilhões.

Quadro 4.2 – Resultado primário do governo central

R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	236 516	271 927	321 855	15,0	18,4
Receitas do Tesouro Nacional	180 799	209 436	250 828	15,8	19,8
Receita administrada ^{1/}	160 935	183 759	224 863	14,2	22,4
Receita não administrada	19 864	25 677	25 965	29,3	1,1
Receitas da Previdência	55 717	62 491	71 027	12,2	13,7
Despesa total	214 904	249 500	289 596	16,1	16,1
Despesa do Tesouro Nacional	149 118	174 171	201 567	16,8	15,7
Transferências a estados e municípios	40 283	46 024	56 139	14,3	22,0
Pessoal e encargos sociais	55 634	64 381	73 338	15,7	13,9
Outras despesas corrente e de capital	53 201	63 766	72 090	19,9	13,1
Benefícios previdenciários	65 786	75 329	88 029	14,5	16,9
Resultado do governo federal	21 612	22 427	32 259	3,8	43,8
Tesouro Nacional	31 681	35 265	49 261	11,3	39,7
Previdência Social	-10 069	-12 838	-17 002	27,5	32,4
Resultado do Banco Central	- 477	- 690	- 777	44,7	12,6
Resultado primário (acima da linha) ^{2/}	21 135	21 737	31 482	2,8	44,8
Resultado primário/PIB – %	1,9	1,8	2,4	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Líquida de restituições e incentivos fiscais.^{2/} (+) = superávit (-) = déficit.

As receitas da Previdência Social atingiram R\$71 bilhões, e o pagamento de benefícios previdenciários, R\$88 bilhões, representando crescimento nominal de 13,7%, e de 16,9%, respectivamente.

As despesas somaram R\$289,6 bilhões, das quais R\$201,6 bilhões de responsabilidade do Tesouro Nacional e R\$88 bilhões de responsabilidade da Previdência Social, significando expansões de 15,7% e de 16,9%, respectivamente, no ano.

As transferências para os estados e os municípios, alcançaram R\$56,1 bilhões, crescimento de 22%, a maior taxa em relação a 2001, refletindo o crescimento de 32,2% na arrecadação do imposto de renda. Por sua vez, a rubrica pessoal e encargos sociais absorveu R\$73,3 bilhões, revelando incremento nominal de 13,9%, no ano.

Os demais gastos do Tesouro, agrupados na rubrica “outras despesas correntes e de capital”, somaram R\$72,1 bilhões, com crescimento de 13,1% em relação ao patamar do ano anterior, dos quais R\$22,2 bilhões alocados na área de saúde,

expansão de 14,4%. Os recursos despendidos pelo Ministério da Educação (MEC) atingiram R\$6,8 bilhões, aumento de 25,9%, e os utilizados pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, R\$4 bilhões, expansão de 608,8%, e pelo FAT, R\$7,9 bilhões, acréscimo de 19,7%.

Quanto aos governos regionais, o superávit primário acumulado no ano atingiu R\$10,6 bilhões, equivalentes a 0,8% do PIB, resultado semelhante ao verificado no ano anterior. A manutenção dessa performance, mesmo considerando o processo eleitoral ocorrido, quando tradicionalmente ocorrem maiores pressões nos gastos daquelas esferas, refletiu a continuidade do esforço empreendido visando a adequação às exigências da LRF e o cumprimento das metas fiscais programadas para o período.

As empresas estatais contribuíram com superávit de R\$9,8 bilhões, 0,7% do PIB, comparativamente a R\$11,2 bilhões, 0,9% do PIB, em 2001. A redução esteve associada, basicamente, ao maior volume de investimentos realizados em 2002.

Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$114 bilhões, 8,6% do PIB, comparativamente a R\$86,4 bilhões, 7,2% do PIB, em 2001.

Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	42 788	3,6	61 614	4,7
Primário	- 43 655	- 3,6	- 52 390	- 4,0
Juros internos	72 112	6,0	96 975	7,3
Juros reais	41 895	3,5	628	0,0
Atualização monetária	30 217	2,5	96 347	7,3
Juros externos	14 332	1,2	17 029	1,3
Fontes	42 788	3,6	61 614	4,7
Financiamento interno	27 810	2,3	36 980	2,8
Dívida mobiliária	58 353	4,9	3 364	0,3
Dívida bancária	- 26 939	- 2,2	14 692	1,1
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	- 3 604	- 0,3	18 923	1,4
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-
Financiamento externo	14 978	1,2	24 634	1,9
PIB em 12 meses ^{1/}	1 200 060		1 321 490	

1/ PIB a preços correntes.

Considerando-se a apropriação por nível de governo, registrou-se declínio de 0,7 p.p. do PIB no resultado do Governo Central e crescimento nos demais segmentos, evidenciando a depreciação cambial incidente sobre os débitos externos renegociados (Aviso MF-30, *Brazil Investment Bonds* - BIB, Clube de Paris, Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS). No caso dos governos regionais, o resultado deveu-se, ainda, à maior variação do IGP-DI, índice utilizado para correção do saldo das renegociações de dívidas junto ao Governo Federal.

As necessidades de financiamento do setor público, que compreendem o resultado primário e os juros nominais apropriados, totalizaram R\$61,6 bilhões, 4,7% do PIB, comparativamente a R\$42,8 bilhões, 3,6% do PIB, em 2001. Quanto às principais fontes de financiamento, R\$3,4 bilhões foram originados da dívida mobiliária, R\$14,7 bilhões decorreram de dívidas e obrigações com bancos, sobretudo elevação dos depósitos compulsórios no Banco Central, R\$20 bilhões de emissão monetária e R\$24,6 bilhões de financiamentos externos.

Dívida mobiliária federal

O saldo da dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$623,2 bilhões, 40% do PIB, em dezembro de 2002, comparativamente a R\$624,1 bilhões, 49,6% do PIB, no final do ano anterior. Esse resultado refletiu, em parte, resgates líquidos totais, de R\$169,5 bilhões no mercado primário, no ano. Assinalem-se, em 2002, as seguintes operações: emissões líquidas de R\$18 bilhões em LFT e de R\$12,8 bilhões em NTN-C, e resgates líquidos de R\$18,7 bilhões em NTN-D; de R\$43,2 bilhões em LTN, de R\$6 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro - Série A (LFT-A), de R\$22,1 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro - Série B (LFT-B), de R\$106,2 bilhões em NBCE e de R\$2,6 bilhões em Nota do Banco Central - Série F (NBCF).

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional atingiram, em dezembro de 2002, R\$838,8 bilhões, dos quais R\$282,7 bilhões em poder do Banco Central, e R\$556,1 bilhões, representando 66,3% do total, fora da autoridade monetária. Os títulos emitidos pelo Banco Central somaram R\$67,1 bilhões, comparativamente a R\$126,2 bilhões no ano anterior, representando 10,8% do total da dívida mobiliária em poder do mercado. Contribuíram para essa redução os resgates líquidos de R\$106,2 bilhões de NBCE e R\$2,6 bilhões de NBCF.

Quanto à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos prefixados recuou de 7,8% do total, em dezembro de 2001, para 2,2%, em dezembro de 2002, devido, principalmente, aos resgates líquidos de LTN. A participação dos títulos indexados ao *over*/Selic elevou-se de 52,8% para 60,8%, apesar de resgates líquidos de R\$10,1 bilhões em LFT. Os títulos vinculados ao câmbio reduziram sua participação

Quadro 4.4 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002
Responsabilidade do TN	555 908	687 329	838 796
Carteira do Bacen	130 897	189 442	282 730
LTN	37 243	27 970	45 775
LFT	90 595	114 986	145 614
NTN	1 812	44 943	89 664
Créditos securitizados	1 246	1 543	1 678
Tesouraria MP 1.789	-	-	-
Fora do Bacen	425 011	497 887	556 066
LTN	75 399	48 791	13 596
LFT	262 301	322 153	372 584
BTN	64	67	100
NTN	46 233	87 488	127 399
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	14 280	19 366	19 214
Créditos securitizados	21 119	16 044	15 406
Dívida agrícola	3 108	1 689	5 761
TDA	2 495	2 276	2 005
CDP	14	11	1
Responsabilidade do Banco Central	85 686	126 198	67 125
LBC	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-
NBCE	83 745	124 707	67 125
NBCF	1 942	1 490	-
NBCA	-	-	-
Total fora do Banco Central	510 698	624 084	623 191
Em % do PIB	44,2	49,6	40,0

de 28,6% para 22,4%, como reflexo dos resgates de NBCE e NBCF. Os títulos indexados à Taxa Referencial (TR) reduziram sua participação de 3,8% para 2,1%, evidenciando resgates de Nota do Tesouro Nacional - Série H (NTN-H) e Nota do Tesouro Nacional - Série P (NTN-P). A participação dos títulos atrelados ao IGP-M elevou-se de 4% para 7,9%, devido a emissões líquidas de NTN-C. A participação dos títulos indexados ao IGP-DI atingiu 3,1%, ante 3% em 2001.

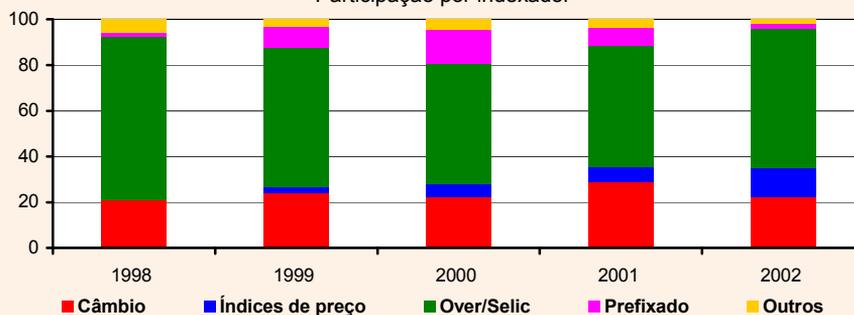
Em dezembro de 2002 o cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto dívida securitizada, operações de financiamento e títulos cetipados, apresentou a seguinte configuração: R\$239,8 bilhões, 41,3% do total, vencendo em 2003; R\$93,1 bilhões, 16%, em 2004; e, R\$247,8 bilhões, 42,7%, a partir de janeiro de 2005.

Quadro 4.5 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2000	2001	2002
Total - R\$ milhões	510 698	624 084	623 191
Câmbio	22,3	28,6	22,4
TR	4,7	3,8	2,1
IGP-M	1,6	4,0	7,9
Over/Selic	52,2	52,8	60,8
Prefixado	14,8	7,8	2,2
TJLP	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	4,4	3,0	3,1
INPC	0,0	0,0	0,0
IPCA	-	-	1,5
Outros	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Gráfico 4.1
Títulos públicos federais
 Participação por indexador



A duração média dos títulos públicos federais emitidos pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional, em oferta pública e mediante colocações diretas, alcançou 11,98 meses, em dezembro de 2002, comparativamente a 10,17 meses, em dezembro de 2001. Considerando por emissor, a duração média atingiu 15,77 meses para os títulos do Banco Central, e no que se refere ao Tesouro Nacional, 8,23 meses.

A exposição total nas operações de *swap* cambial realizadas até dezembro de 2002 alcançou R\$91,1 bilhões. Considerando o critério de competência, o resultado acumulado no ano dessas operações, compreendido como a diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom, foi desfavorável ao Banco Central em R\$16,9 bilhões. No critério caixa, o resultado desfavorável acumulado no ano atingiu R\$10,9 bilhões.

Dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público totalizou R\$881,1 bilhões em dezembro de 2002, 56,53% do PIB, comparativamente a R\$660,9 bilhões, 52,57% do PIB, em dezembro de 2001. O impacto da depreciação cambial de 52,3% no ano constituiu-se no fator responsável por essa elevação, equivalendo a R\$148 bilhões, dos quais R\$76,7 relativos à dívida mobiliária interna indexada ao dólar e R\$71,3 bilhões relativos à dívida externa líquida.

O incremento total da dívida líquida no ano correspondeu a 3,96 p.p. do PIB, sendo 3,95 p.p. relacionados às necessidades de financiamento do setor público (resultado primário e juros nominais apropriados); 9,45 p.p. corresponderam ao impacto cambial sobre a dívida mobiliária interna indexada ao dólar e sobre a dívida externa;

Quadro 4.6 – Dívida líquida do setor público

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (F=D-E)	432 015	40,7	471 823	40,9
Ajuste metodológico s/dívida interna (E)	44 134	4,2	53 613	4,6
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	476 149	44,9	525 436	45,5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	33 929	3,2	42 794	3,7
Ajuste patrimonial (C)	46 122	4,3	54 794	4,7
Ajuste de privatização (B)	- 39 623	-3,7	- 59 861	-5,2
Dívida líquida total (A)	516 578	48,7	563 164	48,8
Governo federal	275 848	26,0	344 258	29,8
Banco Central do Brasil	40 374	3,8	8 709	0,8
Governos estaduais	147 934	13,9	161 184	14,0
Governos municipais	22 851	2,2	24 139	2,1
Empresas estatais	29 571	2,8	24 873	2,2
Dívida interna	407 809	38,4	451 841	39,1
Governo federal	152 058	14,3	200 687	17,4
Banco Central do Brasil	81 000	7,6	66 885	5,8
Governos estaduais	139 399	13,1	151 558	13,1
Governos municipais	21 984	2,1	22 706	2,0
Empresas estatais	13 368	1,3	10 004	0,9
Dívida externa	108 769	10,3	111 322	9,6
Governo federal	123 790	11,7	143 571	12,4
Banco Central do Brasil	- 40 626	-3,8	- 58 177	-5,0
Governos estaduais	8 535	0,8	9 626	0,8
Governos municipais	867	0,1	1 433	0,1
Empresas estatais	16 203	1,5	14 869	1,3
PIB em R\$ milhões ^{1/}	1 061 134		1 154 558	

(continua)

Quadro 4.6 – Dívida líquida do setor público (continuação)

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (F=D-E)	514 612	40,9	576 226	37,0
Ajuste metodológico s/dívida interna (E)	72 795	5,8	149 457	9,6
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	587 407	46,7	725 683	46,6
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	61 043	4,9	132 360	8,5
Ajuste patrimonial (C)	73 259	5,8	87 544	5,6
Ajuste de privatização (B)	- 60 842	-4,8	- 64 479	-4,1
Dívida líquida total (A)	660 867	52,6	881 108	56,5
Governo federal	419 121	33,3	566 734	36,4
Banco Central do Brasil	- 7 349	-0,6	- 5 906	-0,4
Governos estaduais	203 409	16,2	257 986	16,6
Governos municipais	26 156	2,1	34 992	2,2
Empresas estatais	19 530	1,6	27 302	1,8
Dívida interna	530 022	42,2	654 312	42,0
Governo federal	254 499	20,2	310 003	19,9
Banco Central do Brasil	54 021	4,3	53 235	3,4
Governos estaduais	192 154	15,3	239 578	15,4
Governos municipais	24 374	1,9	32 092	2,1
Empresas estatais	4 974	0,4	19 404	1,2
Dívida externa	130 845	10,4	226 796	14,6
Governo federal	164 622	13,1	256 732	16,5
Banco Central do Brasil	- 61 370	-4,9	- 59 141	-3,8
Governos estaduais	11 255	0,9	18 408	1,2
Governos municipais	1 781	0,1	2 900	0,2
Empresas estatais	14 556	1,2	7 897	0,5
PIB em R\$ milhões ^{1/}	1 257 076		1 558 670	

1/ PIB anual a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI (c), tendo como base a série publicada pelo IBGE.

0,05 p.p. à variação de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida; 0,92 p.p. ao reconhecimento de dívidas; -0,23 p.p. às privatizações ocorridas no período; e -10,17 p.p. ao efeito do crescimento do produto nominal, valorizado pelo IGP-DI centrado, registrado no período.

A dívida bruta do governo geral, que compreende o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, atingiu R\$1.132,9 bilhões, 72,7% do PIB, em dezembro de 2002, ante R\$885,9 bilhões, 70,5% do PIB, em dezembro de 2001. Contribuíram para esse resultado a depreciação cambial verificada em 2002 e a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional em substituição às NBCE resgatadas no ano.

Quadro 4.7 – Evolução da dívida líquida do setor público

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – saldo	516 578	48,7	563 164	48,8
Dívida líquida – var. ac. ano	130 707	6,1	46 586	0,1
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano): ^{1/}	130 707	12,3	46 586	4,0
NFSP	56 284	5,3	39 806	3,4
Primário	- 31 087	-2,9	- 38 157	-3,3
Juros nominais	87 372	8,2	77 963	6,8
Ajuste cambial ^{2/}	69 380	6,5	18 345	1,6
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	39 873	3,8	9 479	0,8
Dívida externa	29 507	2,8	8 866	0,8
Dívida externa – outros ajustes ^{3/}	0	0,0	0	0,0
Reconhecimento de dívidas	14 015	1,3	8 672	0,8
Privatizações	- 8 973	-0,8	- 20 238	-1,8
Efeito crescimento PIB – dívida ^{4/}		-6,2		-3,9
PIB em R\$ milhões	1 061 134		1 154 558	

(continua)

Quadro 4.7 – Evolução da dívida líquida do setor público (continuação)

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – saldo	660 867	52,6	881 108	56,5
Dívida líquida – var. ac. ano	97 704	3,8	220 241	4,0
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano): ^{1/}	97 704	7,8	220 241	14,1
NFSP	42 788	3,4	61 614	4,0
Primário	- 43 655	-3,5	- 52 390	-3,4
Juros nominais	86 443	6,9	114 004	7,3
Ajuste cambial ^{2/}	37 814	3,0	147 225	9,4
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	19 182	1,5	76 662	4,9
Dívida externa	18 633	1,5	70 564	4,5
Dívida externa – outros ajustes ^{3/}	- 383	0,0	753	0,0
Reconhecimento de dívidas	18 465	1,5	14 286	0,9
Privatizações	- 980	-0,1	- 3 637	-0,2
Efeito crescimento PIB – dívida ^{4/}		-4,0		-10,2
PIB em R\$ milhões	1 257 076		1 558 670	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores, dividido pelo PIB acumulado nos últimos 12 meses valorizado, segundo a fórmula:
 $(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB}_{12\text{MesesValorizado}}) * 100$. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa, e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:
 $\text{Dt-1}/(\text{PIBMesAtual}/\text{PIBMesBase}) - \text{Dt-1}$.

Quadro 4.8 – Dívida líquida e bruta do governo geral^{1/}

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	660 867	52,6	881 108	56,5
Dívida líquida do governo geral	648 685	51,6	859 712	55,2
Dívida bruta do governo geral	885 907	70,5	1 132 894	72,7
Dívida interna	704 468	56,0	848 570	54,4
Dívida externa	181 439	14,4	284 324	18,2
Governo federal	168 403	13,4	263 016	16,9
Governos estaduais	11 255	0,9	18 408	1,2
Governos municipais	1 781	0,1	2 900	0,2
Créditos do governo geral	- 237 222	- 18,9	- 273 182	- 17,5
Créditos internos	- 233 441	- 18,6	- 266 898	- 17,1
Disponibilidades do governo geral	- 102 845	- 8,2	- 104 513	- 6,7
Aplic. da Previdência Social	- 1 486	- 0,1	- 876	- 0,1
Arrecadação a recolher	- 1 159	- 0,1	- 1 144	- 0,1
Depósitos à vista (inclui ag. descentral.)	- 6 119	- 0,5	- 4 528	- 0,3
Disponibilidades do governo federal no Bacen	- 82 206	- 6,5	- 88 527	- 5,7
Aplicações na rede bancária (estadual)	- 11 874	- 0,9	- 9 438	- 0,6
Aplicações de fundos e programas financeiros	- 30 684	- 2,4	- 38 847	- 2,5
Créditos junto às estatais	- 29 961	- 2,4	- 32 613	- 2,1
Demais créditos do governo federal	- 17 441	- 1,4	- 23 791	- 1,5
Recursos do FAT na rede bancária	- 52 511	- 4,2	- 67 133	- 4,3
Créditos externos	- 3 781	- 0,3	- 6 284	- 0,4
Governo federal	- 3 781	- 0,3	- 6 284	- 0,4
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Dívida líquida do Banco Central	- 7 349	- 0,6	- 5 906	- 0,4
Dívida líquida das empresas estatais	19 530	1,6	27 302	1,8
PIB em R\$ milhões ^{2/}	1 257 076		1 558 670	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos inclusive com o Bacen.

2/ PIB dos últimos 12 meses, a preços do mês assinalado. Deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Arrecadação de impostos e contribuições federais

Em 2002, a arrecadação de impostos e contribuições de competência da União, exclusive as contribuições previdenciárias do setor privado, atingiu R\$243 bilhões, apresentando crescimento nominal de 23,5%, e real de 9%, quando considerado o IGP-DI como deflator, comparativamente ao exercício de 2001. Parte considerável do ganho de receitas foi propiciada por fatores atípicos sem correspondência em 2001

e pela cobrança da Cide a partir de janeiro de 2002. A arrecadação gerada por essas operações somou R\$28,7 bilhões, dos quais:

- R\$14,8 bilhões referente a pagamentos de débitos em atraso, sendo R\$9,6 bilhões efetuados pelos fundos de pensão;
- R\$7,2 bilhões originários da cobrança da Cide incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados;
- R\$2,1 bilhões de recolhimento sobre lucro decorrente da alienação de títulos públicos e da variação cambial (setor estatal);
- R\$3,2 bilhões relativos à arrecadação adicional propiciada pela majoração da alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38%, a partir de 19.3.2001.

Quadro 4.9 – Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	56 397	64 909	85 803	15,1	32,2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	18 841	19 457	19 799	3,3	1,8
Imposto de Importação (II)	8 509	9 090	7 972	6,8	-12,3
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	3 126	3 584	4 022	14,7	12,2
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	39 905	46 364	52 267	16,2	12,7
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	9 279	9 367	13 364	0,9	42,7
Contribuição para o PIS/Pasep	10 043	11 396	12 872	13,5	13,0
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	14 545	17 197	20 369	18,2	18,4
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	-	-	7 243	-	-
Outros tributos	16 169	15 394	19 295	-4,8	25,3
Total	176 814	196 758	243 006	11,3	23,5

Fonte: Secretaria da Receita Federal

A arrecadação do Imposto de Renda totalizou R\$85,8 bilhões, apresentando crescimento real de 17% em comparação com o recolhimento registrado em 2001. Esse desempenho refletiu, fundamentalmente, a expansão real de 78,8% dos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

A arrecadação referente à CSLL situou-se em R\$13,4 bilhões, o que representa aumento real de 26,2% em relação a 2001. Os pagamentos efetuados pelas entidades financeiras, R\$2,8 bilhões, cresceram 160,1% e os recolhimentos a cargo das demais empresas, da ordem de R\$10,6 bilhões, 11%, em bases reais. A arrecadação propiciada pela CPMF alcançou R\$20,4 bilhões, traduzindo crescimento real de 4,5%.

Os impostos que apresentaram as maiores perdas de arrecadação foram o Imposto de Importação (II) e o IPI, influenciadas pela contração de 6,8% no valor das importações em dólar e pelas reduções de 8,2% e de 4,1% das respectivas alíquotas médias.

Previdência Social

Em 2002, o déficit da Previdência Social, definido como a diferença entre a arrecadação líquida das transferências a terceiros e o pagamento de benefícios previdenciários totalizou R\$17 bilhões.

O valor dos benefícios pagos atingiu R\$88 bilhões, expandindo 16,9% no ano e passando a representar 6,58% do PIB. Foram pagos 21,1 milhões de benefícios, com acréscimo de 5,5% em relação ao número de 2001, dos quais 14,3 milhões na área urbana e 6,9 milhões na área rural. O valor médio dos benefícios alcançou R\$389,14, representando crescimento real de 1,1% em relação a 2001, considerando-se dados deflacionados pelo INPC.

Do total de benefícios pagos, 65,9%, corresponderam ao valor do piso previdenciário, equivalente ao salário mínimo, evidenciando a relevância de se considerar o impacto da política de reajuste anual do salário mínimo acima da inflação na mensuração da necessidade de financiamento da Previdência. Nesse sentido, registre-se que o déficit previdenciário atingiu 1,27% do PIB, em 2002, do qual 0,31 p.p. decorrente do reajuste do salário mínimo.

Outro fator a ser considerado na apuração do resultado previdenciário diz respeito à política de transferência de renda da zona urbana para a rural, que ocorre via concessão de benefícios. Enquanto a relação entre contribuições e pagamento de benefícios da área urbana tem se mostrado pouco discrepante, na área rural a arrecadação tem sido bastante inferior à despesa, como mostram os dados referentes a 2002, que situam as contribuições rurais em R\$2,3 bilhões, frente a gastos da ordem de R\$17,1 bilhões, com impacto negativo de R\$14,8 bilhões no saldo previdenciário, representando 87,1% da necessidade de financiamento.

Assim, ao se proceder à análise das contas da Previdência, deve-se considerar a existência de políticas específicas de distribuição de renda, de geração de emprego, de incentivo à atividade econômica e à educação, de assistência social e à saúde que, inseridas no âmbito previdenciário, exercem impacto significativo na apuração dos resultados. Nesse caso também estão incluídos os subsídios concedidos a determinados setores que não contribuem pela regra geral e sim, por regras diferenciadas, como as empresas optantes do Simples, as entidades filantrópicas, os clubes de futebol, os empregadores rurais, os exportadores de produção rural, os empregadores domésticos e os segurados especiais.

Igualmente merecem destaque o impacto da adoção de alíquotas diferenciadas para a CPMF, resultando em redução da receita de contribuição e aumento da despesa com benefícios, e a renúncia decorrente da utilização do mecanismo de recuperação de créditos, via certificados da dívida pública (CDP). Em 2002, o total das renúncias previdenciárias foi estimado em R\$10,1 bilhões, sem os quais a necessidade de financiamento totalizaria 0,52% do PIB.

A arrecadação da Previdência Social alcançou R\$76,1 bilhões, 5,7% do PIB, 13,6% superior ao resultado de 2001. Assinale-se o desempenho das receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos, totalizando R\$5,8 bilhões, com crescimento de 44,6% no ano.

Fazem parte das medidas de recuperação de créditos os depósitos judiciais referentes a ações contra a Previdência; a arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis); o resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional; as dívidas de hospitais e universidades; os parcelamentos de dívidas não incluídos em programas específicos; a amortização de débitos de estados e municípios, por meio da retenção dos Fundos de Participação dos Estados/Fundos de Participação dos Municípios (FPE/FPM).

Quadro 4.10 – Previdência Social – Fluxo de caixa

R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	77 182	88 172	105 032	14,2	19,1
Arrecadação	59 606	66 997	76 080	12,4	13,6
Outras receitas	533	635	361	19,1	- 43,1
Antecipação de receitas – TN	1 760	- 3	2 939	- 100,2	-
Transferências da União	15 283	20 543	25 652	34,4	24,9
Despesas	76 468	88 033	102 145	15,1	16,0
Benefícios previdenciários	65 786	75 329	88 029	14,5	16,9
Benefícios não-previdenciários	2 721	3 368	4 083	23,8	21,2
Outras despesas	4 072	4 830	4 980	18,6	3,1
Transferências a terceiros	3 889	4 506	5 053	15,9	12,1
Saldo operacional	714	139	2 887
Saldo previdenciário	- 10 069	- 12 838	- 17 002
Relação benefícios/arrecadação bancária ^{1/}	1,1	1,1	1,2

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

^{1/} Corresponde à relação entre os benefícios pagos e a arrecadação bancária líquida de transferências a terceiros.

Em 2002, 11,8 milhões dos benefícios pagos representando 55,9% do total, ocorreram sob a forma de aposentadorias por idade, invalidez e tempo de contribuição, número 3,4% superior ao referente ao ano anterior. Relativamente aos novos benefícios, totalizaram 3,87 milhões, representando crescimento de 35,4%, no ano, devido, principalmente, ao maior número de aposentadorias no setor urbano.

Privatizações

As privatizações no Brasil tiveram início na década de 80, com a criação do Programa de Desestatização, que estabeleceu critérios para a transferência de empresas públicas ao setor privado. O processo ganhou maior flexibilidade a partir do Decreto 91.991/1985, que definiu as normas para a privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo Federal. No período de 1985 a 1989 foram privatizadas empresas adquiridas pelo BNDES, por motivo de insolvência ou inadimplência.

A partir da Lei 8.031, de 12.4.1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), as privatizações ganharam impulso com a venda de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Em 1995 o PND foi ampliado, visando permitir a privatização dos setores de infra-estrutura, como energia elétrica, transportes e telecomunicações.

As privatizações estaduais tiveram início a partir de 1996 e, mais recentemente, outros segmentos de prestação de serviços públicos foram incluídos no PND, como abastecimento de água e saneamento básico.

Em 2002, o resultado obtido com o programa de privatizações federais alcançou US\$2,2 bilhões, com a venda do Banco do Estado do Amazonas (BEA) (US\$76,8 milhões), a oferta pública de ações da CVRD (US\$1,9 bilhão) e a venda de participações minoritárias (Decreto 1.068/1994), no valor de US\$1,7 milhão. No setor de telecomunicações, foram ofertadas sobras de ações da telefonia celular Bandas D (US\$18,7 milhões) e E (US\$237,8 milhões). Em relação a 2001, registrou-se decréscimo de 24% nas receitas de privatizações.

Os resultados acumulados no período 1991/2002 atingiram US\$105,5 bilhões, dos quais US\$70,8 bilhões correspondentes à venda de empresas federais e o restante, de empresas estaduais. Do total obtido, US\$18,1 bilhões resultaram da transferência de dívidas ao setor privado, sendo US\$11,3 bilhões relacionados a privatizações federais.

Quadro 4.11 – Programas estaduais de desestatização

Empresas privatizadas 1996-2002

US\$ milhões

Empresa	Setor	Estado	Data do leilão	Preço de venda	Dívida transferida
Cerj	Elétrico	RJ	20-nov-1996	587	364
Ferroeste	Ferrovário	PR	10-dez-1996	25	-
Participações minoritárias				794	
Banerj	Financeiro	RJ	26-jun-1997	289	-
Riogás	Gás	RJ	14-jul-1997	146	-
Ceg	Gás	RJ	14-jul-1997	430	-
Coelba	Elétrico	BA	31-jul-1997	1 598	213
Credireal	Financeiro	MG	7-ago-1997	112	-
Cachoeira Dourada	Elétrico	GO	5-set-1997	714	140
CEEE – N/NE	Elétrico	RS	21-out-1997	1 486	149
CEEE – CO	Elétrico	RS	21-out-1997	1 372	64
CPFL	Elétrico	SP	5-nov-1997	2 731	102
Enersul	Elétrico	MS	19-nov-1997	565	218
Cia. União de Seguros Gerais	Seguros	RS	20-nov-1997	45	-
Cemat	Elétrico	MT	27-nov-1997	353	461
Energipe	Elétrico	SE	3-dez-1997	520	40
Cosern	Elétrico	RN	12-dez-1997	606	112
Metrô do Rio de Janeiro	Transporte	RJ	19-dez-1997	262	-
Participações minoritárias				2 388	
Conerj	Transporte	RJ	5-fev-1998	29	-
Coelce	Elétrico	CE	2-abr-1998	868	378
Eletropaulo Metropolitana	Elétrico	SP	15-abr-1998	1 777	1 241
CRT	Telecomunic.	RS	19-jun-1998	1 018	822
Celpe	Elétrico	PA	9-jul-1998	388	116
Flumitrens	Transporte	RJ	15-jul-1998	240	-
Elektro	Elétrico	SP	16-jul-1998	1 273	428
Bemge	Financeiro	MG	14-set-1998	494	-
Empr. Bandeirante de Energia (EBE)	Elétrico	SP	17-set-1998	860	375
Terminal Garagem M. Côrtes	Transporte	RJ	28-out-1998	67	-
Bandepe	Financeiro	PE	17-nov-1998	153	-
Participações minoritárias				330	
Comgás	Gás	SP	14-abr-1999	988	88
Baneb	Financeiro	BA	22-jun-1999	147	-
Cesp – Paranapanema	Elétrico	SP	28-jul-1999	682	482
Cesp – Tietê	Elétrico	SP	27-out-1999	472	668
Gás Noroeste	Gás	SP	9-nov-1999	143	-
Participações minoritárias				216	
Celpe	Elétrico	PE	17-fev-2000	1 004	131
Gás Sul	Gás	SP	26-abr-2000	298	-
Cemar	Elétrico	MA	15-jun-2000	289	158
Manaus Saneamento	Saneamento	AM	29-jun-2000	106	-
Banestado	Financeiro	PR	17-out-2000	869	-
Saelpe	Elétrico	PB	30-nov-2000	185	-
Banco do Estado da Paraíba	Financeiro	PB	8-nov-2001	29	-
Total				27 948	6 750

Fonte: BNDES

Quadro 4.12 – Programa Nacional de Desestatização

Empresas privatizadas 1991-2002

Setor/Empresas	Preço mínimo US\$ milhões	Preço de venda US\$ milhões	Dívidas transferidas	Data do leilão principal
Sistema Petroquímica				
Petroflex	179	234	21	10-abr-1992
Copesul	617	861	9	15-mai-1992
Álcalis	79	81	6	15-jul-1992
Nitriflex	26	26	9	6-ago-1992
Polisul	57	57	131	11-set-1992
PPH	44	59	35	29-set-1992
CBE	11	11	-	3-dez-1992
Polioléfinas	87	87	-	19-mar-1993
Oxitenó	54	54	2	15-set-1993
PQU	270	287	41	24-jan-1994
Politeno	45	45	28	18-ago-1994
Coperbo	26	26	6	16-ago-1994
Ciquine	24	24	6	17-ago-1994
Polialden	17	17	1	17-ago-1994
Acrinor	12	12	1	12-ago-1994
Copene	254	270	475	15-ago-1995
CPC	90	100	61	29-set-1995
Salgema	87	139	44	5-out-1995
CQR	0	2	-	5-out-1995
Pronor	63	64	35	5-dez-1995
Nitrocarbono	30	30	7	5-dez-1995
CBP	0	0	-	5-dez-1995
Polipropileno	81	81	5	1-fev-1996
Koppol	3	3	67	1-fev-1996
Deten	12	12	-	22-mai-1996
Polibrasil	99	99	12	27-ago-1996
EDN	17	17	-	26-set-1996
Elétrico				
Escelsa	444	519	2	11-jul-1995
Light	2 271	2 508	586	21-mai-1996
Gerasul	880	881	1 082	15-set-1998
Siderúrgico				
Usiminas	1 238	1 941	369	24-out-1991
Cosinor	12	15	-	14-nov-1991
Aços Finos Piratini	42	107	2	14-fev-1992
CST	339	354	484	16-jul-1992
Acesita	348	465	232	22-out-1992
CSN	1 267	1 495	533	2-abr-1993
Cosipa	174	586	884	20-ago-1993
Açominas	285	598	122	10-set-1993

(continua)

Quadro 4.12 – Programa Nacional de Desestatização (continuação)

Empresas privatizadas 1991-2002

Setor/Empresas	Preço mínimo US\$ milhões	Preço de venda US\$ milhões	Dívidas transferidas	Data do leilão principal
Fertilizantes				
Indag	7	7	-	23-jan-1992
Fosfertil	139	182	44	12-ago-1992
Goiasfertil	13	13	9	8-out-1992
Ultrafertil	199	206	20	24-jun-1993
Arafertil	11	11	2	15-abr-1994
Ferrovário				
Malha Oeste	61	63	-	5-mar-1996
Malha Centro-Leste	316	316	-	14-jun-1996
Malha Sul	152	208	-	20-set-1996
Malha Sudeste	871	871	-	22-nov-1996
Malha Tereza Cristina	16	18	-	13-dez-1996
Malha Nordeste	11	15	-	18-jul-1997
Malha Paulista	196	206	-	10-nov-1998
Outros				
Celma	73	91	4	1-nov-1991
Mafersa	19	49	1	11-nov-1991
SNBP	8	12	-	14-jan-1992
Caraíba	5	6	-	28-jul-1994
Embraer	182	192	263	7-dez-1994
CVRD	2 610	3 299	3 559	6-mai-1997
Tecon 1 – Porto de Santos	93	251	-	17-set-1997
Meridional	155	240	-	4-dez-1997
Codesa – Cais de Capuaba	26	26	-	6-mai-1998
Codesa – Cais de Paul	9	9	-	13-mai-1998
Tecon 1 – Porto de Sepetiba	79	79	-	3-set-1998
CDRJ - Term. <i>Roll-on Roll-off</i>	16	27	-	3-nov-1998
Porto de Angra dos Reis	8	8	-	5-nov-1998
Datamec	50	50	-	23-jun-1999
Porto de Salvador	21	21	-	21-dez-1999
Banespa	945	3 604	-	20-nov-2000
Oferta pública – ações Petrobras		4 032	-	2000
Oferta pública – ações Petrobras		808	-	2001
Banco do Estado de Goiás	122	269	-	4-dez-2001
Banco do Estado do Amazonas (BEA)		77	-	24-jan-2002
Oferta pública – ações CVRD		1 897	-	20-mar-2002
Participações minoritárias		1 149		

Fonte: BNDES

Quadro 4.13 – Telecomunicações 1991-2002

US\$ milhões

Empresas	Resultado do leilão	Dívida transferida	Data do leilão
Sistema Telebrás	19 237	2 125	9-jul-1998
Telefonia fixa e serviços de longa distância	11 970	2 125	
Telefonia celular – Banda A	6 974	-	
Oferta aos empregados	293	-	
Concessões	9 813	-	
Telefonia celular Banda – B	7 613	-	1997/1998
Telefonia celular Banda – D	1 334	-	13-fev-2001
Telefonia celular Banda – D (sobras)	18	-	2002
Telefonia celular Banda – E	482	-	13-mar-2001
Telefonia celular Banda – E (sobras)	238	-	2002
Empresas espelho	128	-	1999
Total	29 050	2 125	

Fonte: BNDES

V

RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

Política de comércio exterior

Em 2002, registrou-se a continuidade do processo de desoneração das exportações, paralelamente à estratégia oficial de priorizar o comércio exterior com mercados não tradicionais. Nesse sentido, assinalem-se as missões empresariais à Rússia e à China, que vem se firmando, desde sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), como o principal parceiro comercial do Brasil na Ásia, ultrapassando parceiros tradicionais, a exemplo do Japão. Como resultado dessa missão, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) e a *China Aviation Industry Corporation II* (Avic II), empresa chinesa de aviação, fecharam acordo, com o apoio dos dois governos, que permitirá a produção conjunta do modelo de avião da Embraer destinado àquele mercado. Foi também anunciada parceria comercial no setor de satélites, bem como exportações de ônibus, *software* e produtos agroindustriais.

A exemplo do observado no ano anterior, a agenda negociadora externa brasileira se mostrou bastante complexa, em razão do aprofundamento das negociações nos diversos foros em que o país participa, dos interesses envolvidos e dos efeitos que a conclusão dessas negociações podem ter na economia do Brasil. Neste ano, porém, um outro elemento foi adicionado ao escopo das negociações: o recrudescimento do protecionismo nos países desenvolvidos.

No caso dos EUA, a imposição de sobretaxas e quotas nas importações de produtos siderúrgicos, bem como a aprovação de um conjunto de subsídios ao setor agrícola, são exemplos do conteúdo protecionista das medidas comerciais norte-americanas. Os termos em que foi aprovado o *Trade Promotion Authority* (TPA), mandato concedido ao Executivo para negociar acordos comerciais, fixaram algumas posturas defensivas igualmente desfavoráveis ao Brasil. A lista de exceção do TPA inclui parte dos produtos competitivos – têxtil, confecções, agrícolas – da pauta exportadora brasileira destinada àquele mercado. Ademais, o governo dos EUA mantém proibições a importações sob a alegação de motivos de ordem fitossanitários. Em suma, os produtos em que a política comercial norte-americana se apresenta geralmente mais protecionista respondem por importante participação na pauta exportadora brasileira. A postura dos EUA em relação ao contencioso com o Brasil tende a condicionar sua solução às negociações desenvolvidas no âmbito da Área de Livre Comércio das

Américas (Alca) e da OMC. Isso significa, na visão brasileira, projetar a soluções desses contenciosos para o longo prazo.

Essa reorientação protecionista da política comercial dos EUA interfere diretamente nas negociações da Alca, uma vez que a busca de acordos sub-regionais e bilaterais ganha cada vez mais força diante das dificuldades para concluir um acordo no âmbito multilateral. Além disso, alguns países da região já acenam positivamente a essa iniciativa norte-americana, como o Chile e os países centro-americanos. Num balanço das negociações da Alca no ano, observou-se certo esgotamento do modelo baseado quase exclusivamente na discussão de métodos e modalidades de acesso a mercados, conforme definido pela Reunião Ministerial de Buenos Aires, em abril de 2001. Nas reuniões do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) de Isla Margarita e do Panamá, realizadas respectivamente em abril e em maio de 2002, houve uma mudança no processo negociador do bloco, que passou a se desenvolver na negociação dos textos dos capítulos que integrarão o acordo e na apresentação das ofertas de liberalização. Em outubro, realizou-se, em Quito, a Sétima Reunião Ministerial da Alca, marcando o início da última etapa das negociações do acordo. Foi definido que, a partir de 15 de dezembro desse ano até 15 de fevereiro de 2003, as partes começarão a apresentar suas ofertas iniciais de liberalização nos grupos em que se negociam agricultura, acesso a mercados, serviços, investimentos e compras governamentais. Espera-se que esta fase leve ao aprofundamento das trocas de concessões e à conclusão dos textos dos vários capítulos que farão parte do acordo e ao fim das negociações, previsto para janeiro de 2005.

Nas últimas negociações, o Brasil notificou a tarifa-base, como ponto de partida para o processo de desgravação dos produtos, sendo oferecida a tarifa efetivamente aplicada e não a consolidada na OMC. No caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul), para possibilitar as convergências tarifárias necessárias intra-bloco, foi mantida a possibilidade de ajustes na Tarifa Externa Comum (TEC) até 15.4.2003. Desde 1.11.2002, o Brasil e os EUA assumiram a presidência conjunta da Alca, num momento decisivo das negociações do bloco, quando serão definidos os aspectos centrais do processo de integração. Os pontos mais importantes para o Brasil são garantia de acesso aos mercados mais dinâmicos, regras compartilhadas sobre *antidumping*, redução de barreiras não-tarifárias, fim do protecionismo com base em regras sanitárias e correção das assimetrias na área agrícola.

O aumento do protecionismo norte-americano levou Bruxelas a adotar também proteção no mercado europeu, neste caso, não para cortar o atual alto nível de importação, mas para evitar efeitos negativos de maciço desvio de comércio causados pelas medidas dos EUA. Em 2002, o protecionismo no comércio internacional de aço foi um dos temas centrais da agenda da OMC. Diante desse quadro, o governo brasileiro, com base no Acordo de Salvaguardas da OMC,

solicitou consultas à União Européia (UE), para questionar a fundamentação jurídica da medida do bloco europeu. Este Acordo permite que um sócio da OMC adote sobretaxas temporárias, para que um setor industrial se adapte à concorrência estrangeira.

É no setor agrícola, porém, onde residem os maiores interesses do Brasil. Neste ano, o país assumiu, na OMC, uma atitude de liderança no combate ao protecionismo agrícola dos países desenvolvidos. Em setembro, o Brasil protocolou na Organização pedidos de consultas, primeiro passo exigido pelo mecanismo de solução de controvérsia da OMC, sobre as políticas de subsídios dos EUA e da UE. Neste caso, a queixa se dividiu em duas partes: a primeira, referente aos subsídios dados aos produtores de açúcar; e a outra, à preferência dada por Bruxelas aos países do Caribe, Ásia e Pacífico na importação do produto. No outro caso, o Brasil questiona o apoio governamental dado aos produtores de algodão norte-americanos, o que tem afetado os produtores brasileiros e a competitividade das suas exportações. Ainda com relação aos EUA, a OMC aprovou, em outubro, um comitê de investigação contra as barreiras impostas ao suco de laranja do Brasil. Esta é a barreira comercial mais antiga enfrentada pelos exportadores brasileiros, datando de 1970. A OMC autorizou o Brasil a retaliar o Canadá por ter concedido subsídios ilegais no financiamento de aviões da Bombardier. O montante dessa retaliação será decidido por um comitê de arbitragem, porque o governo canadense discordou do valor fixado pelo Brasil. Este, na verdade, não tem intenção de impor a sanção, embora procure resguardar o direito a ela, pois sua aplicação poderia embaralhar bastante as relações comerciais com o Canadá.

Em resumo, o núcleo das disputas na OMC é que, de um lado, os países desenvolvidos demandam por mandatos liberalizantes para bens não-agrícolas, serviços, investimentos e compras governamentais, mandatos que preservam a proteção à agricultura, o uso do *antidumping* e de medidas compensatórias, e a inclusão de temas caros aos países em desenvolvimento como meio ambiente e direitos trabalhistas. Do outro lado, estão os países em desenvolvimento, que demandam por maior acesso a mercados para seus produtos, basicamente produtos agrícolas e têxteis, tratamento especial e diferenciação nas obrigações envolvidas nos acordos da OMC, maior ênfase nas questões de implementação do que no avanço da liberalização em bens não-agrícolas, serviços investimentos e compras governamentais, e não-inclusão de temas como meio ambiente e direito trabalhista. Diante desse quadro, o governo tem reiterado a necessidade de liberalização mais significativa do comércio agrícola internacional para garantir a conclusão da Rodada de Doha.

Quanto ao Mercosul, a crise macroeconômica do bloco, associada ao processo de transição política nos países membros, impediu a obtenção de resultados mais expressivos. Há, por parte dos sócios, uma convicção sobre a necessidade de maior

reflexão acerca do modelo de integração adotado e sobre a importância de reafirmar o compromisso de construção do bloco, que representa a melhor maneira de superação das dificuldades conjunturais.

No início do ano, a superação das divergências na área de política cambial entre os dois principais sócios criou as condições para novos entendimentos, o que contribuiu para a recuperação do Mercosul como estratégia de integração política e econômica e de inserção internacional para seus membros.

Com relação ao acordo automotivo, o Brasil e a Argentina decidiram ampliar o acordo que previa o equilíbrio entre importações e exportações, explícito na margem de tolerância de apenas 16% para este ano, sem o pagamento de impostos. Acima desse limite seria cobrado 70% do Imposto de Importação, que no Brasil é de 35%. Com o novo acordo, para cada US\$100 importados, será permitido exportar US\$200. Esta medida foi implementada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto 4.510, de 11.12.2002.

O acordo com o México constituiu-se, igualmente, em importante resultado alcançado pelo Mercosul no sentido de conferir maior previsibilidade nas relações do bloco com aquele país, configurando-se na primeira etapa para construir um acordo de livre comércio no formato “4+1”. No início de julho, na Reunião de Cúpula do Mercosul em Buenos Aires, foi assinado Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e o México. Este acordo incorporou os entendimentos negociados separadamente pelos países do bloco com o México, dentre os quais se incluem os acordos na área automotiva. Dos quatro sócios, somente o Brasil não dispunha de acordo que regulasse o intercâmbio com o México. Por isso, poucos dias antes da Cúpula de Buenos Aires, foi assinado, em Brasília, o acordo bilateral de preferências tarifárias Brasil-México, que atinge, reciprocamente, o universo de 796 posições tarifárias. Os setores que tiveram maior número de produtos negociados foram, por ordem decrescente, os seguintes: químico; máquinas, aparelhos e material elétrico; alimentos, bebidas e fumo; plástico e borracha; produtos do reino vegetal; e instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia.

No que se refere ao acordo automotivo, a abertura comercial será gradual por meio de quotas bilaterais recíprocas. No primeiro ano de sua vigência, as importações de automóveis leves estarão sujeitas ao pagamento de Imposto de Importação à alíquota de 1,1%. Para os anos seguintes, o montante definido pelas quotas poderá ser comercializado com isenção total do referido imposto. As máquinas agrícolas poderão ser livremente comercializadas a partir do quarto ano; antes, porém, serão aplicadas margens de preferência recíprocas e variáveis segundo a alíquota do Imposto de Importação vigente, não estando prevista, para este grupo, a fixação de quotas. Foi também acordado a isenção do Imposto de Importação para determinadas autopeças dos produtos anteriormente mencionados. Além disso, o Brasil concedeu

a isenção do pagamento do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) na importação dos produtos objeto deste acordo. Os Decretos 4.383, de 23.9.2002 e 4.458, de 5.11.2002, internalizaram, no ordenamento jurídico brasileiro, respectivamente, o acordo Brasil-México de preferências tarifárias e o acordo automotivo Mercosul-México.

Com a Comunidade Andina, foi assinado um Acordo-Marco, conforme Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) 31/2002, que incorpora os acordos bilaterais vigentes. É importante sublinhar que este acordo fixa o objetivo de concluir as negociações de livre comércio até 31.12.2003. Os acordos bilaterais mantidos pelos países dos dois blocos foram prorrogados para esta última data. Tais dispositivos procuraram atender a demanda brasileira de definir um novo horizonte para as negociações de um acordo de livre comércio. Além disso, o Acordo-Marco incentivou a celebração de novos acordos bilaterais que tenham melhores condições de progresso.

Em março, foi assinado um acordo entre o Brasil e o Chile. As medidas, anunciadas, porém, somente tornaram-se válidas quando foram aprovadas pelos demais sócios do bloco, porque, desde junho de 2001, os países do Mercosul não têm autorização para negociar acordos bilaterais com terceiros países. Os entendimentos fazem parte do Acordo de Complementação Econômica 35, firmado em 1996 entre o Mercosul e o Chile. O presente acordo comercial entre Brasil e Chile deve aumentar as exportações brasileiras para aquele país, atualmente na ordem de US\$1,3 bilhão. Os termos do entendimento entre os dois países prevêm a redução de tarifas de importação nos setores agrícola, químico e automotivo. O acerto permitirá que a tarifa cobrada pelo Chile na importação de veículos de passageiros e comerciais leves do Brasil seja reduzida a zero. No primeiro ano de duração do acordo, serão exportados 40 mil veículos para o Chile. Caso o limite de vendas ultrapasse a cota, será cobrada tarifa normal de 6%. Pretende-se implementar, até 2006, uma área de livre comércio nesse segmento. Em relação à venda de ônibus, o limite será de 1.500 unidades, com tarifa zero, no primeiro e segundo anos de vigência do acordo. Nos dois anos seguintes, a quota será aumentada para 2 mil unidades até chegar ao livre comércio em 2006. Em troca, o Brasil importará do Chile pêssego e vinho. O acordo estabelece uma quota de 50 mil caixas de pêssego em calda no primeiro ano de vigência, com tarifa zero. Em 2005, o volume será de 120 mil e, no ano seguinte, 200 mil caixas. No caso do vinho, o Brasil criará uma cota de 100 mil caixas, igualmente com tarifa zero, para as marcas que custem mais de US\$50 por garrafa. Esse acordo foi internalizado pelo Decreto 4.404, de 3.10.2002, ao regime jurídico brasileiro.

Nas negociações para a criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a UE, os blocos chegaram a um consenso sobre o formato da negociação, que deverá contemplar a discussão, simultaneamente, dos assuntos sobre regras e acesso a mercados. O principal obstáculo ao avanço das negociações relaciona-se às ofertas

feitas por cada parte à outra. Os sócios do Mercosul argumentam que os produtos de maior interesse do bloco, como carnes e cereais, foram deixados de fora da lista de oferta européia. Já a UE insiste que a oferta de liberalização do Mercosul deve ser ampliada, para permitir que as negociações entrem na sua fase decisiva em maio de 2003, conforme o cronograma acertado pelos ministros dos dois blocos. Convém registrar ainda que, em agosto, o Brasil e o bloco europeu anunciaram um acordo têxtil, que resultou na eliminação das cotas que limitavam as vendas de produtos têxteis brasileiros ao mercado europeu. Essas barreiras cairiam apenas em dezembro de 2004, conforme determinado pela OMC. A contrapartida brasileira limitou-se ao compromisso de não elevar as atuais tarifas de importação de produtos do setor têxtil de 14%, para fibras, de 16% a 18%, para tecidos, e de 20%, para vestuário. Na prática, o acordo permitirá que o produto brasileiro alcance o mercado europeu sem restrições e com base na sua própria competitividade.

Com relação ao financiamento às exportações, a maior aversão ao risco no mercado financeiro internacional contribuiu para que os bancos estrangeiros reduzissem sua exposição aos países emergentes, registrando-se contração das linhas de comércio exterior, encurtamento do prazo médio de financiamento e aumento do seu custo. Nesse contexto, o governo adotou um conjunto de medidas para aumentar a oferta de linhas de crédito para os exportadores brasileiros. O montante de recursos emergenciais destinados ao financiamento das exportações anunciado totalizou US\$4,6 bilhões de dólares. O Banco Central integrou essa ação oficial ao estruturar a operação de leilão das reservas internacionais vinculado à concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação nas fases pré (ACC) e pós-embarque (ACE) da mercadoria. Foram alocados US\$2 bilhões para esse propósito. Até dezembro de 2002, US\$1,4 bilhão tinham sido leiloados. A Circular Bacen 3.146, de 30.8.2002, regulamenta atualmente a operação, que pode ser assim resumida: a partir da data do leilão, o Banco Central do Brasil tem dois dias para repassar os dólares aos bancos *dealers*, as únicas instituições financeiras habilitadas a participarem diretamente do leilão. O *dealer*, por sua vez, tem sete dias para realizar a contratação de câmbio de exportação. Caso não a faça, será punido com o depósito, no Banco Central, dos dólares não contratados. A operação tem prazo máximo de 185 dias e o limite individual de cada *dealer* é fixado pelo volume de ACC e ACE concedido nas últimas quatro semanas, não incluindo os recursos oriundos desse leilão, limitado a 20% do seu Patrimônio de Referência (PR). Ao final do contrato, o exportador efetua o pagamento ao banco *dealer*, que, por sua vez, deve liquidar sua posição junto ao Banco Central na moeda brasileira. A recompra de dólares pela Autoridade Monetária é opcional no futuro. As principais modificações introduzidas pela Circular Bacen 3.146 em relação à Circular Bacen 3.145, de 21.8.2002, revogada por aquela, foram o aumento, de 15% para 20%, do limite do PR do *dealer* para aquisição de moeda estrangeira do Bacen, a ampliação do prazo de contratação da operação de cinco para sete dias a contar da data do leilão, e a possibilidade de os bancos *dealers* repassarem os recursos obtidos no leilão para outras instituições

financeiras, observadas todas as condições da operação. Com isso, essas operações ganharam maior capilaridade, atingindo um maior número de empresas exportadoras.

O BNDES também integrou as ações emergenciais do governo voltadas para estimular o fomento das exportações, envolvendo cerca de US\$2,6 bilhões de novos recursos para o comércio exterior. Parte desses recursos vieram de empréstimo de US\$1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de outras captações externas. Além disso, pela Medida Provisória 59, de 16.8.2002, convertida na Lei 10.595, de 11.12.2002, foram destinados R\$2 bilhões de recursos do FAT para a concessão de financiamentos destinados ao comércio exterior, os quais deverão ser reembolsados, em parcela única, em até 180 dias. A instituição da linha emergencial de financiamento de pré-embarque procurou compensar a redução de financiamentos privados, especialmente das pequenas e médias empresas.

Em 2002, os desembolsos do BNDES-Exim, braço do BNDES para o financiamento às exportações, atingiram US\$3,9 bilhões, valor 51,7% maior que o liberado no ano passado. O forte crescimento das operações do BNDES-Exim no ano deveu-se, em grande medida, à escassez das linhas comerciais dos bancos, o que levou os exportadores a migrarem para o empréstimo emergencial da instituição. Observou-se crescimento no volume das operações de todas as modalidades de financiamento em relação a 2001: pré-embarque, totalizou US\$700 milhões, correspondendo a incremento de 70,7%; pré-embarque especial, modalidade que condiciona o empréstimo à expansão de exportações pela empresa tomadora do crédito, US\$577 milhões, 3,2%; pós-embarque, US\$2,7 bilhões, 63,4%. Ressalte-se, ainda, que, pelo Decreto 4.418, de 11.10.2002, o estatuto do BNDES foi alterado, para possibilitar que o banco financie empresas brasileiras que desejem se instalar no exterior, em suma, é uma linha de crédito voltada para a internacionalização de empresas brasileiras.

Pela Medida Provisória 95, de 26.12.2002, foi dada nova redação ao artigo 4º da Lei 6.704, de 26.10.1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação. Esta alteração objetiva conferir ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re), em nome da União, a competência para, no âmbito do seguro de crédito à exportação, contratar instituição habilitada a operar esse ramo de seguro, com vistas à execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito, inclusive análise e acompanhamento das operações de prestação de garantias contra riscos comerciais e riscos políticos extraordinários, na forma da Lei 6.704, de 1979. Logo, o modelo de seguro de crédito em vigor ganhará maior dinamismo e eficiência, pois o IRB poderá atuar em todo o processo de cobertura do seguro de crédito, mantida a sua competência como concessionário de garantia em nome da União.

A exemplo de 2001, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) enfrentou problemas orçamentários para atender à crescente demanda. Desde a adoção do regime de câmbio flutuante, o Programa vem enfrentando essas restrições, pois tem sua

dotação fixada em real, embora o Proex financie operações em dólares. Para contornar essa escassez de recursos, o governo suplementou, como nos anos anteriores, recursos no montante de R\$98 milhões da modalidade financiamento do Programa.

Num breve balanço, as operações do Proex, nas modalidades financiamento e equalização, totalizaram US\$2,5 bilhões, sendo US\$437,7 milhões destinados à modalidade financiamento e US\$2 bilhões, à equalização das taxas de juros. Na modalidade financiamento, houve redução de 5,7% em relação a 2001. Os desembolsos realizados também reduziram 5,5%, totalizando US\$388,4 milhões no ano. Por outro lado, ocorreu incremento, de 958 para 1.075 no número de operações efetivadas, e, de 294 para 308, na quantidade de empresas beneficiadas, correspondendo a aumento, respectivamente, de 12,2% e 4,7%. Em 2002, a metade das operações do Proex-Financiamento envolveram o setor de serviços; 14,6%, o de transporte; e 11,2%, o de máquinas e equipamentos. A África respondeu por 37% das exportações efetivadas; seguido pelos demais países da Associação Latino-americana de Integração (Aladi), excluindo Mercosul, 25,3%; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), 12,3%; e a UE, 11,7%. De um total de 1.075 operações realizadas, as pequenas e médias empresas responderam por 729, representando 24% do valor exportado, no montante de US\$106,8 milhões.

Quanto à modalidade equalização, as exportações efetivadas totalizaram US\$2 bilhões, ante US\$8,2 bilhões em 2001, redução de 75,3%. Ocorreu, também, contração de 81,5% no número de operações efetivadas, de 4.930 para 911. Na mesma linha, houve decréscimo de 29,6% no número de empresas beneficiadas, de 216 para 152. No ano, 57% das operações envolveram o setor de transporte, com destaque para as vendas de aviões da Embraer; 32%, o de máquinas e equipamentos; e 3%, o de agronegócio. O Nafta foi destino de 37% das exportações efetivadas; seguido pelos países membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), 21%; a Aladi, incluindo o Mercosul, 17,6%.

Outra medida ainda relacionada ao Proex foi implementada pela Portaria Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) 58, de 16.4.2002. Esta norma substituiu a lista de itens apresentada no Anexo da Portaria MDIC 374/99, a qual relacionava as mercadorias elegíveis para a modalidade equalização do Programa. Esta alteração foi realizada para ajustar as mercadorias à nova classificação fixada pela Resolução Câmara de Comércio Exterior (Camex) 42, de 26.12.2001. Ademais, pela Resolução Camex 33, de 16.12.2002, foram fixadas as diretrizes para a utilização do Proex. A modalidade financiamento será destinada a amparar as exportações de micro, pequenas e médias empresas, ressalvado o enquadramento de operações de empresas de grande porte, nessa modalidade, exclusivamente para cumprir compromissos governamentais decorrentes de acordos bilaterais de créditos brasileiros. Já o Proex-Equalização continuará apoiando empresas de qualquer porte.

As operações do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) foram limitadas no início do ano passado na Argentina e no Brasil. Com isso, as operações de exportação com valores mais altos e com prazo de financiamento superior a um ano eram excluídas do sistema, que é um mecanismo de compensação financeira para as transações comerciais entre todos os países da América Latina. Na prática, pelo CCR cada país garante o pagamento de suas importações. Os bancos centrais compensam entre si as contas do comércio exterior. Com isso, o risco comercial e político nas operações entre esses países é reduzido significativamente.

Em outubro, foi celebrado acordo entre o Brasil e a Argentina, o que criou as condições para solucionar o pagamento das dívidas atrasadas de importadores argentinos com empresas brasileiras e regularizar suas operações. Pela Circular Bacen 3.158, de 25.10.2002, foi alterado, relativamente à Argentina, o Regulamento de Câmbio de Exportação e o Regulamento sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Foi elevado, para até US\$200 mil, o valor de instrumento de pagamento cursável sob o CCR relativo à importação de mercadorias de origem e procedência argentina. Ademais, facultou o curso, no CCR, de instrumentos de pagamento resultantes da renegociação de créditos de exportações brasileiras para a Argentina, relativos a suas dívidas comerciais, sem distinção quanto à natureza das exportações e quanto às partes envolvidas. Pelo Comunicado Bacen 10.379, de 6.11.2002, foi prorrogado, de 8.11.2002 para 20.11.2002, o prazo previsto para encaminhar ao Banco Central os dados das operações vencidas, conforme estipulado pela Circular 3.158 e pelo Comunicado 10.325, ambos de 25.10.2002. Dessa forma, os exportadores brasileiros interessados em renegociar seus créditos vencidos, mediante inclusão dos mesmos no CCR, ganharam prazo maior para o encaminhamento das informações. Outra norma relacionada à matéria, Circular 3.160, de 30.10.2002, admite, a partir de 10.12.2002, o curso no CCR de operações realizadas com prazos acima de 360 dias entre todos os países que fazem parte do sistema. A diferença para as normas em vigor é que o Banco Central não assegurará reembolso automático para as operações de prazo mais longo no mesmo molde que já havia acertado entre Brasil e Argentina.

As ações oficiais têm enfatizado a necessidade de agregar valor aos produtos exportados. Nesse sentido, o café foi objeto de uma experiência piloto. Foi criado, no ano, o fórum de competitividade para o produto que avaliará os problemas de sua cadeia produtiva. Segundo estudos, o produtor de café recebe entre 8 a 10% do preço final do produto para o consumidor no exterior, o restante é apropriado por três ou quatro grandes multinacionais da comercialização, pelos torrefadores e por distribuidores nos países consumidores.

Outra medida voltada para a desburocratização do trâmite de exportação foi o cancelamento, pela Resolução Camex 8, de 25.4.2002, de 19 resoluções do extinto Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex), as quais estabeleciam padrões

para a venda de vários produtos, a maior parte agrícolas, para outros países. Com a decisão, as exportações de produtos como feijão, frutas cítricas, batata, amendoim, cebola, sorgo, algodão, milho em grão, soja e castanha de caju, deixam de obedecer a regras que dificultavam as exportações, tornando os produtos menos competitivos no mercado externo. Além disso, os novos padrões de qualidade e normas fitossanitárias exigidos pela UE e EUA não constavam no padrão das resoluções do Concex.

Nessa mesma linha de ação, pela Resolução Camex 12, de 18.6.2002, foi estendido o sistema de *drawback* (importação de insumos, sem pagamentos de impostos, para a fabricação de produtos destinados à exportação) para insumos agrícolas não fabricados no Brasil, relacionados à produção de carne suína e de frango, frutas, camarão e algodão. O governo está ampliando a utilização de instrumentos que beneficiam a exportação para o setor agrícola, segmento em que existem exportadores cada vez mais competitivos.

Outra relevante medida voltada para a facilitação dos negócios foi a ampliação, para os setores aeronáutico e automotivo, do Regime Aduaneiro Especial e Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof). As vantagens desse regime especial são a redução de custos, em razão da suspensão temporária do recolhimento dos impostos, e a liberação das mercadorias em até seis horas.

Com relação à promoção comercial, ressalte-se o trabalho desenvolvido pela Agência de Promoção de Exportações (Apex). Alguns programas apoiados pela Agência têm obtido bastante êxito, como o *Brazilian Leather*, *Flora Brasilia*, *Brazilian Fruit*, Cafés do Brasil, Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça, Navio Escola, Marca Brasil, dentre outros. A atuação da Apex está voltada para o aumento das exportações, a ampliação do número de empresas exportadoras e a diversificação de mercados. Para tanto, atua na implantação de consórcios de exportação, difusão e consolidação dos produtos brasileiros no exterior por meio da Marca Brasil, e coordenação dos eventos de promoção comercial. Somente no ano, foram realizados mais de 200 eventos internacionais. Os setores que participam dos projetos da Agência respondem por aproximadamente 28% da pauta exportadora brasileira.

Pelo lado das importações, a TEC constitui um dos principais problemas ainda pendentes do Mercosul. Ela fixa o Imposto de Importação acordado pelos sócios do bloco sobre produtos importados de outros países. A principal crítica refere-se ao grande número de perfurações à TEC, produtos que não têm tarifas unificadas entre os sócios do bloco, o que aprofunda as imperfeições da união aduaneira. A redução dessas distorções está sendo negociada no âmbito do órgão executivo do bloco, o Grupo Mercado Comum (GMC).

Ao longo do ano, foram realizadas várias alterações da TEC no âmbito do Mercosul, modificações geralmente da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que exigiram, da parte brasileira, sua internalização no ordenamento jurídico nacional. Pela Resolução Camex 9, de 25.4.2002, foi instituído, no âmbito do Comitê de Gestão da Camex, o Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC 69/2000 (Getar-69), com o objetivo de examinar propostas de redução temporária da TEC, em caráter excepcional, visando garantir o abastecimento normal de produtos no Mercosul. Ainda relacionado com o problema de abastecimento, a Resolução GMC 55/2002 do Mercosul autorizou o Brasil, em caráter extraordinário, a incluir na sua lista de exceção o item “milho em grão”, com alíquota de 2%, para uma cota de 600.000 toneladas até 28.2.2003.

Em 20.12.2002, foram publicadas três Resoluções da Camex, promovendo importantes alterações na TEC. A Resolução 34 incluiu alterações à lista de exceções brasileira, como a exclusão do arroz. As maiores modificações, porém, foram aprovadas pela Resolução 35, que alterou a NCM e as respectivas alíquotas do Imposto de Importação. Outra alteração substancial foi a exclusão de mercadorias do acréscimo temporário de 1,5 ponto percentual, que teve início, em 1997, quando a TEC foi elevada em três pontos percentuais. Em janeiro de 2001, iniciou-se a retirada desse acréscimo, com a redução de 0,5%. Nova redução entrou em vigor em janeiro desse ano com a vigência da Resolução Camex 42, pela qual foi retirado um ponto percentual e excluído do saldo de 1,5% do acréscimo temporário à TEC os bens de capital e os itens relacionados no seu Anexo II. Desta vez, mais de mil itens tiveram retirado o acréscimo, quase todos relacionados ao setor têxtil, de ferro e aço e suas obras.

Para minimizar o impacto da depreciação cambial sobre os preços dos produtos importados, foi reduzida a alíquota de importação do trigo e do arroz. Neste caso, o Imposto de Importação foi reduzido da faixa de 14% a 18% para a faixa de 11,5% a 13,5%. A medida abrange 97% do arroz importado pelo Brasil. Já a alíquota do trigo cairá de 11,5% para 10%. Com outros objetivos, ou seja, para aumentar a competitividade do produto nacional e estimular a fabricação de computadores no Brasil para que a população tenha maior acesso, a Camex reduziu a TEC de noventa itens relativos a peças, partes e componentes de microcomputadores. A alíquota praticada era, em média, de 11%, sendo reduzida para 5%. A decisão da Camex significou a antecipação da convergência tarifária de componentes eletrônicos, que estava acertada para 2006. Com a antecipação, espera-se reduzir o custo de produção no país e o contrabando.

Complementando essa decisão da Camex na área de informática, foram implementadas, pela Medida Provisória 100, de 30.12.2002, uma série de medidas para estimular a produção de computadores no Brasil e reduzir o preço ao consumidor final. Assim, os computadores produzidos no país, com valor de até R\$11 mil, terão isenção do IPI. Além disso, foi reduzida, de 5% para 2,5% do seu faturamento, a obrigatoriedade de as indústrias investirem em pesquisa e desenvolvimento. É bom lembrar que, de

acordo com a Lei de Informática, a isenção do IPI para os componentes e computadores terminou em 2000. A partir de 2001, esses produtos eram beneficiados com reduções do pagamento de IPI, que começavam com abatimento de 95% do imposto devido e sofria reduções de cinco pontos percentuais a cada ano até 2009, acabando, em 2010, o abatimento. Com a nova Medida Provisória, os computadores voltam a ficar isentos do pagamento do IPI em 2003. No ano seguinte, o produto será tributado com desconto de 95% do imposto devido e de 90% em 2005. Entre 2006 e 2009, a tributação será de 70% do imposto devido, encerrando o incentivo tributário em 2010.

Foi dada continuidade à política de concessão de redução tarifária nas importações de bens de capital e de informática e telecomunicações, conforme a nova regulamentação estabelecida para o regime de ex-tarifário no ano anterior, cujo objetivo foi conferir maior previsibilidade aos investimentos. O regime de ex-tarifário tem por propósito reduzir os custos dos investimentos, permitindo a modernização e o aumento de competitividade do parque industrial brasileiro. A alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação foi reduzida de 14%, na média, para 4%. Com relação aos componentes dos sistemas integrados, o benefício tributário previsto somente se aplica quando se tratar da importação da totalidade dos componentes especificados em cada sistema, a serem utilizados em conjunto na atividade produtiva do importador. Todas as medidas relacionadas aos ex-tarifários foram implementadas por resoluções da Camex, contando o regime com mais de 1.200 itens.

No âmbito da defesa comercial, foram fixados direitos *antidumping* definitivos ou prorrogados sua aplicação até que se encerre a investigação para fins de revisão, bem como aplicadas medidas de salvaguarda nas importações de:

- a) lápis de mina e lápis de mina de cor, originárias da China, segundo a Resolução Camex 3, de 19.2.2002, até que se conclua o processo de revisão;
- b) tripolifosfato de sódio grau alimentício, originárias do Reino Unido, conforme estabelece a Resolução Camex 16, de 30.7.2002, enquanto perdurar o processo de revisão;
- c) cocos secos, mesmo ralados, classificados no item 0801.11.00 da NCM, sendo fixadas cotas de importação, com vigência para quatro anos, estando isentos da medida os países mencionados na Resolução Camex 19, de 30.7.2002;
- d) fenol, exceto o designado como de grau “puro de análise” ou “extra puro”, acondicionado em embalagem não superior a vinte quilos, classificadas no item 2907.11.00 da NCM, quando originárias dos fabricantes especificados da UE e dos EUA, conforme estabelece a Resolução Camex 24, de 15.10.2002;
- e) nitrato de amônio, destinado exclusivamente à fabricação de fertilizantes, classificado no item 3102.30.00 da NCM, quando originárias da Rússia e da Ucrânia, segundo estipula a Resolução Camex 29, de 18.11.2002;
- f) pneumáticos novos de borracha para bicicleta, quando originárias das empresas mencionadas da China, Índia, Tailândia, Taipé Chinês, enquanto perdurar o processo de revisão, conforme determina a Resolução Camex 36, de 18.12.2002;

- g) cogumelos, originárias da China, enquanto perdurar o processo de revisão, conforme estabelece a Resolução Camex 37, de 18.12.2002.

Com relação à defesa animal e vegetal das importações, foi dada continuidade às ações ao controle da doença do mal da vaca louca e da aftosa no país. Em razão da ocorrência da febre aftosa no Paraguai, foram suspensas as importações de animais suscetíveis à doença originárias do país vizinho, nos termos da Instrução Normativa 56 da Secretaria de Defesa Agropecuária, de 22.10.2002. Em outubro, o governo brasileiro suspendeu temporariamente as importações de trigo dos EUA, após constatar a contaminação por uma erva daninha que afeta outras plantações, e da Ucrânia, após constatar a presença de praga inexistente no território brasileiro. Os países que desejarem exportar trigo para o Brasil exceto EUA, Canadá e Mercosul, devem obedecer a uma série de requisitos, inclusive emitir uma declaração de embarques livres de pragas.

É oportuno registrar ainda as seguintes medidas empreendidas pelo governo brasileiro para desburocratizar, modernizar e melhor organizar as operações de comércio: promulgação, pelo Decreto 4.331, de 23.7.2002, da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, representando uma garantia de que os laudos arbitrais com partes brasileiras serão executados sem transtorno jurídico no país; aprovação, pela Instrução Normativa SRF 157, de 10.5.2002, do texto consolidado das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (Nesh), ferramenta que oferece subsídios para a classificação e enquadramento fiscal da mercadoria em determinado código; alteração, pela Instrução Normativa SRF 144, de 6.3.2003, da Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística (NVE), cujo objetivo é identificar a mercadoria submetida ao despacho aduaneiro de importação para valoração aduaneira; simplificação, pela Instrução Normativa SRF 248, de 27.11.2002, do despacho do regime de trânsito aduaneiro, que passará a ser feito pelo Siscomex Trânsito; a interligação da cobrança do AFRMM ao Sistema Integrado do Comércio Exterior (Siscomex), conforme fixado pela Portaria Ministério dos Transportes (MT) 644, de 30.9.2002; e a edição do novo Regulamento Aduaneiro, pelo Decreto 4.543, de 26.12.2002, que consolida toda a regulamentação para a administração das atividades aduaneiras e para a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

Política cambial

Os choques ocorridos na economia mundial, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, mostraram a importância da adoção do regime de taxas de câmbio flutuantes como resposta a essas situações de instabilidade financeira. A magnitude da crise internacional e os efeitos inflacionários de uma frequente depreciação da moeda brasileira exigiram que o Banco Central atuasse de modo a

aliviar parte da pressão sobre a taxa de câmbio por meio da emissão de títulos indexados à taxa de câmbio, bem como de intervenções no mercado à vista. A estabilização que se observou a partir de novembro de 2001, com o descolamento do risco Brasil da crise argentina, manteve-se, de certa maneira, até meados de abril de 2002. Com a apreciação do real, o Banco Central interrompeu a rolagem dos juros vincendos dos títulos indexados ao dólar. A melhora do acesso do Brasil aos mercados financeiros internacionais levou o governo brasileiro a realizar, em abril, o pré-pagamento ao Fundo Monetário Internacional (FMI) do total de recursos do Programa de Reserva Suplementar no montante de US\$3,6 bilhões.

A taxa de câmbio mostrou-se relativamente estável no primeiro quadrimestre de 2002, em patamar próximo a R\$2,35/US\$1.

A partir de final de abril, registrou-se nova situação de instabilidade financeira, alimentada pelas incertezas inerentes ao processo eleitoral brasileiro, pelo aprofundamento da crise argentina e seus reflexos no Brasil, pelo rebaixamento da classificação do país por agências de risco internacionais, assim como pela crise no mercado acionário norte-americano a partir da descoberta de uma série de fraudes contábeis em grandes empresas.

Nesse contexto, a taxa de câmbio ultrapassou o patamar de R\$3/US\$1 no final de julho. O *spread* de taxas em pontos-base, medido pelo *C-Bond*, que se situava entre 600 e 800 no final de abril, atingiu níveis entre 1900 e 2100, do final de julho a meados de agosto, movimento semelhante ao ocorrido com o risco-Brasil. É importante sublinhar que, mesmo nos momentos de maior tensão, no período julho-agosto, a cotação do dólar futuro manteve-se próxima ou abaixo do preço à vista, sinalizando a expectativa do mercado quanto à transitoriedade da depreciação do real.

O Banco Central, no âmbito das medidas emergenciais adotadas pelo governo brasileiro, estruturou o leilão de reservas vinculadas à concessão de créditos à exportação, tendo sido destinado, no ano, US\$1,4 bilhão a essa linha de crédito. Adicionalmente, foi anunciada, no início de julho, a retomada de intervenções diárias no mercado, por meio de venda à vista ou leilão de linha externa. Nesta última modalidade, o Banco Central realiza uma operação de venda à vista da moeda norte-americana aos bancos *dealers*, que, por sua vez, fazem uma operação casada de revenda dessa moeda ao próprio Banco Central. Não há prazos pré-definidos, mas geralmente são operações de curto prazo, como também não impactam a posição comprada dos bancos junto ao Banco Central. No ano, o valor líquido das intervenções no mercado *spot* totalizou US\$5,9 bilhões e nos leilões de linha externa, US\$1,8 bilhão. No final de agosto, algumas empresas já conseguiram obter novas linhas externas de financiamento para as suas exportações, embora em pequeno volume, sugerindo mudança em relação à retração das fontes de financiamento externo observada nos meses antecedentes.

No entanto, as incertezas associadas à sucessão presidencial permaneceram alimentando a pressão sobre o mercado de câmbio, dificultando a rolagem da dívida interna atrelada ao dólar. Assinale-se que, desde janeiro, o Banco Central adotou uma política de desconcentração parcial dos vencimentos dos títulos cambiais em 2002. Para tanto, realizou leilões de compras de NBCE com vencimento no ano, simultaneamente às ofertas de venda de NTN-D, títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional indexados ao câmbio, com vencimento para os anos seguintes.

Em abril, o Banco Central passou a utilizar *swaps* cambiais (DI *versus* dólar), além das colocações de NTN-D ou de LFT conjugadas com *swap* cambial, para rolar o principal da dívida cambial vincenda. Como resultado, os *spreads* sobre as taxas de referência foram reduzidos nas colocações. Os leilões de LFT conjugados com *swaps* cambiais foram interrompidos em maio de forma a reduzir pressão sobre o preço das LFT no mercado secundário.

A partir de 4 de junho, foram realizados trocas tanto de *swaps* cambiais em mercado quanto de títulos da dívida interna atrelados à variação cambial. Essas operações tiveram por objetivo reduzir as distorções na curva de cupom cambial negociada no mercado e a exposição desse mesmo mercado à potencial volatilidade nos preços negociados no mercado secundário. As principais normas relacionadas com a regulamentação dessa matéria foram a Resolução 2.933, de 28.2.2002, e as Circulares 3.099, de 26.3.2002, 3.106, de 10.4.2002, e 3.107, de 10.4.2002.

Com o objetivo de desestimular os bancos a manterem posição em moeda estrangeira, a Circular 3.127, de 14.6.2002, alterou, de 10% para 15%, a alíquota do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas pignoratícias de debêntures, títulos de emissão própria e contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior.

Pela Circular 3.157, de 11.10.2002, o Banco Central promoveu, ainda, alterações na legislação cambial com o objetivo de reduzir a exposição cambial líquida máxima das instituições financeiras. Foi aumentada, de 75% para 100%, a exigência de capital para a exposição líquida em câmbio das instituições. Em 7.10.2002, a Circular 3.155 já tinha elevado a capitalização mínima necessária para atender à exposição cambial líquida de 50% para 75%. A nova capitalização exigida permaneceu incidindo sobre toda a exposição cambial líquida e não apenas sobre o valor que exceder o limite de isenção de 5%. Além disso, o limite de isenção, até então de R\$30 milhões, foi elevado para R\$100 milhões.

No mesmo sentido, a Circular 3.156, de 11.10.2002, reduziu, de 60% para 30%, o limite máximo da posição cambial líquida como proporção do patrimônio ponderado. Essa regulamentação acarretou não somente a diminuição do patrimônio ponderado das instituições financeiras com a redução da exigência de capital sobre a exposição líquida

em câmbio, mas também reduziu o próprio fator, levando à diminuição do valor máximo da exposição cambial líquida no sistema. Paralelamente, as alíquotas dos depósitos compulsórios foram aumentadas de 48% para 53% nos depósitos à vista; de 18% para 23%, nos depósitos a prazo; e de 25% para 30%, nos depósitos de poupança.

Essas medidas não foram suficientes para reverter a tendência de alta da moeda norte-americana, na medida que o mercado se mostrava inseguro para aceitar títulos do governo, conforme evidenciado pelas altas taxas de remuneração exigidas para a colocação dos títulos, não aceitas pelo Banco Central.

O resgate parcial da dívida, embora evitasse que fosse sancionado patamar indesejado para as taxas de juros, proporcionou ação especulativa visando valorizar o dólar médio do dia do vencimento, favorecendo a remuneração dos investidores, e aumento da disponibilidade dos bancos para se posicionarem em dólares. No plano externo, constituiu-se em novo fator de instabilidade o conflito entre os EUA e o Iraque. Em 23.10.2003, na semana que antecedeu ao segundo turno das eleições presidenciais, a PTAX-venda atingiu R\$3,9552/US\$1, a cotação máxima do Plano Real.

Concluído o processo eleitoral, a moeda norte-americana iniciou trajetória de baixa, encerrando o ano em R\$3,5333. A apreciação do real no período pós-eleitoral refletiu a percepção positiva da comunidade financeira quanto ao compromisso do novo governo com a austeridade fiscal e a estabilidade de preços.

Ainda relacionado ao setor externo da economia, ressalte-se a edição da Circular 3.074, de 4.1.2002, estabelecendo que as conversões, em investimento, de créditos remissíveis contabilizados como capital da empresa receptora até 4.1.2002, data de publicação desta norma, efetuadas sem celebração de operações de câmbio, sejam regularizadas por intermédio da realização de operações simultâneas de compra e venda da moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente no dia da conversão, devendo ser providenciada a respectiva atualização dos registros pertinentes no Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor. Com esta norma, obtém-se melhor qualidade da rubrica investimentos, fato que favorece a compilação dos dados do balanço de pagamentos.

De acordo com a Circular 3.075, de 4.1.2002, foi fixado procedimento para pagamento em moeda estrangeira efetuado por residente no exterior a residente no país em decorrência de venda de produtos com entrega no território brasileiro nas situações não abrangidas pelo art. 6º da Lei 9.826, de 1999. Esta norma regulamentou a operação comercial de exportação intrafirmas, mesmo que a mercadoria não saia do território nacional. Neste caso, será considerado exportado, para todos os efeitos fiscais e cambiais, o produto nacional vendido mediante o pagamento em moeda estrangeira de livre conversibilidade.

Adicionalmente, a Circular 3.089, de 1.3.2002, redefiniu e consolidou as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre adiantamentos relativos a operações de câmbio. A Circular 3.113, de 17.4.2002, alterou a regulamentação cambial, tendo em vista a reestruturação do SPB, que iniciou sua operação em abril.

Em 2002, o Brasil realizou sua primeira pesquisa sobre capitais brasileiros no exterior em busca do mapeamento de ativos detidos por residentes no país, incluindo informações sobre investimentos em carteira. A Circular 3.095, de 6.3.2002, alterou, para 15.5.2002, o prazo de entrega da declaração de bens e valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país, de que trata a Circular 3.071, de 7.12.2001.

Segundo a Circular 3.110, de 15.4.2002, foram alterados os artigos 3º e 4º da Circular 3.071, de 7.12.2001, que estabeleceu forma, limites e condições de declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país. Os detentores de ativos no exterior, cujo total, em 31.12.2001, fosse inferior ao equivalente a R\$200.000,00 foram dispensados de prestar a declaração.

O resultado da pesquisa realizada pelo Banco Central complementa a contabilidade do total de ativos e de passivos brasileiros com o exterior, permitindo a primeira aferição da Posição Internacional de Investimentos do País. Os dados obtidos permitem também que o Brasil atenda à Pesquisa Coordenada sobre Investimentos em Portfólio (*Coordinated Portfolio Investment Survey - CPIS*), gerenciada pelo FMI, envolvendo mais de oitenta países que se comprometeram com a divulgação do quadro do total dos ativos possuídos, desagregados por ações, títulos de longo prazo e títulos de curto prazo.

Outra relevante medida foi a aprovação da Emenda Constitucional 37, de 12.6.2002, que isentou a cobrança de CPMF sobre as contas correntes de depósito, relativos a operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores, de mercadorias e de futuros; bem como em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no país e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados exclusivamente em operações e contratos sobre operações anteriormente mencionadas. Essa mudança estimula o ingresso de investimentos estrangeiros com seus impactos positivos no balanço de pagamentos. Também é uma forma de equiparar as condições oferecidas ao investimento externo no país ao que se geralmente encontra nos demais mercados externos.

Movimento de câmbio

O mercado de câmbio em 2002 registrou saída líquida de US\$13 bilhões de recursos contratados, em comparação a US\$3 bilhões em 2001. O saldo de câmbio comercial contratado cresceu de US\$10,8 bilhões para US\$20,3 bilhões, evidenciando aumento de US\$2 bilhões em exportações e diminuição de US\$7,5 bilhões em importações. As contratações no mercado de câmbio financeiro somaram saídas líquidas de US\$24,2 bilhões, US\$16,6 bilhões superiores às de 2001, devido, principalmente, à contração de US\$15,9 bilhões em compras de moeda estrangeira. As contratações de operações com instituições no exterior

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

Período	Operações com clientes no país						Saldo (C) =(A)+(B)	Oper. c/ instit. no exterior ^{1/} (líq.) (D)	Saldo Global (E) = (C) + (D)	
	Comercial			Financeiro						
	Exporta- ções	Importa- ções	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)				
1998	47 735	43 903	3 833	126 563	120 094	6 469	10 302	-24 817	-14 515	
1999	41 641	32 905	8 736	92 401	107 118	-14 717	-5 981	-10 201	-16 182	
2000	51 699	46 069	5 629	99 290	92 971	6 319	11 948	-7 269	4 680	
2001	Jan	4 499	4 381	118	6 688	6 039	650	767	- 498	269
	Fev	4 195	3 534	661	5 327	5 681	- 354	307	- 270	37
	Mar	5 763	4 321	1 442	8 526	9 083	- 557	885	- 198	687
	Abr	5 080	3 611	1 469	6 841	6 871	- 30	1 439	- 411	1 028
	Mai	5 226	3 772	1 454	6 271	8 200	-1 928	- 474	- 541	-1 015
	Jun	4 697	4 067	630	10 392	11 320	- 928	- 299	- 688	- 987
	Jul	5 713	3 965	1 748	8 175	7 621	554	2 302	- 359	1 943
	Ago	4 774	4 320	455	5 983	6 395	- 412	42	- 255	- 212
	Set	3 978	4 012	- 33	5 166	6 464	-1 299	-1 332	- 893	-2 224
	Out	3 872	4 264	- 393	5 819	7 449	-1 630	-2 023	- 188	-2 210
	Nov	4 544	3 510	1 034	6 063	6 807	- 744	290	- 453	- 163
	Dez	5 696	3 491	2 205	10 458	11 419	- 961	1 244	-1 357	- 113
	Ano	58 036	47 248	10 789	85 710	93 350	-7 640	3 149	-6 110	-2 962
2002	Jan	4 513	4 200	313	5 240	5 893	- 652	- 339	- 402	- 741
	Fev	3 817	3 290	527	4 222	6 395	-2 173	-1 646	- 218	-1 864
	Mar	4 381	3 428	953	8 669	8 129	540	1 493	- 344	1 148
	Abr	4 924	3 380	1 544	6 511	7 633	-1 122	422	- 396	26
	Mai	5 042	3 229	1 813	4 781	7 291	-2 510	- 697	- 616	-1 313
	Jun	6 118	2 817	3 301	5 838	9 995	-4 157	- 856	- 605	-1 461
	Jul	6 027	3 105	2 922	6 108	9 090	-2 983	- 61	-1 249	-1 309
	Ago	5 126	3 471	1 655	5 307	7 091	-1 785	- 130	-1 633	-1 763
	Set	5 416	2 658	2 759	5 154	7 540	-2 386	372	-1 386	-1 014
	Out	5 309	3 405	1 904	5 235	8 157	-2 922	-1 018	-1 725	-2 743
	Nov	4 797	3 229	1 568	4 459	6 363	-1 905	- 337	- 158	- 495
	Dez	4 613	3 544	1 069	8 257	10 412	-2 155	-1 086	- 374	-1 460
	Ano	60 083	39 756	20 327	69 780	93 990	-24 209	-3 882	-9 107	-12 989

1/ Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais.

somaram remessas líquidas de US\$9,1 bilhões em 2002, ante US\$6,1 bilhões no ano anterior. As saídas concentraram-se no segundo semestre do ano, quando totalizaram US\$6,5 bilhões.

Balanço de pagamentos

O resultado do balanço de pagamentos, em 2002, esteve condicionado pela retração das fontes autônomas de financiamento externo, registrando-se acentuada redução do déficit em transações correntes, no período. Esse resultado foi proporcionado, basicamente, pelo crescimento do superávit da balança comercial, que compensou a retração de investimentos estrangeiros diretos. As taxas de rolagem da dívida externa, contudo, registraram expressiva diminuição, em especial no segundo semestre. Nesse contexto, o financiamento das contas externas foi complementado por recursos do Programa de Assistência Financeira (PAF), desembolsados pelo FMI.



Balança comercial

O superávit da balança comercial atingiu US\$13,1 bilhões, em 2002, ante US\$2,7 bilhões, no ano anterior. As exportações somaram US\$60,4 bilhões, expansão de 3,7%, no período, e as importações situaram-se em US\$47,2 bilhões, contração de 15%. O fluxo total de comércio declinou 5,5%, no ano.

O desempenho das exportações, no primeiro semestre, evidenciou a recuperação incipiente da economia mundial e, em maior grau, a crise na Argentina. Nesse sentido, da redução de US\$3,9 bilhões assinalada nas exportações, no semestre, relativamente ao primeiro semestre de 2001, US\$1,9 bilhão concentrou-se nas vendas destinadas à Argentina, sendo US\$1,8 bilhão em produtos manufaturados.

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Balança comercial (FOB)	- 67	2 717	2 650	2 597	10 546	13 143
Exportações	28 927	29 295	58 223	25 052	35 310	60 362
Importações	28 994	26 578	55 572	22 455	24 764	47 219
Serviços	-4 047	-3 712	-7 759	-2 678	-2 360	-5 038
Receitas	4 769	4 553	9 322	4 777	4 829	9 606
Despesas	8 816	8 265	17 081	7 455	7 188	14 644
Rendas	-10 006	-9 737	-19 743	-9 267	-8 924	-18 191
Receitas	1 842	1 438	3 280	1 401	1 894	3 295
Despesas	11 848	11 175	23 023	10 668	10 818	21 486
Transferências unilat. correntes	779	859	1 638	923	1 466	2 390
Receitas	935	999	1 934	1 053	1 573	2 627
Despesas	156	140	296	130	107	237
Transações correntes	-13 341	-9 874	-23 215	-8 424	728	-7 696
Conta capital e financeira	17 728	9 324	27 052	14 449	-5 638	8 811
Conta capital ^{1/}	144	- 180	- 36	175	258	433
Conta financeira	17 585	9 503	27 088	14 274	-5 896	8 378
Investimento direto (líquido)	12 083	12 632	24 715	8 584	5 500	14 084
No exterior	2 183	75	2 258	-1 033	-1 449	-2 482
Participação no capital	2 330	- 578	1 752	-1 143	-1 258	-2 402
Empréstimos intercias.	- 147	653	505	110	- 191	- 81
No país	9 900	12 557	22 457	9 617	6 949	16 566
Participação no capital	7 748	11 017	18 765	9 101	7 993	17 094
Empréstimos intercias.	2 153	1 540	3 692	516	-1 044	- 528
Investimentos em carteira	1 768	-1 691	77	904	-6 023	-5 119
Ativos	- 320	- 475	- 795	- 332	11	- 321
Ações	- 610	- 511	-1 121	- 276	- 112	- 389
Títulos de renda fixa	290	36	326	- 55	123	67
Passivos	2 088	-1 216	872	1 236	-6 034	-4 797
Ações	1 892	589	2 481	2 002	- 21	1 981
Títulos de renda fixa	195	-1 804	-1 609	- 765	-6 013	-6 778
Derivativos	- 300	- 171	- 471	- 368	12	- 356
Ativos	273	293	567	371	562	933
Passivos	- 574	- 464	-1 038	- 739	- 550	-1 289
Outros investimentos ^{2/}	4 034	-1 267	2 767	5 154	-5 385	- 231
Ativos	-2 117	-4 469	-6 586	- 960	-2 251	-3 211
Passivos	6 151	3 202	9 353	6 114	-3 134	2 980
Erros e omissões	539	-1 070	- 531	- 656	- 157	- 813
Resultado do balanço	4 926	-1 620	3 307	5 368	-5 066	302
Memo:						
Transações correntes/PIB	-5,27	-3,84	-4,55	-3,82	0,32	-1,71
Amort. médio e longo prazos ^{3/}	19 107	16 044	35 151	14 810	16 333	31 143

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior. Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

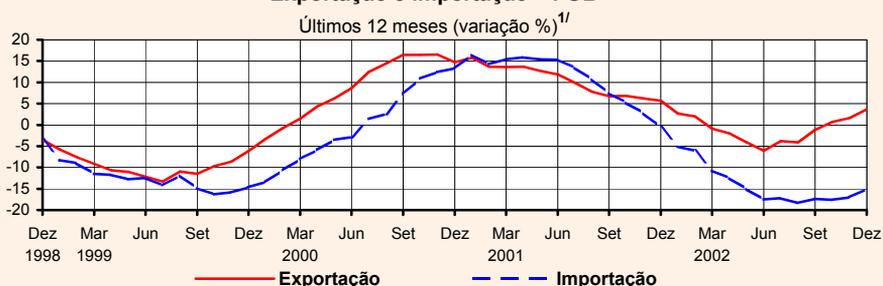
Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2001	58 223	55 572	2 650	113 795
2002	60 362	47 219	13 143	107 581
Variação %	3,7	-15,0		-5,5

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.2
Exportação e importação – FOB



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

No segundo semestre, registrou-se importante recuperação das exportações, que cresceram US\$6 bilhões relativamente a igual período de 2001. Esse resultado, decorrente de declínio de US\$759 milhões nas exportações para Argentina e de elevação de US\$6,8 bilhões nas destinadas aos demais países, ocorreu tanto em produtos manufaturados, US\$2,2 bilhões, ante recuo de US\$2,1 bilhões, no primeiro semestre, quanto em demais, US\$3,8 bilhões, ante retração de US\$1,8 bilhão no semestre anterior.

As importações também apresentaram comportamento diverso nos dois semestres. No primeiro, registrou-se redução de US\$6,5 bilhões, dos quais US\$938 milhões no comércio com a Argentina e US\$5,6 bilhões com os demais países. No segundo semestre, a queda total reduziu-se para US\$1,8 bilhão, dos quais US\$522 milhões com a Argentina e US\$1,3 bilhão com os demais países.

O incremento das exportações refletiu elevação de 8,6% da quantidade embarcada e retração de 4,6% nos preços, enquanto o recuo das importações foi determinado por reduções de 12,2% na quantidade e de 3,2% nos preços.

Quadro 5.4 – Balança comercial – FOB

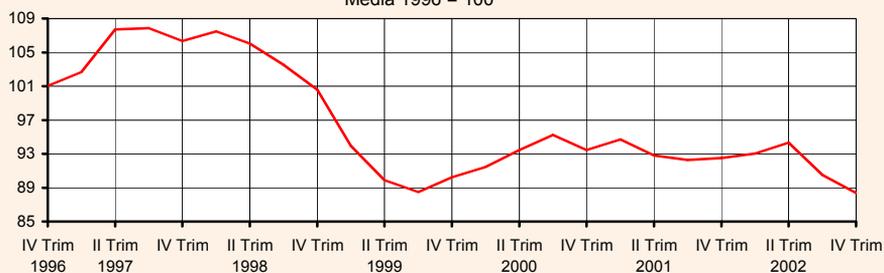
Variação absoluta 2002 sobre 2001

US\$ milhões

Discriminação	Argentina	Demais países	Total
Exportações	-2 661	4 800	2 139
I semestre	-1 902	-1 974	-3 875
II semestre	- 759	6 773	6 014
Manufaturados	-2 486	2 584	99
I semestre	-1 781	- 307	-2 088
II semestre	- 705	2 892	2 187
Demais	- 175	2 215	2 040
I semestre	- 121	-1 666	-1 787
II semestre	- 54	3 882	3 828
Importações	-1 460	-6 893	-8 353
I semestre	- 938	-5 602	-6 540
II semestre	- 522	-1 291	-1 814
Saldo	-1 201	11 693	10 493
I semestre	- 964	3 628	2 664
II semestre	- 237	8 065	7 828

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca^{1/}
Média 1996 = 100



Fonte: Funcex

^{1/} Dessazonalizado pelo Bacen.

Os preços de exportações e de importações apresentaram recuperação no segundo semestre, em especial os preços dos produtos importados, sobretudo o de combustíveis e lubrificantes, em razão das crises no Oriente Médio e na Venezuela. Dessa forma, os termos de troca, que mantiveram relativa estabilidade desde meados de 2000, apresentaram piora no segundo semestre de 2002.

O aumento das exportações refletiu melhor desempenho em mercados tradicionais e a incorporação de novos mercados, evidenciando o sucesso da política de promoção comercial em países como a China, México, Rússia, Índia, Coréia do Sul e Japão.

Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	2001		2002	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-3,5	9,6	-4,6	8,6
Básicos	-8,4	33,3	-4,1	15,2
Semimanufaturados	-10,5	8,3	-4,5	13,9
Manufaturados	-0,2	1,3	-4,6	5,2

Fonte: Funcex

Quadro 5.6 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	2001		2002	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-3,2	3,0	-3,2	-12,2
Bens de capital	-3,2	16,0	-2,7	-18,1
Bens intermediários	-1,4	-0,3	-2,0	-11,5
Bens de consumo duráveis	4,1	1,9	-7,8	-32,5
Bens de consumo não-duráveis	-6,8	-1,9	-7,2	-1,7
Combustíveis	-10,9	3,2	-6,2	-6,0

Fonte: Funcex

A avaliação das exportações segundo o fator agregado revela aumento de 10,5% em produtos básicos, em relação a 2001, correspondendo a elevação de 15,2% na quantidade embarcada e a queda de 4,1% nos preços. Deve-se lembrar que, em 2001, esses produtos já haviam registrado aumento de 33,3% na quantidade exportada.

Quadro 5.7 – Exportação por fator agregado – FOB

US\$ milhões

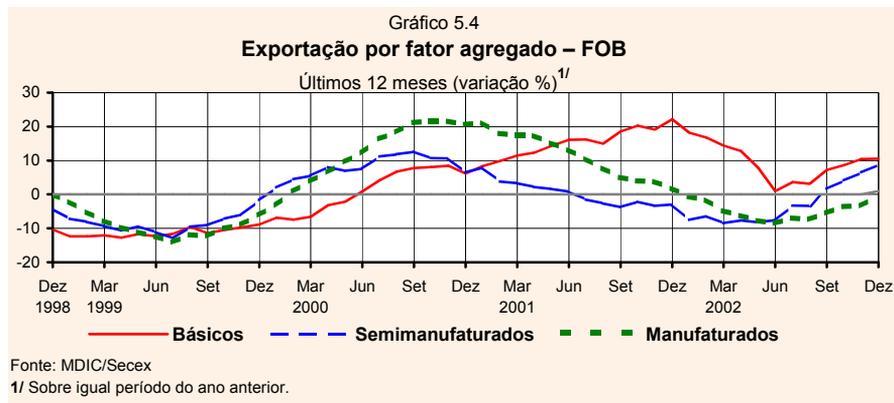
Discriminação	1998	1999	2000	2001	2002
Total	51 140	48 011	55 086	58 223	60 362
Produtos básicos	12 977	11 828	12 562	15 342	16 952
Produtos industrializados	37 507	35 312	41 027	41 144	41 965
Semimanufaturados	8 120	7 982	8 499	8 243	8 965
Manufaturados	29 387	27 330	32 528	32 901	33 000
Operações especiais	656	872	1 497	1 736	1 446

Fonte: MDIC/Secex

Considerando o mercado de destino, as exportações de produtos básicos mostraram expansão generalizada, constituindo-se exceção o resultado do comércio com o Mercosul, redução de 36,6%. As vendas aos EUA cresceram 37,5%, e as destinadas à Ásia e a UE, 20,9% e 1,4%, respectivamente.

A ampliação das vendas a mercados não tradicionais, na África, no Leste Europeu, no Oriente Médio e na Ásia, e de produtos não tradicionais, explicam parcela representativa do aumento nas exportações de produtos básicos. Nesse sentido, assinala-se a contribuição das vendas de petróleo para a Índia, Emirados Árabes Unidos, Santa Lúcia, Bahamas e Trinidad e Tobago, mercados não tradicionais, para o incremento de 134,6% nas exportações do produto, situando-se como quarto principal produto básico da pauta de exportações. Esse resultado reflete expansões de 112,1% na quantidade e de 10,6% no preço.

As exportações de minério de ferro elevaram-se em 4%, com queda de 2,7% nos preços e alta de 6,9% na quantidade embarcada. A China, recém ingressada na OMC, aparece como o principal comprador, tendo ampliado o valor de suas compras em 23,7%. Outros importantes mercados foram o Japão, a Alemanha, a Itália, a Coreia do Sul, a França, a Bélgica-Luxemburgo, os EUA, a Argentina e a Espanha.



As exportações de soja cresceram 11,2%, totalizando US\$3 bilhões, em razão de aumentos de 9,2% nos preços e de 1,9% na quantidade. Em 2001 registrara-se aumento de 36,1% da quantidade. As vendas à China cresceram 53,5%, colocando-a como o principal país comprador da soja brasileira.

As exportações de farelo de soja, embora com retração de 4,1% nos preços, apresentaram aumento de 6,5% do valor, em razão de expansão de 11,1% na quantidade. Entre os principais mercados destacaram-se os países da UE e da Ásia.

Quadro 5.8 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2002 sobre 2001

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Minérios de ferro e seus concentrados	4,0	- 2,7	6,9	18,0
Soja mesmo triturada	11,2	9,2	1,9	17,9
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	6,5	- 4,1	11,1	13,0
Óleos brutos de petróleo	134,6	10,6	112,1	10,0
Carne e miúdos de frango	3,4	- 19,3	28,1	7,9
Café cru em grãos	- 1,0	- 20,1	23,9	7,0
Fumo em folhas e desperdícios	6,1	- 0,6	6,8	5,8
Carne de bovino	5,1	- 10,1	16,8	4,6
Carne de suíno	35,5	- 25,4	81,6	2,8
Milho em grãos	- 46,2	10,3	- 51,2	1,6
Camarão congelado	35,2	- 20,8	70,7	1,0
Caulim e outras argilas caulínicas	2,9	2,4	0,5	1,0
Castanha de caju	- 5,9	- 11,6	6,5	0,6
Carne e miúdos de peru	0,2	- 23,6	31,2	0,6
Algodão em bruto	- 39,2	- 18,3	- 25,6	0,6
Minérios de alumínio e seus concentrados	- 7,8	- 6,2	- 1,7	0,5
Peixes	5,0	- 8,8	15,1	0,4
Lagostas congeladas	21,2	2,3	18,5	0,4
Tripas e buchos de animais	33,0	7,0	24,3	0,4
Pedras preciosas ou semipreciosas em bruto	69,7	3,5	64,0	0,3
Demais básicos	3,3	-	- 12,7	5,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

As carnes enfrentaram reduções de preços, entre 10% e 25%, relativamente a 2001, mas o aumento dos embarques garantiu a elevação das receitas, de 3,4% para carnes de frango, 5,1% para a carne de bovinos, 35,5% para a carne de suínos e 0,2% para carne de peru. Esses produtos tiveram na Rússia um de seus principais mercados após esse país restringir a importação dos produtos originários da UE.

As quantidades exportadas de outras proteínas de origem animal também apresentaram desempenho favorável, atingindo 70,7% nas relativas a camarões, e 15,1% e 18,5%, respectivamente, nas referentes a peixes e lagostas.

Entre os produtos com desempenho negativo sobressaíram o café e o milho. O café teve a Eslovênia como um de seus principais destinos, além de países da UE, dos EUA e do Japão. A receita reduziu-se 1% como resultado da queda de 20,1% nos preços e crescimento de 23,9% na quantidade. O milho, apesar do crescimento de 10,3% nos preços, apresentou retração de 46,2% no valor, derivada da diminuição da quantidade embarcada em 51,2%.

Quadro 5.9 – Exportação por fator agregado e região – FOB

US\$ milhões

Produto	2001		2002		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2001	Participação %	
				No total	No bloco
Total	58 223	60 362	3,7	100,0	-
Básicos	15 342	16 952	10,5	28,1	-
Semimanufaturados	8 243	8 965	8,8	14,9	-
Manufaturados	32 901	33 000	0,3	54,7	-
Operações especiais	1 736	1 446	-16,8	2,4	-
Aladi	12 225	9 866	-19,3	16,3	100,0
Básicos	892	749	-16,1	1,2	7,6
Semimanufaturados	379	379	0,1	0,6	3,8
Manufaturados	10 921	8 711	-20,2	14,4	88,3
Operações especiais	32	28	-14,8	0,0	0,3
Mercosul	6 364	3 311	-48,0	5,5	100,0
Básicos	438	278	-36,6	0,5	8,4
Semimanufaturados	209	155	-25,9	0,3	4,7
Manufaturados	5 697	2 863	-49,7	4,7	86,5
Operações especiais	20	16	-21,0	0,0	0,5
EUA	14 378	15 535	8,0	25,7	100,0
Básicos	830	1 142	37,5	1,9	7,4
Semimanufaturados	2 043	2 233	9,3	3,7	14,4
Manufaturados	11 158	11 753	5,3	19,5	75,7
Operações especiais	347	406	17,2	0,7	2,6
União Européia	14 865	15 113	1,7	25,0	100,0
Básicos	7 322	7 421	1,4	12,3	49,1
Semimanufaturados	2 170	2 210	1,9	3,7	14,6
Manufaturados	5 085	5 436	6,9	9,0	36,0
Operações especiais	288	46	-84,1	0,1	0,3
Ásia	6 949	8 791	26,5	14,6	100,0
Básicos	3 459	4 180	20,9	6,9	47,6
Semimanufaturados	1 925	2 306	19,8	3,8	26,2
Manufaturados	1 548	2 289	47,8	3,8	26,0
Operações especiais	17	16	-5,2	0,0	0,2
Demais	9 805	11 056	12,8	18,3	100,0
Básicos	2 838	3 459	21,9	5,7	31,3
Semimanufaturados	1 726	1 836	6,4	3,0	16,6
Manufaturados	4 188	4 811	14,9	8,0	43,5
Operações especiais	1 052	950	-9,7	1,6	8,6

Fonte: MDIC/Secex

As exportações de produtos semimanufaturados elevaram-se 8,8%, relativamente a 2001, totalizando US\$9 bilhões. Esse crescimento, resultado do desempenho no segundo semestre do ano, deveu-se, principalmente, ao aumento de 13,9% no *quantum*, registrando-se contração de 4,5% nos preços. A depreciação cambial assinalada no período contribuiu para esse aumento, que revelou, também, a ampliação de mercados tradicionais e a abertura de novos. As exportações de

produtos semimanufaturados para a Aladi cresceram apenas 0,1% comparativamente a 2001, em grande parte pela redução das exportações para a Argentina; as destinadas à UE expandiram 1,9% e as direcionadas aos EUA e à Ásia, 9,3% e 19,8%, respectivamente.

Entre os produtos semimanufaturados com crescimento nas exportações, destacaram-se produtos metalúrgicos, minerais e madeiras. Em geral, o crescimento deveu-se à elevação da quantidade exportada. Entre os produtos metalúrgicos destacou-se a exportação de produtos semimanufaturados de ferro ou aços, com crescimento de 30,5% na receita, sendo 23,8% na quantidade. Esses produtos destinaram-se, principalmente, aos países do Nafta, assim como aos países da Ásia, como Coréia do Sul, Taiwan, Tailândia e China.

Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2002 sobre 2001

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Produtos semimanufaturados, de ferro ou aços	30,5	5,4	23,8	15,7
Pastas químicas de madeira (celulose)	-6,9	-9,8	3,2	12,9
Açúcar de cana, em bruto	-20,7	-26,3	7,6	12,4
Couros e peles	9,6	-0,4	10,0	10,7
Alumínio em bruto	20,3	-8,6	31,6	9,1
Óleo de soja em bruto	62,7	33,0	22,3	7,5
Madeira serrada ou fendida	8,4	-6,7	16,1	6,4
Ferro fundido bruto e ferro spiegel	10,4	3,7	6,4	5,3
Ferro-ligas	6,4	1,7	4,6	4,6
Ouro em formas semimanufaturadas	4,0	689,5	-86,8	3,9
Ligas de alumínio, em bruto	3,4	-7,1	11,4	2,2
Borracha sintética e borracha artificial	22,6	-0,6	23,4	1,5
Cátodos de cobre	269,9	8,5	240,8	0,9
Manteiga, gordura e óleo de cacau	57,2	35,5	16,0	0,8
Cátodos de níquel	29,0	10,5	16,8	0,8
Madeira em estilhas ou em partículas	6,6	-10,5	19,1	0,6
Prata em chapas, lâminas, etc	185,9	-22,1	267,0	0,5
Madeira laminada	14,3	-26,7	55,9	0,5
Zinco em bruto	85,8	-14,1	116,3	0,4
Mates de níquel	-35,8	-7,0	-31,0	0,4
Cacau em pó	-3,3	-	-69,0	3,0

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

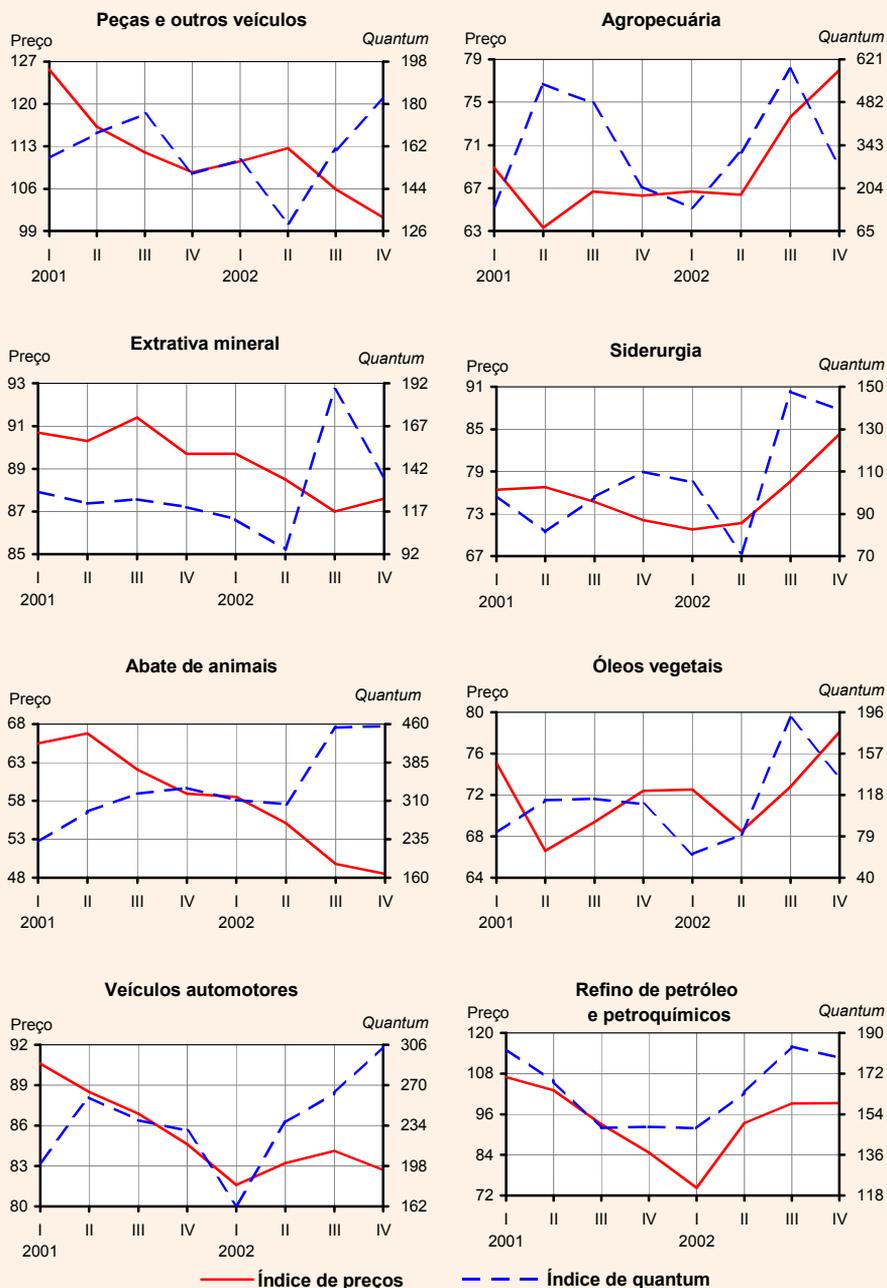
3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

Entre os minérios, destacou-se a exportação de alumínio em bruto, com crescimento de 20,3% na receita, sendo 31,6% na quantidade. As vendas desse produto foram direcionadas, principalmente, ao Japão, 31,7% do total, e à Bélgica-Luxemburgo,

30,4%. Cabe destacar também, as exportações de zinco em bruto, que apresentaram crescimento de 85,8% no total exportado, com aumento de 116,3% na quantidade.

Gráfico 5.5
Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras

Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

Outros importantes produtos semimanufaturados com incremento de receita de exportação foram couros e peles, com elevação de 9,6% na receita e de 10% na quantidade, exportados principalmente para a Itália, Hong Kong, EUA e China, e óleo de soja em bruto, cujas exportações elevaram-se 62,7% em valor, 33% no preço e 22,3% na quantidade, e destinaram-se, majoritariamente, ao Irã, à Índia e à China.

Outro grupo importante de produtos semimanufaturados com incremento de receita foram as madeiras, cujo crescimento na quantidade foi maior que a redução de preços.

Entre os principais produtos semimanufaturados com redução na receita, destacaram-se celulose, com retração de 6,9% no valor e de 9,8% no preço, mas com aumento de 3,2% na quantidade, e açúcar de cana em bruto, com diminuição de 20,7% no valor, em razão de queda de 26,3% no preço e alta de 7,6% na quantidade. As exportações de celulose destinaram-se, principalmente, aos EUA, Bélgica-Luxemburgo, China, Japão e Itália, somando, cerca de 68,2% do total. Já açúcar de cana em bruto teve na Rússia seu principal destino, com 44,5% do total, seguido de Canadá, Irã e Egito, somando, os quatro países, aproximadamente 65% do total.

As exportações de produtos manufaturados alcançaram US\$33 bilhões em 2002, o que representou crescimento anual de 0,3% e participação de 54,7% na pauta de exportações. Essa estabilidade nas receitas refletiu crescimento de 5,2% na quantidade, contrabalançada pela queda de 4,6% nos preços. Tal como as demais categorias de fator agregado, as exportações de manufaturados apresentaram recuperação de preços e, principalmente, na quantidade, no segundo semestre. A recuperação do comércio mundial e com a Argentina, em particular, bem como a depreciação do câmbio no período podem ser apontadas como os principais fatores dessa recuperação.

É de se ressaltar também a manutenção, durante 2002, da correlação estreita verificada nos últimos anos entre o comportamento das exportações de manufaturados e a produção industrial interna, sugerindo que o nível de atividade industrial é em boa parte determinado pelas vendas externas desses produtos.

As exportações de produtos manufaturados apresentaram evolução desfavorável apenas com o Mercosul, redução de 49,7%, em razão, principalmente, do recuo das exportações para a Argentina. Considerando os países da Aladi, a queda reduz-se a 20,2%, indicando crescimento das exportações de manufaturados para os países do bloco não pertencentes ao Mercosul. No que se refere às vendas aos EUA, destino para o qual os manufaturados representaram 19,5% do total das exportações de 2002, elevaram-se 5,3%, inferior ao crescimento das exportações de manufaturados para a UE, que atingiu 6,9%. O mercado asiático, cuja aquisição de manufaturas brasileiras representou apenas 3,8% das exportações totais, apresentou o maior incremento, 47,8% relativamente a 2001.

Quadro 5.11 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2002 sobre 2001

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Aviões	-17,7	6,9	-23,1	7,1
Automóveis de passageiros	2,8	0,2	2,5	6,1
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	1,2	-3,6	5,0	5,4
Calçados, suas partes e componentes	-10,0	-2,2	-7,9	4,6
Motores para veículos automóveis e suas partes	20,6	-10,3	34,4	4,1
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	-1,1	-9,9	9,8	3,5
Açúcar refinado	11,8	-20,2	40,2	3,0
Suco de laranja congelado	7,0	30,1	-17,8	2,6
Produtos laminados planos de ferro ou aços	35,0	-8,0	46,8	2,5
Bombas, compressores, ventiladores e suas partes	7,0	-10,4	19,5	2,1
Óleos combustíveis	-21,9	1,3	-22,9	1,9
Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos	10,7	4,5	5,8	1,6
Gasolina	4,7	-8,2	14,1	1,6
Pneumáticos	4,7	-4,7	9,9	1,5
Papel e cartão, para escrita, impressão ou fins gráficos	-14,5	-6,3	-8,8	1,3
Motores, geradores, transformadores elétricos e partes	-3,9	-4,1	0,2	1,3
Madeira compensada, contraplacada e semelhantes	21,9	-0,2	22,1	1,3
Veículos de carga	-11,5	-9,3	-2,5	1,3
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios	32,7	10,7	19,8	1,2
Chassis com motor e carroçarias p/veículos automóveis	-10,6	-12,5	2,2	1,1
Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração	4,3	0,5	3,8	1,1
Polímeros de etileno, polipropileno e estireno	-4,4	-16,7	14,7	1,0
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	9,3	-4,2	14,2	0,9
Preparações e conservas de carne bovina	18,4	-0,4	18,9	0,9
Tratores	81,6	0,1	81,4	0,8
Fio-máquina e barras de ferro ou aços	17,0	-8,7	28,1	0,8
Roupas de cama, de mesa, de toucador ou de cozinha	14,9	-6,0	22,2	0,8
Compostos de funções nitrogenadas	20,4	-3,9	25,3	0,7
Obras de mármore e granito	23,6	11,2	11,2	0,7
Suco de frutas ou prods. hortícolas, exc. laranja	235,8	43,8	133,5	0,7
Demais produtos manufaturados	-2,9	-	19,0	36,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

Entre as exportações de produtos manufaturados que mais cresceram, destacaram-se as referentes a motores para automóveis, 20,6% no valor e 34,4% na quantidade, tendo sido direcionadas, principalmente, aos EUA, 36,8%; o açúcar refinado, com aumento de 11,8% no valor e de 40,2% na quantidade, destinadas, principalmente, a países do Oriente Médio e da África; e produtos laminados de ferro ou aços, cujo valor elevou-se 35% e quantidade 46,8%, assinalando-se o crescimento de 240% das exportações para a China.

Entre os produtos com redução nas exportações, sobressaíram aviões, com diminuição de 17,7% no valor e 23,1% na quantidade, afetadas pela crise do setor de aviação que se seguiu ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, principalmente nos EUA, cujas aquisições de aeronaves brasileiras reduziram-se 7,1%, embora ainda perfazendo 79,2% do total. As vendas de calçados, suas partes e componentes contraíram 10%, sendo 7,9% na quantidade e 2,2% nos preços. Essa redução foi reflexo, principalmente, da queda nas exportações para a Argentina, 87,6%, e para os EUA, 7,3%, país para o qual se destinou 67,6% do total das exportações do produto. No que se refere às exportações de suco de laranja congelado, apesar de apresentarem queda de 17,8% na quantidade embarcada, cresceram 7%, em razão de recuperação de 30,1% nos preços. Os principais países de destino foram Bélgica-Luxemburgo, 36,1% do total, Países Baixos, 28,2%, e EUA, 16,4%.

As exportações de outros importantes produtos manufaturados apresentaram relativa estabilidade, no ano. Nesse sentido, as vendas de automóveis de passageiros elevaram-se 2,8%, refletindo o acréscimo de 2,5% na quantidade, concentrando-se no México, 38,9% do total e crescimento de 49,5% no valor, e nos EUA, 31,5% do total. Os aparelhos transmissores ou receptores e seus componentes apresentaram alta de 1,2% no valor exportado, evidenciando aumento de 5% na quantidade e queda de 3,6% nos preços. Os EUA foram o destino de 72,1% do total das aquisições, crescimento de 13,1% relativamente a 2001, enquanto as vendas destinadas à Argentina contraíram 88,2%. Por fim, as exportações de autopeças, declinaram 1,1%, com retração de 9,9% nos preços e aumento 9,8% na quantidade.

As operações especiais, que registram principalmente o consumo de bordo de aeronaves e navios e as reexportações, apresentaram retração de 16,8% no total das exportações em comparação com 2001. As provisões de navios e aeronaves representaram 64% do total das operações especiais e tiveram redução de 10,2% em comparação com 2001, enquanto as reexportações alcançaram 27,8% do total do item em 2002, dos quais 90% referentes a aviões.

As importações somaram US\$47,2 bilhões, declínio de 15%, no ano, registrando-se contração em todas as categorias de uso final. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), ocorreu redução de 12,2% na quantidade importada e de 3,2% nos preços, não obstante a recuperação assinalada no segundo semestre. Até junho, a queda na quantidade situava-se em 16,9% e nos preços, em 6,9%. O desempenho no segundo semestre deveu-se, em parte, à recuperação da atividade econômica e à base de comparação favorável.

Assinale-se que a quantidade importada de matérias-primas e produtos intermediários e de bens de capital, que historicamente acompanha a evolução da atividade industrial, apresentou comportamento diverso, em 2002. Nesse ano, a produção industrial manteve a tendência de elevação iniciada no último trimestre de 2001, e

Quadro 5.12 – Importação – FOB

US\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001	2002
Total	57 763	49 295	55 839	55 572	47 219
Bens de capital	16 102	13 577	13 605	14 808	11 613
Matérias-primas	26 783	24 059	28 432	27 340	23 459
Bens de consumo	10 777	7 401	7 442	7 148	5 907
Duráveis	5 269	3 183	3 450	3 516	2 507
Não-duráveis	5 508	4 218	3 993	3 631	3 400
Combustíveis e lubrificantes	4 100	4 258	6 358	6 276	6 241

Fonte: MDIC/Secex

o *quantum* de importação de matérias-primas e produtos intermediários e, principalmente, o de bens de capital mantiveram a tendência de queda iniciada no primeiro trimestre de 2001.

Esse comportamento sugere a ocorrência de substituição de importações, movimento associado, em parte, à depreciação cambial registrada no período.

As importações de bens de capital não responderam imediatamente a depreciação do câmbio a partir de agosto de 2000. Na verdade, além da defasagem estrutural para que o câmbio afete essas importações, a crise no setor hidrelétrico, que exigiu importação de grupos eletrogêneos, atrasou esse efeito. Assim, de agosto de 2000 a março de 2001, o *quantum* de importações, dessazonalizado, elevou-se 37,7%, reduzindo-se 54,1% até dezembro de 2002.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários apresentaram comportamento semelhante, diferenciando-se apenas no período de maior depreciação cambial após abril de 2002, quando as importações de matérias-primas mantiveram-se relativamente estáveis. De fato, desde outubro de 2001, quando as medidas para conter a alta do câmbio começaram a surtir efeito, até dezembro de 2002, o *quantum* de importação de matérias-primas reduziu-se 7,2%. Esse resultado deveu-se, em parte, à recuperação do crescimento industrial, que, após ter-se mantido em queda ao longo de 2001, recuperou-se em 2002.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários atingiram US\$23,5 bilhões em 2002, redução de 14,2% relativamente a 2001, representando 49,7% do total importado no ano. Desse total, 29,3% foram provenientes da UE, redução de 7,2% no ano, 23,4% foram adquiridos dos EUA, recuo de 22,3%, e 18,9% e 16,8% originaram-se da Aladi e da Ásia, reduções de 13,8% e 3,5%, respectivamente.

Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2002 sobre 2001

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação ^{3/}
Bens de capital				100,0
Maquinaria industrial	-10,2	0,9	-11,0	37,6
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	-19,6	-6,4	-14,0	19,4
Partes e peças para bens de capital para indústria	-28,4	-14,2	-16,6	10,3
Acessórios de maquinaria industrial	-4,3	11,2	-13,9	8,4
Equipamento móvel de transporte	-28,6	7,2	-33,4	5,1
Ferramentas	-27,9	-5,4	-23,8	1,4
Demais bens de capital	-39,3	65,6	-63,3	17,7
Matérias-primas e produtos intermediários				100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	-8,2	-19,3	13,8	31,1
Produtos intermediários - partes e peças	-18,7	24,3	-34,6	16,1
Acessórios de equipamento de transporte	-15,6	-5,1	-11,0	15,2
Produtos minerais	-30,8	-6,2	-26,2	13,1
Produtos alimentícios	5,1	10,6	-5,0	7,2
Outras matérias-primas para agricultura	0,6	-2,9	3,7	6,9
Produtos agropecuários não-alimentícios	-15,4	-11,1	-4,9	6,8
Demais matérias-primas e produtos intermediários	-13,6	-14,2	0,6	3,6
Bens de consumo não-duráveis				100,0
Produtos farmacêuticos	2,2	-2,4	4,8	35,6
Produtos alimentícios	-7,2	-13,7	7,6	31,9
Produtos de toucador	-18,5	-2,8	-16,2	5,4
Bebidas e tabacos	-9,4	-8,0	-1,5	4,8
Vestuário e outras confecções têxteis	-33,4	3,8	-35,8	4,0
Outros bens de consumo não-duráveis	-7,1	10,2	-15,7	18,2
Bens de consumo duráveis				100,0
Automóveis de passageiros	-45,4	-11,7	-38,2	33,3
Objetos de adorno ou de uso pessoal	-4,2	-12,8	9,9	27,3
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	-11,6	2,1	-13,4	16,4
Peças para bens de consumo duráveis	-22,4	0,8	-23,1	13,2
Móveis e outros equipamentos para casa	-36,9	-5,6	-33,2	6,1
Demais bens de consumo não-duráveis	-32,4	6,5	-36,5	3,8
Combustíveis e lubrificantes				100,0
Combustíveis	-0,7	-2,6	1,9	98,1
Lubrificantes	8,9	-11,0	22,4	1,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

Dentre os principais itens de matérias-primas e produtos intermediários importados em 2002, destacaram-se produtos químicos e farmacêuticos, com 31,1% do total da

Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

US\$ milhões

Produto	2001		2002		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2001	Participação %	
				No total	No bloco
Total	55 572	47 219	-15,0	100,0	-
Bens de capital	14 808	11 613	-21,6	24,6	-
Matérias-primas e prod.intermediários	27 340	23 459	-14,2	49,7	-
Bens de consumo não-duráveis	3 631	3 400	-6,4	7,2	-
Bens de consumo duráveis	3 516	2 507	-28,7	5,3	-
Combustíveis e lubrificantes	6 276	6 241	-0,6	13,2	-
Aladi	10 001	8 223	-17,8	17,4	100,0
Bens de capital	967	686	-29,1	5,9	8,3
Matérias-primas e prod.intermediários	5 154	4 443	-13,8	18,9	54,0
Bens de consumo não-duráveis	1 083	1 012	-6,6	29,8	12,3
Bens de consumo duráveis	1 049	544	-48,1	21,7	6,6
Combustíveis e lubrificantes	1 749	1 538	-12,0	24,6	18,7
Mercosul	7 009	5 614	-19,9	11,9	100,0
Bens de capital	812	532	-34,5	4,6	9,5
Matérias-primas e prod.intermediários	3 619	3 226	-10,9	13,8	57,5
Bens de consumo não-duráveis	777	746	-3,9	22,0	13,3
Bens de consumo duráveis	911	451	-50,5	18,0	8,0
Combustíveis e lubrificantes	890	658	-26,0	10,6	11,7
EUA^{1/}	13 043	10 439	-20,0	22,1	100,0
Bens de capital	4 569	3 694	-19,1	31,8	35,4
Matérias-primas e prod.intermediários	7 069	5 495	-22,3	23,4	52,6
Bens de consumo não-duráveis	590	635	7,6	18,7	6,1
Bens de consumo duráveis	476	325	-31,6	13,0	3,1
Combustíveis e lubrificantes	339	288	-14,9	4,6	2,8
União Européia	14 822	13 095	-11,7	27,7	100,0
Bens de capital	5 443	4 254	-21,8	36,6	32,5
Matérias-primas e prod.intermediários	7 411	6 879	-7,2	29,3	52,5
Bens de consumo não-duráveis	1 082	1 000	-7,6	29,4	7,6
Bens de consumo duráveis	723	670	-7,3	26,7	5,1
Combustíveis e lubrificantes	163	292	78,8	4,7	2,2
Ásia	8 926	7 996	-10,4	16,9	100,0
Bens de capital	2 761	2 174	-21,3	18,7	27,2
Matérias-primas e prod.intermediários	4 097	3 952	-3,5	16,8	49,4
Bens de consumo não-duráveis	437	387	-11,4	11,4	4,8
Bens de consumo duráveis	1 088	850	-21,9	33,9	10,6
Combustíveis e lubrificantes	543	634	16,8	10,2	7,9
Demais	8 779	7 465	-15,0	15,8	100,0
Bens de capital	1 067	805	-24,6	6,9	10,8
Matérias-primas e prod.intermediários	3 609	2 690	-25,5	11,5	36,0
Bens de consumo não-duráveis	440	365	-16,9	10,7	4,9
Bens de consumo duráveis	180	117	-35,1	4,7	1,6
Combustíveis e lubrificantes	3 482	3 488	0,2	55,9	46,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

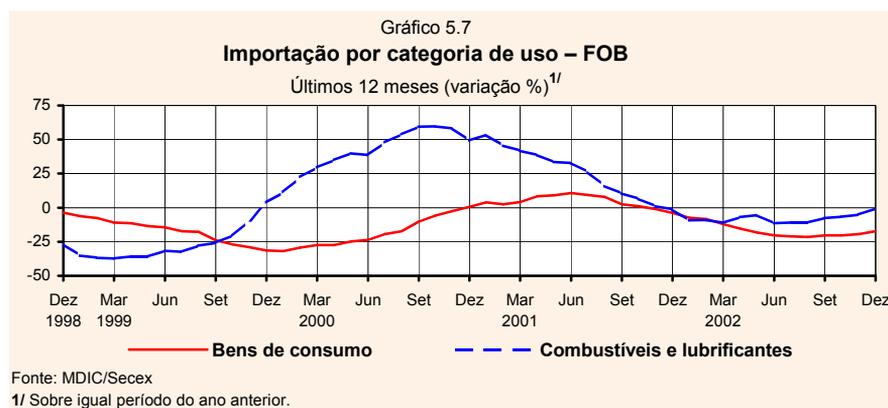
categoria, aumento de 13,8% na quantidade importada, relativamente a 2001, e queda de 19,3% nos preços, resultando em redução de 8,2% no valor. As importações de partes e peças consideradas como produtos intermediários recuaram 18,7%, representando 16,1% do total dessa categoria de uso. Outros importantes itens dessa categoria foram acessórios de equipamentos de transporte e produtos minerais, responsáveis por 15,2% e 13,1% das despesas com matérias-primas e produtos intermediários, respectivamente. Ambos apresentaram redução do valor importado. Dentre os produtos minerais, foi relevante a redução pela metade da importação de naftas. Entre os fatores que causaram essa queda, destacaram-se a paralisação parcial na produção de empresas petroquímicas, para manutenção preventiva; a troca de petróleo nacional, mais pesado, por óleos mais leves importados, que permitem a produção de derivados, como óleo diesel e querosene de aviação, com menor utilização de naftas; e a estratégia das petroquímicas privadas que, com a retirada de benefício fiscal, reduziram a produção de gasolina e, em consequência, a demanda por naftas.



A importação de bens de capital atingiu US\$11,6 bilhões, 21,6% inferior à assinalada em 2001, quando foi impulsionada pela elevação excepcional das importações de grupos eletrogênicos, ante a possibilidade de colapso no sistema hidroelétrico naquele ano. Os bens de capital foram importados principalmente da UE, 36,6%, apesar da redução de 21,8% no valor relativamente a 2001, e dos EUA, 31,8%, com retração de 19,1% no valor.

Nessa categoria de uso, o item maquinaria industrial representou 37,6% do total importado, com retração de 10,2% no valor, alta de 0,9% nos preços e queda de 11% na quantidade. Máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico, com 19,4% do total, apresentou redução no valor, preço e quantidade, respectivamente, de 19,6%, 6,4% e 14%. Também apresentou queda acentuada a importação de partes e peças para bens de capital para a indústria, item que somou 10,3% das importações de bens de capital, com queda de 28,4% no valor, 14,2% nos preços e 16,6% na quantidade. Cabe destacar também a redução nas importações de produtos ligados

ao setor de telecomunicações, que teve grande desenvolvimento tecnológico com a telefonia celular e a privatização em anos anteriores.



As compras externas de bens de consumo não-duráveis somaram US\$3,4 bilhões em 2002, queda de 6,4% relativamente a 2001. Essa evolução deveu-se, principalmente, à redução de 7,2% na importação de produtos alimentícios, item que representou 31,9% das importações de produtos não-duráveis, reflexo de recuo de 13,7% nos preços e de crescimento de 7,6% na quantidade. As importações de produtos farmacêuticos representaram 35,6% das compras de não-duráveis, com elevação na quantidade e queda nos preços, em 4,8% e 2,4%, respectivamente, resultando em crescimento de 2,2%, no valor.

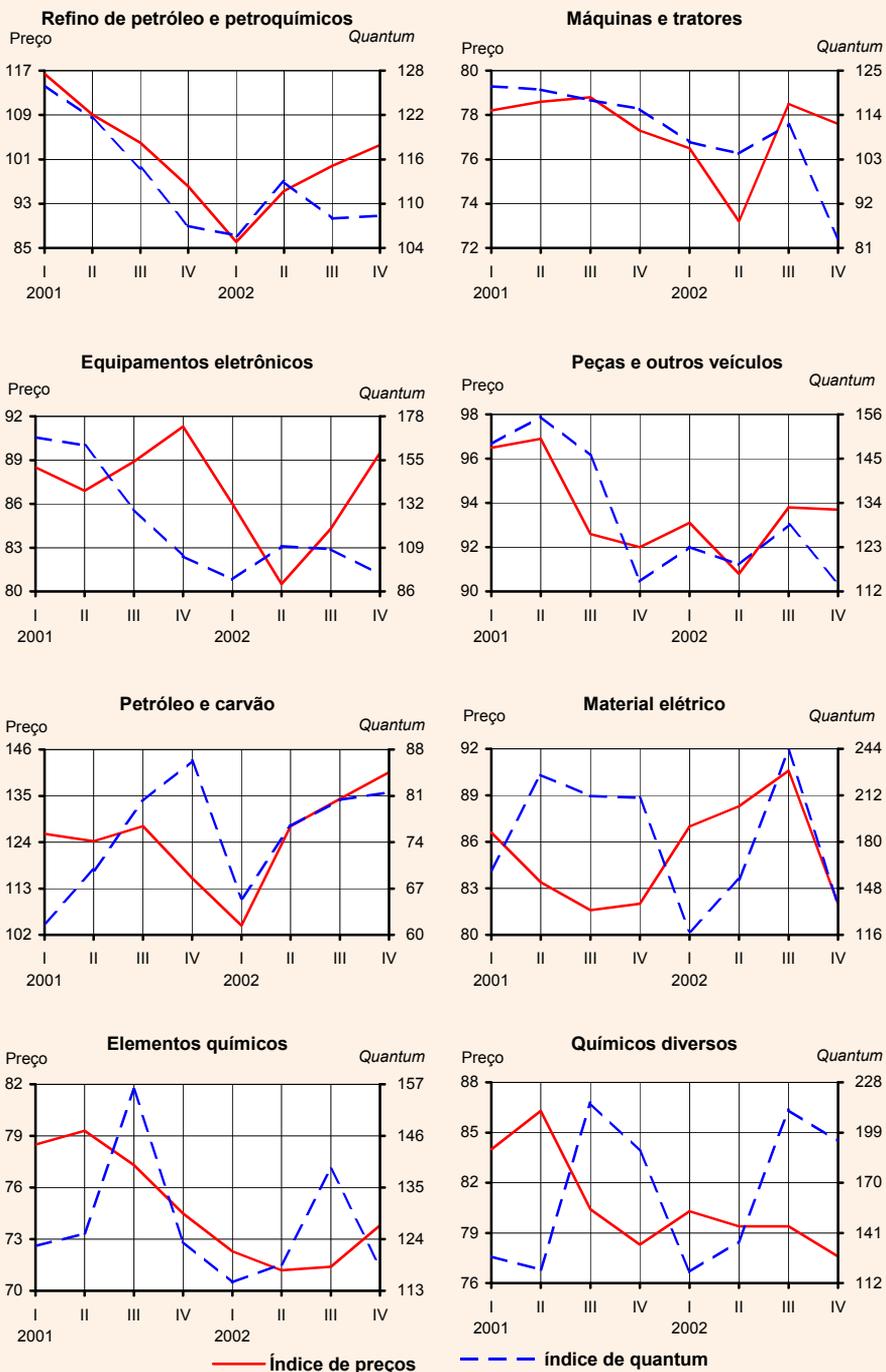
Quanto à origem, 29,8% do total dos não-duráveis importados foram provenientes de países da Aladi, sendo 22% do Mercosul, registrando-se reduções de 6,6% e 3,9% respectivamente, nos valores. Adicionalmente, 29,4% do total da categoria foram proveniente dos países da UE, cujo valor reduziu-se em 7,6%, e, 18,7%, dos EUA, com crescimento de 7,6%.

Bens de consumo duráveis foi a categoria que apresentou a maior redução relativa no valor das importações em 2002, de 28,7%. Esse comportamento foi, em parte, decorrente da redução da importação de automóveis e de partes e peças para bens duráveis, principalmente para aparelhos de recepção e transmissão. As importações de automóveis, que somaram 33,3% das importações de duráveis, reduziram-se 45,4%, com contrações nos preços, 11,7%, e na quantidade, 38,2%. As importações de partes e peças para bens de consumo duráveis, que representaram 13,2% do total de duráveis, reduziram-se 22,4%, com elevação de 0,8% nos preços e queda de 23,1% na quantidade. As compras de objetos de adorno ou de uso pessoal declinaram 4,2% representando 27,3% das importações dessa categoria, refletindo crescimento de 9,9% na quantidade importada e queda de 12,8% nos preços.

Gráfico 5.8

Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras

Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

Considerando os países de origem, 33,9% do valor dos bens de consumo duráveis importados pelo Brasil originaram-se da Ásia, não obstante essas importações declinassem 21,9%, no ano. Adicionalmente, 26,7% das compras classificadas nessa categoria vieram da UE e 21,7%, da Aladi, retrações de 7,3% e 48,1%, na ordem. As importações de duráveis originárias dos EUA também recuaram acentuadamente, 31,6%, somando 13% do total.

As importações de combustíveis e lubrificantes têm mantido valor relativamente estável nos três últimos anos. Em 2002, verificou-se queda de apenas 0,6% em relação a 2001, alcançando US\$6,2 bilhões. Os combustíveis, que representaram 98,1% do valor da categoria de uso, sendo 52,9% relativos ao petróleo, sofreram redução de 2,6% nos preços e alta de 1,9% na quantidade.

Quanto à origem, 24,6% dos combustíveis e lubrificantes importados provieram de países da Aladi, principalmente da Venezuela e da Argentina, o que representou queda de 12% relativamente a 2001. As importações originadas de países asiáticos representaram 10,2% do total, com aumento de 16,8%, destacando-se as relativas a óleos combustíveis da Índia, enquanto as importações provenientes dos EUA e UE significaram 4,6% e 4,7% do total, respectivamente, com o valor importado da UE elevando-se 78,8%, e o referente aos EUA declinando 14,9%. Dos demais países, foram adquiridos 55,9% do total, principalmente de países do Oriente Médio e da África.

Intercâmbio comercial

O intercâmbio comercial com os principais blocos e parceiros comerciais foi favorável ao Brasil em 2002, com exceção dos países do Mercosul e do Reino Unido. A melhora no saldo relativamente a 2001 deveu-se, principalmente, à redução das importações, não obstante o crescimento registrado nas exportações, para a maior parte dos blocos e países com os quais o país mantém relações.

O déficit brasileiro com os países membros do Mercosul aumentou US\$1,7 bilhão, em 2002, com reduções de 48% nas exportações e de 19,9% nas importações. Desse crescimento, US\$1,2 bilhão ocorreu no intercâmbio com a Argentina, reflexo de contração de 53,2% das exportações brasileiras e de 23,5% das importações. Os principais produtos importados da Argentina foram trigo em grãos, com queda de 14,6%, automóveis de passageiros, mercadoria com a maior redução, 58%, petróleo em bruto, com queda de 41,8%, veículos de carga, com redução de 40,4%, naftas, que praticamente mantiveram o mesmo valor de 2001, e autopeças, com redução de 10,5%. Pelo lado das exportações para a Argentina, destacaram-se autopeças, com queda de 42,9%; minérios de ferro, com alta de 6,9%, automóveis de passageiros, com redução de 52,2%, produto para o qual o acordo automotivo prevê comércio

Quadro 5.15 – Balança comercial por países e blocos – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	58 223	55 572	2 650	60 362	47 219	13 143
Aelc ^{1/}	629	1 227	- 598	618	1 118	- 499
Aladi	12 225	10 001	2 223	9 866	8 223	1 643
Mercosul	6 364	7 009	- 646	3 311	5 614	-2 303
Argentina	5 002	6 206	-1 204	2 342	4 746	-2 404
Paraguai	720	300	420	558	383	175
Uruguai	641	503	138	410	485	- 74
Chile	1 352	845	506	1 461	654	807
México	1 868	695	1 173	2 342	580	1 762
Demais	2 641	1 451	1 190	2 752	1 374	1 378
Canadá	555	927	- 371	782	740	42
União Européia	14 865	14 822	43	15 113	13 095	2 018
Alemanha	2 502	4 812	-2 310	2 537	4 402	-1 866
Bélgica/Luxemburgo	1 812	585	1 228	1 892	535	1 357
Espanha	1 042	1 225	- 183	1 120	975	145
França	1 648	2 084	- 436	1 525	1 767	- 242
Itália	1 809	2 184	- 375	1 817	1 762	55
Países Baixos	2 863	533	2 330	3 182	535	2 647
Reino Unido	1 705	1 235	470	1 769	1 343	426
Demais	1 484	2 165	- 680	1 272	1 775	- 503
Europa Central e do Leste ^{2/}	1 699	1 113	587	1 755	919	836
Ásia ^{3/}	6 949	8 926	-1 976	8 791	7 996	795
Japão	1 986	3 064	-1 077	2 098	2 347	- 250
China	1 902	1 328	574	2 520	1 554	966
Coreia, República da	736	1 574	- 838	852	1 067	- 214
Demais	2 325	2 959	- 635	3 320	3 028	292
EUA ^{4/}	14 378	13 043	1 335	15 535	10 439	5 096
Outros	6 922	5 513	1 409	7 901	4 690	3 212
Memo:						
Nafta	16 802	14 666	2 136	18 659	11 758	6 900
Opep	3 354	4 464	-1 110	3 536	4 144	- 607

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.^{2/} Albânia, Bulgária, Hungria, Polónia, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e países da ex-União Soviética.^{3/} Exclui o Oriente Médio.^{4/} Inclui Porto Rico.

administrado, o que explica a queda proporcional nas importações; e compostos organo-inorgânicos, com crescimento de 465%.

No que se refere ao saldo comercial com o Reino Unido, apresentou queda de US\$44 milhões no superávit, registrando-se crescimento de 8,7% das importações e de 3,8% das exportações.

O maior incremento absoluto no saldo ocorreu com os EUA, US\$3,8 bilhões, decorrente de crescimento de 8% nas exportações e queda de 20% nas importações. Dentre os principais produtos exportados, destacaram-se as manufaturas, como aviões, aparelhos celulares, calçados, automóveis de passageiros, motores para veículos automóveis e autopeças, além dos semimanufaturados de ferro ou aços, que apresentaram crescimento de 23,4%, mesmo com as restrições impostas a produtos siderúrgicos. Os principais produtos importados foram grupos eletrogêneos, motores e turbinas para aviões, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, instrumentos e aparelhos de medida e de verificação, máquinas automáticas para processamento de dados, medicamentos e bombas, compressores, ventiladores etc.

O segundo maior incremento absoluto no saldo foi obtido com os países da Ásia, variação que atingiu US\$2,8 bilhões. As exportações elevaram-se 26,5% e as importações diminuíram 10,4%. Dentre os principais parceiros na região, o Japão apresentou a maior melhora no saldo, com redução de US\$828 milhões no déficit, principalmente pela redução nas importações. O déficit com a Coreia do Sul reduziu-se US\$623 milhões, com aumento de 15,7% nas exportações e queda de 32,2% nas importações. Já com a China, verificou-se elevação do superávit em US\$393 milhões, como resultado do incremento de 32,5% nas exportações e de 17% nas importações. Com os demais países da região, considerados em conjunto, também ocorreu substancial crescimento das exportações, 42,8%, com destaque para as destinadas à Índia, expansão de 129%.

A região importa do Brasil sobretudo produtos básicos, como minérios de ferro, soja em grão, carne de frango, petróleo e farelo de soja, além de semimanufaturas, como os semimanufaturados de ferro ou aços, couros e peles, e o óleo de soja. Quanto às importações brasileiras, destacaram-se circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos, partes para aparelhos transmissores e receptores, óleos combustíveis, partes e acessórios de computadores, computadores, tecidos, motores, geradores e transformadores elétricos, fios de fibras têxteis e compostos heterocíclicos.

As importações originadas dos países da UE recuaram 11,7%, ante aumento de 1,7% nas exportações destinadas a esse bloco, o que elevou o superávit brasileiro em US\$2 bilhões, em 2002. O aumento absoluto no saldo deu-se de forma generalizada, excetuando-se o resultado bilateral com o Reino Unido. O maior déficit, tal como no

ano anterior, ocorreu com a Alemanha, US\$1,9 bilhão, embora US\$444 milhões inferior ao de 2001.

Nas exportações para o bloco, também se destacaram as vendas de produtos básicos, como soja em grão, farelo de soja, minérios de ferro, café em grão, petróleo em bruto e carne de frango, e semimanufaturados, como alumínio em bruto, celulose, couros e peles, além de manufaturas, como o suco de laranja e os motores para veículos automóveis.

Nas importações, registrem-se o desempenho de autopeças, medicamentos, motores, geradores e transformadores elétricos, motores para veículos automóveis, instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc, compostos heterocíclicos, e partes e peças para aviões e helicópteros.

Quanto aos países da Aladi, excluindo os sócios do Mercosul, cabe destacar o intercâmbio com o México, que apresentou elevação de US\$589 milhões no superávit. Esse resultado reflete a evolução favorável das exportações, que atingiram US\$2,3 bilhões, transformando a economia mexicana no quinto maior mercado para as exportações brasileiras. As importações apresentaram redução de 16,6%.

Serviços

Os gastos líquidos com serviços somaram US\$5 bilhões em 2002, recuo de 35,1% em comparação com o resultado do ano anterior.

Os gastos líquidos com viagens internacionais somaram US\$398 milhões, correspondentes a 27,1% daqueles observados em 2001. Essa queda resultou da pronta reação dos gastos com turismo às alterações de custos ocasionadas pela depreciação cambial do real. Os gastos de brasileiros com turismo no exterior diminuíram 27,3%, enquanto os gastos de estrangeiros com turismo no país aumentaram 14,1%, o que resultou em queda de 84,2% em gastos líquidos, que somaram US\$195 milhões. Em setembro registrou-se o primeiro superávit desde abril de 1992 e nos demais meses consolidou-se a tendência de reversão de fluxos líquidos, com manutenção de fluxos líquidos positivos até dezembro. Os gastos líquidos com cartões de crédito, principal componente da conta de turismo, somaram US\$303 milhões, retração de 48,4%. As outras despesas de turismo apresentaram superávit de US\$12 milhões, comparados a despesas líquidas de US\$634 milhões em 2001. Destacou-se, nesse item, o aumento de receitas, que resultou principalmente do aumento de operações de venda de moeda estrangeira. O forte aumento de receitas verificado no segundo semestre pode ter ocorrido, em parte, por venda de dólares entesourados por residentes, motivada pela depreciação

Quadro 5.16 – Serviços

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	-4 047	-3 712	-7 759	-2 678	-2 360	-5 038
Receitas	4 769	4 553	9 322	4 777	4 829	9 606
Despesas	8 816	8 265	17 081	7 455	7 188	14 644
Transportes	-1 527	-1 440	-2 966	-1 068	- 972	-2 040
Receitas	753	669	1 422	702	888	1 590
Despesas	2 279	2 109	4 388	1 770	1 860	3 630
Viagens	- 879	- 589	-1 468	- 550	152	- 398
Receitas	942	789	1 731	874	1 124	1 998
Despesas	1 821	1 378	3 199	1 424	972	2 396
Seguros	- 91	- 184	- 275	- 152	- 268	- 420
Receitas	139	41	180	137	69	206
Despesas	230	225	455	289	337	626
Financeiros	- 159	- 148	- 307	- 100	- 132	- 232
Receitas	166	151	317	195	195	390
Despesas	325	300	624	296	327	623
Computação e informações	- 494	- 613	-1 106	- 596	- 523	-1 118
Receitas	12	15	27	23	13	36
Despesas	506	627	1 133	619	536	1 155
Royalties e licenças	- 557	- 575	-1 132	- 561	- 568	-1 129
Receitas	58	54	112	47	53	100
Despesas	615	630	1 244	608	621	1 229
Aluguel de equipamentos	-1 031	- 837	-1 867	- 815	- 858	-1 672
Receitas	45	233	278	37	12	49
Despesas	1 076	1 070	2 146	852	870	1 721
Serviços governamentais	- 238	- 414	- 652	- 100	- 152	- 252
Receitas	324	280	604	345	417	761
Despesas	562	694	1 256	444	569	1 013
Outros serviços	929	1 086	2 016	1 262	960	2 222
Receitas	2 332	2 320	4 652	2 417	2 058	4 475
Despesas	1 402	1 234	2 636	1 154	1 098	2 252

do real. Viagens de negócios, um dos itens de viagens internacionais menos sensíveis à flutuação cambial, registraram retração menos expressiva, 12%.

A conta de transportes registrou saída líquida de US\$2 bilhões, redução de 31,2% em relação a 2001, evidenciando o aumento do superávit da balança comercial e a queda nos gastos líquidos com viagens internacionais. O aumento de exportações e a redução em importações de bens resultaram na diminuição de 40% das despesas líquidas com fretes. As receitas e despesas de fretes marítimos, que constituem o transporte de bens em sua quase totalidade, registraram, respectivamente, aumento

Quadro 5.17 – Viagens internacionais

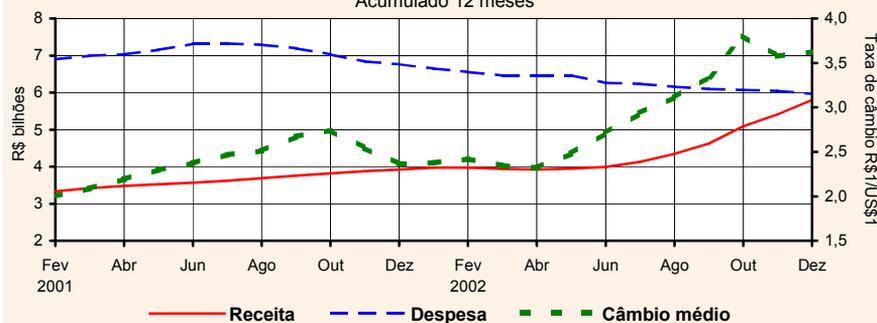
US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Turismo	- 763	- 469	-1 231	- 441	246	- 195
Receita	924	771	1 696	836	1 099	1 935
Despesa	1 687	1 240	2 927	1 277	852	2 129
<i>Free shop</i>	98	79	177	75	66	142
Cartões de crédito	- 353	- 234	- 587	- 166	- 137	- 303
Receita	585	480	1 064	530	467	998
Despesa	937	714	1 651	697	604	1 301
Serviços Turísticos	- 127	- 61	- 187	- 50	4	- 45
Receita	40	32	72	36	37	73
Despesa	167	93	259	85	33	118
Outros	- 381	- 252	- 634	- 301	312	12
Receita	201	181	382	194	528	722
Despesa	583	433	1 016	495	215	710
Negócios	- 87	- 71	- 158	- 79	- 60	- 139
Receita	12	11	23	9	12	21
Despesa	99	82	181	89	72	161
Estudantes	- 25	- 43	- 68	- 26	- 30	- 56
Receita	2	2	3	4	3	7
Despesa	27	45	72	30	32	63
Funcionários do governo	- 5	- 7	- 11	- 7	- 4	- 11
Receita	0	1	2	16	8	24
Despesa	5	8	13	23	12	35
Saúde	0	1	1	3	0	3
Receita	4	3	7	8	3	11
Despesa	4	2	6	5	3	8
Total	- 879	- 589	-1 468	- 550	152	- 398
Receita	942	789	1 731	874	1 124	1 998
Despesa	1 821	1 378	3 199	1 424	972	2 396

Gráfico 5.9

Turismo

Acumulado 12 meses



Quadro 5.18 – Transportes

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	-1 527	-1 440	-2 966	-1 068	- 972	-2 040
Receitas	753	669	1 422	702	888	1 590
Despesas	2 279	2 109	4 388	1 770	1 860	3 630
Transporte marítimo	- 960	- 863	-1 823	- 504	- 386	- 890
Receitas	527	553	1 080	556	709	1 265
Despesas	1 487	1 416	2 903	1 060	1 095	2 156
Passagens	- 1	- 4	- 6	- 1	- 1	- 2
Receitas	0	0	0	0	0	0
Despesas	1	4	6	1	1	2
Fretes	-699	-608	-1 307	-419	-351	-770
Receitas	160	168	328	208	305	514
Despesas	859	776	1 635	627	657	1 284
Outros	-259	-250	-510	-85	-33	-118
Receitas	367	385	752	348	404	752
Despesas	627	635	1 262	432	438	870
Transporte aéreo	-547	-559	-1 106	-558	-578	-1 136
Receitas	209	101	309	123	157	279
Despesas	756	659	1 415	680	734	1 415
Passagens	-231	-215	-447	-193	-195	-388
Receitas	80	34	113	65	78	143
Despesas	311	249	560	258	273	531
Fretes	52	12	65	1	25	26
Receitas	101	47	148	41	58	99
Despesas	49	35	83	40	32	72
Outros	-368	-356	-724	-366	-408	-774
Receitas	28	20	48	16	21	37
Despesas	396	376	772	382	429	811
Outras vias de transporte ^{1/}	-20	-18	-38	-5	-8	-14
Receitas	17	16	32	23	22	46
Despesas	37	34	70	29	31	59
Passagens	0	0	0	0	0	0
Receitas	0	0	0	0	0	0
Despesas	0	0	0	0	0	0
Fretes	-26	-23	-49	-13	-18	-31
Receitas	11	11	21	16	12	28
Despesas	36	33	70	28	30	59
Outros	6	5	11	7	10	17
Receitas	6	5	11	8	10	18
Despesas	0	0	1	0	0	1

1/ Inclui transporte terrestre.

de 56,7% e recuo de 21,5%. O fluxo internacional de viajantes resultou tanto na elevação de receitas quanto na diminuição de despesas de passagens, o que levou à redução de 13,9% nos gastos líquidos, para US\$390 milhões.

Os serviços de seguros registraram despesas líquidas de US\$420 milhões, crescimento de 52,7% em relação a 2001. As receitas cresceram 14,4%, para US\$206 milhões, e as despesas, 37,6%, para US\$626 milhões.

Os gastos líquidos com serviços financeiros somaram US\$232 milhões, diminuição de 24,4%, com aumento de 23% na receita, que somou US\$390 milhões, e redução de 0,2% nas despesas, para US\$623 milhões.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$1,1 bilhão, mesmo patamar observado em 2001. As receitas alcançaram US\$36 milhões, e as despesas, US\$1,2 bilhão.

Os pagamentos líquidos ao exterior de royalties e licenças atingiram US\$1,1 bilhão em 2002, valor semelhante ao registrado no ano anterior, com quedas de 1,2% em remessas de recursos ao exterior e de 10,7% em recursos recebidos.

Os gastos líquidos com aluguel de equipamentos somaram US\$1,7 bilhão, retração de 10,4%. As receitas somaram US\$49 milhões, redução de 82,4%, e as despesas, US\$1,7 bilhão, retração de 19,8%.

Os serviços governamentais registraram despesas líquidas de US\$252 milhões em 2002, queda de 61,3% em comparação com o ano anterior. Esse resultado deveu-se ao aumento de 26% de gastos de governos estrangeiros no Brasil, que somaram US\$761 milhões, bem como à diminuição de 19,3% de gastos do governo brasileiro no exterior, que totalizaram, US\$1 bilhão.

Outros serviços proporcionaram receitas líquidas de US\$2,2 bilhões, crescimento de 10,2%. Os serviços pessoais, culturais e de recreação registraram despesas líquidas de US\$251 milhões, retração de 18,2%. Os serviços administrativos apresentaram receitas líquidas de US\$1,4 bilhão, incremento de 3,8%. Os serviços técnicos especializados registraram receitas líquidas 17,6% maiores, totalizando US\$903 milhões.

Rendas

As remessas líquidas de renda para o exterior registraram queda de 7,9% em comparação a 2001, para US\$18,2 bilhões, em razão da retração em remessas líquidas de renda de investimento em carteira e de rendas de outros investimentos. Os fluxos

Quadro 5.19 – Outros serviços

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	929	1 086	2 015	1 262	960	2 222
Receita	2 332	2 319	4 651	2 417	2 058	4 475
Despesa	1 403	1 234	2 636	1 155	1 098	2 252
Comunicações	42	- 13	29	12	1	14
Receita	240	2	242	128	7	135
Despesa	198	15	213	116	5	122
Construção	8	9	17	8	4	12
Receita	8	9	18	8	4	12
Despesa	0	0	0	0	0	0
Comerciais e corretagem	- 40	17	- 23	- 12	0	- 12
Receita	182	232	413	193	228	421
Despesa	221	215	436	205	228	433
Pessoais, cult. e de recreação	- 156	- 152	- 307	- 136	- 114	- 251
Receita	31	27	58	32	26	58
Despesa	186	179	365	168	141	309
Negócios, prof. e técnicos	1 075	1 224	2 298	1 390	1 070	2 460
Receita	1 872	2 049	3 921	2 055	1 793	3 849
Serviços administrativos	823	852	1 675	925	691	1 616
Serv. téc. especializados	840	1 014	1 854	972	936	1 908
Demais	209	183	392	159	166	325
Despesa	797	825	1 622	665	724	1 389
Serv. administrativos	168	171	339	117	112	229
Serv. téc. especializados	536	549	1 086	473	532	1 005
Demais	93	105	197	74	80	154

de salários e ordenados resultaram em recebimentos líquidos de US\$102 milhões, aumento de US\$7 milhões. A renda paga a trabalhadores domiciliados no país aumentou 8,5%, para US\$293 milhões, e os pagamentos a não residentes cresceram 9,1%, para US\$191 milhões.

A renda de investimento direto totalizou US\$5 bilhões, crescimento de 7,4%. Esse resultado deveu-se, fundamentalmente, ao incremento de 17,3% em remessas líquidas de lucros e dividendos, que somaram US\$4 bilhões. As remessas de juros de empréstimos intercompanhias contrabalançaram, em parte, esse resultado, com retração de 21%, para US\$949 milhões.

As remessas líquidas de rendas de investimento em carteira decresceram 12,9%, para US\$8,4 bilhões. As remessas de lucros e dividendos de recursos aplicados em carteiras de investimento recuaram 25,9%, totalizando US\$1,1 bilhão. As remessas líquidas de juros de títulos da dívida externa brasileira apresentaram redução de

Quadro 5.20 – Rendas

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total de rendas	-10 006	-9 737	-19 743	-9 267	-8 924	-18 191
Receitas	1 842	1 438	3 280	1 401	1 894	3 295
Despesas	11 848	11 175	23 023	10 668	10 818	21 486
Salários e ordenados	62	33	95	24	77	102
Receitas	141	130	270	126	166	293
Despesas	79	96	175	102	89	191
Renda de investimentos	-10 067	-9 771	-19 838	-9 291	-9 001	-18 292
Receitas	1 701	1 308	3 009	1 275	1 728	3 002
Despesas	11 768	11 079	22 847	10 566	10 729	21 295
Renda de investimento direto	-2 280	-2 359	-4 638	-2 559	-2 424	-4 983
Receitas	157	210	367	350	617	967
Despesas	2 437	2 569	5 005	2 908	3 041	5 950
Lucros e dividendos	-1 731	-1 707	-3 438	-2 118	-1 916	-4 034
Receitas	118	147	264	297	560	857
Despesas	1 849	1 854	3 702	2 415	2 476	4 891
Juros de empréstimos intercompanhias	- 549	- 652	-1 201	- 441	- 508	- 949
Receitas	40	63	103	52	57	109
Despesas	588	715	1 303	493	565	1 058
Renda de investimento em carteira	-5 097	-4 524	-9 621	-4 436	-3 948	-8 384
Receitas	799	664	1 463	585	798	1 383
Despesas	5 896	5 188	11 084	5 021	4 746	9 767
Lucros e dividendos	- 874	- 649	-1 523	- 653	- 475	-1 128
Receitas	1	0	1	0	0	1
Despesas	875	649	1 524	653	476	1 129
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-4 222	-3 875	-8 097	-3 784	-3 473	-7 256
Receitas	798	664	1 462	584	798	1 382
Despesas	5 020	4 539	9 560	4 368	4 270	8 638
Renda de outros investimentos ^{1/}	-2 691	-2 888	-5 579	-2 296	-2 629	-4 925
Receitas	745	434	1 179	340	313	653
Despesas	3 436	3 322	6 758	2 636	2 942	5 578
Memo:						
Juros	-7 462	-7 415	-14 877	-6 521	-6 610	-13 130
Receitas	1 583	1 161	2 744	977	1 168	2 144
Despesas	9 045	8 576	17 621	7 497	7 777	15 275
Lucros e dividendos	-2 605	-2 356	-4 961	-2 771	-2 391	-5 162
Receitas	118	147	265	298	560	858
Despesas	2 724	2 503	5 226	3 068	2 951	6 020

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

10,4%, para US\$7,3 bilhões. Essa retração deveu-se às quedas em pagamentos de juros de bônus, de US\$4,8 bilhões para US\$4,5 bilhões, e de *notes e commercial papers*, de US\$4,8 bilhões para US\$4,2 bilhões.

A renda de outros investimentos totalizou remessas líquidas de US\$4,9 bilhões, 11,7% inferior à registrada em 2001. As receitas somaram US\$653 milhões e as despesas, US\$5,6 bilhões, retrações de 44,6% e de 17,5%, respectivamente.

A redução no pagamento de juros é explicada, em parte, pelas reduções da dívida externa privada e das taxas de juros internacionais. Esse efeito foi parcialmente contrabalançado pela queda nas receitas de juros oriundas da remuneração das contas de depósito das reservas internacionais do país.

Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais correntes somaram ingressos líquidos de US\$2,4 bilhões em 2002, crescimento de 45,9% em relação a 2001. Os ingressos líquidos de recursos remetidos por brasileiros residentes no exterior, representados na rubrica manutenção de residentes, registraram aumento de 55,9%. O crescimento ocorreu, principalmente, no segundo semestre do ano, período em que se observou depreciação mais expressiva do real. Do total desses recursos recebidos, 52,8% foram provenientes dos EUA e 31,2%, do Japão.

Quadro 5.21 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	779	859	1 638	923	1 466	2 390
Receitas	935	999	1 934	1 053	1 573	2 627
Despesas	156	140	296	130	107	237
Transferências correntes governamentais	- 12	21	9	- 2	1	- 1
Receitas	24	50	73	26	31	57
Despesas	35	29	64	28	30	58
Transferências correntes privadas	791	838	1 629	926	1 465	2 391
Receitas	911	949	1 860	1 027	1 542	2 570
Despesas	121	111	232	102	77	179
Manutenção de residentes	493	516	1 009	511	1 061	1 573
Receitas	578	600	1 178	591	1 120	1 711
Estados Unidos	268	287	555	275	629	904
Japão	225	218	444	214	319	533
Demais países	85	95	180	102	172	274
Despesas	85	85	169	80	58	138
Outras transferências	297	322	620	414	404	818
Receitas	333	349	682	436	423	859
Despesas	36	26	62	22	19	41

**Quadro 5.22 – Saldo de transações correntes e
necessidade de financiamento externo^{1/}**

US\$ milhões

Período	Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
	Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos
	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses
1997	-3 797	-30 452	-3,77	1 925	18 993	2,35	1 872	11 459	1,42
1998	-3 662	-33 416	-4,24	2 773	28 856	3,66	889	4 560	0,58
1999	-2 999	-25 335	-4,72	2 353	28 578	5,33	646	-3 244	-0,60
2000	-2 939	-24 225	-4,02	2 305	32 779	5,44	634	-8 555	-1,42
2001 Jan	-2 306	-25 616	-4,29	1 657	31 408	5,26	648	-5 791	-0,97
Fev	-1 754	-26 204	-4,44	995	30 713	5,20	759	-4 510	-0,76
Mar	-2 608	-26 907	-4,61	2 086	30 552	5,23	522	-3 645	-0,62
Abr	-2 377	-26 302	-4,55	2 029	31 212	5,40	348	-4 909	-0,85
Mai	-2 186	-26 889	-4,70	2 040	31 586	5,52	145	-4 696	-0,82
Jun	-2 110	-26 587	-4,73	1 093	29 274	5,21	1 017	-2 687	-0,48
Jul	-2 036	-27 321	-4,94	2 490	26 611	4,81	-454	710	0,13
Ago	-1 144	-27 002	-4,95	1 403	25 526	4,68	-259	1 476	0,27
Set	-912	-26 316	-4,90	1 488	25 429	4,74	-576	886	0,17
Out	-2 441	-25 305	-4,79	1 335	24 643	4,67	1 106	662	0,13
Nov	-1 553	-24 367	-4,69	2 182	21 103	4,06	-629	3 264	0,63
Dez	-1 787	-23 215	-4,55	3 659	22 457	4,40	-1 872	757	0,15
2002 Jan	-1 180	-22 607	-4,48	1 475	20 274	4,41	-296	2 334	0,46
Fev	-1 078	-21 412	-4,29	856	22 137	4,43	221	-725	-0,15
Mar	-1 010	-19 814	-4,01	2 363	22 414	4,54	-1 353	-2 600	-0,53
Abr	-1 968	-19 405	-3,97	1 964	22 350	4,58	4	-2 945	-0,60
Mai	-1 890	-19 110	-3,96	1 428	21 737	4,51	462	-2 628	-0,55
Jun	-1 299	-18 298	-3,83	1 530	22 174	4,64	-232	-3 876	-0,81
Jul	-549	-16 811	-3,55	930	20 614	4,36	-381	-3 803	-0,80
Ago	305	-15 362	-3,28	882	20 093	4,29	-1 187	-4 731	-1,01
Set	1 237	-13 212	-2,85	1 236	19 841	4,28	-2 474	-6 629	-1,43
Out	-18	-10 789	-2,35	1 244	19 751	4,30	-1 226	-8 962	-1,95
Nov	-156	-9 392	-2,06	1 154	18 723	4,12	-998	-9 330	-2,05
Dez	-91	-7 696	-1,71	1 503	16 566	3,67	-1 412	-8 870	-1,97

^{1/} Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

Conta financeira

A conta capital e financeira registrou forte retração na captação de recursos externos de longo prazo, evidenciada pelas baixas taxas de rolagens de títulos e empréstimos bancários, principalmente no segundo semestre. Os investimentos

estrangeiros diretos líquidos, embora mais que suficientes para o financiamento da conta corrente, não registraram ingresso suficiente para também compensar as amortizações líquidas dos demais investimentos estrangeiros. Dessa forma, o financiamento do balanço de pagamentos complementou-se com desembolsos de recursos do FMI, no âmbito do PAF.

Quadro 5.23 – Taxas de rolagem^{1/}

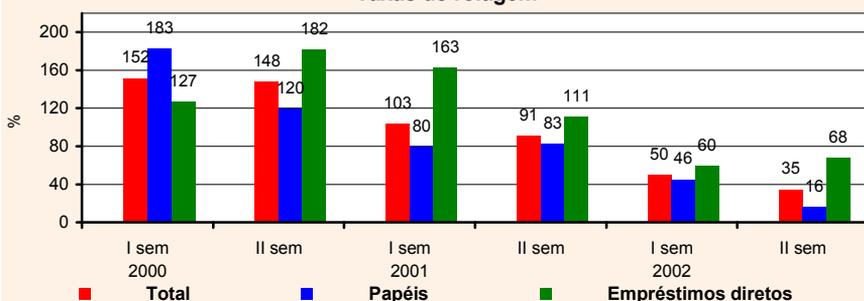
US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	103%	91%	98%	50%	35%	43%
Desembolsos	6 871	5 496	12 367	2 617	1 763	4 380
Amortizações ^{2/}	6 642	6 020	12 662	5 186	5 058	10 244
<i>Notes e commercial papers</i>	80%	83%	82%	46%	16%	31%
Desembolsos	3 827	3 523	7 350	1 557	536	2 093
Amortizações ^{2/}	4 774	4 243	9 017	3 420	3 258	6 678
Empréstimos diretos	163%	111%	138%	60%	68%	64%
Desembolsos	3 043	1 973	5 017	1 060	1 226	2 286
Amortizações ^{2/}	1 868	1 777	3 645	1 766	1 800	3 566

1/ Operações de longo prazo.

2/ Exclui conversões em investimentos diretos.

Gráfico 5.10
Taxas de rolagem



Nota: exclui conversões de dívidas em investimentos diretos.

Os investimentos estrangeiros diretos líquidos no país somaram US\$16,6 bilhões em 2002, comparativamente a US\$22,5 bilhões, no ano anterior. Essa retração deveu-se, principalmente, à reversão do fluxo líquido de empréstimos intercompanhias, que registraram saídas líquidas de US\$528 milhões, ante ingressos líquidos de US\$3,7 bilhões, em 2001. A participação no capital de empresas no país diminuiu US\$1,7 bilhão, e somou US\$17,1 bilhões, dos quais US\$8,5 bilhões resultantes de conversões de dívida externa em investimentos. As conversões, que significam a transformação de dívida em capital de risco, representam importante alteração no perfil do passivo externo. Ao contrário do que ocorre com o passivo na forma de dívida externa, os

investimentos diretos não expõem o devedor ao risco cambial, e, conseqüentemente, ao risco de inadimplência. Em relação a privatizações, registrou-se apenas uma operação, de US\$280 milhões, relativa ao Sistema Telebras.

Quadro 5.24 – Investimentos estrangeiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	9 900	12 557	22 457	9 617	6 949	16 566
Ingressos	13 499	16 517	30 017	13 442	12 994	26 436
Saídas	3 599	3 960	7 559	3 825	6 044	9 870
Participação no capital	7 748	11 017	18 765	9 101	7 993	17 094
Ingressos	9 416	11 677	21 093	9 945	8 991	18 936
Moeda	8 552	8 265	16 817	5 870	4 506	10 376
Autônomos	7 930	7 808	15 738	5 590	4 506	10 096
Privatizações	622	457	1 079	280	0	280
Conversões	846	3 368	4 215	4 059	4 425	8 484
Autônomos	846	3 368	4 215	4 059	4 425	8 484
Privatizações	0	0	0	0	0	0
Mercadoria	18	43	61	16	60	76
Saídas	1 669	659	2 328	844	998	1 842
Empréstimos intercompanhias	2 153	1 540	3 692	516	-1 044	- 528
Ingressos	4 083	4 841	8 924	3 497	4 003	7 500
Saídas	1 930	3 301	5 232	2 982	5 046	8 028

Os investimentos estrangeiros diretos provenientes dos EUA somaram US\$2,6 bilhões em 2002, montante superado pelos ingressos de US\$3,3 bilhões provenientes dos Países Baixos, maior investidor em 2002. Destacaram-se, ainda, as retrações de inversões provenientes da Espanha, de US\$2,8 bilhões para US\$587 milhões, e de Portugal, de US\$1,7 bilhão para US\$1 bilhão.

Considerando os investimentos estrangeiros diretos por setor, ocorreu recuo de 16,3% em serviços, de US\$12,5 bilhões para US\$10,5 bilhões. Essa retração concentrou-se em intermediação financeira, US\$917 milhões, atividades de informática e conexas, US\$495 milhões, e seguros e previdência privada, US\$413 milhões. Os investimentos em extração de petróleo e serviços declinaram para US\$508 milhões, menos que metade dos registrados em 2001. Os investimentos no setor industrial registraram crescimento de 8,8%. Destacou-se a expansão de 233% dos recursos destinados à produção de alimentos e bebidas, setor cuja participação na pauta de exportações tem sido significativa (carnes, soja, suco de laranja). Por outro lado, observou-se queda de 53,3% em investimentos no setor de material eletrônico e equipamentos de comunicação, e de 67,7% em metalurgia básica.

Quadro 5.25 – Investimento estrangeiro direto – Participação por país^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	9 342	11 700	21 042	9 885	8 869	18 754
Países Baixos	899	993	1 892	1 959	1 389	3 348
Estados Unidos	2 225	2 240	4 465	1 243	1 371	2 614
França	663	1 250	1 913	1 487	327	1 815
Ilhas Cayman	777	978	1 755	1 195	359	1 555
Bermudas	552	55	607	799	670	1 469
Portugal	345	1 347	1 692	146	873	1 019
Luxemburgo	77	207	285	165	848	1 013
Canadá	99	343	441	914	75	989
Alemanha	266	782	1 047	277	352	628
Espanha	1 933	834	2 767	282	305	587
Japão	207	619	827	158	347	504
Ilhas Virgens Britânicas	399	513	912	223	278	501
Reino Unido	107	310	416	136	338	475
Itália	109	172	281	232	240	473
Suíça	20	162	182	104	243	347
Uruguai	66	115	181	92	145	237
Suécia	30	25	54	56	149	205
Bahamas	82	182	264	61	144	205
Panamá	42	91	133	91	50	141
Dinamarca	19	14	33	37	56	93
Noruega	70	14	83	21	39	60
Bélgica	101	12	113	12	33	45
Áustria	35	32	67	2	33	34
México	17	44	61	6	19	24
Cingapura	14	2	16	13	7	21
Antilhas Holandesas	3	92	95	6	14	19
Demais países	188	272	460	168	165	332

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram amortizações líquidas de US\$4,8 bilhões em 2002, ante ingressos líquidos de US\$872 milhões, no ano anterior. Esse resultado deveu-se à forte retração na rolagem de títulos de longo prazo no segundo semestre do ano, período em que as amortizações líquidas de investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$6 bilhões, comparadas a ingressos líquidos de US\$1,2 bilhão, no primeiro semestre. Os investimentos estrangeiros em ações somaram ingressos líquidos de US\$2 bilhões, registrados em sua totalidade no primeiro semestre e concentrados em *American Depositary Receipts* (ADR), US\$2,1

Quadro 5.26 – Investimento estrangeiro direto – Participação por setor^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	9 342	11 700	21 042	9 885	8 869	18 754
Agric., pecuária e extrativa mineral	393	1 100	1 494	265	372	638
Extração de petróleo. e serv. relac.	326	1 034	1 360	210	298	508
Demais	67	66	134	55	74	129
Indústria	2 350	4 651	7 001	3 452	4 165	7 617
Produtos alimentícios e bebidas	195	368	563	1 475	398	1 873
Fabr. e mont. de veíc. automot. ^{2/}	447	1 103	1 550	413	1 406	1 819
Produtos químicos	858	688	1 546	895	678	1 573
Mat. eletr. e equip.s de comun.	51	1 115	1 166	49	494	544
Máquinas e equipamentos	159	185	344	122	268	391
Máq., aparelhos e mat.elétricos	134	193	327	98	274	372
Artigos de borracha e plástico	50	126	176	74	109	183
Metalurgia básica ^{3/}	42	389	431	63	75	139
Produtos minerais não-metálicos	96	34	130	27	97	124
Produtos têxteis	20	36	56	55	43	98
Máq. p/ escrit. e equip. de inform.	14	9	23	34	61	95
Produtos de metal	36	73	108	33	58	91
Edição, impres. e reprodu. de grav.	98	42	140	11	33	44
Produtos de madeira	19	53	71	9	7	16
Celulose, papel e prod.s do papel	10	140	150	3	7	11
Outras indústrias	120	98	219	91	156	247
Serviços	6 599	5 949	12 547	6 167	4 332	10 498
Correio e telecomunicações	2 263	1 868	4 130	2 482	1 684	4 166
Eletricidade, gás e água quente	828	614	1 442	1 257	277	1 534
Comércio	523	1 111	1 634	573	930	1 504
Intermediação financeira	1 500	623	2 123	730	476	1 206
Serviços prestados a empresas	300	397	697	413	379	791
Atividades de inform. e conexas ^{4/}	524	196	720	167	58	225
Seguros e previdência privada	104	525	628	169	47	216
Atividades imobiliárias	100	87	187	78	119	197
Construção ^{5/}	159	105	264	76	72	148
Alojamento e alimentação	36	239	275	16	109	126
Transporte	106	40	146	52	72	124
Captação, trat. e distrib. de água	7	21	28	49	45	94
Outros serviços	149	124	273	104	64	168

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

2/ Inclui indústria de peças automotivas.

3/ Inclui siderurgia.

4/ Inclui internet.

5/ Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

Quadro 5.27 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	2 088	-1 216	872	1 236	-6 034	-4 797
Receitas	18 352	11 145	29 497	11 905	6 447	18 352
Despesas	16 264	12 361	28 625	10 669	12 481	23 150
Investimentos em ações	1 892	589	2 481	2 002	- 21	1 981
Receitas	6 097	4 397	10 494	5 588	4 467	10 055
Despesas	4 204	3 808	8 013	3 586	4 488	8 074
Negociadas no país	165	- 710	- 545	- 113	- 611	- 723
Receitas	4 077	2 938	7 015	3 339	3 764	7 103
Despesas	3 912	3 648	7 560	3 451	4 375	7 826
Negociadas no ext. (ADR)	1 728	1 299	3 026	2 114	590	2 704
Receitas	2 020	1 459	3 478	2 250	702	2 952
Despesas	292	160	452	135	113	248
Títulos de renda fixa	195	-1 804	-1 609	- 765	-6 013	-6 778
Receitas	12 255	6 748	19 003	6 317	1 981	8 297
Despesas	12 060	8 552	20 612	7 082	7 993	15 076
Negociados no país	- 168	- 106	- 274	- 17	- 206	- 223
Médio e longo prazos	- 176	- 70	- 246	- 12	- 205	- 218
Receitas	309	223	532	253	285	538
Despesas	485	293	778	265	491	756
Curto prazo	8	- 35	- 28	- 4	- 1	- 5
Receitas	207	149	356	170	213	383
Despesas	199	184	384	174	214	388
Negociados no exterior	364	-1 699	-1 335	- 749	-5 807	-6 556
Bônus	967	192	1 160	3 197	-1 600	1 597
Desembolsos	7 349	2 349	9 699	4 101	-	4 101
Novos ingressos	5 199	2 349	7 549	4 070	-	4 070
Refinanciamentos	2 150	-	2 150	30	-	30
Amortizações	6 382	2 157	8 539	904	1 600	2 504
Pagas	4 232	2 157	6 389	873	1 600	2 473
Das quais div. nac. (<i>Bradies</i>)	2 753	510	3 263	2 753	510	3 263
Refinanciadas	2 150	-	2 150	30	-	30
Valor de face	2 150	-	2 150	30	-	30
Descontos obtidos	-	-	-	-	-	-
Notes e commercial papers	- 947	-2 171	-3 118	-3 274	-4 065	-7 338
Desembolsos	3 827	3 523	7 350	1 557	536	2 093
Amortizações	4 774	5 694	10 468	4 831	4 601	9 432
Títulos de curto prazo	343	281	623	- 673	- 142	- 815
Desembolsos	562	504	1 066	236	946	1 182
Amortizações	219	223	442	908	1 088	1 996

bilhões. No segundo semestre, as colocações líquidas de US\$590 milhões de ADR praticamente compensaram o aumento de US\$611 milhões nos desinvestimentos em ações negociadas no país. Os investimentos em títulos de renda fixa registraram saídas líquidas de US\$6,8 bilhões no ano, dos quais US\$6 bilhões de julho a dezembro. Esse resultado decorreu da retração nas colocações de títulos privados de longo prazo (*notes e commercial papers*) no mercado externo, o que impossibilitou a rolagem de dívida vincenda no período. As captações líquidas por meio de colocações de bônus somaram US\$1,6 bilhão. No primeiro semestre houve captação líquida de US\$3,2 bilhões. Destacaram-se as colocações de bônus Global 2012 em janeiro, US\$1,25 bilhão; Global 2008 em março, US\$1,25 bilhão; e Euro 2009 e Global 2010 em abril, US\$1,4 bilhão. No segundo semestre, contudo, não houve novas colocações, e registraram-se amortizações de US\$1,6 bilhão.

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US\$3 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou US\$2,6 bilhões, valor 39,3% inferior ao registrado em 2001, e foi marcado pela retração no perfil de vencimento. Os créditos de longo prazo, que em 2001 haviam registrado desembolsos líquidos de US\$480 milhões, apresentaram amortizações líquidas de US\$1,4 bilhão. Os créditos de curto prazo líquidos, por sua vez, passaram de US\$3,8 bilhões para US\$3,9 bilhões. Os empréstimos externos, que somaram ingressos líquidos de US\$1 bilhão, foram caracterizados pela amortização líquida de recursos autônomos e pelos desembolsos de recursos do FMI. Os desembolsos líquidos do FMI a título de operações de regularização somaram US\$11,5 bilhões, suficientes para compensar as amortizações líquidas dos demais empréstimos, que somaram US\$10,3 bilhões. Os empréstimos de longo prazo totalizaram amortizações líquidas de US\$5,3 bilhões. Os empréstimos de compradores, diretamente relacionados ao comércio de bens, concentraram esses pagamentos, tendo somado remessas líquidas de US\$4,8 bilhões, comparadas a US\$1,7 bilhão em 2001. Adicionalmente, observaram-se amortização líquida de US\$1,4 bilhão de empréstimos diretos e de US\$511 milhões pagas a agências. Os fluxos de recursos com organismos internacionais resultaram em ingressos líquidos de US\$1,4 bilhão. Os empréstimos de curto prazo registraram desembolsos líquidos de US\$5 bilhões, dos quais US\$2,2 bilhões referentes à redução de passivos de bancos comerciais brasileiros. A saída líquida de recursos de não-residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda totalizou US\$621 milhões.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior, que em 2001 haviam registrado retornos líquidos, voltaram a registrar o aumento de ativos de brasileiros no exterior. Deve-se ressaltar que, naquele ano, as receitas foram incrementadas por uma operação de nacionalização da dívida externa de US\$2,8 bilhões, em junho, que consistiu na transferência de ativos na forma de títulos da dívida externa (*Bradies*) de filial no exterior de empresa brasileira para sua matriz no país, e que teve como contrapartida a amortização de dívida externa, conforme registrado em investimentos

Quadro 5.28 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	6 151	3 202	9 353	6 114	-3 134	2 980
Crédito comercial (de fornecedores)	2 816	1 417	4 233	2 229	341	2 571
Longo prazo	159	322	480	- 889	- 481	-1 370
Desembolsos	1 789	1 505	3 293	639	645	1 284
Amortizações	1 630	1 183	2 813	1 527	1 126	2 654
Curto prazo (líquido)	2 657	1 096	3 753	3 118	822	3 941
Empréstimos	3 440	2 274	5 714	3 858	-2 827	1 031
Autoridade monetária	1 946	4 693	6 639	5 529	5 834	11 363
Operações de regularização	2 005	4 752	6 757	5 588	5 893	11 480
FMI	2 005	4 752	6 757	5 588	5 893	11 480
Desembolsos	2 005	4 752	6 757	9 972	6 073	16 045
Amortizações	0	0	0	4 384	180	4 565
Outros empréstimos de longo prazo	- 59	- 59	- 118	- 59	- 59	- 118
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	59	59	118	59	59	118
Demais setores	1 494	-2 419	- 925	-1 671	-8 661	-10 332
Longo prazo	1 669	- 718	951	-3 454	-1 866	-5 321
Desembolsos	7 991	6 291	14 281	4 035	7 080	11 115
Organismos	1 953	1 130	3 083	910	2 963	3 872
BID	450	844	1 294	465	1 576	2 041
Bird ^{1/}	1 503	286	1 788	295	1 387	1 681
Demais	0	0	0	150	0	150
Agências	776	963	1 739	547	972	1 519
Compradores	2 218	2 225	4 443	1 519	1 919	3 438
Empréstimos diretos	3 043	1 973	5 017	1 060	1 226	2 286
Amortizações	6 322	7 009	13 331	7 490	8 946	16 436
Organismos	747	896	1 643	723	1 789	2 511
BID	195	313	508	186	970	1 156
Bird ^{1/}	552	583	1 135	537	819	1 355
Agências	747	1 131	1 879	673	1 357	2 030
Compradores	2 959	3 205	6 164	4 239	4 000	8 239
Empréstimos diretos	1 868	1 777	3 645	1 855	1 800	3 655
Curto prazo	- 174	-1 701	-1 875	1 784	-6 795	-5 011
Moeda e depósitos	- 107	- 489	- 596	27	- 648	- 621
Outros passivos	2	0	2	0	0	0
Longo prazo	2	1	3	0	0	0
Curto prazo	0	- 1	- 1	0	0	0

1/ Inclui IFC.

estrangeiros em carteira. Os investimentos líquidos no exterior em 2002 somaram US\$2,5 bilhões, dos quais US\$2,4 bilhões referentes a aumento de participações. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram saídas líquidas de US\$81 milhões, comparados a amortizações líquidas recebidas de US\$505 milhões em 2001.

Quadro 5.29 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	2 183	75	2 258	-1 033	-1 449	-2 482
Retornos	3 293	1 814	5 106	302	283	585
Saídas	1 110	1 739	2 849	1 335	1 732	3 067
Participação no capital	2 330	- 578	1 752	-1 143	-1 258	-2 402
Retornos	3 251	985	4 236	166	250	417
Saídas	921	1 562	2 483	1 310	1 509	2 818
Empréstimos intercompanhias	- 147	653	505	110	- 191	- 81
Ingressos	42	829	871	136	33	168
Saídas	189	176	365	26	223	249

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram US\$321 milhões em 2002, retração de 59,6% em relação ao ano anterior. Os investimentos em ações de empresas estrangeiras somaram US\$389 milhões, apesar do retorno líquido de US\$106 milhões de recursos aplicados em *Brazilian Depositary Receipts* (BDR). Os investimentos em títulos de renda fixa somaram retorno líquido de US\$67 milhões.

Outros investimentos brasileiros no exterior somaram saídas líquidas de US\$3,2 bilhões. Os empréstimos de longo prazo ao exterior somaram US\$1,7 bilhão. Os

Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	- 320	- 475	- 795	- 332	11	- 321
Receitas	886	741	1 626	426	590	1 016
Despesas	1 205	1 216	2 421	758	580	1 337
Investimentos em ações	- 610	- 511	-1 121	- 276	- 112	- 389
Receitas	124	46	170	80	240	320
Despesas	734	557	1 291	356	353	709
<i>Brazilian Depositary Receipts</i> (BDR)	115	35	150	6	100	106
Receitas	116	37	153	6	108	113
Despesas	1	1	3	0	7	7
Demais	- 724	- 547	-1 271	- 282	- 213	- 495
Receitas	8	9	17	74	133	207
Despesas	732	556	1 288	356	345	702
Títulos de renda fixa	290	36	326	- 55	123	67
Receitas	761	695	1 456	346	350	696
Colaterais	326	-	326	-	-	-
Demais	435	695	1 130	346	350	696
Despesas	472	659	1 130	402	227	629

investimentos na forma de moeda e depósitos apresentaram saídas líquidas de US\$1,3 bilhão, soma de remessas de US\$5,6 bilhões de setores não financeiros e retorno de US\$4,3 bilhões ativos externos de bancos. Os outros ativos totalizaram saídas líquidas de US\$172 milhões, dos quais US\$122 milhões a longo prazo.

Quadro 5.31 – Outros investimentos brasileiros

US\$ milhões

Discriminação	2001			2002		
	I sem	II sem	Ano	I sem	II sem	Ano
Total	- 560	-2 430	-2 989	- 960	-2 251	-3 211
Empréstimos	197	- 479	- 282	- 484	-1 256	-1 740
Longo prazo	- 123	- 252	- 375	- 551	-1 173	-1 724
Receitas	265	329	594	777	961	1 739
Despesas	387	581	969	1 329	2 134	3 462
Curto prazo (líquido)	319	- 226	93	68	- 83	- 16
Moeda e depósitos	- 222	-1 553	-1 774	- 475	- 825	-1 300
Bancos	911	410	1 321	1 338	3 003	4 341
Demais setores	-1 132	-1 963	-3 095	-1 813	-3 828	-5 641
Demais	-1 250	-2 011	-3 261	-1 813	-3 828	-5 641
Outros ativos	- 535	- 399	- 933	- 2	- 170	- 172
Longo prazo	- 8	- 97	- 105	- 53	- 70	- 122
Receitas	1	2	3	2	2	3
Despesas	9	99	108	54	71	126
Curto prazo	- 527	- 301	- 828	51	- 100	- 49

Reservas internacionais

Em 2002, as reservas internacionais no conceito liquidez internacional totalizaram US\$37,8 bilhões, com crescimento de US\$2 bilhões no ano.



Quadro 5.32 – Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	2002
Bird ^{2/}	81	305	207	- 81
Desembolsos	1 686	1 837	1 789	1 681
Amortizações	1 256	1 156	1 135	1 355
Juros	349	376	447	407
BID	2 173	1 885	144	247
Desembolsos	2 898	2 837	1 294	2 041
Amortizações	343	322	508	1 157
Juros	382	630	642	638
FMI	3 544	-7 259	6 599	10 985
Desembolsos	6 031	0	6 757	16 045
Amortizações	1 972	6 876	0	4 565
Juros	515	383	158	495
Agências governamentais				
Agências	-1 196	- 427	- 793	-1 106
Desembolsos	1 119	1 034	1 739	1 519
Amortizações	1 692	988	1 879	2 030
Juros	623	473	653	595
Memo:				
Clube de Paris	-1 705	- 754	-1 363	-1 519
Amortizações	1 206	469	914	1 126
Juros	499	285	449	393
Bônus	78	- 478	-3 666	-2 958
Desembolsos	7 708	12 222	9 699	4 101
Novos ingressos	4 708	6 086	7 549	4 070
Refinanciamentos	3 000	6 136	2 150	30
Amortizações	4 408	8 515	8 539	2 504
Pagas	1 410	2 370	6 389	2 473
Refinanciadas	2 997	6 145	2 150	30
Juros	3 222	4 185	4 826	4 555
Notes e commercial papers	-5 428	-2 238	-7 538	-11 255
Desembolsos	11 976	6 496	7 350	2 093
Amortizações	13 364	4 610	10 468	9 432
Juros	4 040	4 124	4 420	3 917
Intercompanhias - IED	-2 334	1 630	2 389	-1 586
Desembolsos	4 882	6 888	8 924	7 500
Amortizações	6 287	4 125	5 232	8 028
Juros	929	1 133	1 303	1 058
Bancos ^{3/}	-6 560	-2 378	-1 974	-7 245
Desembolsos	11 796	10 219	9 460	5 724
Amortizações	16 218	10 724	9 809	11 894
Juros	2 138	1 873	1 625	1 075

1/ Não inclui desembolsos de fornecedores.

2/ Inclui CFI.

3/ Corresponde a empréstimos diretos e créditos de compradores.

Ao longo do ano, a queda da oferta de linhas de crédito de bancos estrangeiros aos bancos brasileiros levou o Banco Central a intervir no mercado doméstico de câmbio com maior intensidade, regulando a liquidez do sistema. Paralelamente à queda da oferta de linhas de crédito externas, o aumento das exportações acarretou maior demanda por adiantamentos sobre contratos de câmbio. Assim, por meio da Circular 3.146, de 30.8.2002, foi introduzida uma nova modalidade de intervenção do Banco Central: as linhas para exportação. Com orçamento inicial de US\$2 bilhões, essa intervenção visou suprir os *dealers* com os recursos necessários para realizarem adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação, seja na modalidade pré ou pós-embarque. Ao final do ano, as vendas líquidas totalizaram US\$1,4 bilhão.

Além disso, desde junho, utilizaram-se as operações de linhas com recompra, através das quais o Banco Central intervém oferecendo dólares no mercado à vista com o concomitante compromisso de recompra no futuro, as quais finalizaram o ano com vendas líquidas de US\$1,8 bilhão. Já as operações de intervenção no mercado pronto somaram vendas líquidas de US\$5,9 bilhões no ano. As intervenções totais do Banco Central no mercado doméstico de câmbio totalizaram vendas líquidas de US\$9,1 bilhões.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$11 bilhões. Ressaltaram-se os desembolsos de US\$21,3 bilhões, especialmente de organismos, em virtude do PAF, com saques de US\$17,4 bilhões, dos quais US\$16 bilhões relativos ao FMI, US\$497 milhões ao BID e US\$850 milhões ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Ocorreram ainda desembolsos de US\$3,9 bilhões oriundos dos lançamentos dos bônus Global 08 (US\$1,25 bilhão), Global 10 (US\$1 bilhão), Global 12 (US\$1,25 bilhão), e Euro 09 (US\$440 milhões).

As amortizações totalizaram US\$8,2 bilhões, assim distribuídas: US\$2 bilhões de bônus, US\$118 milhões de *Multiyear Deposit Facility Agreement* (MYDFA), US\$4,9 bilhões a organismos (PAF) e US\$1,1 bilhão ao Clube de Paris.

A despesa líquida de juros somou US\$3,5 bilhões, com destaque para as despesas de US\$4,1 bilhões relativas a bônus e para as receitas de US\$1,6 bilhão provenientes da remuneração das reservas.

As demais operações totalizaram receitas líquidas de US\$1,4 bilhão, especialmente devido aos ganhos de US\$1,3 bilhão em paridade, e de US\$443 milhões, em preços de títulos.

Quadro 5.33 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	36 342	33 011	35 866
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)	2 293	- 7 225	- 9 113
Pronto	2 293	- 7 225	- 5 910
Linhas com recompra	-	-	- 1 771
Linhas para exportação	-	-	- 1 432
2. Operações externas do Banco Central	- 5 624	10 080	11 070
Desembolsos	8 343	14 582	21 332
Bônus	6 217	6 680	3 940
Organismos	2 126	7 902	17 392
Amortizações	- 13 217	- 3 891	- 8 171
Bônus e MYDFA	- 2 425	- 2 844	- 2 111
Organismos	- 10 323	- 115	- 4 921
Clube de Paris	- 469	- 932	- 1 139
Juros	- 3 426	- 3 174	- 3 536
Bônus e MYDFA	- 3 702	- 4 494	- 4 148
Organismos	- 544	- 151	- 605
Clube de Paris	- 283	- 467	- 393
Remuneração das reservas	1 103	1 938	1 609
Demais ^{1/}	2 676	2 562	1 445
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	- 3 331	2 855	1 957
III - Posição das reservas (final de período)	33 011	35 866	37 823
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:			
Operações com clientes no país (líquido)	2 293	- 7 225	- 7 342
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	8 742	3 152	- 4 060
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{2/}	- 7 232	- 6 227	- 9 133
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{2/}	783	- 4 150	5 850
Reservas líquidas ajustadas (exclui empréstimo do FMI) ^{3/}	31 541	27 797	16 339
Reservas líquidas ajustadas – acordo FMI	31 155	27 837	14 232

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

3/ As reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades do mês anterior para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano. Para efeito de cumprimento do critério de desempenho, no âmbito do acordo com o Fundo Monetário Internacional, devem ser observados os parâmetros de cálculo das reservas líquidas ajustadas estabelecidos pelo Memorando Técnico de Entendimentos (MTE) da 3ª revisão do acordo *Stand-by*. Nesse caso, as reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades definidas em datas estabelecidas pelo MTE para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano, inclusive em DES. O mesmo vale para o preço do ouro. Ainda conforme o MTE, do total das reservas líquidas ajustadas devem ser excluídos os depósitos em bancos domiciliados no exterior, mas com sede no país, e os títulos de emissão de residentes que excederem, juntos, US\$1.023 milhões. O valor excedente até 2002 é de US\$2.937 milhões. Observados os parâmetros de cálculo estabelecidos pelo MTE, as reservas líquidas ajustadas totalizaram US\$14.232 milhões em dezembro de 2002.

Programa de assistência financeira – Acompanhamento do critério de desempenho com o FMI

No âmbito do programa de assistência financeira, através do Memorando Técnico de Entendimentos (MTE), foram estabelecidos critérios para o cálculo das reservas internacionais líquidas ajustadas (RLA). A RLA é definida como as reservas oficiais brutas menos o passivo oficial bruto.

Quadro 5.34 – Demonstrativo das reservas internacionais

Acompanhamento do critério de desempenho com o FMI

US\$ milhões

Discriminação	2001	2002
I - Liquidez internacional	35 866	37 823
(-) Empréstimos do FMI	8 313	20 793
(-) Excesso de depósitos em bancos bras.domiciliados no exterior (b-a)	- 191	- 358
a - Posição em 14.9.2001 (definida no MTE)	408	408
b - Posição no mês	217	50
(-) Excesso de títulos de emissão de residentes (d-c)	152	3 296
c - Posição em 14.9.2001 (definida no MTE)	615	615
d - Posição no mês ^{1/}	767	3 911
(-) Variação por paridade e preço	- 284	- 139
II - RLA para fins de acordo com o FMI ^{2/}	27 837	14 232

1/ Inclui as operações de *buy-back*, conforme medidas anunciadas pelo Banco Central em 13.6.2002. Total de compras até dezembro de 2002: US\$2.951 milhões.

2/ Denominadas em dólares consideram as paridades definidas em datas estabelecidas pelo MTE para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano, inclusive em DES. O mesmo vale para o preço do ouro. Ainda conforme o MTE, do total das reservas líquidas ajustadas devem ser excluídos os depósitos em bancos domiciliados no exterior, mas com sede no País, e os títulos de emissão de residentes que excederem, juntos, US\$1.023 milhões.

Segundo o MTE, as reservas oficiais brutas compreendem: i) disponibilidades monetárias; ii) ouro não comprometido; iii) haveres em direitos especiais de saque (DES); iv) posição de reserva no FMI; e v) haveres em instrumentos de renda fixa. A data-base para o cálculo da variação de paridades dos haveres de i) a iv), assim como para os itens do passivo, denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano, é definida e fixada pelo MTE. O item v) é contabilizado pelo valor de mercado. Assim, conforme o MTE, os depósitos contra bancos domiciliados no exterior, mas com sede no país, e os haveres em títulos de emissão de residentes, que excederem, juntos, US\$1 bilhão (nível existente em 14 de setembro de 2001), devem ser excluídos das reservas líquidas ajustadas.

O passivo oficial bruto compreende o passivo junto ao FMI, passivos de curto prazo e eventual posição cambial líquida devedora do Banco Central.

O MTE estabeleceu, ainda, pisos mínimos (critério de desempenho) para as reservas internacionais líquidas ajustadas, os quais foram reduzidos de US\$20 bilhões para US\$15 bilhões, em junho, e desse valor, para US\$5 bilhões, em setembro. Os pisos foram superados ao longo do ano e, em dezembro, as reservas líquidas ajustadas, de acordo com o critério do MTE, somaram US\$14,2 bilhões, valor US\$9,2 bilhões superior ao piso determinado.

Quadro 5.35 – Critério de desempenho para as reservas internacionais – 2002

Acordo com o FMI

US\$ milhões

Período	Reservas líquidas ajustadas ^{1/}	
	Piso	Ocorrido ^{2/}
Jan	20 000	28 309
Fev	20 000	27 959
Mar	20 000	28 822
Abr	20 000	29 066
Mai	20 000	28 736
Jun	15 000	26 541
Jul	15 000	23 553
Ago	15 000	21 117
Set	5 000	19 056
Out	5 000	16 154
Nov	5 000	15 630
Dez	5 000	14 232

1/ Até agosto, acordo de 2001; a partir de setembro, acordo de 2002.

2/ Ajustes por paridades definidas no âmbito dos acordos.

Dívida externa

Em setembro de 2002, a dívida externa total situava-se em US\$212,9 bilhões, aumento de US\$2,9 bilhões em relação ao estoque de dezembro de 2001. A dívida de médio e longo prazos registrou aumento de US\$5,7 bilhões. A dívida de curto prazo situou-se em US\$24,9 bilhões, redução de US\$2,7 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhias atingiu US\$16,4 bilhões, dos quais US\$13,3 bilhões referentes a empréstimos de médio e longo prazos.

A dívida com o FMI, em setembro de 2002, totalizou US\$17,4 bilhões, aumento de US\$9 bilhões em relação à posição de dezembro de 2001. Contribuíram para esse resultado os desembolsos de US\$13 bilhões do FMI referentes ao PAF, no período. Desse total, US\$10 bilhões foram relativos ao segundo saque ocorrido em junho do Acordo *Stand-by* (SBA) de 2001, sendo US\$8,6 bilhões na modalidade Suplementação

Quadro 5.36 – Endividamento externo bruto^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001	2002-Set
A. Dívida total (B+C)	223 792	223 996	216 921	209 934	212 873
B. Dívida de médio e longo prazos ^{2/}	197 494	197 387	189 501	182 276	187 940
Programa de assistência financeira	9 324	12 281	1 771	8 346	17 369
FMI	4 784	8 834	1 771	8 346	17 369
BIS	4 150	3 150	-	-	-
BoJ	390	297	-	-	-
Demais empréstimos do FMI	11	-	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	40 419	35 330	25 250	18 958	18 577
Demais bônus	9 321	16 509	29 504	36 024	39 526
Financiamentos de importações	64 567	61 608	58 769	48 618	49 882
Organismos internacionais	15 442	18 544	21 504	22 440	24 444
Agências governamentais	17 143	14 812	14 237	12 418	12 671
Outros financiadores	31 982	28 252	23 027	13 760	12 767
Empréstimos em moeda	73 695	71 529	74 197	70 330	62 586
<i>Notes</i> ^{3/}	63 106	61 779	61 024	57 007	50 738
Empréstimos diretos	10 589	9 750	13 173	13 323	11 848
Empréstimos diversos	157	130	10	-	-
C. Dívida de curto prazo	26 298	26 609	27 420	27 658	24 933
Linhas de crédito de importação de petróleo	3 355	3 318	2 572	364	65
Bancos comerciais	17 911	18 954	18 164	16 850	16 002
Financiamento rural (Resolução 2.483)	1 399	542	319	-	-
Outras operações ^{4/}	3 633	3 795	6 364	10 444	8 866
Financiamentos	...	2 616	3 850	6 121	5 764
Empréstimos	...	1 179	2 514	4 323	3 102
D. Empréstimos intercompanhias	17 852	15 859	19 236	15 901	16 356
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	241 644	239 855	236 157	225 835	229 228

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

4/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. Em 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

de Reservas (SRF) e US\$1,4 bilhão na modalidade *Credit Tranche*. Em setembro, foram desembolsados US\$3 bilhões referentes ao primeiro saque do novo acordo SBA de 2002, sendo US\$1,5 bilhão na modalidade SRF e US\$1,5 bilhão na modalidade *Credit Tranche*. Por outro lado, em abril, o governo brasileiro antecipou o pagamento de US\$4,2 bilhões referentes ao empréstimo do Fundo na modalidade SRF, que havia tomado em setembro de 2001, relativo ao acordo anterior.

A dívida junto a organismos internacionais aumentou US\$2 bilhões. Ocorreram desembolsos de recursos complementares do PAF junto ao BID e Bird, os quais totalizaram US\$1,4 bilhão, sendo US\$500 milhões desembolsados pelo BID e US\$859 milhões, pelo Bird.

O estoque de bônus aumentou US\$3,1 bilhões em setembro de 2002, em relação a dezembro de 2001. A parcela composta por *Bradies* reduziu-se US\$381 milhões no período, passando a corresponder a 32% do total do estoque. O estoque dos demais bônus aumentou US\$3,5 bilhões, passando a representar 68% do total, sendo 98% dessa participação de bônus da República e o restante de bônus do setor privado.

Da dívida externa de médio e longo prazos, em setembro de 2002, 33,3% referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 30,9% a bônus e 26,5% a financiamentos de comércio. A parcela restante, 9,2%, referia-se a empréstimo do FMI no PAF. O estoque de empréstimos em moeda apresentou redução de US\$7,7 bilhões no período em análise, com as *notes* e *commercial papers* sendo responsáveis pela queda de US\$6,3 bilhões. Vale ressaltar que, do total de reduções destes papéis, US\$2,8 bilhões voltaram na forma de conversão em investimentos. Os financiamentos de comércio aumentaram US\$1,3 bilhão, com desembolso líquido de US\$2 bilhões de organismos internacionais.

Em setembro de 2002, a dívida de curto prazo declinou 9,9% em relação à posição de dezembro de 2001. Esse resultado foi influenciado pelo desempenho das contas de Financiamentos e Empréstimos, as quais diminuíram US\$1,6 bilhão no período.

Considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 92,5% da dívida externa total, o setor público figurava como maior devedor, com 59,6% do total, acumulando US\$116 bilhões em recursos de médio e longo prazos e US\$1,4 bilhão em recursos de curto prazo. Os 40,4% restantes da dívida externa registrada, representados pelo setor privado, dividiam-se em US\$72,1 bilhões de médio e longo prazos e US\$7,5 bilhões de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos do setor privado concentrava-se na modalidade *notes*, US\$44,3 bilhões, responsável por 61,4% do total.

O setor público não-financeiro detinha, em setembro de 2002, US\$107 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Desse total, 70,8% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US\$56,7 bilhões na modalidade bônus. Da dívida do Banco Central, US\$17,4 bilhões referiam-se a créditos fornecidos pelo FMI no âmbito do PAF e US\$664 milhões ao MYDFA, empréstimo originário de dívida reestruturada. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 5,5% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, 6,8% do total do setor público não-financeiro, concentrava-se em créditos de organismos internacionais e em *notes*.

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada

US\$ milhões

Devedor	Credor				
	Bônus	Clube de Paris	Organismos ^{1/}	Bancos	Notes ^{2/}
A. Total	58 403	5 835	41 814	26 041	51 241
B. Médio e longo prazos	58 103	5 835	41 814	18 947	50 738
Setor público	57 133	5 835	39 087	3 566	6 478
Setor público não-financeiro	56 886	5 835	35 785	2 819	2 384
Tesouro Nacional	56 713	5 835	10 615	1 162	-
Banco Central do Brasil	-	-	17 369	664	-
Estatais	173	-	2 297	942	2 384
Estados e municípios	-	-	5 504	51	-
Setor financeiro	247	-	3 302	747	4 094
Setor privado	970	-	2 727	15 381	44 260
Não-financeiro	600	-	2 561	9 201	34 005
Financeiro	370	-	166	6 180	10 255
C. Curto prazo	300	-	-	7 094	503
Empréstimos	300	-	-	2 293	503
Não-financeiro	-	-	-	435	197
Financeiro	300	-	-	1 858	306
Financiamento de importações	-	-	-	4 801	-
Não-financeiro	-	-	-	1 531	-
Financeiro	-	-	-	3 270	-
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	-	-	2 125
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	58 403	5 835	41 814	26 041	53 366

(continua)

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$29,6 bilhões em setembro de 2002. Desse total, apenas US\$328 milhões correspondiam a dívida do setor privado. Os demais US\$29,3 bilhões referiam-se a dívidas com aval do setor público ao próprio setor público, na grande maioria do governo federal.

O esquema de amortização para o endividamento de médio e longo prazos, posição de setembro de 2002, revelou concentração de vencimentos nos anos de 2002 a 2006, com 60,8% dos vencimentos programados para esse período. A dívida de médio e longo prazos do setor público concentrou 52,5% dos vencimentos até 2006 e a dívida do setor privado, 74,1%. Os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 53,2% dos vencimentos no período de 2002 a 2006.

O prazo médio da dívida externa registrada reduziu-se de 6,5 anos, na posição de dezembro de 2001, para 6,1 anos, em setembro de 2002. Enquanto a parcela referente a bônus apresentava prazo médio bastante dilatado, doze anos, os financiamentos

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada (continuação)

Devedor	Credor			Total
	Agências	Fornecedores	Outros	
A. Total	6 837	6 450	185	196 806
B. Médio e longo prazos	6 837	5 487	179	187 940
Setor público	3 213	530	6	115 848
Setor público não-financeiro	2 719	420	6	106 854
Tesouro Nacional	1 023	273	-	75 621
Banco Central do Brasil	63	-	-	18 096
Estatais	1 269	143	6	7 214
Estados e municípios	364	4	-	5 923
Setor financeiro	494	110	-	8 994
Setor privado	3 624	4 957	173	72 092
Não-financeiro	3 397	4 916	39	54 719
Financeiro	227	41	134	17 373
C. Curto prazo	-	963	6	8 866
Empréstimos	-	-	6	3 102
Não-financeiro	-	-	1	633
Financeiro	-	-	5	2 469
Financiamento de importações	-	963	-	5 764
Não-financeiro	-	962	-	2 493
Financeiro	-	1	-	3 271
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	14 231	16 356
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	6 837	6 450	14 416	213 162

1/ Inclui FMI.
2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

de fornecedores e compradores registravam o menor prazo médio, 2,6 anos. As datas dos vencimentos dos empréstimos do FMI referentes ao PAF concentraram-se nos anos de 2003 a 2007, o que contribuiu para a diminuição para quatro anos do prazo médio de organismos internacionais.

Na composição por moeda da dívida externa registrada, a participação do dólar norte-americano diminuiu de 68,4% do total, em dezembro de 2001, para 63,8%, em setembro de 2002. No mesmo período, a participação das demais moedas aumentou de 17,1% para 22%. Essa mudança de composição foi influenciada pelo aumento da dívida em DES, decorrente dos desembolsos efetuados em 2002, no âmbito do PAF, firmado com o FMI. As participações das dívidas registradas em euro e iene não sofreram alterações significativas, passando de 5% e 7,9%, em dezembro de 2001, para 4,9% e 7,6%, em setembro de 2002, respectivamente.

Quadro 5.38 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001	2002-Set
Governo federal (contratada diretamente)	66 777	68 959	72 592	71 191	75 632
Estados e municípios	4 886	5 401	5 575	5 436	5 923
Direta	746	320	97	2	4
Com aval	4 140	5 081	5 478	5 434	5 919
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	31 467	30 398	21 439	26 823	35 522
Direta	15 879	19 575	14 242	13 658	12 174
Com aval	15 588	10 823	7 197	13 165	23 349
Setor privado (com aval do setor público)	919	919	919	396	328
Total geral	104 049	105 677	100 525	103 845	117 405
Direta	83 402	88 854	86 931	84 851	87 810
Com aval	20 647	16 823	13 594	18 995	29 596
Pelo governo federal	19 920	16 622	13 246	18 924	29 523
Pelos estados e municípios	5	3	1	-	-
Pelos autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	722	198	347	70	73

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque (Set 2002)	2002 (Out-Dez)	2003	2004	2005	2006
A. Dívida total (B+C)	196 806	11 717	39 058	31 538	22 723	18 068
B. Dívida de médio e longo prazos	187 940	8 041	33 868	31 538	22 723	18 068
Setor público não-financeiro	106 854	2 067	20 062	14 132	10 677	8 618
Governo central (impacto em reserva)	63 187	856	4 797	8 105	5 951	6 103
Demais	43 667	1 211	15 265	6 027	4 726	2 515
Setor público financeiro	8 994	479	1 376	906	1 270	1 200
Setor privado	72 092	5 495	12 430	16 500	10 776	8 250
C. Dívida de curto prazo	8 866	3 676	5 190	-	-	-
Setor público não-financeiro	55	12	43	-	-	-
Setor público financeiro	1 325	735	590	-	-	-
Setor privado	7 487	2 929	4 558	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	16 356	2 864	4 715	2 197	1 345	936
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	213 162	14 581	43 773	33 734	24 068	19 004

(continua)

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões	Posição: 30.9.2002					
	Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
A. Dívida total (B+C)	14 598	10 365	7 483	5 713	4 301	31 242
B. Dívida de médio e longo prazos	14 598	10 365	7 483	5 713	4 301	31 242
Setor público não-financeiro	6 873	5 654	4 980	3 937	3 095	26 758
Governo central (impacto em reserva)	5 299	4 401	3 927	3 025	2 274	18 448
Demais	1 574	1 253	1 053	912	821	8 310
Setor público financeiro	407	1 153	150	453	140	1 459
Setor privado	7 318	3 557	2 353	1 323	1 067	3 025
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	1 093	401	445	380	443	1 537
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	15 692	10 766	7 928	6 093	4 744	32 779

1/ Inclui operações de regularização.

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões	Discriminação	Esquema de amortização				
		Estoque (Set 2002)	2002 (Out-Dez)	2003	2004	2005
A. Dívida total (B+C)	196 806	11 717	39 058	31 538	22 723	18 068
B. Dívida de médio e longo prazos	187 940	8 041	33 868	31 538	22 723	18 068
Organismos internacionais	41 813	1 364	15 475	6 865	4 160	2 311
Agências governamentais	12 671	737	2 112	2 259	2 271	2 285
Compradores	7 280	1 628	2 417	1 075	443	327
Fornecedores	5 487	672	1 829	875	549	325
Empréstimos em moeda	62 586	3 089	8 561	14 834	10 759	8 498
Notes ^{2/}	50 738	2 064	4 413	12 669	9 656	7 255
Empréstimo diretos	11 848	1 025	4 149	2 165	1 103	1 243
Bônus	58 104	551	3 474	5 630	4 541	4 321
C. Dívida de curto prazo	8 866	3 676	5 190	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	16 356	2 864	4 715	2 197	1 345	936
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	213 162	14 581	43 773	33 734	24 068	19 004

(continua)

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

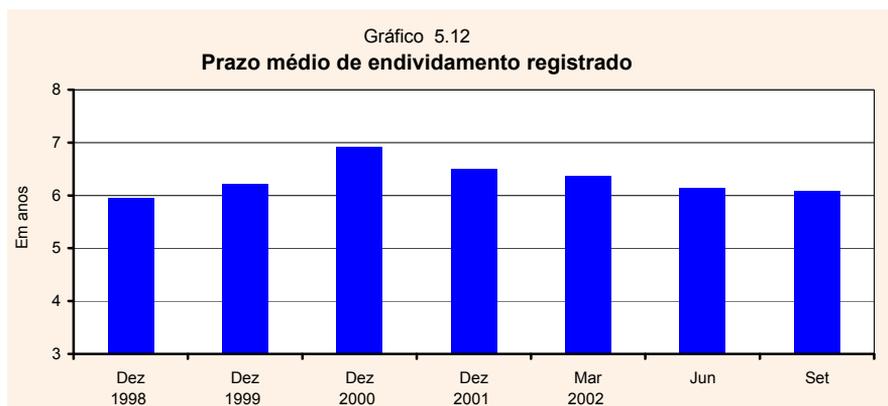
US\$ milhões	Posição: 30.9.2002					
	Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
A. Dívida total (B+C)	14 598	10 365	7 483	5 713	4 301	31 242
B. Dívida de médio e longo prazos	14 598	10 365	7 483	5 713	4 301	31 242
Organismos internacionais	1 437	1 317	1 176	1 069	961	5 678
Agências governamentais	690	474	371	414	222	838
Compradores	246	196	189	138	164	457
Fornecedores	293	103	133	72	52	584
Empréstimos em moeda	6 891	3 994	1 869	1 179	314	2 597
<i>Notes</i> ^{2/}	5 882	3 281	1 757	1 131	274	2 357
Empréstimo diretos	1 009	713	113	47	40	240
Bônus	5 041	4 280	3 746	2 842	2 589	21 088
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	1 093	401	445	380	443	1 537
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	15 692	10 766	7 928	6 093	4 744	32 779

1/ Inclui operações de regularização.

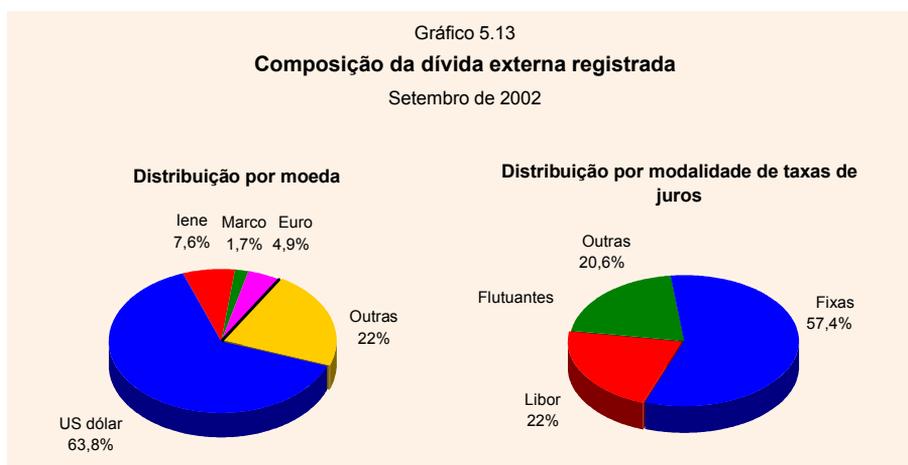
2/ Inclui *commercial papers* e *securities*.**Quadro 5.41 – Prazo médio de amortização**Dívida externa registrada^{1/}

US\$ milhões	Discriminação	2002-Set	Prazo médio (anos)
A. Total		194 751	6,09
Organismos internacionais		41 397	4,02
Agências governamentais		12 656	3,97
Fornecedores/compradores		12 135	2,63
Empréstimos em moeda + curto prazo		70 490	3,41
Bônus		58 073	11,99
<i>Bradies</i>		18 546	9,22
Global/Euro		38 136	13,60
Outros		1 391	4,77
B. Empréstimos intercompanhias		16 356	4,97
C. Total + intercompanhia		211 107	6,00

1/ Exclui vencidos.



Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes aumentou de 40,1% do total, em dezembro de 2001, para 42,6%, em setembro de 2002. Nesse estoque contratado sob taxas flutuantes, a Libor semestral permaneceu como principal referência, embora tenha diminuído sua participação de 62,1% para 51,6%, entre dezembro de 2001 e setembro de 2002. Os desembolsos efetuados junto ao FMI em 2002, no âmbito do PAF, influenciaram estas mudanças de composição nas taxas e nos indicadores, pois os empréstimos do PAF são feitos sob taxas flutuantes e utilizam a taxa DES como referência.



Indicadores de endividamento

Em setembro de 2002, observou-se piora nos indicadores de endividamento. Este resultado deveu-se ao aumento nos pagamentos de principal, à elevação do nível de dívida externa de médio e longo prazos e à queda do valor em dólares das exportações e do PIB.

Quadro 5.42 – Indicadores de endividamento

US\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001	2002-Set
Serviço da dívida ^{1/}	47 224	70 375	52 085	50 621	52 052
Amortizações ^{2/}	31 381	52 907	34 989	33 000	36 188
Juros brutos	15 843	17 468	17 096	17 621	15 865
Dívida de médio e longo prazos (A)	197 494	199 000	189 501	182 276	187 940
Dívida de curto prazo (B)	26 298	26 609	27 420	27 658	24 933
Dívida total (C)=(A+B) ^{3/}	223 792	225 609	216 921	209 934	212 873
Reservas internacionais (D)	44 556	36 342	33 011	35 866	38 381
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{4/}	7 441	7 274	6 801	3 050	2 913
Haveres de bancos comerciais (F)	7 380	7 534	6 028	8 313	6 401
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	164 415	174 459	171 082	162 704	165 178
Exportações ^{1/}	51 140	48 011	55 086	58 223	57 366
PIB ^{1/}	787 889	536 554	602 207	510 360	474 729
Indicadores (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	92	147	95	87	91
Serviço da dívida/PIB	6	13	9	10	11
Dívida total/exportações	438	470	394	361	371
Dívida total/PIB	28	42	36	41	45
Dívida total líquida/exportações	322	363	311	279	288
Dívida total líquida/PIB	21	33	28	32	35

1/ Para setembro de 2002, acumulado em 12 meses.

2/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

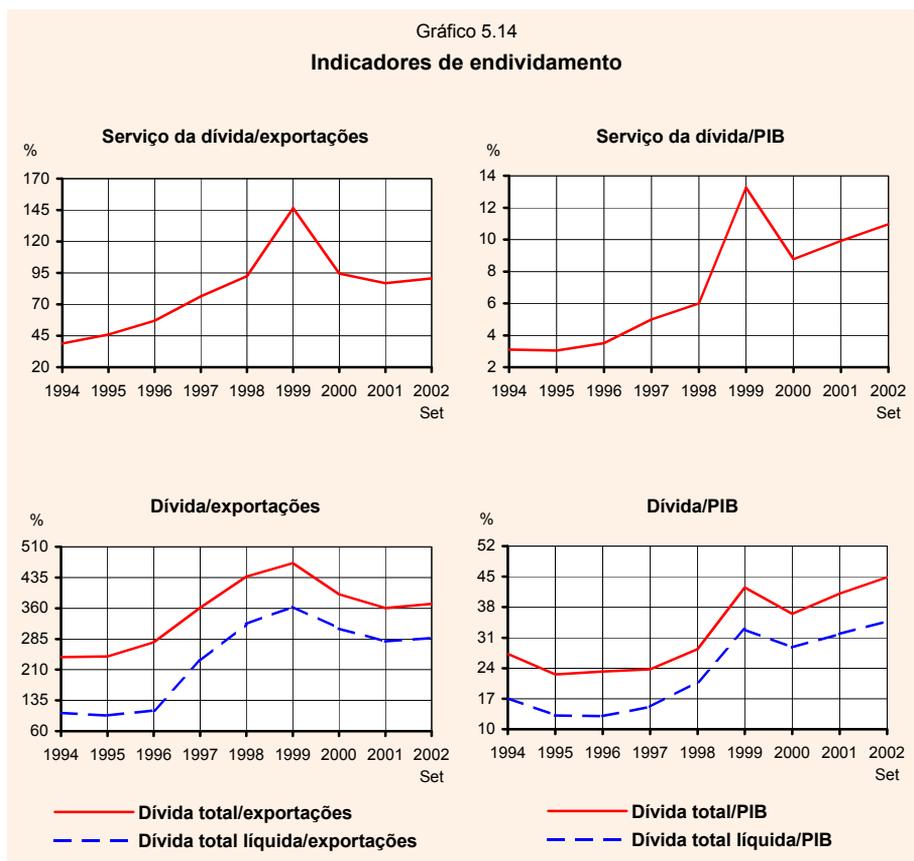
3/ Exclui empréstimos intercompanhias.

4/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

No período analisado, enquanto o valor do serviço da dívida aumentou 2,8%, o valor das exportações diminuiu 1,5%, aumentando a participação do serviço da dívida nas exportações em 4 p.p. Devido à redução de 7% do PIB em dólares e ao aumento de 3,1% da dívida externa de médio e longo prazos, entre dezembro de 2001 e setembro de 2002, a participação da dívida externa total em relação ao PIB aumentou 4 p.p. A relação entre o serviço da dívida e o PIB aumentou em 1 p.p. e a relação entre a dívida externa total e as exportações passou de 361% para 371%. A dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2001 representava 279% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, atingiu 288% em setembro de 2002, enquanto, em percentagem do PIB, passou de 32% para 35%.

Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2002 somou US\$3,9 bilhões. Desse total, US\$3,5 bilhões referem-se a títulos emitidos no



mercado americano. As emissões ocorreram no primeiro quadrimestre, e os prazos de resgate variaram de seis a dez anos. Os prêmios de risco, a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos do Tesouro Americano e a dos títulos brasileiros (*spread*), nos lançamentos de 2002 apresentaram o menor valor para o Euro 09, de 646 pontos básicos (p.b.), e o maior valor para o Global 12, de 754 p.b. A amplitude da variação deveu-se à utilização de diferentes moedas e aos distintos prazos de captação.

Não houve operações de troca nas captações externas em 2002. A última operação de troca ocorreu em 2001, na troca de *Bradies* por Global 24.

A dívida externa reestruturada totalizou US\$19,2 bilhões em dezembro de 2002, representando redução de US\$900 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2001. Essa evolução deveu-se ao resgate da dívida ocorrido no período, onde se destacaram os pagamentos de *Bradies*, em duas parcelas de US\$351 milhões, em abril, e em outubro de 2002.

Quadro 5.43 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Euro 03	3.3.1998	3.3.2003	5	547	8,625	9,67	417
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328
Global 04	22.4.1999	15.4.2004	5	3 000	11,625	11,88	675
Euro 04	30.9.1999	30.9.2004	5	531	11,125	13,18	742
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Samurai 03	17.4.2000	17.4.2003	3	573	4,500	11,23	474
Euro 05 ^{6/}	5.7.2000	5.7.2005	5	1 156	9,000	10,40	470
Global 07 ^{7/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 ^{8/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 05	17.5.2001	15.7.2005	4	1 000	9,625	11,25	648
Samurai 03	30.8.2001	28.8.2003	2	1 661	3,750	8,10	430
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: IRL500 bilhões em 26.6.1997 e IRL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* - 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Euro 05 ocorreu em duas *tranches*: EUR750 milhões, com *spread* de 488 bps, em 5.7.2000, e EUR500 milhões, com *spread* de 442 bps, em 9.5.2001.

7/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

8/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

Quadro 5.44 – Operações de trocas de bônus da República

US\$ milhões

Bônus emitido	Data de Ingresso	Data de vencimento	Valor da nova emissão ^{1/}	Valor de <i>Bradies</i> cancelados	Redução nominal de dívida externa	Colateral liberado
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	15.4.2027	2 245	2 693	448	610
Global 04 ^{3/}	30.4.1999	15.4.2004	1 000	1 193	193	-
Global 09 ^{4/}	15.10.1999	15.10.2009	2 000	3 003	1 003	587
Global 30 ^{5/}	29.3.2000	06.3.2030	578	705	127	139
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	379	416	37	-
Global 40 ^{7/}	17.8.2000	17.8.2040	5 158	5 400	242	334
Global 24 ^{8/}	22.3.2001	15.4.2024	2 150	2 150	-	700
Total			13 510	15 560	2 050	2 370

1/ Inclui somente parcela emitida a partir do cancelamento de *Bradies*.

2/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount* e *C Bond*.

3/ *Bradies* aceitos na troca: EI e IDU.

4/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond* e DCB.

5/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, DCB, FLIRB, e EI.

6/ *Bradies* aceitos na troca: FLIRB, NMB, EI e BIB.

7/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond*, DCB, FLIRB, NMB, EI, IDU e BIB.

8/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond*, DCB.

Quadro 5.45 – Dívida externa reestruturada – *Bradies*, Pré-*Bradies* e MYDFA

Discriminação	Saldo em 31.12.2002	Data de vencimento
	US\$ milhões	
<i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)	6 540	15.4.2014
<i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)	3 777	15.4.2012
<i>Discount Bonds</i>	2 181	15.4.2024
<i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)	1 727	15.4.2006
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (FLIRB)	607	15.4.2009
<i>New Money Bond 1994</i> (NMB)	1 354	15.4.2009
<i>Par Bonds</i>	1 988	15.4.2024
<i>Exit Bond</i> (BIB) - (Pré- <i>Bradies</i>)	341	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA)	664	15.9.2007
Total	19 179	-

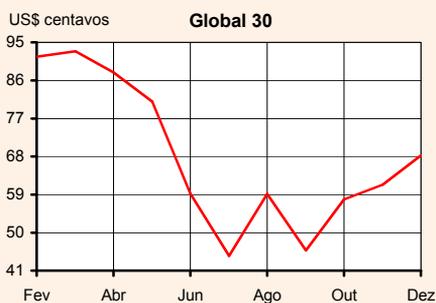
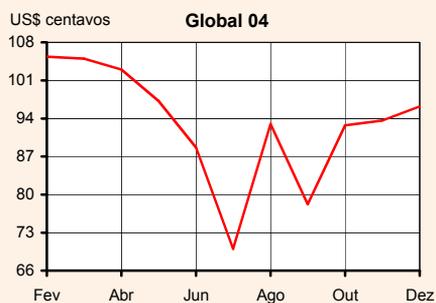
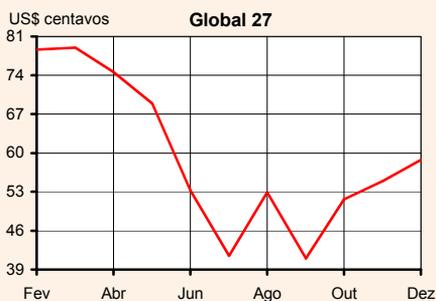
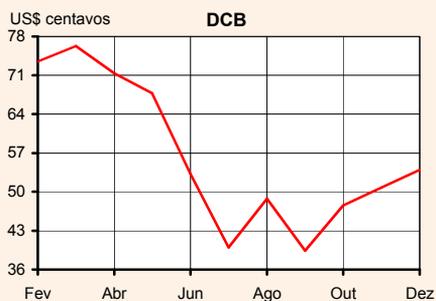
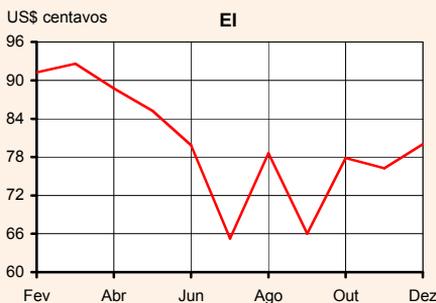
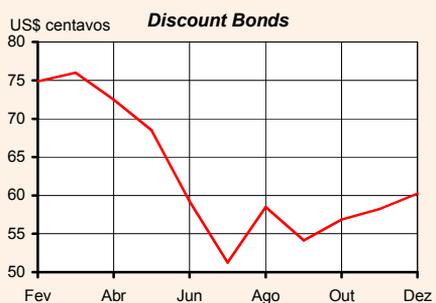
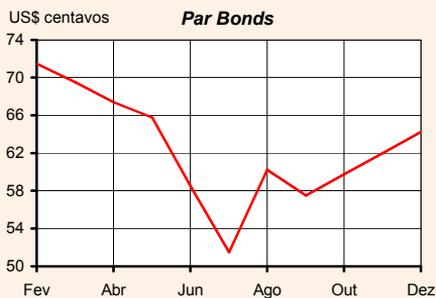
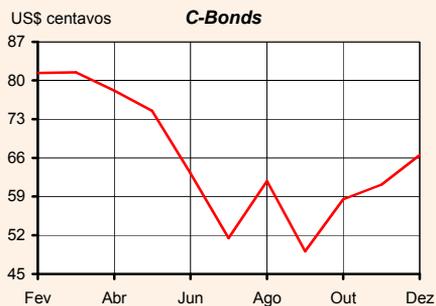
Títulos da dívida externa brasileira

Em 2002, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira foi marcado por alta volatilidade e tendência de baixa nas cotações, encerrando o ano em patamar inferior ao de 2001, embora já em recuperação. Do início até meados do ano, as cotações dos títulos recuaram fortemente e a seguir apresentaram elevada volatilidade, que durou até outubro, quando, então, as cotações passaram a

Gráfico 5.15

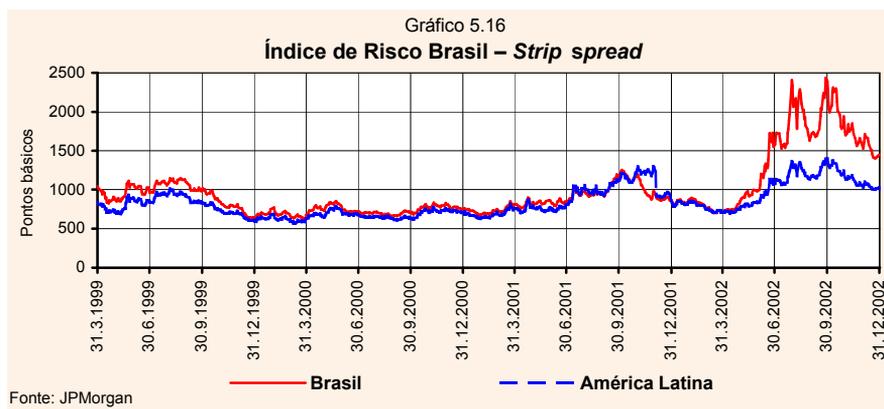
Cotações de títulos brasileiros no exterior

Mercado secundário – cotação de compra, final de período – 2002



aumentar. As incertezas sobre o cenário externo e o processo eleitoral no país contribuíram para este comportamento. O *C-Bond*, título soberano de maior liquidez e referência para papéis remunerados a taxas flutuantes, iniciou o ano cotado a 77,12% do seu valor de face, atingiu a menor cotação, 49,12%, em setembro, mês anterior às eleições, e terminou o ano cotado a 66,5% do valor de face, refletindo a reversão de expectativas dos investidores.

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, diferencial de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*) entre 700 e 2.436 p.b., ao longo de 2002. A média, calculada com base em observações diárias, atingiu 1.372 p.b., ante 889 p.b., em 2001. Em 2002, os títulos externos de países latino-americanos foram considerados de risco inferior aos brasileiros, com *spreads* 377 p.b. mais baixos, em média.



Programa de assistência financeira internacional – Saques e amortizações

Em setembro de 2002, a diretoria executiva do FMI aprovou o novo acordo SBA, após o Brasil ter completado com sucesso as revisões do SBA anterior. O novo acordo, no montante estimado de US\$30,9 bilhões, estará em vigor até o final de 2003. Foram disponibilizados para saque 15,2 bilhões de DES, aproximadamente US\$20,6 bilhões, na modalidade *Credit Tranche* e 7,6 bilhões de DES, aproximadamente, US\$10,3 bilhões, na modalidade SRF, que estarão disponíveis em seis *tranches*.

As metas para a dívida externa do setor público não-financeiro foram redefinidas pelo novo SBA e foram integralmente cumpridas ao final do ano. As dívidas de médio e longo prazos, curto prazo e com aval ocorridas em 2002 atenderam as novas metas.

Em 2002, os empréstimos do FMI referentes ao PAF totalizaram desembolsos de US\$16 bilhões, amortizações de US\$4,6 bilhões e pagamento de juros de US\$495 milhões. Do total de desembolsos, US\$10 bilhões foram efetuados em junho,

Quadro 5.46 – Programa de assistência financeira junto ao FMIAcordo *Stand-by* – Setembro 2002 (cronograma de desembolso)

Discriminação	Cronograma original		Saques efetivados	
	Data	Milhões de DES	Data	Milhões de USD
Primeira tranche	6.9.2002	2 282	11.9.2002	3 008
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 141		1 504
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 141		1 504
Segunda tranche	6.12.2002	2 282	23.12.2002	3 065
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 141		1 532
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 141		1 532
Terceira tranche	7.3.2003	3 042		
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 521		
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 521		
Quarta tranche	6.6.2003	6 551		
<i>Credit tranche</i> (CT)		4 266		
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		2 285		
Quinta tranche	8.8.2003	3 043		
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 521		
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 521		
Sexta tranche	7.11.2003	5 621		
<i>Credit tranche</i> (CT)		5 621		
Total CT		15 212		3 037
Total SRF		7 609		3 037
Total geral		22 821		6 073

Nota: saldo disponível em 31.12.2002, DES18,3 bilhões ou US\$24,8 bilhões.

Quadro 5.47 – Metas de dívida externa – 2002 (acordo com FMI)

US\$ milhões

Período	Médio e longo prazos		Curto prazo		Aval	
	Meta	Ocorrido ^{1/}	Meta	Ocorrido ^{1/}	Meta	Ocorrido ^{1/}
Mar	96 400	87 520	3 500	287	1 600	375
Jun	96 500	90 113	3 500	80	1 600	376
Set	97 600	89 605	3 500	65	1 600	328
Dez	96 500	91 351	3 500	2 000	1 600	1 580

1/ Dados apurados no período, anteriores à apuração final da dívida externa.

relativos ao segundo saque do acordo SBA de 2001, sendo US\$8,6 bilhões na modalidade SRF e US\$1,4 bilhão na modalidade *Credit Tranche*. Em setembro, foram desembolsados US\$3 bilhões referentes ao primeiro saque do novo acordo SBA de

2002, sendo US\$1,5 bilhão na modalidade SRF e US\$1,5 bilhão na modalidade *Credit Tranche*. Em dezembro, foi realizado o segundo saque desse novo SBA, de US\$3,1 bilhões, dos quais US\$1,5 bilhão na modalidade SRF e US\$1,5 bilhão na modalidade *Credit Tranche*. Os recursos sacados, em setembro, na modalidade SRF do novo SBA serão amortizados em setembro de 2003 e março de 2004. Os saques efetuados no SRF em dezembro serão amortizados em dezembro de 2003 e junho de 2004. Os recursos sacados na modalidade *Credit Tranche* em setembro serão amortizados a partir de dezembro de 2004 e os saques efetuados em dezembro, a partir de março de 2005.

Os recursos complementares do PAF desembolsados pelo BID e Bird totalizaram US\$1,3 bilhão, sendo US\$497 milhões relativos ao BID e US\$850 milhões ao Bird. Os recursos sacados ao BID referiram-se ao Programa Setorial de Promoção do Capital Humano e os recursos do Bird ao Programa de Ajuste do Setor Público. As amortizações junto a esses organismos totalizaram US\$993 milhões, sendo US\$740 milhões relativos ao BID e US\$253 milhões ao Bird. Os pagamentos de juros junto a esses dois organismos foram de US\$447 milhões.

Quadro 5.48 – Empréstimos de regularização

US\$ milhões

	1998 ^{1/}			1999			2000			
	Desembolso	Desembolso	Amortização	Juros	Desembolso	Amortização	Juros	Desembolso	Amortização	Juros
Bird ^{2/}	-	1 010	-	40	1 010	-	104			
BID ^{2/}	-	1 987	-	30	1 921	-	273			
FMI	4 784	6 031	1 972	515	-	6 876	383			
BIS	4 150	4 500	5 500	602	-	3 150	179			
BoJ	390	424	517	57	-	297	17			
Total	9 324	13 952	7 989	1 244	2 931	10 323	956			

(continua)

Quadro 5.48 – Empréstimos de regularização (continuação)

US\$ milhões

	2001			2002		
	Desembolso	Amortização	Juros	Desembolso	Amortização	Juros
Bird ^{2/}	1 162	-	220	850	253	181
BID ^{2/}	444	-	352	497	740	266
FMI	6 757	-	158	16 045	4 565	495
BIS	-	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-	-
Total	8 363	-	730	17 392	5 558	942

1/ Não houve amortizações ou pagamentos de juros.

2/ No balanço de pagamentos, valores incluídos em empréstimos a demais setores que não o Banco Central.

Posição internacional de investimento

A Posição Internacional de Investimento (PII) apresenta os ativos e os passivos externos do país, sendo seu saldo, portanto, equivalente ao passivo externo líquido. Os dados são compilados, de forma não dessazonalizada, em milhões de dólares norte-americanos, seguindo a metodologia prescrita pela 5ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI.

Os saldos guardam estreita relação com os fluxos da conta financeira do balanço de pagamentos e são compilados em cinco itens para posições ativas: investimento direto brasileiro no exterior, investimento em carteira, derivativos, outros investimentos e reservas internacionais; e em quatro itens para posições passivas: investimento estrangeiro direto, investimento em carteira, derivativos e outros investimentos.

As fontes de dados para os ativos são: a) o levantamento dos Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), compilado anualmente pelo Banco Central do Brasil; b) relatórios do Banco de Compensações Internacionais (BIS) sobre títulos depositados como colaterais; c) relatórios sobre cotas de participações brasileiras em organismos internacionais; d) dados compilados pelo Banco Central relativos às reservas internacionais. Dado que a CBE é publicada anualmente, contendo dados relativos ao quarto trimestre, as posições dos ativos da PII referentes aos três primeiros trimestres de cada ano, são estimadas com base nos fluxos do balanço de pagamentos (BOP).

Relativamente ao passivo, no caso dos investimentos estrangeiros diretos, participação no capital, a fonte primária é o censo de capitais estrangeiros, de periodicidade quinquenal, cujas duas posições divulgadas referem-se a 1995 e 2000. Para as demais posições é realizada estimativa com base nos fluxos mensais de investimentos estrangeiros diretos do BOP. Os fluxos mensais do BOP são convertidos para reais e o estoque final, na data da nova posição, é convertido novamente para dólares, ambos pela cotação de venda do dólar comercial de fim de período. Como os fluxos são denominados em reais e os estoques em dólares, nas datas de levantamento da PII, significativas variações cambiais exercem forte influência sobre os estoques de investimentos estrangeiros diretos. O mesmo ocorre em relação aos investimentos em carteira.

O estoque dos empréstimos intercompanhia é oriundo das estatísticas do sistema Registro Declaratório Eletrônico - Registro de Operações Financeiras (RDE-ROF).

Os investimentos estrangeiros em carteira são compilados com base nas informações do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), da CVM e do sistema RDE-ROF. O saldo para derivativos é obtido junto à CVM.

As fontes dos dados relativos a outros investimentos incluem:

- a) sistema RDE-ROF;
- b) Plano Contábil das Instituições Financeiras Nacionais (Cosif);
- c) dados obtidos na contabilidade do Banco Central;
- d) relatórios sobre linhas de crédito da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Os dados da dívida externa registrada, sistema RDE-ROF, são incluídos nos seguintes itens da PII:

- a) Passivo – Investimentos em carteira – Títulos de renda fixa – Bônus e notas;
- b) Passivo – Outros investimentos – Crédito comercial;
- c) Passivo – Outros investimentos – Empréstimos – Autoridade monetária e demais setores.

Os dados da dívida externa não registrada são incluídos no seguinte item da PII: Passivo – Outros investimentos – Empréstimos – Demais setores.

Em tese, as variações entre os estoques da PII deveriam ser iguais aos saldos das transações correntes do BOP nos períodos correspondentes. Ou seja, a variação do passivo externo líquido deveria igualar-se à captação de poupança externa ou ao envio de poupança ao exterior, conforme o caso. Entretanto, variações de ativos ou passivos também são decorrentes de flutuações de preços ou de mudanças de paridades das moedas e, por esse motivo, as variações nos estoques da PII e os saldos de transações correntes do BOP podem divergir.

Analisando-se a PII, observa-se que houve retração do passivo externo líquido entre dezembro de 2001 e setembro de 2002, de US\$264 bilhões para US\$211 bilhões.

O ativo expandiu-se US\$6,5 bilhões, com destaque para os investimentos diretos brasileiros no exterior participação no capital, com crescimento de US\$2,3 bilhões, e para os ativos de reservas internacionais, com elevação de US\$2,5 bilhões.

Como se observa, a variação da PII deveu-se, principalmente, à queda de US\$46,3 bilhões no passivo externo, especialmente em investimento estrangeiro direto (IED), com retração de US\$32,5 bilhões, e em investimento estrangeiro em carteira, com diminuição de US\$20,8 bilhões, contrastando com a elevação de US\$6,6 bilhões em outros investimentos.

Apesar do fluxo positivo de IED ter somado cerca de US\$13,8 bilhões no período, a depreciação cambial foi suficiente para reduzir seu estoque final em US\$32,5 bilhões. A retração ocorrida em investimento em carteira concentrou-se em investimentos em ações, com saídas líquidas de US\$17,1 bilhões, -46,3%, resultado de declínio de 10% nos valores em reais e do efeito cambial sobre os estoques denominados em dólares.

O crescimento verificado no item outros investimentos deveu-se, principalmente, aos desembolsos líquidos de US\$9 bilhões efetuados dentro do programa de assistência financeira no período, contrariamente à redução de US\$2,7 bilhões no endividamento de curto prazo, resultante, essa última, da retração nas linhas de crédito de bancos estrangeiros ao país, verificada no período.

Quadro 5.49 – Posição internacional de investimento

US\$ milhões

Discriminação	2001	2002-Set
Posição internacional de investimento (A-B)	- 263 916	- 211 090
Ativo (A)	108 145	114 687
Investimento direto brasileiro no exterior	50 746	53 041
Participação no capital ^{1/}	43 641	45 888
Empréstimos intercompanhia	7 104	7 152
Investimentos em carteira ^{2/}	6 402	6 973
Investimentos em ações	3 001	3 376
Títulos de renda fixa	3 401	3 597
Bônus e notas	1 816	2 011
Dos quais títulos colaterais (principal)	1 239	1 423
Títulos de curto prazo	1 585	1 585
Derivativos	42	-
Outros investimentos	15 089	16 292
Crédito comercial (de fornecedores)	155	155
Empréstimos	697	838
Moeda e depósitos	9 442	10 391
Outros ativos	4 795	4 909
Dos quais títulos colaterais (juros)		
e cotas em organismos internacionais	1 383	1 373
Ativos de reservas	35 866	38 381

(continua)

Quadro 5.49 – Posição internacional de investimento (continuação)

US\$ milhões

Discriminação	2001	2002-Set
Passivo (B)	372 061	325 777
Investimento estrangeiro direto	121 948	89 405
Participação no capital ^{1/}	105 815	73 049
Empréstimos intercompanhia	16 133	16 356
Investimentos em carteira	151 741	130 910
Investimentos em ações	36 910	19 826
No país	13 386	6 180
No exterior	23 524	13 646
Títulos de renda fixa	114 831	111 085
Bônus e notas	114 831	111 085
No país	1 642	1 440
No exterior	113 189	109 644
Médio e longo prazos	111 989	108 841
Curto prazo	1 200	803
Derivativos	45	517
Outros investimentos	98 327	104 945
Crédito comercial (de fornecedores)	6 025	6 449
Médio e longo prazos	5 398	5 487
Curto prazo	628	962
Empréstimos	90 720	96 779
Autoridade monetária	9 130	18 033
FMI	8 346	17 369
Outros empréstimos de longo prazo	784	664
Curto prazo	-	-
Demais setores	81 590	78 746
Médio e longo prazos	55 759	55 579
Organismos	22 440	24 444
Agências	12 418	12 671
Crédito de compradores	8 362	7 280
Empréstimos diretos	12 539	11 183
Curto prazo	25 831	23 167
Moeda e depósitos	1 582	1 716
Autoridade monetária	129	113
Bancos	1 453	1 603
Outros passivos	-	-

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.



VI

A ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2002, o desempenho da economia mundial esteve condicionado à evolução da economia norte-americana, cuja recuperação mostrou-se menos acentuada do que sugeriam os resultados obtidos no início do ano. Nesse sentido, os efeitos cíclicos da reposição de estoques e da expansão da produção de bens de alta tecnologia, expressos na taxa de crescimento trimestral anualizada de 5% no PIB norte-americano no primeiro trimestre, arrefeceram ao final do período subsequente. Adicionalmente, as denúncias de fraudes contábeis em grandes corporações americanas e européias introduziram elevada incerteza nos mercados financeiros, contribuindo para acentuar a trajetória descendente das principais bolsas de valores internacionais, com desdobramentos sobre a formação de expectativas e, em consequência, sobre as decisões de investimento e sobre o nível de atividade. No segundo semestre, a perspectiva de conflito armado entre Estados Unidos e Iraque ampliou a volatilidade dos preços do petróleo, constituindo-se em fator adicional desfavorável à recuperação sustentada da economia mundial.

Atividade econômica

Ao final de 2001 e início de 2002, o cenário de retração econômica em escala mundial foi parcialmente revertido, a partir da recuperação norte-americana, beneficiada por estímulos monetários e fiscais, que impulsionaram o consumo privado, possibilitando aquecimento dos mercados imobiliário e de bens duráveis. Na Área do Euro, a redução da taxa de juros no primeiro semestre foi dificultada, tendo em vista a alta da inflação. No Japão, a persistência do processo deflacionário reduziu severamente o alcance dos estímulos monetários, além de ser determinante para a continuada crise no sistema bancário. O avanço do processo de reestruturação do sistema bancário japonês, sobrecarregado pelo grande volume de empréstimos ruins, não foi suficiente para restabelecer as condições de liquidez necessárias para que o dinamismo do setor externo se difundisse para os demais setores da economia.

No que se refere aos resultados fiscais, apresentaram deterioração nos principais países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, o programa de cortes de impostos e a

elevação dos gastos públicos contribuiu para a reversão dos superávits fiscais, que alcançaram US\$127 bilhões nos doze meses encerrados em setembro de 2001, para déficits crescentes no decorrer do ano fiscal de 2002, situando-se em US\$108,7 bilhões em dezembro. Nas principais economias da Área do Euro, os déficits públicos se aproximaram ou ultrapassaram o teto de 3% do PIB, definido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento de 1997. A disciplina prevista pelo Pacto restringe drasticamente a possibilidade de recurso a estímulos fiscais. No Japão, a elevação dos gastos públicos visando impulsionar o nível de atividade, somado ao declínio da arrecadação, decorrente da estagnação econômica, resultaram em elevação do estoque de dívida pública, que deve atingir 140% do PIB ao final do ano fiscal de 2002, que se encerra em março de 2003.

Quadro 6.1 – Produto Interno Bruto^{1/}

Percentual

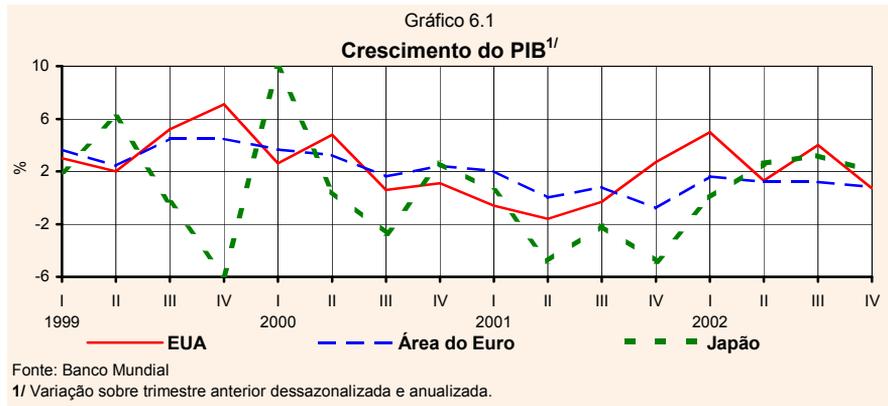
Período	2000	2001	2002	2003	2004
Global	3,8	1,1	1,7	2,5	3,1
Estados Unidos	3,8	0,3	2,3	2,6	3,1
Área do Euro	3,7	1,5	0,8	1,8	2,6
Japão	2,1	-0,3	0,0	0,8	1,3
Países em desenvolvimento	5,2	2,9	2,8	3,9	4,7
América Latina e Caribe	3,7	0,4	-1,1	1,8	3,7
Leste Asiático	7,0	5,5	6,3	6,1	6,4

Fonte: *Global Economic Prospects 2003*, Banco Mundial

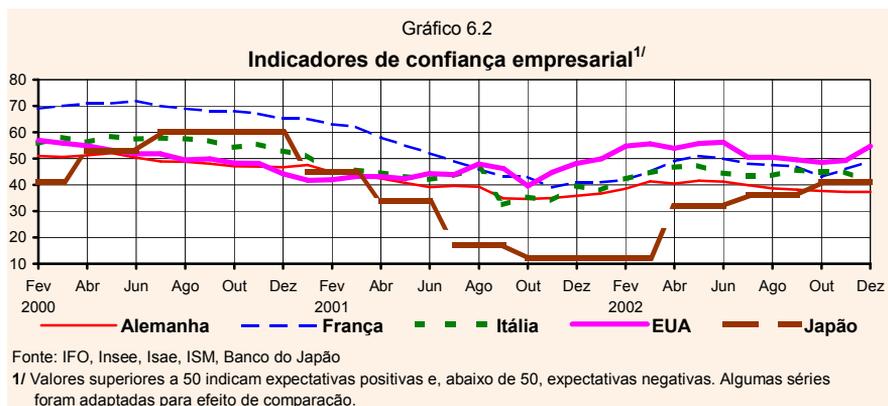
1/ 2002 a 2004: previsões.

No segundo semestre, a economia dos Estados Unidos apresentou trajetória de crescimento diferenciada, tendo registrado crescimentos anualizados de 4% e 0,7% nos dois últimos trimestres do ano. No ano, a expansão do PIB totalizou 2,3% ante 0,3% em 2001. A recuperação econômica na Área do Euro e no Japão não acompanhou o ritmo imprimido nos Estados Unidos, sobretudo em decorrência do insuficiente dinamismo da demanda interna. Na Europa, o receio do desemprego, associado ao quadro de instabilidade decorrente do movimento de queda das bolsas de valores, dos escândalos contábeis em grandes corporações e da perspectiva de guerra no Iraque, mantiveram desacelerados os gastos de consumo. O PIB cresceu 0,9% e 1,3% nos dois últimos trimestres do ano, relativamente aos mesmos períodos do ano anterior. A expansão anual do PIB situou-se em 0,8%, em 2002, comparativamente a 1,5%, no ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do bom desempenho do setor externo da economia, no período. A retração econômica foi particularmente acentuada na Alemanha. No Japão, após contrações de 3,8% e 0,6% nos dois primeiros trimestres, o PIB voltou a crescer no segundo semestre, alcançando expansões de 1,5% e 2,4% nos dois últimos trimestres do ano, comparativamente a iguais

períodos de 2001. Ressalte-se que esses índices foram favorecidos pelos fracos resultados da base de comparação.

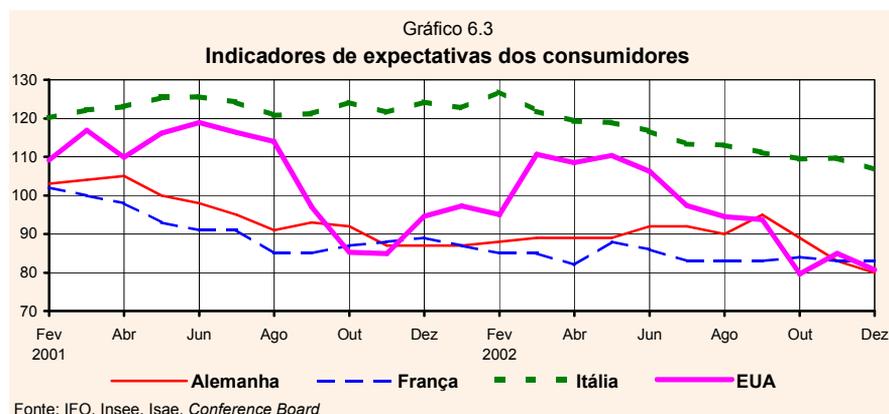


O principal indicador de expectativas do setor empresarial norte-americano, o *Purchasing Managers Index* (PMI) do *Institute for Supply Management* (ISM), após forte declínio nos meses seguintes a setembro de 2001, recuperou-se rapidamente a partir de fevereiro de 2002, situando-se na marca de 55,2 em dezembro. Valores acima de cinquenta sinalizam expectativas de expansão dos negócios. Na Área do Euro, o início de 2002 sinalizava evolução positiva das expectativas do setor empresarial, favorecidas pelas perspectivas de recuperação econômica nos Estados Unidos e pela entrada em circulação do euro. No decorrer do ano, porém, os índices de confiança de Alemanha, França e Itália passaram a apresentar tendência negativa, particularmente na Alemanha. No Japão, o índice Tankan, que afere expectativas de curto prazo do setor empresarial, manteve-se todo o ano em território negativo, embora em trajetória ascendente.



De forma geral, as expectativas dos consumidores foram mais pessimistas que as dos empresários em 2002. Nos Estados Unidos, o índice avaliado pelo *Conference Board* manteve tendência ascendente no primeiro trimestre, mas contraiu de forma

acentuada a partir de junho, refletindo as perdas no mercado acionário e a incerteza decorrente da crise de governança corporativa. Na Área do Euro, os indicadores de confiança das principais economias apresentaram trajetórias declinantes, sobretudo no segundo semestre, sob o efeito da incerteza nos mercados financeiros e da preocupação com a elevação do desemprego.



Entre os países em desenvolvimento, o desempenho econômico apresentou variação, com a China e Índia, menos dependentes da conjuntura internacional, bem como outros países do Leste Asiático, crescendo a taxas elevadas, graças à consistência de sua demanda interna. O PIB chinês cresceu 8% em 2002. Em sentido inverso, as economias mais dependentes do cenário externo foram prejudicadas pela incerteza proveniente dos principais mercados financeiros. Na América Latina, a crise argentina e a propagação de seus efeitos para outros países da região, além do acúmulo de tensões políticas internas, concorreram para manter afastados os fluxos internacionais de capital, necessários para sustentação das taxas de investimento domésticas. Brasil, Paraguai e Uruguai renovaram acordos com o FMI, o mesmo não ocorrendo com a Argentina, onde a indefinição nas negociações com o Fundo perdurou ao longo do ano. Além da Argentina, cuja contração do PIB é estimada em 11% em 2002, Uruguai e Venezuela também registraram declínios em seus produtos agregados. As economias do Leste Europeu, por sua vez, mostraram desempenho intermediário, descrevendo trajetórias de crescimento moderado.

O desaceleração no ritmo de crescimento global foi acompanhada pela deterioração nas condições do mercado de trabalho mundial. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final de 2002, o contingente de desempregados era de aproximadamente 180 milhões de pessoas, composto principalmente de mulheres, que tendem a trabalhar em setores mais vulneráveis aos choques econômicos, e jovens que estão entrando no mercado de trabalho.

Nos países industrializados, a taxa de desemprego elevou-se de 6,4%, em 2001, para 6,9%, em 2002. Nestes países, o desemprego começou a crescer após o estouro

da bolha acionária ocorrida em 2000, que provocou demissões nos setores de tecnologia da informação e comunicação. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, ao ampliarem a desaceleração econômica mundial, atingiram principalmente a indústria do turismo e setores correlatos, com estimativa de perdas de 10,5 milhões de postos de trabalho em todo o mundo nesse setor. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego elevou-se de 5,6% em janeiro de 2002 para 6%, em dezembro. O mesmo comportamento se verificou na Área do Euro, onde a taxa de desemprego atingiu 8,5% em dezembro, após registrar 8,1% em janeiro de 2002. No Japão, constatou-se elevação pronunciada nos níveis de desemprego, cabendo destacar que, em outubro e dezembro, alcançou 5,5%, o maior nível já registrado desde o início da realização da pesquisa, em 1953.

Quadro 6.2 – Taxas de desemprego

Percentual

Período	2000	2001	2002
Países industrializados	6,1	6,4	6,9
América Latina e Caribe	9,7	9,6	9,9
Leste Asiático	3,2	3,6	4,0
Sudeste Asiático	6,0	6,8	6,5
África Sub-saariana	13,7	14,0	14,4
Economias em transição	13,5	12,6	13,5

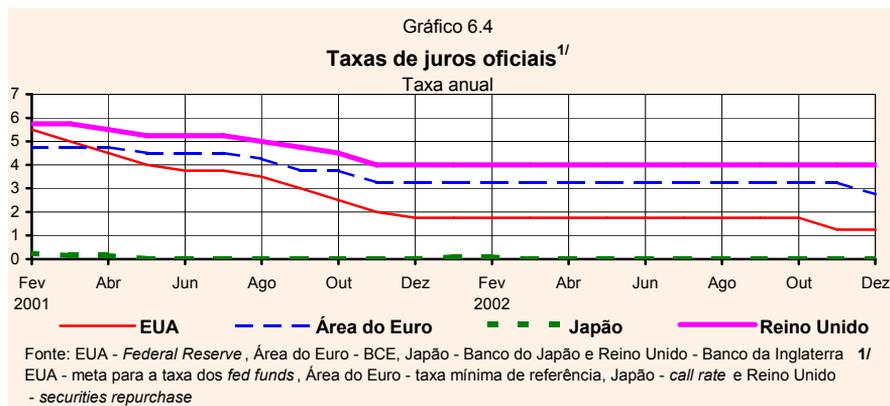
Fonte: OIT, *Global Employment Trends*, janeiro 2003

Mesmo com o menor ritmo da atividade econômica mundial, a taxa de desemprego foi ligeiramente menor nos países do sudeste asiático em 2002, enquanto nos demais países em desenvolvimento a desaceleração econômica foi acompanhada pela deterioração nas condições de emprego e conseqüente expansão do grau de pobreza. Segundo a OIT, ao final de 2002, o número de pessoas vivendo com US\$1 ou menos por dia, retornou ao patamar de 550 milhões, nível recorde atingido em 1998.

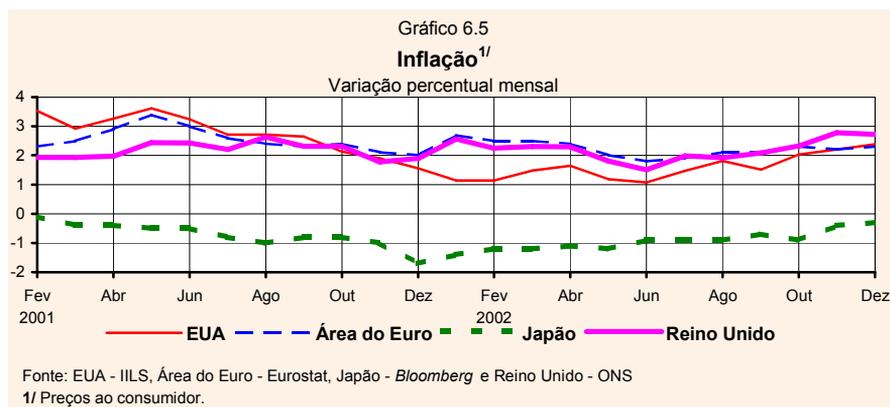
Política monetária e inflação

As taxas de juros básicas mantiveram-se estáveis nas principais economias desenvolvidas, em 2002, contrapondo-se à postura expansionista registrada no ano anterior, evidenciada por sucessivos cortes de juros nos Estados Unidos, Área do Euro e Reino Unido. Essa tendência foi alterada apenas no final do ano, quando o *Federal Reserve* e o Banco Central Europeu (BCE) reduziram suas taxas de 1,75% a.a. para 1,25% a.a., em novembro, e de 3,25% a.a. para 2,75% a.a., em dezembro, respectivamente. Como resultado, as taxas de juros oficiais encontravam-se em níveis reduzidos ao final do ano, sendo praticamente

nulas no Japão e as mais baixas dos últimos quarenta anos nos Estados Unidos e no Reino Unido.



A condução da política monetária tem considerado o ritmo reduzido da atividade econômica e a distensão nos mercados de trabalho nos países desenvolvidos, inexistindo pressões aceleracionistas sobre os preços. Registre-se que no Japão a economia persiste em deflação crônica por mais de três anos. Nos Estados Unidos, na Área do Euro e no Reino Unido, a inflação mostrou elevação em relação ao ano anterior, situando-se pouco acima da meta anual de 2,5% estabelecida pelo Banco da Inglaterra, e transpondo o limite de 2% fixado pelo BCE. Em todos os casos, seja pelo baixo patamar das taxas de juros, seja pelos limites impostos pelo arcabouço da política monetária, o espaço para manobra dos bancos centrais das economias desenvolvidas achava-se sensivelmente reduzido ao final do ano.



Na América Latina, ocorreram importantes mudanças de regime cambial, com a Argentina, o Uruguai e a Venezuela adotando o câmbio flutuante. O menor dinamismo da economia norte-americana e a deterioração das condições financeiras internacionais exerceram efeitos negativos sobre toda a região, ainda que diferenciados por blocos de países. Assim, onde os efeitos da instabilidade dos

mercados financeiros internacionais, inclusive como consequência da crise argentina, foram mais intensos, provocando a elevação dos prêmios de risco dos títulos da dívida externa, a depreciação das taxas de câmbio e o recrudescimento da inflação, como nos países do Mercosul, a política monetária foi forçosamente restritiva. Por outro lado, países como o Chile, a Colômbia, o México e o Peru dispuseram de maior autonomia na condução da política monetária, ainda que sua eficácia fosse parcialmente reduzida pela maior percepção de risco de crédito como consequência da retração econômica.

Nos países asiáticos, exclusive Japão, observou-se certa disparidade na evolução dos preços, ainda que não fossem registradas oscilações acentuadas. Assim, Hong Kong, China e Taiwan registraram deflação, enquanto Índia, Coréia do Sul e Tailândia mostraram inflação moderada. Na Coréia do Sul, a redução da inflação derivou, em parte, da adoção do regime de metas de inflação. O quadro geral de contenção de preços permitiu a prática de baixas taxas de juros, exceto na Indonésia, onde a política de controle da inflação exigiu maior disciplina monetária.

Mercados financeiros internacionais

Os fluxos globais de capitais apresentaram trajetória instável ao longo do ano, refletindo o ambiente econômico mundial desfavorável e o crescimento da aversão ao risco por parte dos investidores internacionais. Esse cenário originou grande assimetria entre os países destinatários dos investimentos estrangeiros. Dessa maneira, as severas restrições a créditos destinados aos países devedores abaixo do grau de investimento (*investment grade*) contribuíram para a expansão dos fluxos de capitais líquidos totais para países desenvolvidos.

A evolução dos fluxos de capitais aos países emergentes sugere manutenção da tendência de retração de crédito para algumas regiões, já iniciada em 2001. Nesse contexto, o montante de investimentos líquidos de capital deverá ter se reduzido de US\$125,7 bilhões, em 2001, para US\$112,5 bilhões, em 2002, de acordo com estimativas do *Institute of International Finance* (IIF). Tal retração reflete, especialmente, a diminuição do investimento direto de US\$134,3 bilhões para US\$106,6 bilhões, no período. Do ponto de vista regional, o declínio dos influxos de capitais em nível global relaciona-se à redução significativa dos investimentos diretos na América Latina, nos países africanos e no Oriente Médio, enquanto, em sentido contrário, os emergentes asiáticos e da Europa do Leste experimentaram aumento nos ingressos líquidos de capitais resultante tanto da variação positiva dos investimentos diretos quanto do crescimento dos empréstimos de bancos comerciais.

Em relação à América Latina, o movimento líquido de capitais desenhou trajetória descendente, em função das incertezas políticas e econômicas que induziram à

elevação da percepção de risco associada às condições efetivas de manutenção da estabilidade econômica em alguns dos principais países da região. Nesse sentido, ainda segundo o IIF, o fluxo financeiro privado líquido para a região deverá ter contraído de US\$47,8 bilhões, em 2001, para US\$25,2 bilhões, em 2002, fortemente influenciado pela redução nos investimentos diretos líquidos, de US\$54 bilhões, em 2001, para US\$35,6 bilhões, em 2002. Ainda referentes aos fluxos privados líquidos, o capital de portfólio deverá ter registrado saídas líquidas de US\$1,8 bilhão, enquanto o de credores privados seriam negativos em US\$8,6 bilhões, devidos principalmente ao retorno líquido de linhas dos bancos comerciais, US\$7,5 bilhões, se bem que inferiores ao resultado de 2001, quando as saídas líquidas desses bancos alcançaram US\$10,1 bilhões. Ressalte-se que o IIF projeta, para 2003, ampliação dos fluxos de capitais privados para a América Latina, revertendo a tendência decrescente verificada nos últimos anos.

Quadro 6.3 – Fluxo líquido de capital para economias emergentes

US\$ bilhões

Discriminação	2000	2001	2002 ^{1/}	2003 ^{2/}
Fluxos privados	185,6	125,7	112,5	137,1
América Latina	62,6	47,8	25,2	35,5
Investimento direto líquido	135,6	134,3	106,6	107,7
América Latina	60,6	54,0	35,6	33,7
Investimento de portfólio líquido	14,3	10,2	-4,7	8,9
América Latina	-6,2	0,7	-1,8	0,4
Empréstimos bancários	-4,4	-26,3	-4,8	-2,6
América Latina	1,0	-10,1	-7,5	-4,7
Outros capitais privados	40,1	7,5	15,3	23,1
América Latina	7,3	3,2	-1,2	6,2
Capital oficial total	-3,0	14,7	12,2	10,4
América Latina	-6,7	22,4	14,0	17,7

Fonte: IIF (2003). *Capital Flows to Emerging Market Economies*, janeiro

1/ Estimativa.

2/ Projeção.

Em relação aos ativos bancários internacionais, conforme dados compilados pelo BIS, manteve-se o mesmo comportamento dos fluxos de capitais em medida mais abrangente. Assim, registrou-se aumento nos ingressos líquidos para países desenvolvidos e redução para os em desenvolvimento, sendo que a América Latina respondeu pela totalidade dessa contração. No terceiro trimestre de 2002, os empréstimos internacionais dos bancos que reportam ao BIS atingiram US\$12,5 trilhões, dos quais US\$10,2 trilhões estavam alocados nos países desenvolvidos, correspondendo a 81,5% do total, maior participação registrada nos últimos quatro trimestres.

Os ativos líquidos internacionais bancários nos países em desenvolvimento apresentaram redução de 2,9% no trimestre, para US\$1,3 trilhão, devido, fundamentalmente, ao resultado da América Latina, tendo sido registradas elevações nos ingressos para os países emergentes da Ásia e Europa. Com contração de 7,9% no trimestre e de 20,1% relativamente ao quarto trimestre de 2001, a América Latina foi penalizada com a redução generalizada da exposição de bancos da Europa e dos EUA aos principais países da região. No terceiro trimestre de 2002, a região respondeu por apenas 34,8% do total dos empréstimos bancários internacionais para os países em desenvolvimento, percentual em constante declínio desde o terceiro trimestre de 2001, quando alcançou 41,9%.

Quadro 6.4 – Ativos bancários internacionais^{1/}

US\$ bilhões

Período	Todos os países	Países em desenv.	Am. Lat. e Caribe	Ásia ^{2/}	Europa ^{2/}	Brasil
2001 I	11 315,5	1 289,9	518,1	388,2	239,3	136,2
II	11 190,9	1 285,6	521,9	375,0	245,9	139,9
III	11 577,2	1 332,4	558,4	375,1	256,0	138,5
IV	11 497,7	1 357,6	562,3	376,6	276,0	142,4
2002 I	11 464,6	1 327,7	528,1	387,7	270,6	134,9
II	12 426,5	1 330,7	487,9	393,6	296,5	123,3
III	12 512,9	1 292,0	449,2	397,8	293,7	105,1

Fonte: BIS (*BIS Consolidated Banking Statistics*)

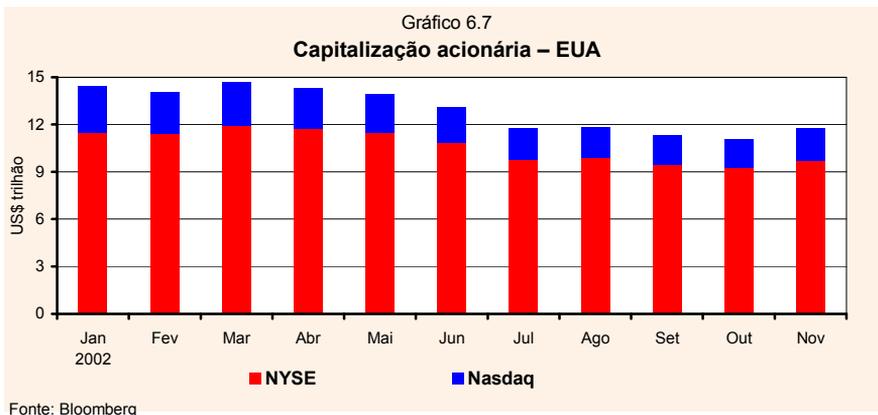
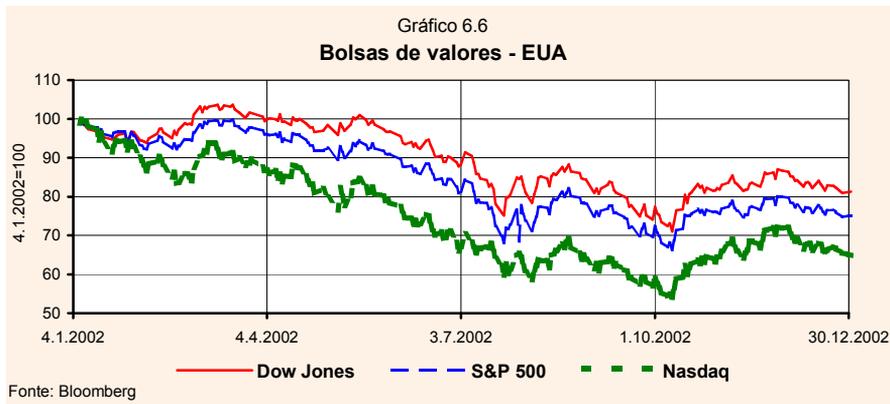
1/ Ativos internacionais mais ativos de filiais de bancos estrangeiros.

2/ Países em desenvolvimento.

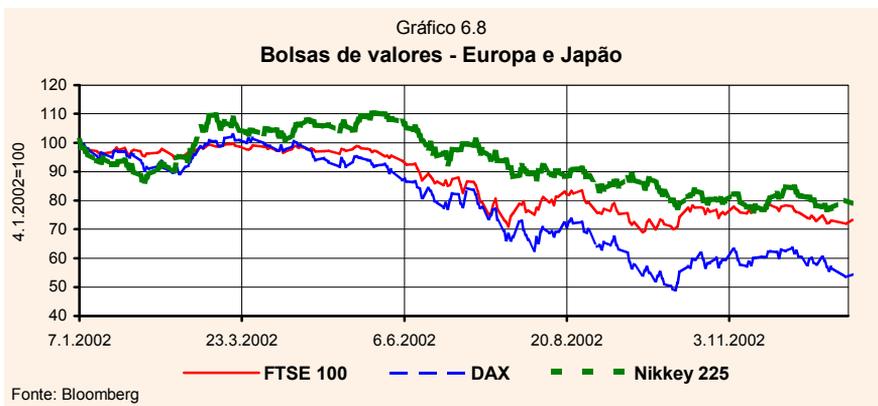
Os mercados acionários revelaram elevado grau de volatilidade ao longo do ano, influenciados pelo fraco desempenho da economia mundial e por incertezas relativas ao ambiente corporativo, consubstanciados na redução dos lucros de alguns setores empresariais e dos efeitos de escândalos contábeis, traduzidos em concordatas ou falências de tradicionais corporações norte-americanas. Adicionalmente, verificaram-se, nos Estados Unidos e Europa, repercussões do estouro da bolha acionária originária dos setores de telecomunicações, mídia e tecnologia (TMT) que se espalhou para o restante do mercado acionário. No Japão, prosseguiram as incertezas em relação aos efeitos das políticas governamentais direcionadas à resolução dos problemas do setor financeiro.

Nesse contexto, não obstante tenham registrado ligeira recuperação a partir de outubro, os índices *Dow Jones Industrial Average* e *Standard and Poor's* (S&P) 500, da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), e o Nasdaq, apresentaram perdas que variaram entre 18% a 35% no ano. Em termos de capitalização acionária total, essa redução nos índices acionários representou perdas conjuntas, para as duas

principais bolsas dos Estados Unidos, de US\$2,7 trilhões no ano, até novembro. Para a NYSE, a redução do valor teórico das ações negociadas, no período entre janeiro e novembro de 2002, atingiu US\$1,8 trilhão, equivalente a 15,8%, para o patamar de US\$9,7 trilhões. No caso da Nasdaq, a redução do valor de mercado das companhias listadas foi proporcionalmente maior, 29%, para US\$2,1 trilhões.

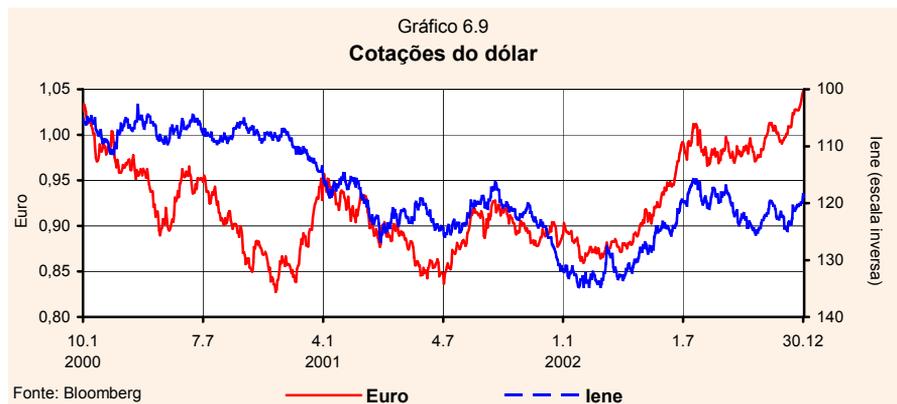


Em relação aos mercados acionários europeu e japonês, verificou-se, no ano, o mesmo desempenho contracionista. Na Inglaterra, o *Financial Times Securities*



Exchange Index (FTSE 100), da bolsa de Londres, retraiu 26% e na Alemanha, o *Deutscher Aktienindex* (DAX), da bolsa de Frankfurt, apresentou desempenho ainda pior, com redução de 45,6%. No Japão, o índice Nikkei, da bolsa de Tóquio, apresentou variação negativa de 21% em 2002.

No mercado cambial, o traço característico em 2002 constituiu na depreciação do dólar frente às moedas da Área do Euro e do Japão. A trajetória cambial do dólar frente ao euro e ao iene foi bastante similar, com depreciação acentuada entre fevereiro e julho, seguida de razoável estabilidade até outubro e, posteriormente, novo recuo até o final do ano. Em 31 de dezembro, o euro era cotado a 1,049 dólar, apreciação de 18% no ano. Na mesma data, a taxa de câmbio iene/dólar atingiu 118,79, representando depreciação de 9,8% da moeda norte-americana em relação à japonesa.



Comércio mundial

Conforme estimativa do Banco Mundial, o volume de comércio mundial deve crescer 2,9% em 2002, ante contração de 0,5% registrada no ano anterior. O melhor desempenho da atividade econômica mundial na primeira metade de 2002 imprimiu maior dinamismo ao comércio mundial a partir do segundo trimestre do ano. Porém, a recuperação norte-americana não foi suficientemente vigorosa para sustentar o ritmo de recuperação econômica mundial, simultaneamente aos efeitos modestos dessa retomada nos países da Área do Euro e no Japão. Esse processo refletiu na desaceleração dos níveis de comércio mundial nos dois trimestres seguintes. Ao mesmo tempo, as tensões e incertezas nos mercados internacionais, agravadas na segunda metade do ano pela perspectiva de conflito armado no Oriente Médio, contribuíram para a assimetria no processo de recuperação mundial e, por decorrência, na recuperação dos fluxos comerciais.

Quadro 6.5 – Comércio mundial

US\$ bilhões

Países/Regiões	Exportações			Importações		
	2001	2002 ^{1/}	Variação percentual	2001	2002 ^{1/}	Variação percentual
EUA	718,8	682,6	- 5,0	1 145,9	1 166,9	1,8
Canadá	414,6	410,7	- 1,0	350,6	356,1	1,6
Área do Euro	944,6	1 013,7	7,3	902,0	916,1	1,6
Alemanha	570,9	613,5	7,5	491,3	494,4	0,6
França ^{2/}	300,8	301,7	0,3	306,0	299,7	- 2,1
Itália	241,4	248,6	3,0	232,6	239,7	3,1
Reino Unido	273,7	278,7	1,8	322,0	330,6	2,7
Japão	402,8	417,5	3,7	347,8	338,1	- 2,8
América Latina	337,9	340,3	0,7	366,3	333,3	- 9,0
Coréia do Sul	150,4	162,9	8,3	141,1	151,9	7,7

Fonte: *Bureau of Economic Analysis* (EUA); *Statistical Reference Centre* (Canadá); *Eurostat* (Área do Euro e França); *Statistisches Bundesamt Deutschland* (Alemanha); *Istituto Nazionale di Statistica* (Itália); *Bank of England* (Reino Unido); *Bank of Japan* (Japão); *UNCTAD* e *Cepal* (América Latina e Caribe); e *Bank of Korea* (Coréia).

1/ Dados preliminares e estimativas.

2/ Dados até novembro.

As exportações dos países desenvolvidos cresceram em termos de valor, em 2002, exceção para os Estados Unidos e o Canadá. As exportações norte-americanas declinaram 5% em relação ao patamar de 2001, não obstante o aumento da competitividade dos produtos locais gerado pela depreciação do dólar, especialmente na segunda metade de 2002, enquanto as importações cresceram 1,8%. O Canadá teve suas exportações reduzidas em 1%, e as importações, aumentadas em 1,6%.

Os países da Área do Euro registraram aumentos de 7,3% e 1,6%, respectivamente, nas exportações e importações. As exportações da Alemanha apresentaram elevação de 7,5% ante 2001, e as importações 0,6%, no mesmo período. As exportações francesas cresceram 0,3%, enquanto as importações registraram redução de 2,1%. A Itália, registrou-se aumento de 3% nas exportações e de 3,1% nas importações, e, no Reino Unido, expansões de 1,8% e de 2,7%, respectivamente.

No Japão, houve melhora do desempenho comercial em relação a 2001, com as exportações aumentando 3,7% em 2002 e as importações decrescendo 2,8%.

Em relação aos países da América Latina e do Caribe, os efeitos adversos da desaceleração do crescimento mundial iniciado em 2001 persistiram em 2002. A redução da demanda por produtos locais e os baixos preços de alguns produtos básicos de exportação, associados às dificuldades financeiras enfrentadas por

alguns países da região, induziram a ajustes que resultaram contração generalizada e significativa das importações, exceto para alguns países andinos e América Central, e perdas nos termos de troca. Na região, houve crescimento de 0,7% nas exportações, conseqüência do aumento dos volumes exportados a fim de compensar a queda nos preços, simultaneamente ao decréscimo de 9% nas importações.

Os países da Ásia ficaram razoavelmente protegidos das instabilidades no mercado financeiro mundial, experimentaram melhor desempenho comercial. Nesse sentido, as exportações da Coreia elevaram-se 8,3%, e as importações, 7,7%.

O comércio internacional indicou preços em ascensão no ano de 2002. Assim, o preço das *commodities* agrícolas cresceu 9% em 2002, após a ocorrência de declínios expressivos no quinquênio 1997/2001, que reduziram o índice anual dos preços agrícolas em 38%. A perspectiva para o triênio 2003/2005, considerado o crescimento da produtividade para o período, é de expansão modesta dos preços, da ordem de 4%.

A evolução da cotação das *commodities* tem seguido padrões distintos. Nesse sentido, o preço do cacau alcançou, em 2002, o valor mais elevados dos últimos dezesseis anos, enquanto os relativos a café e a algodão, declinaram.

O preço do açúcar decresceu para US\$0,15 por quilograma em 2002, 21% abaixo do patamar vigente em 2001, nível mais baixo dos últimos vinte anos. O declínio no preço esteve associado ao aumento na produção mundial, estimado de 5%, como também à expansão dos estoques, totalizando 50% do consumo anual.

No mercado de metais e minerais, os preços retraíram 4% em 2002, como resultado da fraca demanda, altos estoques e contínuo aumento na produção. Um início de recuperação de preços se esboçou em seguida às baixas de outubro de 2001, porém não se concretizou em 2002, tendo reagido sobretudo em resposta à desaceleração da economia e da demanda industrial.

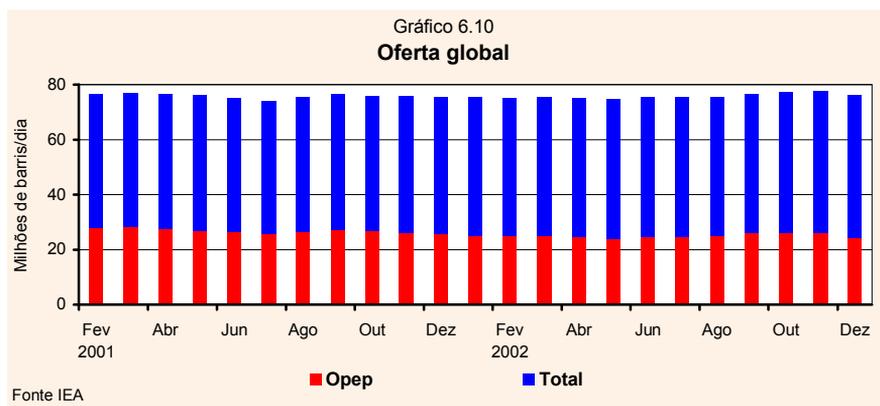
Os preços do ouro, em particular, estiveram em média acima de US\$300 a *onça-troy* desde abril de 2002, o que ocorre pela primeira vez desde 1997. A recuperação foi atribuída a recompras de posições protegidas (*hedged*) feita pelos produtores de ouro. Além disso, o aumento da demanda de investimento em ouro contribuiu para a sustentação dos preços, especialmente em razão do declínio do mercado acionário norte-americano e da depreciação do dólar.

Os preços do petróleo recuaram no final de 2001, evidenciando a redução da demanda associada à recessão econômica, invernos menos rigorosos e diminuição de viagens aéreas. Nesse contexto, os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) concordaram em voltar a reduzir as quotas de

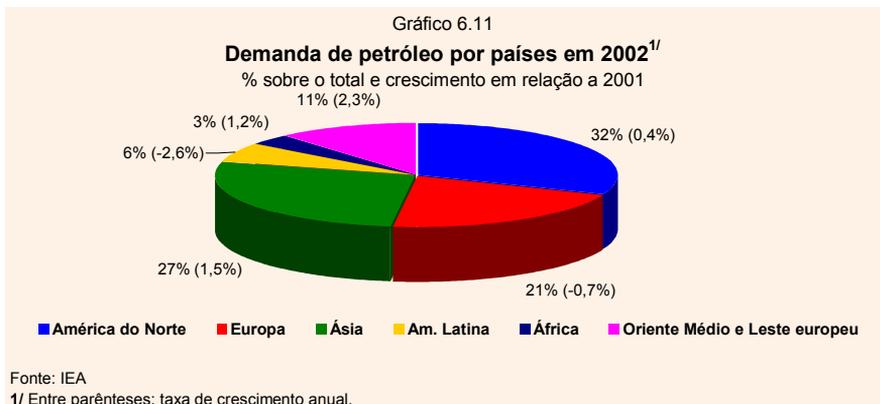
produção em 6,5% no início de 2002, quarta redução em menos de um ano, totalizando 5 milhões de bpd.

Os preços reagiram no decorrer de 2002, em parte em reação às expectativas de que os mercados ficariam mais rígidos com a recuperação da demanda mundial por petróleo, às restrições da produção da Opep e aos declínios nos estoques, mas, fundamentalmente, face à crise política na Venezuela e à intensificação da ameaça de eclosão do conflito armado no Oriente Médio. O preço do petróleo da cesta de referência de Opep elevou-se de US\$17,53 por barril, em dezembro de 2001, para US\$28,39 por barril, no final de 2002.

A oferta mundial de petróleo, de acordo com estimativa da Opep, passou para 76,6 milhões de bpd em 2002, comparado com 75,8 milhões de bpd no ano anterior, indicando aumento de 1%. Desses montantes, os países da Opep foram responsáveis por 24,9 milhões de bpd em 2002 e 26,1 milhões de bpd em 2001.



A demanda por petróleo manteve trajetória ligeiramente ascendente, sustentada pelo inverno rigoroso no hemisfério norte. Assim, a demanda global expandiu-se 0,5% em 2002, em relação a 2001. Os países que apresentaram crescimento mais expressivo da demanda foram os países do leste europeu, Oriente Médio e Ásia.



VII

ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

Fundo Monetário Internacional (FMI)

O FMI possui mandato, outorgado pelos países membros em seu Acordo Constitutivo de 1945, para promover a cooperação internacional por meio de consulta e colaboração em relação aos problemas monetários internacionais, para facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional e para promover a estabilidade das taxas de câmbio, evitando depreciação competitiva, por meio de supervisão das políticas de seus membros. Os principais relatórios de supervisão do FMI são Perspectivas da Economia Mundial (*World Economic Outlook - WEO*) e o Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global (*Global Financial Stability Report - GFSR*), editados semestralmente.

Em relação à supervisão macroeconômica multilateral, depreende-se que o desempenho da economia mundial em 2002, cujo crescimento estimado atingiu 3%, mostrou-se maior do que o esperado no primeiro semestre e que o registrado em 2001, de 2,3%. O volume de comércio mundial aumentou em 2,9% em relação a 2001 e os preços em dólares das *commodities*, 2,7% para o petróleo, e 3,9%, para o grupo de outras *commodities*. A inflação ao consumidor alcançou 1,5% nos países desenvolvidos, 5,4% nos países em desenvolvimento e 11,1% para o grupo de países em transição.

Além dos relatórios sobre a economia e as finanças internacionais, o FMI também elabora, no plano de seus países membros, tanto as consultas no âmbito do Artigo IV do Acordo Constitutivo, dedicadas à supervisão macroeconômica de cada país membro, normalmente efetivadas em base anual, quanto as Revisões de Programa, que ocorrem trimestralmente, no âmbito do PAF.

A agenda do Fundo pautou-se pela continuidade do esforço de reestruturação do sistema financeiro internacional, com o desenvolvimento de mecanismos mais eficazes de prevenção e tratamento de crises, tais como as ferramentas estatísticas de alerta de crises e os relatórios de supervisão.

Com o propósito de dotar de maior transparência a sua atividade de monitoramento, o FMI adotou resolução permitindo que os relatórios das consultas sob o Art. IV sejam publicados, desde que haja a concordância do respectivo país.

No contexto das alternativas conducentes à resolução de crises, a Diretoria Executiva do FMI debateu, durante o ano de 2002, o Mecanismo de Reestruturação de Dívidas Soberanas e a inclusão nos títulos e contratos da dívida externa de Cláusulas de Ação Coletiva, que permitiriam a reestruturação de dívida externa sem a concordância unânime dos credores. Além disso, a Diretoria Executiva discutiu a política de empréstimos a países em atraso com credores privados.

O tema do combate à lavagem de dinheiro, cuja discussão já havia sido recomendada pelo Comitê Monetário e Financeiro, em abril de 2001, ganhou impulso redobrado em reação aos atentados terroristas de 11 de setembro daquele ano. As quarenta recomendações do Grupo de Ação Financeira (Gafi) sobre lavagem de dinheiro foram acrescidas de outras oito, referentes especificamente ao financiamento do terrorismo, e passaram a integrar os parâmetros de análise dos sistemas financeiros sob o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP). Em 2002, o FMI, o Banco Mundial e o Gafi chegaram a um acordo sobre a aplicação da metodologia de avaliação do combate à lavagem de dinheiro pelos países e sobre o respectivo relatório de observação das 48 recomendações.

Além dos relatórios já mencionados, o FMI produz também os Relatórios sobre Observância a Códigos e Padrões (ROSC) e implementa, em conjunto com o Banco Mundial, o FSAP de seus países membros. Ao final de 2002, o FMI havia produzido 343 ROSC para cerca de 89 países, ou 47 por cento dos países membros, e 44 Avaliações sobre a Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA). Estes últimos são relatórios elaborados e discutidos no FMI, tendo por base o relatório final do FSAP, que, por sua vez, subsidia a consulta sob o Artigo IV¹. O FSAP é voluntário e ocorre quando solicitado pelo país membro. Além de propiciar a elaboração de ROSC, o FSAP verifica, mediante o uso de *stress tests*, o grau de estabilidade financeira diante de choques econômicos e produz recomendações às autoridades.

Ao longo de 2002, o Brasil teve o seu sistema financeiro avaliado no âmbito do FSAP. Além de visitas a bancos privados e públicos, a missão do FMI manteve encontros na Secretaria de Política Econômica (SPE) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, na Secretaria de Previdência

1/ Sob o Art. IV do Convênio Constitutivo, o FMI desenvolve discussões bilaterais com os países membros, usualmente a cada ano. Uma missão técnica do Fundo visita o país para coletar informações econômicas e financeiras e discutir com técnicos do governo. A Missão elabora um relatório sobre a situação econômica do país que vai ser discutido na Diretoria Executiva do Fundo e é encaminhado para as autoridades do país.

Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), no Banco Central, na CVM e na Superintendência de Seguros Privados (Susep). Coube ao Banco Central e à SPE a coordenação da participação dos diversos órgãos do governo no Programa.

Com referência à divulgação de dados econômicos, até o final de 2002, 51 países haviam subscrito ao *Special Data Dissemination Standard* (SDDS) e cinquenta estavam atendendo às especificações ali contidas, inclusive o Brasil.

Ao final do ano de 2002, o FMI contava com 184 países membros e capital total de DES212 bilhões (aproximadamente US\$288 bilhões). O Brasil é membro-fundador do FMI e detém cotas no valor de DES3.036,1 milhões, aproximadamente US\$4,1 bilhões, ou 1,43% do total.

Era de 52 o número de programas de assistência financeira em implementação pelo organismo, três a menos que no ano anterior; constituíam-se de quatorze acordos *Stand By*, no valor total de DES42,7 bilhões, cerca de US\$58,1 bilhões; de dois acordos sob a *Extended Fund Facility* (EFF) no valor total de DES4,3 bilhões e de 36 acordos sob a *Poverty Reduction Growth Facility* (PRGF), totalizando DES4,4 bilhões. Registrou-se aumento para DES70,5 bilhões no crédito total utilizado pelo FMI, comparativamente ao ano anterior, da ordem de DES59,9 bilhões.

A participação do FMI na iniciativa de alívio da dívida externa dos países pobres altamente endividados (*HIPC Initiative*), teve seu comprometimento aumentado para DES1,6 bilhão, de DES1,4 bilhão do ano anterior, sendo que DES970,4 milhões foram desembolsados, cumulativamente, até o final de 2002.

Em setembro de 2002, o Brasil fez novo acordo com o FMI, no valor de DES22,8 bilhões, cerca de US\$31 bilhões, encerrando o acordo anterior, de setembro de 2001. Ao final do ano, o Brasil devia DES4,6 bilhões do acordo de 2002, DES8,1 bilhões do acordo de 2001 e DES2,7 bilhões do acordo de 1998, totalizando saldo devedor de DES15,3 bilhões, aproximadamente US\$20,8 bilhões.

Banco de Compensações Internacionais (BIS)

O BIS é um organismo internacional fundado em 20 de janeiro de 1930, que fomenta a cooperação financeira e monetária internacional e age como banco para os bancos centrais, atuando como principal correspondente para suas transações financeiras. O BIS atua ainda como fórum nos processos de coordenação entre os bancos centrais e a comunidade financeira internacional, como centro de pesquisa financeira e monetária e como agente fiduciário em operações internacionais de bancos centrais.

Em 2002, o BIS manteve o mesmo número de associados do ano anterior: 49 bancos centrais mais o Banco Central Europeu. Em 2002 (AF2002²), os ativos do BIS somavam US\$173 bilhões, e seus recursos próprios, capital e reservas, totalizavam cerca de US\$7,3 bilhões. O capital autorizado do BIS corresponde a US\$2,9 bilhões dividido em 600 mil ações, com 529.165 ações emitidas. Desde 25 de março de 1997, o Brasil figura como acionista do BIS, com 3.000 ações subscritas, no valor total de US\$35,8 milhões.

O BIS atua como catalisador da cooperação entre bancos centrais, organizando reuniões regulares entre os membros do G-10³ e as principais economias emergentes. Coordena os vários comitês cujos trabalhos são reportados ao G-10. O Banco Central do Brasil participa regularmente de alguns destes comitês.

O Comitê da Basiléia de Supervisão Bancária discute problemas específicos de supervisão bancária e busca fortalecer os padrões de supervisão relacionados com a questão da solvência das instituições. Este esforço converge para a necessidade de avaliação adequada dos capitais dos bancos comerciais e o estabelecimento de padrões mínimos de capitalização, consubstanciando-se em um novo Acordo da Basiléia, que anteriormente definiu as regras prudenciais de capitalização dos bancos. Nesse contexto, em 2002, encerrou-se a 2ª consulta com vistas a finalizar o novo Acordo ainda em 2003, permitindo a sua implementação até o final de 2006. Esse novo Acordo da Basiléia também definirá incentivos a que os bancos desenvolvam os seus próprios modelos de avaliação de risco. Ainda em 2002, o Comitê ratificou o compromisso de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

O Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos define padrões internacionais para promover a segurança dos sistemas de pagamentos, fortalecendo a infraestrutura de mercado e reduzindo o risco sistêmico. Trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (Iosco).

O Comitê do Sistema Financeiro Global tem por foco a vulnerabilidade do mercado financeiro global tanto nos países industrializados como nas economias emergentes. Dentre os tópicos abordados pelo Comitê destacam-se: a liquidez do mercado de emissões de bônus; o comportamento do mercado em épocas de crise; a transparência nas informações; e o aperfeiçoamento das estatísticas feitas pelo BIS. Em 2002, o Comitê também tratou do impacto das inovações em tecnologia da informação para o sistema financeiro e suas implicações na esfera de atuação dos bancos centrais.

2/ Ano Fiscal 2002: 1.4.2001 a 31.3.2002.

3/ Grupo de países industrializados composto por: Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia e Suíça.

O Comitê de Mercados (antes denominado Comitê de Ouro e de Moedas Estrangeiras) monitora as atividades dos mercados de câmbio e identifica suas implicações no que se refere às políticas dos bancos centrais e à operacionalização das mesmas.

Nas Reuniões de Governadores ao longo de 2002 foram tratados os seguintes temas:

- a) contabilidade e sistema financeiro;
- b) investimento direto e riscos financeiros nas economias emergentes;
- c) aspectos macroeconômicos da economia mundial;
- d) conseqüências da crise argentina para o sistema financeiro;
- e) implicações dos recentes escândalos contábeis nas economias industrializadas;
- f) escolha de regimes cambiais e lições de experiências recentes;
- g) apresentação do Novo Acordo de Basiléia;
- h) crises de confiança, sustentabilidade de dívida e escolha de políticas adequadas.

O BIS secretaria também o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), criado pelo G-7, em 1999, para debater questões referentes ao fortalecimento da arquitetura financeira internacional e promover a cooperação entre autoridades nacionais, organismos internacionais e órgãos reguladores. Atualmente, suas atividades estão concentradas nos desequilíbrios dos mercados, no aspecto financeiro do combate ao terrorismo, juntamente com outros organismos, tais como o FMI, Banco Mundial e Gafí, e na implicação das falências corporativas sobre a integridade do mercado. Estão em revisão também a atuação dos centros financeiros *off-shore*, compreendendo as funções de supervisão, regulamentação, de disseminação da informação, assim como a cooperação daqueles centros nas investigações de operações fraudulentas. O Fórum também abordou os problemas relacionados às instituições altamente alavancadas e a transparência de suas operações, com o objetivo de reforçar a disciplina dos mercados e reduzir o risco sistêmico. O FSF, após o incidente de 11 de setembro de 2001, editou uma listagem de contatos emergenciais que envolve bancos centrais, agências de supervisão e regulamentação, departamentos de tesouro e serviços essenciais em mais de trinta países. O FSF examinou também a situação da indústria de resseguros.

No papel de banco de bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. O BIS figura como um dos administradores externos de parte das reservas internacionais do Brasil, repassando conhecimentos e tecnologia de administração de carteiras de ativos.

O BIS inaugurou, em novembro de 2002, o seu escritório para as Américas, com sede na cidade do México. O escritório promoverá atividades ligadas à pesquisa econômica com os organismos e os bancos centrais da região e tentará atuar como o elo de ligação entre os mesmos.

Centro de Estudos Monetários Latino-americano (Cemla)

O Cemla foi criado em setembro de 1952, com os objetivos de:

- a) promover melhor entendimento de assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe, como também dos aspectos pertinentes de políticas fiscais e cambiais;
- b) ajudar na melhoria da capacitação do pessoal de bancos centrais e outros órgãos financeiros na América Latina e no Caribe;
- c) dirigir investigações e sistematizar os resultados nos campos acima mencionados;
- d) passar informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional nos âmbitos das políticas monetária e financeira.

O Centro é composto por 48 instituições, trinta das quais são membros associados com voz e voto na Assembléia de Governadores. Em 2002, o Banco do Japão desligou-se do Cemla enquanto o *De Nederlandsche Bank* e o Banco Central Europeu, ingressaram no quadro de colaboradores. Ainda em 2002, o Banco de Espanha e o Banco de Portugal aumentaram suas contribuições ao Organismo. O orçamento executado em 2002, de US\$2,4 milhões, foi integralmente coberto pelas contribuições anuais. O Brasil é membro fundador do Cemla e contribui atualmente com cota anual de US\$282,7 mil.

Para alcançar seus objetivos, o Cemla, isoladamente ou em parceria com bancos centrais e instituições internacionais, promove cursos, seminários, palestras e reuniões internacionais, voltados a especialistas dos bancos centrais, e publica estudos, trabalhos e artigos técnicos e acadêmicos sobre matérias de interesse de seus membros.

De acordo com o Artigo 10 dos Estatutos, os órgãos de governo do Centro são: a Assembléia de Governadores, composta pelos Presidentes dos bancos centrais associados; a Junta de Governo, composta por sete membros; o Diretor Geral e o Subdiretor Geral. Dos sete membros da Junta, o México, país sede do Organismo, tem assento permanente. Os demais assentos são ocupados por membros associados eleitos para mandatos de dois anos, mediante votação que tem como referência os valores das contribuições anuais, desde que obtenham votação de pelo menos 10% do total de votos. Compõem a atual Junta, além do México, Argentina, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Integra também a direção do Cemla, o chamado Comitê de Alternos, criado em maio de 2001 e composto por representantes dos Governadores que estejam integrando a Junta de Governo, cuja atuação concentra-se na execução orçamentária *vis-à-vis* o programa de atividades previamente estabelecido, além de servir como elo de ligação entre a Direção Geral e a Junta de Governo.

O Centro edita, periodicamente, diversas publicações, dentre as quais as revistas *Monetária* e *Money Affairs*. Promove também o *Prêmio Rodrigo Gómez* para trabalhos acadêmicos sobre assuntos de bancos centrais, com premiação concedida ao autor do trabalho vencedor e respectiva publicação de seu trabalho.

O Cemla vem desenvolvendo, desde 2000, estudos com vistas à elaboração de projetos nas áreas de: Sistemas de Pagamentos, Estatística e Banco de Dados e de Convergência Macroeconômica. Com esses projetos o Centro visa a coleta, tratamento e divulgação de dados relativos a essas áreas de interesse e com aplicações no âmbito da atuação de seus associados.



VIII

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

2.921, de 17.1.2002 – Dispõe sobre a realização de operações ativas vinculadas pelas instituições financeiras que especifica, com base em recursos entregues ou colocados à disposição da instituição por terceiros.

2.922, de 17.1.2002 – Dispõe sobre a aplicação de recursos das entidades de previdência complementar, das sociedades seguradoras e das sociedades de capitalização.

2.923, de 17.1.2002 – Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura.

2.924, de 17.1.2002 – Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos da safra Norte/Nordeste 2002.

2.925, de 17.1.2002 – Dispõe sobre ônus dos rebates e bônus concedidos em operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), formalizadas ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional.

2.926, de 17.1.2002 – Dispõe sobre a instalação de Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE).

2.927, de 17.1.2002 – Programa Nacional de Desburocratização – Revoga de resoluções sem função por decurso de prazo ou por regulamentação superveniente.

2.928, de 24.1.2002 – Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em função do disposto na Medida Provisória 24, de 23.1.2002.

2.929, de 24.1.2002 – Dispõe sobre o encerramento das atividades do Fundo Contábil do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

2.930, de 24.1.2002 – Dispõe sobre bônus de adimplência aplicável às operações renegociadas ao amparo das Resoluções 2.238, de 1996, 2.666, de 1999, e 2.919, de 2001, em função do disposto na Medida Provisória 24, de 23.1.2002.

2.931, de 14.2.2002 – Dispõe sobre o critério de avaliação dos ativos integrantes da carteira dos fundos de investimento financeiro e dos fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

2.932, de 28.2.2002 – Altera e consolida as normas que dispõem sobre o horário de funcionamento das instituições financeiras e demais instituições autorizadas funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como acerca dos dias úteis para fins de operações praticadas no mercado financeiro.

2.933, de 28.2.2002 – Autoriza a realização de operações de derivativos de crédito por parte das instituições que especifica.

2.934, de 28.2.2002 – Dispõe sobre financiamento de custeio de lavouras de girassol, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.935, de 28.2.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis aos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de que tratam a Lei Complementar 93, de 1998, e o Decreto 3.475, de 2000.

2.936, de 28.2.2002 – Dispõe sobre alongamento de dívidas ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.937, de 28.2.2002 – Institui linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.938, de 8.3.2002 – Dispõe sobre o atendimento ao público nas dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.939, de 26.3.2002 – Autoriza o Banco Central do Brasil a realizar operações de *swap*.

2.940, de 27.3.2002 – Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2002.

2.941, de 27.3.2002 – Altera a Resolução 1.964, de 25.9.1992, tendo em vista reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

2.942, de 27.3.2002 – Dispõe sobre limites de financiamento para mutuários egressos do Grupo “A”, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.943, de 27.3.2002 – Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.944, de 27.3.2002 – Dispõe sobre direcionamento dos Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) do crédito rural.

2.945, de 27.3.2002 – Dispõe sobre a contratação de operações de crédito com entidades e órgãos públicos.

2.946, de 27.3.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições de alongamento de dívidas amparadas em recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e sobre prorrogação dos prazos de vencimento dos financiamentos de lavouras de café, amparados em recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.947, de 27.3.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de despesas de colheita de café do período agrícola 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.948, de 27.3.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.949, de 5.4.2002 – Autoriza o Banco Central do Brasil a instituir e disciplinar o Redesconto do Banco Central às instituições financeiras titulares de conta Reservas Bancárias.

2.950, de 17.4.2002 – Altera e consolida as normas que disciplinam as operações e os compromissos envolvendo títulos de renda fixa.

2.951, de 19.4.2002 – Dispõe sobre a obtenção de empréstimos ou financiamentos por parte de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

2.952, de 25.4.2002 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM).

2.953, de 25.4.2002 – Altera normas relativas à abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos e dispõe sobre a contratação de correspondentes no país por parte de instituições financeiras.

2.954, de 25.4.2002 – Contingencia o crédito ao setor público e altera limites – altera o art. 9º da Resolução 2.827, de 30.3.2001.

2.955, de 25.4.2002 – Dispõe sobre prorrogação do vencimento de parcelas de financiamentos de investimento formalizados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.956, de 25.4.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.957, de 25.4.2002 – Dispõe sobre alteração na remuneração dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.958, de 25.4.2002 – Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), instituído pela Resolução 2.699, de 2000.

2.959, de 25.4.2002 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo), instituído pela Resolução 2.534, de 1998.

2.960, de 25.4.2002 – Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívidas vinculadas ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e na aplicação do saldo de recursos do citado programa.

2.961, de 25.4.2002 – Dispõe sobre ajustes nas normas de programas amparados em recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.962, de 25.4.2002 – Dispõe sobre condições especiais de financiamento de máquinas e implementos ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Finame Agrícola Especial.

2.963, de 28.5.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis às operações renegociadas ao amparo das Resoluções 2.238, de 1996, 2.471, de 1998 e 2.666, de 1999.

2.964, de 28.5.2002 – Dispõe sobre prazos e encargos financeiros no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

2.965, de 28.5.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.966, de 28.5.2002 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado do Ceará S.A.(BEC).

2.967, de 3.6.2002 – Altera e consolida as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

2.968, de 24.6.2002 – Dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

2.969, de 25.6.2002 – Contingencia o crédito ao setor público – inclui o inciso ao parágrafo 1º do art. 9º, da Resolução 2.827, de 30.3.2001.

2.970, de 27.6.2002 – Contingencia o crédito ao setor público – altera o inciso VIII do parágrafo 1º do art. 9º da Resolução 2.827, de 30.3.2001.

2.971, de 27.6.2002 – Dispõe sobre recursos captados em depósitos de poupança rural.

2.972, de 27.6.2002 – Fixa as metas para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância, para os anos 2003 e 2004.

2.973, de 27.6.2002 – Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2002.

2.974, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura (Prodevinho).

2.975, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

2.976, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Cajucultura (Procaju).

2.977, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura (Prodecap).

2.978, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Apoio à Fruticultura (Profruta).

2.979, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Apicultura (Prodamel).

2.980, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo).

2.981, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas (Propasto).

2.982, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Sistematização de Várzeas (Sisvárzea).

2.983, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite).

2.984, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais (Proazem).

2.985, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura (Aqüicultura).

2.986, de 3.7.2002 – Institui o Programa de Apoio à Agricultura Irrigada (Proirriga), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.987, de 3.7.2002 – Institui o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.988, de 3.7.2002 – Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura (Procacau), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.989, de 3.7.2002 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

2.990, de 4.7.2002 – Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam as Resoluções 2.471, de 1998, e 2.963, de 2002 (cancelada).

2.991, de 3.7.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), e concede novo prazo para as operações de que tratam os arts. 3º e 4º da Resolução 2.946, de 2002.

2.992, de 3.7.2002 – Institui o Programa de Plantio Comercial de Florestas (Propflora), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.993, de 3.7.2002 – Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) representativas da venda antecipada de leite, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.994, de 3.7.2002 – Dispõe sobre prazos e encargos financeiros no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

2.995, de 3.7.2002 – Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF).

2.996, de 3.7.2002 – Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, financiamentos de custeio e de comercialização e estabelece outras condições para o crédito rural.

2.997, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

2.998, de 3.7.2002 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentado da Floricultura (Prodeflor).

2.999, de 3.7.2002 – Dispõe sobre rebote nas operações de custeio formalizadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, em consequência de estiagem ocorrida nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

3.000, de 24.7.2002 – Altera dispositivos do Regulamento anexo à Resolução 2.967, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos.

3.001, de 24.7.2002 – Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.002, de 25.7.2002 – Dispõe sobre a aplicação de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

3.003, de 25.7.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis ao alongamento de dívidas amparadas em recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e sobre os prazos de vencimento dos financiamentos de lavouras de café, amparados em recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.004, de 29.7.2002 – Dispõe sobre a concessão de crédito emergencial de custeio e sobre o rebate nas operações de custeio formalizadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, em consequência de estiagem ocorrida nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

3.005, de 30.7.2002 – Dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

3.006, de 30.7.2002 – Autoriza o Banco Central do Brasil a lançar opções de venda de títulos públicos federais.

3.007, de 2.8.2002 – Dispõe sobre a oferta de contratos de opção de venda de café, safra 2001/2002, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

3.008, de 2.8.2002 – Institui linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café da safra 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.009, de 14.8.2002 – Estabelece encaixe obrigatório adicional de 5% (cinco por cento) sobre os recursos de depósitos de poupança captados pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e sobre os recursos captados em depósitos de poupança rural pelo Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A.

3.010, de 16.8.2002 – Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes.

3.011, de 16.8.2002 – Estabelece condições para a concessão de financiamento pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na forma prevista no art. 2º da Medida Provisória 59, de 2002.

3.012, de 28.8.2002 – Dispõe sobre substituição de garantias, em operações de EGF, e sobre crédito para comercialização de milho, ao amparo dos Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

3.013, de 28.8.2002 – Dispõe sobre a concessão de rebate nas operações de custeio formalizadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina atingidos por estiagens, sobre a concessão de crédito emergencial de custeio aos produtores atingidos e sobre alterações na regulamentação do Programa.

3.014, de 28.8.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada a exportadores, para financiamento de estocagem de café da safra 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.015, de 28.8.2002 – Dispõe sobre a oferta de contratos de opção de venda de café, safra 2001/2002, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

3.016, de 28.8.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.017, de 28.8.2002 – Faculta às companhias hipotecárias a transformação em quaisquer das instituições relacionadas no art. 1º do Regulamento anexo I à Resolução 2.099, de 1994.

3.018, de 29.8.2002 – Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes.

3.019, de 19.9.2002 – Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o último trimestre de 2002.

3.020, de 19.9.2002 – Institui linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível, ao amparo de recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

3.021, de 19.9.2002 – Dispõe sobre financiamentos para retenção de matrizes suínas, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

3.022, de 19.9.2002 – Dispõe sobre a emissão de certificados de depósitos em garantia, relativos a títulos cambiais.

3.023, de 11.10.2002 – Estabelece encaixe obrigatório adicional de 10% (dez por cento) sobre os recursos de depósitos de poupança captados pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e sobre os recursos captados em depósitos de poupança rural pelo Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A.

3.024, de 29.10.2002 – Altera e consolida as normas que dispõem sobre o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

3.025, de 24.10.2002 – Dispõe sobre alterações na linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível, ao amparo de recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

3.026, de 24.10.2002 – Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio das lavouras cafeeiras no período agrícola 2002/2003.

3.027, de 24.10.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.028, de 24.10.2002 – Dispõe sobre direcionamento dos Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) do crédito rural.

3.029, de 29.10.2002 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.030, de 30.10.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis às operações renegociadas ao amparo das Resoluções 2.471, de 1998, 2.666, de 1999, e 2.963, de 2002.

3.031, de 29.10.2002 – Dispõe sobre prazos e encargos financeiros no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

3.032, de 29.10.2002 – Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

(Procera), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes.

3.033, de 29.10.2002 – Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que trata a Resolução 2.471, de 1998.

3.034, de 30.10.2002 – Altera e consolida as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

3.035, de 29.10.2002 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP).

3.036, de 30.10.2002 – Revoga dispositivos que consideram como falta grave, de forma genérica e automática, o não cumprimento de preceitos referidos em normas editadas e dispõe sobre o exame, caso a caso, da gravidade de infrações cometidas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.037, de 30.10.2002 – Revoga e altera dispositivos do MCR que consideram como falta grave, de forma genérica e automática, o não cumprimento de determinações nele referidas e dispõe sobre o exame, caso a caso, pelo Banco Central do Brasil, da gravidade de infrações cometidas pelas instituições financeiras e demais instituições por ele autorizadas a funcionar.

3.038, de 31.10.2002 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. e da BESC S.A. Crédito Imobiliário.

3.039, de 31.10.2002 – Regulamenta o acordo para a compensação e a liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

3.040, de 28.11.2002 – Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento, a transferência de controle societário e a reorganização societária, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento das instituições que especifica.

3.041, de 28.11.2002 – Estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.042, de 28.11.2002 – Dispõe sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras especializadas em seguro saúde, bem como acerca da aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

3.043, de 28.11.2002 – Altera procedimentos para a apuração da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR) nos dias 24 e 31 de dezembro.

3.044, de 28.11.2002 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite).

3.045, de 28.11.2002 – Dispõe sobre condições especiais de financiamento de máquinas e implementos ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Finame Agrícola Especial.

3.046, de 28.11.2002 – Dispõe sobre prazos no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

3.047, de 28.11.2002 – Dispõe sobre alterações no regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.048, de 28.11.2002 – Dispõe sobre alterações nas condições operacionais da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de café das safras 2000/2001 e 2001/2002, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.049, de 28.11.2002 – Contingencia o Crédito ao Setor Público e altera limites – Inclui o art. 9º da Resolução 2.827, de 30.3.2001.

3.050, de 3.12.2002 – Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

3.051, de 3.12.2002 – Dispõe sobre a concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos regionais e sementes, safra 2002/2003.

3.052, de 3.12.2002 – Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) para o leite – safra de 2002/2003.

3.053, de 3.12.2002 – Suspende a contratação de operações ao amparo da linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível, de que trata a Resolução 3.025, de 2002.

3.054, de 19.12.2002 – Dispõe sobre a realização de operações compromissadas de que trata o Regulamento anexo à Resolução 2.950, de 2002.

3.055, de 19.12.2002 – Dispõe sobre a aplicação de recursos das entidades fechadas de previdência complementar em cédulas de crédito bancário.

3.056, de 19.12.2002 – Dispõe sobre a auditoria interna das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.057, de 20.12.2002 – Dispõe sobre a certificação de empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.058, de 20.12.2002 – Introduz alterações no Regulamento anexo à Resolução 2.771, de 2000, que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

3.059, de 20.12.2002 – Dispõe sobre registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.060, de 27.12.2002 – Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2003.

Circulares do Banco Central do Brasil

3.074, de 7.1.2002 – Dispõe sobre a regularização de conversões de créditos remissíveis em investimentos, efetuadas sem celebração de operações de câmbio.

3.075, de 7.1.2002 – Estabelece procedimento para pagamento em moeda estrangeira efetuado por residente no exterior a residente no País em decorrência de venda de produtos com entrega no território brasileiro nas situações não abrangidas pelo art. 6º da Lei 9.826, de 1999.

3.076, de 7.1.2002 – Estabelece disposições complementares à Resolução 2.874, de 2001, relativas a autorização para funcionamento, transferência de controle, reorganização societária e auditoria independente de sociedade de crédito ao microempreendedor e instalação de posto de atendimento ao microempreendedor.

3.077, de 7.1.2002 – Dispõe sobre remessas de demonstrações financeiras.

3.078, de 10.1.2002 – Dispõe sobre a implantação de sistema de controles internos por parte das administradoras de consórcio.

3.079, de 10.1.2002 – Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

3.080, de 17.1.2002 – Dispõe sobre o exercício de atividades referidas no art. 1º da Resolução 2.838, de 2001, por empregados de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.081, de 18.1.2002 – Programa Nacional de Desburocratização – Revoga circulares e cartas-circulares sem função por decurso de prazo ou por regulamentação superveniente.

3.082, de 30.1.2002 – Estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos.

3.083, de 30.1.2002 – Dispõe sobre a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio.

3.084, de 30.1.2002 – Dispõe sobre obrigação financeira, recursos não procurados, adiantamento a fornecedores, agregação de despesas e encerramento de grupo nas operações de consórcio.

3.085, de 15.2.2002 – Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas administradoras de consórcio na contratação de operações e na prestação de serviços aos consorciados.

3.086, de 18.2.2002 – Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos pelos fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, fundos de aposentadoria programada individual e fundos de investimento no exterior.

3.087, de 1.3.2002 – Redefine e consolida as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista.

3.088, de 1.3.2002 – Redefine e consolida as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre depósitos judiciais.

3.089, de 1.3.2002 – Redefine e consolida as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre adiantamentos relativos a operações de câmbio.

3.090, de 1.3.2002 – Redefine as regras do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos e de garantias realizadas.

3.091, de 1.3.2002 – Redefine as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo.

3.092, de 1.3.2002 – Redefine as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre garantia por fiança bancária.

3.093, de 4.3.2002 – Redefine e consolida as regras do encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança.

3.094, de 5.3.2002 – Redefine as regras da cobrança de custo financeiro sobre insuficiência no saldo da conta Reservas Bancárias e sobre deficiência no cumprimento de exigibilidade de recolhimento de valores ao Banco Central do Brasil relativa a recolhimento compulsório, a encaixe obrigatório ou ao direcionamento obrigatório de recursos de depósitos de poupança.

3.095, de 6.3.2002 – Altera o prazo para entrega da declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País.

3.096, de 7.3.2002 – Dispõe sobre o registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos pelos fundos de investimento destinado a um único investidor.

3.097, de 7.3.2002 – Dispõe sobre a remessa de demonstrações financeiras.

3.098, de 20.3.2002 – Dispõe sobre a remessa adicional de informações no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito.

3.099, de 26.3.2002 – Dispõe sobre operações de *swap* a serem realizadas pelo Banco Central do Brasil.

3.100, de 28.3.2002 – Institui o Sistema de Transferência de Reservas (STR) e aprova seu regulamento.

3.101, de 28.3.2002 – Regulamenta a conta Reservas Bancárias e institui e regulamenta a Conta de Liquidação no Banco Central do Brasil.

3.102, de 28.3.2002 – Estabelece nova sistemática para a liquidação financeira dos resultados apurados na Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe) e dá outras providências.

3.103, de 28.3.2002 – Institui depósito prévio para participação nas sessões diárias da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe).

3.104, de 28.3.2002 – Regulamenta a troca eletrônica de mensagens e institucionaliza grupos técnicos no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.105, de 5.4.2002 – Institui o Redesconto do Banco Central, aprova seu regulamento e consolida suas normas.

3.106, de 10.4.2002 – Dispõe sobre a realização de operações de derivativos de crédito de que trata a Resolução 2.933, de 28 de fevereiro de 2002.

3.107, de 11.4.2002 – Dispõe sobre nova modalidade de operação a ser realizada com as instituições credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

3.108, de 11.4.2002 – Altera o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

3.109, de 11.4.2002 – Institui o Sistema do Meio Circulante (CIR) que disciplina as operações de meio circulante realizadas pela rede bancária no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.110, de 15.4.2002 – Altera os artigos 3º e 4º da Circular 3.071, de 7.12.2001, que estabeleceu forma, limites e condições de declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País.

3.111, de 17.4.2002 – Divulga os procedimentos para a celebração e a liquidação de operações de câmbio interbancárias via Sisbacen (interbancário eletrônico).

3.112, de 17.4.2002 – Estabelece procedimentos para adequação ao Sistema de Pagamentos Brasileiro das movimentações financeiras relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.113, de 18.4.2002 – Altera a regulamentação cambial, tendo em vista a reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.114, de 18.4.2002 – Altera o Regulamento sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

3.115, de 18.4.2002 – Institui a Transferência Eletrônica Agendada (TEA) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED).

3.116, de 18.4.2002 – Estabelece prazos e procedimentos relativos à liquidação de ativos no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.117, de 18.4.2002 – Estabelece a possibilidade de o Banco Central do Brasil conceder prazo adicional, a câmara ou a prestador de serviços de compensação e de liquidação já em funcionamento, para adequação aos princípios estabelecidos pela Resolução 2.882, de 2001, ou para comprovação de capacitação tecnológica.

3.118, de 18.4.2002 – Altera procedimentos no âmbito da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe).

3.119, de 18.4.2002 – Altera o art. 2º da Circular 2.900, de 24.6.1999, que estabelece período de vigência da meta para a Taxa Selic, seu eventual viés e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

3.120, de 19.4.2002 – Define acréscimo à Taxa Selic para as operações de Redesconto do Banco Central.

3.121, de 19.4.2002 – Altera o Anexo II do regulamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR).

3.122, de 23.4.2002 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão da finalidade da Transferência Eletrônica Disponível (TED) e a cobrança do valor da tarifa de operação em regime de contingência no Sistema de Transferência de Recursos (STR).

3.123, de 29.5.2002 – Dispõe sobre o prazo para a implementação dos procedimentos estabelecidos nas Circulares 3.068, de 2001, e 3.082, de 2002.

3.124, de 29.5.2002 – Altera regras de transição previstas na Circular 3.108, de 10 de abril de 2002, que aprova o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

3.125, de 13.6.2002 – Dispõe sobre o atendimento ao público nas dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.126, de 13.6.2002 – Dispõe sobre o registro e a liquidação de depósitos interfinanceiros.

3.127, de 14.6.2002 – Altera a alíquota do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas pignoratícias de debêntures, títulos de emissão própria e contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior.

3.128, de 24.6.2002 – Redefine as regras do encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança.

3.129, de 27.6.2002 – Altera critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, permitindo que aqueles classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento possam ser objeto de *hedge* para fins de registro e avaliação contábil.

3.130, de 27.6.2002 – Altera a alíquota do encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança.

3.131, de 3.7.2002 – Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), aprovado pela Circular 3.108, de 10 de abril de 2002.

3.132, de 5.7.2002 – Dispõe sobre operações conduzidas pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

3.133, de 10.7.2002 – Dispõe sobre a utilização de Transferência Eletrônica Disponível (TED) associada à Transferência Eletrônica Agendada (TEA) não registrada em Câmara de Pagamentos.

3.134, de 10.7.2002 – Redefine as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista.

3.135, de 10.7.2002 – Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

3.136, de 11.7.2002 – Disciplina a utilização do termo diretor pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.137, de 12.7.2002 – Dispõe sobre a transferência de recursos de que tratam o art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e os arts. 3º e 8º da Lei 9.311, de 1996, e modalidade de depósito de poupança, com rendimento adicional.

3.138, de 26.7.2002 – Altera prazos e sistemática da análise da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe), quanto ao enquadramento como sistemicamente importante.

3.139, de 31.7.2002 – Dispõe sobre opções de venda de títulos públicos federais a serem lançadas pelo Banco Central do Brasil.

3.140, de 1.8.2002 – Estabelece fator de ponderação de risco de que trata a Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV da Resolução 2.099, de 1994, para ativos representados por títulos de emissão de entidades financeiras integrantes de grupos pertencentes a organismos oficiais internacionais.

3.141, de 1.8.2002 – Altera a data de início da exigência do depósito prévio para a participação nas sessões diárias da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe), de que trata a Circular 3.103, de 28.3.2002.

3.142, de 7.8.2002 – Prorroga o prazo para o cumprimento de formalidade prevista na Resolução 2.838, de 2001, por parte dos empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.143, de 8.8.2002 – Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), aprovado pela Circular 3.108, de 10.4.2002.

3.144, de 14.8.2002 – Institui exigibilidade adicional sobre depósitos.

3.145, de 23.8.2002 – Dispõe sobre a realização, pelo Banco Central do Brasil, de leilões de venda de moeda estrangeira vinculados à concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação.

3.146, de 30.8.2002 – Dispõe sobre a realização, pelo Banco Central do Brasil, de leilões de venda de moeda estrangeira vinculados à concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação.

3.147, de 5.9.2002 – Altera o fator “F” aplicável ao ativo ponderado pelo risco (Apr), utilizado no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE), de que trata o Regulamento Anexo IV da Resolução 2.099, de 1994, e alterações posteriores, para bancos cooperativos e cooperativas de crédito.

3.148, de 5.9.2002 – Prorroga o prazo previsto na Circular 3.136, de 2002, que disciplina a utilização do termo “diretor” pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.149, de 11.9.2002 – Exclui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe).

3.150, de 11.9.2002 – Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, contratados de forma associada a operação de captação ou aplicação de recursos.

3.151, de 19.9.2002 – Dispõe sobre a emissão de certificado de depósitos de títulos em garantia.

3.152, de 20.9.2002 – Estabelece condições para a emissão de Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

3.153, de 25.9.2002 – Altera e acrescenta dispositivos ao regulamento anexo à Circular 3.105, de 5.4.2002, que trata das operações de Redesconto do Banco Central.

3.154, de 26.9.2002 – Altera o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), aprovado pela Circular 3.108, de 10.4.2002.

3.155, de 7.10.2002 – Altera o fator “F” aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, constante da fórmula do PLE de que trata o Regulamento Anexo IV da Resolução 2.099, de 1994, e modificações posteriores.

3.156, de 11.10.2002 – Altera o fator “F” aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, constante da fórmula do PLE de que trata o Regulamento Anexo IV da Resolução 2.099, de 1994, e modificações posteriores, bem como o limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que trata a Resolução 2.606, de 1999.

3.157, de 11.10.2002 – Altera as alíquotas e o valor da dedução relativas à exigibilidade adicional sobre depósitos de que trata a Circular 3.144, de 14.8.2002.

3.158, de 25.10.2002 – Altera, relativamente à República Argentina, o Regulamento de Câmbio de Exportação e o Regulamento sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

3.159, de 30.10.2002 – Revoga dispositivos que consideram como falta grave, de forma genérica e automática, o não cumprimento de preceitos referidos em normas editadas e dispõe sobre a aplicação das penalidades cabíveis após o exame, caso a caso, acerca da gravidade de infrações cometidas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.160, de 30.10.2002 – Admite o curso sob o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos de instrumentos de pagamento com prazo superior a 360 dias.

3.161, de 6.11.2002 – Divulga novo regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

3.162, de 6.11.2002 – Dispõe sobre a realização, pelo Banco Central do Brasil, de operações de compra ou de venda de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio, para liquidação futura, tendo por base a taxa de câmbio do boletim “Fechamento Ptax”.

3.163, de 20.11.2002 – Altera o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), aprovado pela Circular 3.108, de 10.4.2002.

3.164, de 27.11.2002 – Altera e consolida as disposições relativas à base de cálculo e ao recolhimento das contribuições ordinárias das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

3.165, de 4.12.2002 – Institui o Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad) e dispõe sobre a remessa de informações ao sistema, pelas instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e administradoras de consórcios.

3.166, de 4.12.2002 – Altera a data-base de início para remessa de informações ao sistema Central de Risco de Crédito de cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor.

3.167, de 5.12.2002 – Dispõe sobre limites operacionais para administradoras de consórcio.

3.168, de 11.12.2002 – Altera fator de ponderação de risco de operações ativas constantes da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV da Resolução 2.099, de 1994, e alterações posteriores.

3.169, de 19.12.2002 – Redefine as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista.

3.170, de 20.12.2002 – Revoga a Circular 3.142, de 2002, que dispõe sobre o prazo para a certificação de empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.171, de 30.12.2002 – Estabelece procedimentos para reconhecimento, registro contábil e avaliação de créditos tributários e obrigações fiscais diferidas.

3.172, de 30.12.2002 – Estabelece procedimentos relativamente ao exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

APÊNDICE

Balço patrimonial do Banco Central do Brasil

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Membros do Conselho Monetário Nacional

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil

Unidades regionais do Banco Central do Brasil

Siglas

Balço patrimonial do Banco Central do Brasil (31.12.2002)

Em R\$ mil

A T I V O	2002	2001
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	475.813.253	331.925.620
EXTERNO (Nota 5)	154.178.017	88.226.494
Operações da Área Externa	154.215.741	88.328.043
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(37.724)	(101.549)
INTERNO	321.635.236	243.699.126
Operações	274.390.690	210.379.616
- Títulos Públicos Federais (Nota 4b) (Nota 6)	242.936.290	187.854.248
- Operações com Títulos - Compromisso de Revenda (Nota 6)	3.010.713	22.482.642
- Títulos Vinculados em Garantia de Swap (Nota 6)	27.482.751	-
- Venda de Moeda Estrangeira no Mercado Interno - a Liquidar (Nota 5)	840.035	-
- Operações com Derivativos (Nota 6)	120.748	-
- Outras Operações	153	42.726
Outros Créditos	41.290.288	32.593.504
- Créditos a Receber (Nota 7)	28.650.868	32.867.657
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7)	(8.976.588)	(7.553.669)
- Recursos Administrados pela Centrus (Nota 8)	1.465.804	1.537.222
- Títulos a Receber (Nota 7)	1.127.253	1.501.245
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7)	(150.990)	(136.369)
- Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional (Nota 9)	19.161.634	4.368.845
- Demais Créditos	12.307	8.573
Outras Contas	5.954.172	117.185
- Adiantamento sobre Contratos de Câmbio de Exportação (Nota 10)	5.313.956	-
- Acerto de Contribuições - Lei 9.650 (Nota 9)	605.613	-
- Créditos com o Proagro	84	60.988
- Demais Contas	34.519	56.197
Despesas Antecipadas ou a Apropriar (Nota 4a)	86	608.821
PERMANENTE	15.412.773	9.666.897
INVESTIMENTOS	14.625.573	8.908.284
Quotas de Capital de Organismos Financ. Internacionais	14.625.573	8.908.284
- Fundo Monetário Internacional-FMI	14.498.835	8.825.062
- Banco de Compensações Internacionais - BIS	126.738	83.222
IMOBILIZADO	787.200	758.613
Bens Móveis	180.085	132.521
Bens Imóveis	773.941	772.494
Bens Intangíveis	60	62
(Depreciação Acumulada)	(166.886)	(146.464)
TOTAL	491.226.026	341.592.517

Balço patrimonial do Banco Central do Brasil (31.12.2002)

	Em R\$ mil	
PASSIVO	2002	2001
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	436.040.915	298.659.983
EXTERNO (Nota 5)	107.544.667	36.778.885
Obrigações em Moedas Estrangeiras	92.428.293	27.407.819
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	14.982.657	9.289.966
Demais Contas	133.717	81.100
INTERNO	328.496.248	261.881.098
Depósitos de Instituições Financeiras (Nota 11)	78.665.975	33.749.998
- Reservas Bancárias - Depósitos à Vista	23.371.206	15.578.540
- Reservas Bancárias - Depósitos de Poupança	28.047.600	17.574.015
- Reservas Bancárias - Depósitos Judiciais	12.714.998	10.629.376
- Reservas Bancárias - Depósitos a Prazo	23.484.357	12.833.755
- Reservas Bancárias - Exigibilidade Adicional	26.502.920	-
- Direcionamento de Recursos do SBPE	1.815.618	1.396.888
- Demais Contas	700.159	586.122
- (Recolhimento em Títulos Públicos)	(37.970.883)	(24.848.698)
Outros Depósitos	88.566.749	82.235.341
- Depósitos à Ordem do Governo Federal (Nota 9)	88.526.786	82.205.875
- Depósitos Vinculados em Garantia de Operações (Nota 12)	4.132.279	1.894.698
- Demais Contas	39.954	29.463
- (Recolhimento em Títulos Públicos Federais)	(4.132.270)	(1.894.695)
Outras Exigibilidades	159.425.767	145.037.759
- Notas do Banco Central - NBC (Nota 6)	67.021.394	125.908.437
- Operações com Títulos - Compromissos de Recompra (Nota 6)	80.099.412	13.707.126
- Operações com Derivativos (Nota 6)	4.465.309	-
- Compra de Moeda Estrangeira no Mercado Interno - a Liquidar (Nota 5)	7.232.629	-
- Resultado a Transferir ao Tesouro Nacional (Nota 9)	-	5.361.690
- Provisões para Ações Judiciais em Andamento (Nota 13)	558.811	-
- (Depósitos Vinculados a Interposição de Recursos) (Nota 13)	(406.063)	-
- Sentenças Judiciais - Precatórios a Pagar (Nota 13)	419.675	27.118
- Demais Contas	34.600	33.388
Outras Contas	1.837.757	823.368
- Outras Obrigações Registradas em Moedas Estrangeiras	34.174	22.443
- Acerto de Contribuições - Lei 9.650 (Nota 9)	261.281	-
- Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Transferir (Nota 9)	588.421	125.222
- Valores a Pagar - Centrus (Nota 8)	725.507	581.604
- Provisão para Passivo Atuarial (Nota 4c) (Nota 8)	181.288	-
- Demais Contas	47.086	94.099
Receitas Antecipadas ou a Apropriar	-	34.632
MEIO CIRCULANTE (Nota 14)	49.931.066	37.668.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	5.254.045	5.263.698
Patrimônio	2.576.356	2.576.356
Reserva para Contingência	2.193.946	2.193.946
Reserva de Reavaliação	483.743	493.396
TOTAL	491.226.026	341.592.517

Balço patrimonial do Banco Central do Brasil (31.12.2002)**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Em R\$ mil

	2º SEM/2002	2º SEM/2001	2002	2001
RECEITAS OPERACIONAIS	<u>224.203.817</u>	<u>88.040.767</u>	<u>307.438.607</u>	<u>130.885.374</u>
Operações - Mercado Aberto	120.697.406	48.500.804	169.349.122	67.130.884
Operações da Área Externa	98.735.052	35.565.207	131.351.073	56.137.235
Operações da Área Bancária	11.306	780	51.735	667.897
Créditos e Títulos a Receber	645.542	1.159.031	1.456.859	2.586.647
Operações com o Tesouro Nacional	2.208.591	1.555.045	2.297.594	1.676.681
Reversão e Correção Monetária/Cambial de Provisões	1.905.039	1.257.937	2.929.218	2.681.627
Outras	881	1.963	3.006	4.403
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(232.897.936)</u>	<u>(81.084.210)</u>	<u>(329.591.876)</u>	<u>(129.207.643)</u>
Operações - Mercado Aberto	(127.059.333)	(42.690.934)	(184.729.431)	(73.170.372)
Operações da Área Externa	(80.721.333)	(29.945.393)	(100.274.417)	(38.772.812)
Operações da Área Bancária	(2.548.710)	(757.727)	(3.295.995)	(1.373.198)
Créditos e Títulos a Receber	(277.483)	(89.499)	(457.304)	(182.673)
Operações com o Tesouro Nacional	(18.925.885)	(6.141.898)	(35.105.997)	(13.457.175)
Constituição e Correção Monetária/Cambial de Provisões	(2.587.126)	(772.297)	(4.455.598)	(1.061.685)
Administrativas	(638.425)	(647.234)	(1.056.087)	(1.129.242)
Outras	(139.641)	(39.228)	(217.047)	(60.486)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(8.694.119)</u>	<u>6.956.557</u>	<u>(22.153.269)</u>	<u>1.677.731</u>
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	<u>6.046.568</u>	<u>1.887.750</u>	<u>9.584.980</u>	<u>3.368.029</u>
C. Cambial de Quotas de Org. Financeiros Internacionais	5.778.196	1.798.351	8.761.593	3.062.192
Acertos de Contribuições - Lei 9.650	1.183	-	388.219	-
Remun. dos Créditos Administrados pela Centrus	121.087	20.467	227.297	143.344
Outras	146.102	68.932	207.871	162.493
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	<u>(3.636.063)</u>	<u>(1.686.146)</u>	<u>(4.625.410)</u>	<u>(1.972.348)</u>
C. Cambial de Quotas de Org. Financeiros Internacionais	(2.718.139)	(1.669.247)	(3.044.304)	(1.940.496)
Encargos Previdenciários - Centrus	(330.905)	-	(950.552)	-
Provisão p/ Perdas Judiciais	(152.831)	-	(152.831)	-
Sentenças Judiciais - Precatórios a Pagar	(415.737)	-	(440.759)	-
Outras	(18.451)	(16.899)	(36.964)	(31.852)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>2.410.505</u>	<u>201.604</u>	<u>4.959.570</u>	<u>1.395.681</u>
RESULTADO NO PERÍODO	<u>(6.283.614)</u>	<u>7.158.161</u>	<u>(17.193.699)</u>	<u>3.073.412</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$ mil

	PATRIMÔNIO	RESERVAS PARA	RESERVAS DE	PATRIMÔNIO
		CONTINGÊNCIAS	REAVALIAÇÃO	LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2001	2.576.356	2.193.946	493.396	5.263.698
Reversão/Baixa	-	-	(5.468)	(5.468)
Saldo em 30 de junho de 2002	2.576.356	2.193.946	487.928	5.258.230
Reversão/Baixa	-	-	(4.185)	(4.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	2.576.356	2.193.946	483.743	5.254.045

Notas explicativas às demonstrações contábeis (31.12.2002)

Nota 1 – O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES

O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do sistema financeiro nacional, foi criado em 31.12.1964, com a promulgação da Lei 4.595, com a missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro nacional.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com a legislação aplicável ao Banco Central, com destaque para: a Lei 4.595/64, que estabelece competência ao Conselho Monetário Nacional - CMN para decidir sobre os balanços e balancetes do Banco Central e sobre o seu sistema de contabilidade, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; a Medida Provisória 2.179/2001 e a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que definem a forma de destinação do resultado do Banco. Essas normas requerem que o Banco Central apresente demonstrações contábeis semestrais em 30 de junho e 31 de dezembro.

Com o objetivo de compatibilizar a contabilidade do Banco Central às melhores práticas internacionais, o CMN determinou ampla revisão da política contábil do Banco, que se iniciou com as demonstrações financeiras de 30.6.2002 e que deve estar concluída com as demonstrações de 31 de dezembro de 2003.

Nota 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Regime contábil:

O regime contábil para apropriação de receitas e despesas é o de competência.

b) Atualização cambial de ativos e passivos em moeda estrangeira:

Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras estão ajustados às taxas cambiais vigentes na data do balanço, sendo utilizadas as cotações de compra para o ativo e de venda para o passivo. As principais cotações em reais são:

	31.12.2002		31.12.2001	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar norte-americano	3,5325	3,5333	2,3196	2,3204
Euro	3,6932	3,7012	2,0585	2,0636
Iene	0,0297	0,0298	0,0177	0,0177
DES	4,7755	4,7957	2,9067	2,9194
Ouro (grama)	38,7684	38,9417	21,1067	21,2056

O DES - Direito Especial de Saque, utilizado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, é referenciado em uma cesta de moedas que são livremente utilizáveis em transações internacionais, atualmente o euro (ECU), o iene (JPY), a libra esterlina (GBP) e o dólar norte-americano (USD).

c) Avaliação das operações com títulos em moeda estrangeira e com ouro:

São registradas no momento da aquisição pelo valor de custo e avaliadas diariamente com base em cotações divulgadas pelos principais provedores internacionais de informações.

d) Avaliação de títulos públicos federais:

A carteira de títulos do Banco está classificada em “títulos mantidos até o vencimento” e “títulos para negociação”. Os títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição corrigido e os títulos para negociação são avaliados pelo valor de mercado, segundo os seguintes critérios:

- Letras do Tesouro Nacional - LTNs: avaliadas pelos preços observados no mercado secundário;
- Notas do Tesouro Nacional Série D - NTN-D e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs: avaliadas pelos preços divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - Andima;
- CVS: avaliados pela média das negociações de CVSA em 24 meses, excluídas as operações realizadas na proximidade dos leilões de privatização, devido à demanda anormal por esses títulos distorcer o preço de negociação.

As Notas do Banco Central - NBC estão registradas pelo valor da curva do papel.

e) Avaliação de derivativos:

As operações com derivativos são avaliadas pelo valor de mercado, conforme cotação divulgada pela Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

f) Avaliação de ativos a valor presente:

Os ativos financeiros sem adequada liquidez estão avaliados pelo fluxo ajustado a valor presente, sendo os indexados a índices de preços ou à Taxa Referencial - TR descontados pelas taxas praticadas no mercado secundário de títulos de emissão do Tesouro Nacional de características semelhantes, ponderadas pelas quantidades negociadas.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Os critérios para a constituição e ajuste de provisões são os seguintes:

- quando o crédito for julgado de difícil recebimento, a provisão é constituída pelo valor correspondente à diferença entre o valor contábil e aquele considerado passível de ser recebido;
- quando fato superveniente tornar o valor de mercado menor, a provisão é constituída pelo valor correspondente à diferença entre o valor contábil e o praticado em mercado.

Assim, as provisões relativas aos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial são constituídas em função da diferença entre o valor da operação e o valor dos ativos totais dessas instituições, avaliados sempre que possível pelo valor de mercado, levando-se em consideração os passivos preferenciais em relação à posição do Banco Central.

h) Depreciação:

O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, tendo ocorrido uma reavaliação em 1994 com a respectiva constituição de reserva. Sua depreciação é efetuada pelo método linear de acordo com os seguintes critérios:

I) bens móveis:

- equipamentos para informática, veículos e ferramentas: taxa anual de 20%;
- demais equipamentos, instalações e materiais permanentes: taxa anual de 10%;
- acervos da biblioteca e do museu e obras de arte não são depreciados;

II) bens imóveis (exceto terrenos): depreciação de 100% do valor do imóvel em 62,5 anos com taxa anual calculada em função da vida útil remanescente.

Nota 4 - ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS

Conforme a **Nota 2**, o Banco Central vem adaptando suas normas contábeis às melhores práticas internacionais. No decorrer de 2002 ocorreram as seguintes principais alterações:

- a) a adoção integral do regime de competência, porquanto se verificou que não existiam óbices para que todas as despesas administrativas do Banco passassem a ser contabilizadas segundo o regime de competência, sem ferir o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que essas despesas somente terão seus pagamentos efetivados quando e se incluídas no Orçamento Geral da União;
- b) a definição de critério de classificação da carteira de títulos de emissão do Tesouro, em “para negociação” (avaliados a mercado) e “mantidos até o vencimento” (avaliados pela curva);
- c) o reconhecimento de passivo atuarial com a Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus, decorrente das contribuições patronais referentes aos servidores aposentados até dezembro de 1990 (**Nota 8**).

Nota 5 – OPERAÇÕES DA ÁREA EXTERNA

O Banco Central, como depositário das reservas oficiais de ouro, de moeda estrangeira e de Direitos Especiais de Saque, atua no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior. Na administração dessas reservas, o Banco Central busca minimizar a exposição cambial do governo brasileiro mediante a alocação de suas aplicações de forma a realizar um *hedge* da dívida externa soberana de curto prazo. A distribuição das moedas é variável e se situa ao redor de 62% em dólares americanos, 23% em euros e 15% em ienes.

Refletindo um perfil conservador, típico de banco central, as reservas internacionais são aplicadas em um portfólio de maturidade baixa, com duração de cerca de um ano. Os investimentos em *money-market* (depósitos a prazo fixo e em curtíssimo prazo) são realizados com vencimento de até seis meses e as operações com títulos possuem duração média de 1,8 ano.

As operações de *Forward* - compra futura de moeda estrangeira com prazo superior a dois dias - são utilizadas pelo Banco Central para adequar a sua posição de *hedge* entre moedas. As operações de venda de moeda estrangeira conjugada com recompra são utilizadas como instrumento de política cambial.

O gerenciamento de risco dessas aplicações está concentrado na avaliação e no controle dos seguintes segmentos:

- a) risco de mercado - a gerência ativa das reservas internacionais é monitorada diariamente utilizando-se o conceito de Valor em Risco (VaR). O modelo utilizado para cálculo do VaR baseia-se no *RiskMetrics*, desenvolvido originalmente pelo JPMorgan, com nível de confiança de 95%. A Diretoria Colegiada autorizou desvios em relação ao portfólio de referência dentro do limite de VaR definido, de forma a aproveitar eventuais oportunidades de mercado. São realizados *backtestings* trimestrais, quando da apresentação do resultado à Diretoria, de forma a verificar a adequabilidade do modelo;
- b) risco de crédito - as aplicações em *money-market* e em títulos devem obedecer a limites de classificação de risco das instituições e de concentração máxima por contraparte. O *rating* mínimo atualmente autorizado é “A”, de acordo com a classificação da Agência *Moody's*, e o limite máximo por contraparte varia em função do porte da instituição, limitado a um valor pré-determinado pela Diretoria Colegiada. Operações contratadas com instituições cuja classificação de risco seja inferior a “A” são realizadas com base em autorização específica da Diretoria Colegiada;
- c) risco de liquidez - existem limites para o montante máximo que pode ser adquirido de determinada emissão, bem como para o montante máximo que cada emissão possa ter no portfólio total, de maneira a garantir que os papéis adquiridos possam ser comercializados no mercado secundário com baixo custo.

Para a administração das reservas, o Banco Central possui sistemas informatizados que permitem o controle de todas as fases da operação, da contratação ao registro, controle e liquidação financeira. Além disso, é feito um controle diário dos limites operacionais e a Diretoria Colegiada é informada automaticamente caso algum dos limites autorizados seja superado.

Uma vez que o Banco Central também se relaciona com organismos internacionais e com outros bancos centrais, estão registrados na sua contabilidade:

- a) os convênios em moeda estrangeira referentes ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - CCR firmados entre o Banco Central e os bancos centrais dos países participantes (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e o Ajuste Brasil-Hungria, que foi extinto em 12.6.2002 em face da denúncia formulada pelo Governo brasileiro. As taxas de juros são as mesmas para as operações de ativo e passivo, sendo a *Libor* de 4 meses para o CCR e a *Libor* de 3 meses para o Ajuste Brasil-Hungria;

- b) as obrigações com o Fundo Monetário Internacional - FMI, decorrentes de saques efetuados pelo governo brasileiro no âmbito do Programa de Assistência Financeira, de depósitos que o Organismo mantém no País segundo sua política de investimentos e alocações de Direito Especial de Saque - DES, que são empréstimos vinculados às quotas em moeda estrangeira;
- c) os depósitos de outros organismos financeiros internacionais correspondentes às disponibilidades mantidas no Brasil por organismos multilaterais (principalmente BIRD e BID) com o objetivo de custear suas despesas administrativas e operacionais no País;
- d) o Plano Brasileiro de Financiamento - PBF, correspondente à parcela da dívida externa brasileira renegociada com bancos privados internacionais (Acordo MYDFA - 1988) e aos depósitos pendentes de acordo bilateral no âmbito do Clube de Paris.

Os valores apresentados como excesso de posição comprada referem-se a depósitos constituídos pelos bancos, correspondentes ao valor que supera o limite autorizado para contratação de operações de câmbio.

Os valores apresentados no item “Operações Contratadas - a Liquidar” referem-se à contrapartida das operações registradas no ativo com defasagem de, normalmente, dois dias entre as datas da contratação e da liquidação.

O resultado das operações da área externa foi positivo em R\$18.013.720, principalmente em função da variação cambial ocorrida no período.

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos externos agregados em função de prazo de vencimento, moedas, classificação de risco, contraparte e país ou área geográfica, cabendo ressaltar que os dados apresentados provêm de informações contábeis e gerenciais.

a) Operações segregadas por vencimento:

Em 31.12.2002							
ATIVO EXTERNO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
Disponibilidades	2.209.185	-	-	-	-	-	2.209.185
Ouro Monetário	533.069	-	-	-	-	-	533.069
Depósitos	9.022.913	18.596.069	8.703.865	5.610.935	3.196.352	-	45.130.134
- Curtofísimo Prazo	6.693.206	-	-	-	-	-	6.693.206
- Prazo Fixo	2.329.707	18.281.708	8.470.385	5.389.595	3.196.352	-	37.667.747
- Ouro	-	314.361	233.480	221.340	-	-	769.181
Títulos	-	-	-	354.191	18.539.192	67.027.555	85.920.938
- Notas	-	-	-	-	16.436.251	50.245.568	66.681.819
- Bônus	-	-	-	-	344.815	-	344.815
- Dívida Externa Brasileira	-	-	-	354.191	1.758.126	11.583.969	13.696.286
- Sob Gerenciamento Externo	-	-	-	-	-	5.198.018	5.198.018
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	221.674	-	18.115	-	-	239.789
Operações Forward	2.122.348	1.211.966	2.307.211	2.534.567	822.644	-	8.998.736
Venda de ME conjugada com recompra	2.034.720	2.472.750	2.119.500	353.250	-	-	6.980.220
Operações Contratadas a Liquidar	4.084.988	-	-	-	-	-	4.084.988
Outras	-	-	-	27.688	-	53.270	80.958
Total do Ativo Externo	20.007.223	22.502.459	13.130.576	8.898.746	22.558.188	67.080.825	154.178.017

Em 31.12.2002							
PASSIVO EXTERNO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
Fundo Monetário Internacional - FMI	-	-	497.983	507.840	10.440.309	78.802.592	90.248.724
- Programa de Assistência Financeira	-	-	492.313	507.840	10.440.309	62.520.402	73.960.864
- Depósitos	-	-	-	-	-	14.562.113	14.562.113
- Alocações de DES	-	-	5.670	-	-	1.720.077	1.725.747
Plano Brasileiro de Financiamento	-	-	-	220.016	200.809	1.962.031	2.382.856
Dep. Outros Org. Financeiros	-	-	-	-	-	420.544	420.544
Internacionais	-	-	-	-	-	420.544	420.544
Convênios em Moedas Estrangeiras	6.101	94.192	-	18.149	-	97.777	216.219
Operações Forward	2.137.246	1.220.895	2.323.960	2.553.275	828.432	-	9.063.808
Operações Contratadas a Liquidar	4.936.751	-	-	-	-	-	4.936.751
Excesso de Posição Comprada	105.917	-	-	-	-	-	105.917
Outras	36.146	-	-	4.766	3.533	125.403	169.848
Total do Passivo Externo	7.222.161	1.315.087	2.821.943	3.304.046	11.473.083	81.408.347	107.544.667

Em 31.12.2001

ATIVO EXTERNO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
Disponibilidades	47.149	-	-	-	-	-	47.149
Ouro Monetário	301.658	-	-	-	-	-	301.658
Depósitos	11.441.441	14.235.712	7.219.675	3.565.729	4.404.864	-	40.867.421
- Curtíssimo Prazo	6.774.392	-	-	-	-	-	6.774.392
- Prazo Fixo	4.667.049	14.142.045	7.092.721	3.367.635	4.404.864	-	33.674.314
- Ouro	-	93.667	126.954	198.094	-	-	418.715
Títulos	-	-	-	-	-	46.359.495	46.359.495
- Notas	-	-	-	-	-	41.338.748	41.338.748
- Bônus	-	-	-	-	-	126.072	126.072
- Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	-	1.779.405	1.779.405
- Sob Gerenciamento Externo	-	-	-	-	-	3.115.270	3.115.270
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	181.904	-	42	-	-	181.946
Operações Contratadas a Liquidar	424.721	-	-	-	-	-	424.721
Outras	-	1.461	-	-	26.266	16.377	44.104
Total do Ativo Externo	12.214.969	14.419.077	7.219.675	3.565.771	4.431.130	46.375.872	88.226.494

Em 31.12.2001

PASSIVO EXTERNO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
Fundo Monetário Internacional - FMI	-	-	148.054	190.387	203.136	28.993.887	29.535.464
- Programa de Assistência Financeira	-	-	144.149	190.387	203.136	18.973.316	19.510.988
- Depósitos	-	-	-	-	-	8.973.484	8.973.484
- Alocações de DES	-	-	3.905	-	-	1.047.087	1.050.992
Plano Brasileiro de Financiamento	-	-	-	159.209	-	1.691.569	1.850.778
Dep. Outros Org. Financ. Internacionais	-	-	-	-	-	316.482	316.482
Convênios em Moedas Estrangeiras	2.466	110.123	-	2.722	-	63.122	178.433
Operações Contratadas a Liquidar	425.126	-	-	-	-	-	425.126
Excesso de Posição Comprada	4.359.498	-	-	-	-	-	4.359.498
Outras	34.468	-	-	1.081	-	77.555	113.104
Total do Passivo Externo	4.821.558	110.123	148.054	353.399	203.136	31.142.615	36.778.885

b) Operações segregadas por moeda:

Em 31.12.2002							
ATIVO EXTERNO	Moeda						Total
	US-Dólar	Euro	Iene	DES	Ouro	Outras	
Disponibilidades	41.558	631	1.242.599	922.780	-	1.617	2.209.185
Ouro Monetário	-	-	-	-	533.069	-	533.069
Depósitos	26.609.082	10.864.109	6.887.762	-	769.181	-	45.130.134
- Curtíssimo Prazo	5.974.517	718.689	-	-	-	-	6.693.206
- Prazo Fixo	20.634.565	10.145.420	6.887.762	-	-	-	37.667.747
- Ouro	-	-	-	-	769.181	-	769.181
Títulos	66.307.274	17.855.538	1.758.126	-	-	-	85.920.938
- Notas	50.587.757	16.094.062	-	-	-	-	66.681.819
- Bônus	-	344.815	-	-	-	-	344.815
- Dívida Externa Brasileira	10.521.499	1.416.661	1.758.126	-	-	-	13.696.286
- Sob Gerenciamento Externo	5.198.018	-	-	-	-	-	5.198.018
Convênios em Moedas Estrangeiras	239.789	-	-	-	-	-	239.789
Operações Forward	820.342	-	8.178.394	-	-	-	8.998.736
Venda de ME conjugada com recompra	6.980.220	-	-	-	-	-	6.980.220
Operações Contratadas a Liquidar	2.299.540	1.630.675	152.156	-	-	2.617	4.084.988
Outras	27.703	-	-	-	13.107	40.148	80.958
Total do Ativo Externo	103.325.508	30.350.953	18.219.037	922.780	1.315.357	44.382	154.178.017

Em 31.12.2002							
PASSIVO EXTERNO	Moeda						Total
	US-Dólar	Euro	Iene	DES	Ouro	Outras	
Fundo Monetário Internacional - FMI	-	-	-	90.246.866	-	1.858	90.248.724
- Programa de Assistência Financeira	-	-	-	73.960.864	-	-	73.960.864
- Depósitos	-	-	-	14.560.255	-	1.858	14.562.113
- Alocações de DES	-	-	-	1.725.747	-	-	1.725.747
Plano Brasileiro de Financiamento	2.367.021	5.622	-	-	-	10.213	2.382.856
Dep. Outros Org. Financeiros							
Internacionais	420.255	-	-	-	-	289	420.544
Convênios em Moedas Estrangeiras	216.219	-	-	-	-	-	216.219
Operações Forward	6.627.391	1.605.583	830.834	-	-	-	9.063.808
Operações Contratadas a Liquidar	3.421.595	1.184.014	331.142	-	-	-	4.936.751
Excesso de Posição Comprada	105.917	-	-	-	-	-	105.917
Outras	169.848	-	-	-	-	-	169.848
Total do Passivo Externo	13.328.246	2.795.219	1.161.976	90.246.866	-	12.360	107.544.667

Em 31.12.2001

ATIVO EXTERNO	Moeda						Total
	US-Dólar	Euro	lenc	DES	Ouro	Outras	
Disponibilidades	17.854	3.887	38	24.488	-	882	47.149
Ouro Monetário	-	-	-	-	301.658	-	301.658
Depósitos	32.053.538	2.179.377	6.215.791	-	418.715	-	40.867.421
- Curtíssimo Prazo	6.774.392	-	-	-	-	-	6.774.392
- Prazo Fixo	25.279.146	2.179.377	6.215.791	-	-	-	33.674.314
- Ouro	-	-	-	-	418.715	-	418.715
Títulos	37.960.153	8.399.342	-	-	-	-	46.359.495
- Notas	33.065.478	8.273.270	-	-	-	-	41.338.748
- Bônus	-	126.072	-	-	-	-	126.072
- Dívida Externa Brasileira	1.779.405	-	-	-	-	-	1.779.405
- Sob Gerenciamento Externo	3.115.270	-	-	-	-	-	3.115.270
Convênios em Moedas Estrangeiras	181.946	-	-	-	-	-	181.946
Operações Contratadas a Liquidar	301.548	113.631	9.542	-	-	-	424.721
Outras	27.737	-	-	-	16.367	-	44.104
Total do Ativo Externo	70.542.776	10.696.237	6.225.371	24.488	736.740	882	88.226.494

Em 31.12.2001

PASSIVO EXTERNO	Moeda						Total
	US-Dólar	Euro	lenc	DES	Ouro	Outras	
Fundo Monetário Internacional - FMI	-	-	-	29.533.575	-	1.889	29.535.464
- Programa de Assistência Financeira	-	-	-	19.510.988	-	-	19.510.988
- Depósitos	-	-	-	8.971.595	-	1.889	8.973.484
- Alocações de DES	-	-	-	1.050.992	-	-	1.050.992
Plano Brasileiro de Financiamento	1.841.177	3.140	-	-	-	6.461	1.850.778
Dep. Outros Org. Financ. Internacionais	316.466	-	-	-	-	16	316.482
Convênios em Moedas Estrangeiras	178.433	-	-	-	-	-	178.433
Operações Contratadas a Liquidar	301.652	113.912	9.562	-	-	-	425.126
Excesso de Posição Comprada	4.359.498	-	-	-	-	-	4.359.498
Outras	113.104	-	-	-	-	-	113.104
Total do Passivo Externo	7.110.330	117.052	9.562	29.533.575	-	8.366	36.778.885

c) Operações segregadas por moeda e vencimento:

Em 31.12.2002							
ATIVO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
US-Dólar	13.032.477	11.670.009	6.999.945	4.041.106	17.710.933	49.871.038	103.325.508
Euro	2.665.743	7.497.982	1.296.503	743.552	990.641	17.156.532	30.350.953
Iene	2.848.920	3.020.107	4.600.648	3.892.748	3.856.614	-	18.219.037
DES	922.780	-	-	-	-	-	922.780
Ouro	533.069	314.361	233.480	221.340	-	13.107	1.315.357
Outras	4.234	-	-	-	-	40.148	44.382
Total do Ativo Externo	20.007.223	22.502.459	13.130.576	8.898.746	22.558.188	67.080.825	154.178.017

Em 31.12.2002							
PASSIVO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
US-Dólar	4.781.109	728.098	2.065.990	2.220.429	942.977	2.589.643	13.328.246
Euro	1.279.076	586.989	257.970	575.777	89.797	5.610	2.795.219
DES	-	-	497.983	507.840	10.440.309	78.800.734	90.246.866
Iene	1.161.976	-	-	-	-	-	1.161.976
Outras	-	-	-	-	-	12.360	12.360
Total do Passivo Externo	7.222.161	1.315.087	2.821.943	3.304.046	11.473.083	81.408.347	107.544.667

Em 31.12.2001							
ATIVO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
US-Dólar	10.665.612	9.850.042	5.093.844	3.063.340	3.909.775	37.960.163	70.542.776
Euro	797.493	918.360	365.064	215.978	-	8.399.342	10.696.237
Iene	424.836	3.557.008	1.633.813	88.359	521.355	-	6.225.371
DES	24.488	-	-	-	-	-	24.488
Ouro	301.658	93.667	126.954	198.094	-	16.367	736.740
Outras	882	-	-	-	-	-	882
Total do Ativo Externo	12.214.969	14.419.077	7.219.675	3.565.771	4.431.130	46.375.872	88.226.494

Em 31.12.2001							
PASSIVO	Vencimento (Em dias)						Total
	0 a 7	8 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180	
US-Dólar	4.698.084	110.123	-	163.008	-	2.139.115	7.110.330
Euro	113.912	-	-	4	-	3.136	117.052
DES	-	-	148.054	190.387	203.136	28.991.998	29.533.575
Iene	9.562	-	-	-	-	-	9.562
Outras	-	-	-	-	-	8.366	8.366
Total do Passivo Externo	4.821.558	110.123	148.054	353.399	203.136	31.142.615	36.778.885

d) Operações segregadas por classificação de risco:

Em 31.12.2002								
ATIVO EXTERNO	Classificação de risco							Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	Outras (*)	
Disponibilidades	962.506	212	2.180	-	-	38	1.244.249	2.209.185
Ouro Monetário	405.558	-	-	-	-	9.408	118.103	533.069
Depósitos	4.974.478	8.821.210	6.225.514	13.243.206	5.542.183	529.875	5.793.668	45.130.134
- Curtíssimo Prazo	353.250	1.429.066	2.614.765	1.589.625	-	529.875	176.625	6.693.206
- Prazo Fixo	4.621.228	6.770.453	3.562.331	11.554.509	5.542.183	-	5.617.043	37.667.747
- Ouro	-	621.691	48.418	99.072	-	-	-	769.181
Títulos	61.095.154	1.289.237	8.970.950	869.311	-	-	13.696.286	85.920.938
- Notas	60.226.797	78.138	6.376.884	-	-	-	-	66.681.819
- Bônus	-	344.815	-	-	-	-	-	344.815
- Dívida Externa								
Brasileira	-	-	-	-	-	-	13.696.286	13.696.286
- Sob Gerenciamento								
Externo	868.357	866.284	2.594.066	869.311	-	-	-	5.198.018
Convênios em Moedas								
Estrangeiras	-	-	-	-	-	-	239.789	239.789
Operações Forward	665.683	1.327.019	1.976.247	2.310.294	-	1.741.412	978.081	8.998.736
Venda de ME conjugada com recompra	-	-	-	-	-	-	6.980.220	6.980.220
Operações Contratadas								
a Liquidar	354.295	497.167	1.079.469	640.146	181.160	1.320.301	12.450	4.084.988
Outras	-	-	-	-	-	-	80.958	80.958
Total do Ativo Externo	68.457.674	11.934.845	18.254.360	17.062.957	5.723.343	3.601.034	29.143.804	154.178.017

A coluna Outras inclui operações no mercado interno e operações com instituições com avaliação de risco A3.

Em 31.12.2001								
ATIVO EXTERNO	Classificação de risco							Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	Outras (*)	
Disponibilidades	40.964	140	298	-	-	630	5.117	47.149
Ouro Monetário	301.658	-	-	-	-	-	-	301.658
Depósitos	5.830.410	11.250.716	5.487.720	5.462.802	825.545	11.273.612	736.616	40.867.421
- Curtíssimo Prazo	1.855.680	-	2.667.540	-	-	2.251.172	-	6.774.392
- Prazo Fixo	3.915.236	10.891.495	2.820.180	5.462.802	825.545	9.022.440	736.616	33.674.314
- Ouro	59.494	359.221	-	-	-	-	-	418.715
Títulos	41.111.031	3.272.552	196.507	-	-	-	1.779.405	46.359.495
- Notas	37.869.689	3.272.552	196.507	-	-	-	-	41.338.748
- Bônus	126.072	-	-	-	-	-	-	126.072
- Dívida Externa								
Brasileira	-	-	-	-	-	-	1.779.405	1.779.405
- Sob Gerenciamento								
Externo	3.115.270	-	-	-	-	-	-	3.115.270
Convênios em Moedas								
Estrangeiras	-	-	-	-	-	-	181.946	181.946
Operações Contratadas								
a Liquidar	-	115.980	115.980	113.631	-	9.542	69.588	424.721
Outras	16.367	-	-	-	-	-	27.737	44.104
Total do Ativo Externo	47.300.430	14.639.388	5.800.505	5.576.433	825.545	11.283.784	2.800.409	88.226.494

A coluna Outras inclui operações no mercado interno e operações com instituições com avaliação de risco A3.

e) Operações segregadas por país ou área geográfica:

Em 31.12.2002						
ATIVO EXTERNO	País ou área geográfica					Total
	EUA e Canadá	Área do Euro	Inglaterra	Brasil	Outras (*)	
Disponibilidades	925.461	-	1.280	19.454	1.262.990	2.209.185
Ouro Monetário	-	-	9.408	523.661	-	533.069
Depósitos	11.810.586	20.340.692	7.098.955	-	5.879.901	45.130.134
- Curtíssimo Prazo	1.429.066	4.058.498	322.517	-	883.125	6.693.206
- Prazo Fixo	9.612.339	16.282.194	6.776.438	-	4.996.776	37.667.747
- Ouro	769.181	-	-	-	-	769.181
Títulos	49.087.844	19.483.587	1.931.194	13.696.286	1.722.027	85.920.938
- Notas	48.225.023	17.407.526	195.599	-	853.671	66.681.819
- Bônus	-	344.815	-	-	-	344.815
- Dívida Externa Brasileira	-	-	-	13.696.286	-	13.696.286
- Sob Gerenciamento Externo	862.821	1.731.246	1.735.595	-	868.356	5.198.018
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	239.789	239.789
Operações Forward	4.349.524	1.169.404	2.814.125	-	665.683	8.998.736
Venda de ME conjugada com recompra	-	-	-	6.980.220	-	6.980.220
Operações Contratadas a Liquidar	1.700.126	1.327.387	727.100	12.450	317.925	4.084.988
Outras	-	-	-	53.255	27.703	80.958
Total do Ativo Externo	67.873.541	42.321.070	12.582.062	21.285.326	10.116.018	154.178.017
(*) As operações a prazo fixo registradas em Outras incluem, principalmente, Suíça.						
Em 31.12.2002						
PASSIVO EXTERNO	País ou área geográfica					Total
	EUA e Canadá	Área do Euro	Inglaterra	Brasil	Outras	
Fundo Monetário Internacional - FMI	90.248.724	-	-	-	-	90.248.724
- Programa de Assistência Financeira	73.960.864	-	-	-	-	73.960.864
- Depósitos	14.562.113	-	-	-	-	14.562.113
- Alocações de DES	1.725.747	-	-	-	-	1.725.747
Plano Brasileiro de Financiamento	2.367.021	5.622	3	-	10.210	2.382.856
Dep. Outros Org. Financeiros						
Internacionais	420.544	-	-	-	-	420.544
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	216.219	216.219
Operações Forward	4.426.585	1.165.061	2.821.553	-	650.609	9.063.808
Operações Contratadas a Liquidar	1.544.887	1.062.131	728.394	860.253	741.086	4.936.751
Excesso de Posição Comprada	-	-	-	105.917	-	105.917
Outras	133.909	300	682	7.031	27.926	169.848
Total do Passivo Externo	99.141.670	2.233.114	3.550.632	973.201	1.646.050	107.544.667

Em 31.12.2001

ATIVO EXTERNO	País ou área geográfica					Total
	EUA e Canadá	Área do Euro	Inglaterra	Brasil	Outras (*)	
Disponibilidades	26.451	145	4.182	3.102	13.269	47.149
Ouro Monetário	-	-	13.683	287.975	-	301.658
Depósitos	13.919.296	20.863.281	4.482.989	-	1.601.855	40.867.421
- Curtíssimo Prazo	3.540.869	2.421.662	811.861	-	-	6.774.392
- Prazo Fixo	9.959.712	18.441.619	3.671.128	-	1.601.855	33.674.314
- Ouro	418.715	-	-	-	-	418.715
Títulos	32.604.382	10.126.668	1.037.629	1.779.405	811.411	46.359.495
- Notas	32.081.557	8.966.573	-	-	290.618	41.338.748
- Bônus	-	126.072	-	-	-	126.072
- Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.779.405	-	1.779.405
- Sob Gerenciamento Externo	522.825	1.034.023	1.037.629	-	520.793	3.115.270
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	181.946	181.946
Operações Contratadas a Liquidar	-	345.591	9.542	-	69.588	424.721
Outras	-	-	-	16.367	27.737	44.104
Total do Ativo Externo	46.550.129	31.335.685	5.548.025	2.086.849	2.705.806	88.226.494

(*) As operações a prazo fixo registradas em Outras incluem, principalmente, Suíça.

Em 31.12.2001

PASSIVO EXTERNO	País ou área geográfica					Total
	EUA e Canadá	Área do Euro	Inglaterra	Brasil	Outras	
Fundo Monetário Internacional - FMI	29.535.464	-	-	-	-	29.535.464
- Programa de Assistência Financeira	19.510.988	-	-	-	-	19.510.988
- Depósitos	8.973.484	-	-	-	-	8.973.484
- Alocações de DES	1.050.992	-	-	-	-	1.050.992
Plano Brasileiro de Financiamento	1.847.636	3.140	2	-	-	1.850.778
Dep. Outros Org. Financ. Internacionais	316.482	-	-	-	-	316.482
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	178.433	178.433
Operações Contratadas a Liquidar	-	229.933	125.581	-	69.612	425.126
Excesso de Posição Comprada	-	-	-	4.359.498	-	4.359.498
Outras	78.781	187	1.903	3.324	28.909	113.104
Total do Passivo Externo	31.778.363	233.260	127.486	4.362.822	276.954	36.778.885

f) Operações segregadas por contraparte:

Em 31.12.2002						
ATIVO EXTERNO	Contraparte					Total
	Instituições Financeiras	Países		Instituições Supranacionais	Outras	
		Tesouro	Agências			
Disponibilidades	1.246.679	-	-	942.741	19.765	2.209.185
Ouro Monetário	127.498	-	-	405.571	-	533.069
Depósitos	42.832.252	353.250	-	1.944.632	-	45.130.134
- Curtíssimo Prazo	6.339.956	353.250	-	-	-	6.693.206
- Prazo Fixo	35.723.115	-	-	1.944.632	-	37.667.747
- Ouro	769.181	-	-	-	-	769.181
Títulos	4.329.661	71.683.118	5.481.517	4.426.642	-	85.920.938
- Notas	-	57.642.017	5.481.517	3.558.285	-	66.681.819
- Bônus	-	344.815	-	-	-	344.815
- Dívida Externa Brasileira	-	13.696.286	-	-	-	13.696.286
- Sob Gerenciamento Externo	4.329.661	-	-	868.357	-	5.198.018
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	239.789	239.789
Operações Forward	8.998.736	-	-	-	-	8.998.736
Venda de ME conjugada com recompra	6.980.220	-	-	-	-	6.980.220
Operações Contratadas a Liquidar	3.419.305	-	-	665.683	-	4.084.988
Outras	-	-	-	-	80.958	80.958
Total do Ativo Externo	67.934.351	72.036.368	5.481.517	8.385.269	340.512	154.178.017
Em 31.12.2002						
PASSIVO EXTERNO	Contraparte					Total
	Instituições Financeiras	Países		Instituições Supranacionais	Outras	
		Tesouro	Agências			
Fundo Monetário Internacional - FMI	-	-	-	90.248.724	-	90.248.724
- Programa de Assistência Financeira	-	-	-	73.960.864	-	73.960.864
- Depósitos	-	-	-	14.562.113	-	14.562.113
- Alocações de DES	-	-	-	1.725.747	-	1.725.747
Plano Brasileiro de Financiamento	2.367.079	-	15.777	-	-	2.382.856
Dep. Outros Org. Financeiros						
Internacionais	-	-	-	420.544	-	420.544
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	216.219	216.219
Operações Forward	8.413.200	-	-	650.608	-	9.063.808
Operações Contratadas a Liquidar	4.924.299	12.452	-	-	-	4.936.751
Excesso de Posição Comprada	105.917	-	-	-	-	105.917
Outras	36.146	-	-	86.774	46.928	169.848
Total do Passivo Externo	15.846.641	12.452	15.777	91.406.650	263.147	107.544.667

Em 31.12.2001

ATIVO EXTERNO	Contraparte					Total
	Instituições Financeiras	Países		Instituições Supranacionais	Outras	
		Tesouro	Agências			
Disponibilidades	6.457	-	-	37.590	3.102	47.149
Ouro Monetário	75.120	-	-	-	226.538	301.658
Depósitos	39.707.091	231.960	-	928.370	-	40.867.421
- Curtíssimo Prazo	6.542.432	231.960	-	-	-	6.774.392
- Prazo Fixo	32.745.944	-	-	928.370	-	33.674.314
- Ouro	418.715	-	-	-	-	418.715
Títulos	2.594.477	36.125.099	4.847.222	2.792.697	-	46.359.495
- Notas	-	34.219.622	4.847.222	2.271.904	-	41.338.748
- Bônus	-	126.072	-	-	-	126.072
- Dívida Externa Brasileira	-	1.779.405	-	-	-	1.779.405
- Sob Gerenciamento Externo	2.594.477	-	-	520.793	-	3.115.270
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	181.946	181.946
Operações Contratadas a Liquidar	424.721	-	-	-	-	424.721
Outras	27.727	-	-	-	16.377	44.104
Total do Ativo Externo	42.835.593	36.357.059	4.847.222	3.758.657	427.963	88.226.494

Em 31.12.2001

PASSIVO EXTERNO	Contraparte					Total
	Instituições Financeiras	Países		Instituições Supranacionais	Outras	
		Tesouro	Agências			
Fundo Monetário Internacional - FMI	-	-	-	29.535.464	-	29.535.464
- Programa de Assistência Financeira	-	-	-	19.510.988	-	19.510.988
- Depósitos	-	-	-	8.973.484	-	8.973.484
- Alocações de DES	-	-	-	1.050.992	-	1.050.992
Plano Brasileiro de Financiamento	1.841.215	-	9.563	-	-	1.850.778
Dep. Outros Org. Financ. Internacionais	-	-	-	316.482	-	316.482
Convênios em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-	178.433	178.433
Operações Contratadas a Liquidar	425.126	-	-	-	-	425.126
Excesso de Posição Comprada	4.359.498	-	-	-	-	4.359.498
Outras	34.298	-	-	47.614	31.192	113.104
Total do Passivo Externo	6.660.137	-	9.563	29.899.560	209.625	36.778.885

Nota 6 – TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Na execução da política monetária, o Banco Central utiliza títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e de emissão própria. Ressalte-se que, desde 5 de maio de 2002, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco Central não emite títulos de responsabilidade própria. Os principais títulos são:

- a) Letra do Tesouro Nacional - LTN: rendimento prefixado definido pelo deságio;
- b) Letra Financeira do Tesouro - LFT: rendimento pós-fixado definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic (taxa Selic);
- c) Letra Financeira do Tesouro Série A - LFT-A: taxa Selic, acrescida de 0,0245% a.m.;
- d) Letra Financeira do Tesouro Série B - LFT-B: taxa Selic;
- e) Nota do Tesouro Nacional Série D - NTN-D: atualizada pela cotação de venda do dólar dos Estados Unidos da América e com pagamento de juros semestrais;
- f) Nota do Banco Central - Séries Especial e Flutuante (NBC-E e NBC-F, respectivamente): atualizadas pela cotação de venda do dólar dos Estados Unidos da América e com pagamento de juros semestrais.

Além dos títulos utilizados na execução da política monetária, em 31 de dezembro o Banco Central possuía os seguintes:

- a) Nota do Tesouro Nacional Série P - NTN-P: título nominativo e inegociável, atualizado pela TR e com juros de 6% a.a., pagos na data do resgate e prazo mínimo de quinze anos, a contar da data da liquidação financeira da alienação ocorrida no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND;
- b) Créditos Securitizados - CVS: divide-se em CVSA, CVSB, CVSC e CVSD, sendo os CVSA e CVSC corrigidos pela TR + 6,17% a.a. e os CVSB e CVSD pela TR + 3,12% a.a., capitalizados mensalmente, sendo os juros pagos mensalmente a partir de 1º de janeiro de 2005, amortização a partir de 1º de janeiro de 2009 e prazo final em 1º de janeiro de 2027.

A seguir é apresentada a carteira de títulos segregada pelo prazo de vencimento e pela forma de avaliação.

a) Títulos segregados por prazo:

Em 31.12.2002						
	Vencimentos (em meses)					Total
	até 6	de 7 a 18	de 19 a 30	de 31 a 42	acima de 42	
Livres	20.282.277	50.226.159	32.259.062	24.507.126	35.376.943	162.651.567
LTN	12.928.843	3.029.166	4.036.512	-	-	19.994.521
LFT	5.385.074	31.236.932	14.112.282	6.644.441	6.501.235	63.879.964
LFT-B	611.575	2.352.503	1.498.675	166.517	92.784	4.722.054
NTN-D	1.356.785	13.607.558	12.611.593	17.696.168	27.970.007	73.242.111
NTN-P	-	-	-	-	4.985	4.985
CVS	-	-	-	-	807.932	807.932
Vinculados à Recompra	23.368.889	45.054.432	5.228.444	-	6.632.958	80.284.723
LTN	3.171.584	16.246.209	3.150.936	-	-	22.568.729
LFT	20.197.305	28.808.223	2.077.508	-	6.632.958	57.715.994
Garantias Op. de Swap	4.118.559	4.564.906	15.705.259	3.094.027	-	27.482.751
LFT	4.118.559	975.728	9.291.962	3.094.027	-	17.480.276
NTN-D	-	3.589.178	6.413.297	-	-	10.002.475
Total do Ativo	47.769.725	99.845.497	53.192.765	27.601.153	42.009.901	270.419.041
NBCE	21.434.867	17.686.819	9.740.612	7.858.593	10.300.503	67.021.394
Total do Passivo	21.434.867	17.686.819	9.740.612	7.858.593	10.300.503	67.021.394
Em 31.12.2001						
	Vencimentos em meses					Total
	até 6	de 7 a 18	de 19 a 30	de 31 a 42	acima de 42	
Livres	22.712.002	15.646.536	22.157.600	15.220.185	98.378.260	174.114.583
LTN	22.664.962	4.707.462	-	-	-	27.372.424
LFT	-	5.963.575	15.383.645	3.723.907	12.512.389	37.583.516
LFT-A	-	-	-	-	63.392.310	63.392.310
LFT-B	47.040	93.911	93.685	85.681	286.880	607.197
NTN-D	-	4.881.588	6.680.270	11.410.597	19.390.966	42.363.421
NTN-P	-	-	-	-	3.238	3.238
NTN-A10	-	-	-	-	1.835.529	1.835.529
CVS	-	-	-	-	956.948	956.948
Vinculados à Recompra	152.403	392.934	9.884.728	3.309.600	-	13.739.665
LTN	152.403	392.934	-	-	-	545.337
LFT	-	-	9.884.728	3.309.600	-	13.194.328
Total do Ativo	22.864.405	16.039.470	32.042.328	18.529.785	98.378.260	187.854.248
NBCF	-	1.494.139	-	-	-	1.494.139
NBCE	30.333.281	49.495.766	21.112.115	9.248.432	14.224.704	124.414.298
Total do Passivo	30.333.281	50.989.905	21.112.115	9.248.432	14.224.704	125.908.437

b) Títulos segregados por forma de avaliação:

	2002			2001		
	Custo	Ajuste	Mercado	Custo	Ajuste	Mercado
Para negociação	228.640.490	(8.714.329)	219.926.161	185.552.005	466.714	186.018.719
LTN	45.739.005	(3.175.755)	42.563.250	27.940.421	(22.660)	27.917.761
LFT	138.423.555	652.679	139.076.234	50.898.736	(120.892)	50.777.844
LFT-A	-	-	-	63.385.736	6.574	63.392.310
LFT-B	4.682.325	39.729	4.722.054	611.939	(4.742)	607.197
NTN-D	38.118.082	(5.361.391)	32.756.691	41.167.520	1.195.901	42.363.421
NTN-P	-	-	-	4.574	(1.336)	3.238
CVS	1.677.523	(869.591)	807.932	1.543.079	(586.131)	956.948
Até o vencimento	50.492.880	-	50.492.880	1.835.529	-	1.835.529
NTN-D	50.487.895	-	50.487.895	-	-	-
NTN-A10	-	-	-	1.835.529	-	1.835.529
NTN-P	4.985	-	4.985	-	-	-

A carteira de títulos de emissão do Tesouro passou, a partir de junho, a ser classificada em “para negociação” (avaliados a mercado) e “mantidos até o vencimento” (avaliados pela curva), buscando adequar a contabilidade do Banco Central aos padrões internacionais.

O resultado das operações com títulos no 2º semestre, considerando inclusive os ajustes a valor de mercado, foi positivo em R\$7.827.627.

c) Operações de Swap:

A partir de abril, também como instrumento de políticas monetária e cambial, conforme autorização do CMN, o Banco Central passou a realizar operações de *swap* referenciadas em taxas de juros e em variação cambial.

Tais operações são registradas na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, sendo que, nas posições compradas, o Banco Central está ativo em taxa de juros, representada pela taxa dos Depósitos Interfinanceiros - DI, e passivo em variação cambial mais taxa de juros, representativa de cupom cambial. Inversamente, nas posições em que o Banco Central está vendido, está ativo em variação cambial mais cupom cambial e passivo em taxa de juros (DI).

O Banco negocia três espécies de contratos:

- SCC: contratos com ajuste financeiro diário e Preço Unitário - PU de US\$ 50 mil;
- SC2: contratos com ajuste financeiro na data de liquidação e PU de US\$ 1 mil;
- SC3: contratos com ajuste financeiro diário e PU de US\$ 1 mil.

O resultado das operações de *Swap* foi negativo em R\$14.189.554.

Em 31.12.2002

Vencimento (em dias)	Comprada			Total	Vendida SCC
	SCC	SC2	SC3		
0 - 180	37.717.178	13.691.395	5.370.758	56.779.331	3.935.730
181 - 360	3.272.764	4.663.660	5.452.444	13.388.868	4.728.799
361 - 720	8.716.393	4.767.663	2.761.811	16.245.867	3.894.045
> 720	14.587.744	2.125.407	528.870	17.242.021	-
Total	64.294.079	25.248.125	14.113.883	103.656.087	12.558.574

Nota 7 – CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

a) Créditos a Receber

	31.12.2002		31.12.2001	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
1) Instituições				
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	14.294.669	(5.031.884)	13.905.984	(3.922.266)
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	9.010.594	(1.594.526)	8.765.588	(766.525)
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.481.619	(1.044.505)	2.414.142	(1.278.474)
Banco Pontual - Em Liquidação Extrajudicial	732.936	(732.936)	777.560	(777.560)
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	494.383	-	480.940	-
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	566.922	(304.970)	551.507	(295.551)
Banco do Estado de Alagoas - Em Liq. Extrajudicial	-	-	327.625	(262.582)
Banco Crefisul - Em Falência	87.729	(87.729)	171.663	(70.385)
Banco Banfort - Em Liquidação Extrajudicial	114.844	(83.284)	111.722	(84.283)
Outras Instituições em Liquidação	97.198	(89.904)	106.294	(90.774)
SOMA 1	27.880.894	(8.969.738)	27.613.025	(7.548.400)
2) Demais Créditos				
FCVS	755.720	-	895.273	-
Estados	-	-	4.329.186	-
Outras operações	14.254	(6.850)	30.173	(5.269)
SOMA 2	769.974	(6.850)	5.254.632	(5.269)
TOTAL (1 + 2)	28.650.868	(8.976.588)	32.867.657	(7.553.669)

Especificamente quanto às instituições em liquidação, em consonância com os critérios de provisionamento descritos na **Nota 3.g**, o Banco Central promove acompanhamento contínuo sobre a qualidade dos ativos mantidos pelas instituições, bem como negociações para viabilizar a conclusão dos processos de liquidação. Dessa forma, o saldo dos créditos a receber, líquido das provisões constituídas, representa a melhor estimativa de realização desses ativos. Em relação às variações observadas nas provisões dessas instituições, cabem ainda as seguintes observações:

- o aumento nas provisões do Banco Nacional decorreu, em grande parte, da mudança no critério de avaliação dos FCVS, títulos que representam uma grande parcela da carteira da instituição, enquanto nas provisões do Banco Econômico - em Liquidação Extrajudicial, o motivo foi, principalmente, a desvalorização dos títulos cambiais pertencentes à sua carteira;
- o Banco do Estado de Alagoas – Em Liquidação Extrajudicial efetuou a quitação de sua dívida, no valor de R\$ 334.261, encerrando a liquidação extrajudicial;
- o Banco Crefisul - Em Liquidação Extrajudicial pagou R\$87.000 de sua dívida, tendo sua falência sido decretada em 24.10.2002;
- o Banco Pontual efetuou o pagamento de R\$65.000 de sua dívida;
- as variações nas provisões das outras instituições em liquidação extrajudicial decorreram da evolução normal da situação patrimonial.

Quanto aos demais créditos, cabe esclarecer que:

- a redução do valor do FCVS decorre da alteração da taxa de desconto utilizada para o cálculo do seu valor presente (**Nota 3.f**);
- os créditos com Estados foram negociados com o Tesouro Nacional em agosto de 2002.

b) Títulos a Receber:

Composto, principalmente, por garantias recebidas em operações com instituições financeiras, sendo remuneradas pela TR, com amortizações mensais e vencimento final em 2004 e avaliados a valor presente de acordo com o disposto na **Nota 3.f**.

Quadro de Títulos a Receber	2002		2001	
	saldo	provisão	saldo	provisão
Cédulas Hipotecárias	9.453	-	9.491	-
Notas Promissórias	1.117.800	(150.990)	1.491.754	(136.369)
Total	1.127.253	(150.990)	1.501.245	(136.369)

c) Resultado

O resultado das operações com créditos e títulos a receber foi uma receita líquida de R\$368.059, que, acrescido das despesas com provisões, totaliza uma despesa de R\$307.121.

d) Eventos Subseqüentes

Durante o mês de janeiro de 2003, foram recebidas as seguintes amortizações de dívidas de instituições em liquidação extrajudicial, com recursos decorrentes de resgate de títulos públicos federais depositados no Banco Central (**Nota 12**):

Data	Instituição	Valor
27/jan	Banco Mercantil - Em liquidação extrajudicial	100.000
29/jan	Banco Nacional - Em liquidação Extrajudicial	500.000
29/jan	Banco Econômico - Em liquidação extrajudicial	2.200.000

Nota 8 – OPERAÇÕES COM A CENTRUS

Com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 449, de 22.11.1996 (**Nota 9.d**), os servidores do Banco Central foram enquadrados no Regime Jurídico Único - RJU, sendo tal medida retroativa a 11.12.1990. A Lei 9.650 que regulamentou tal medida determinou que:

- a) a Centrus passasse a administrar os recursos provenientes de contribuições patronais para a previdência privada, efetuadas pelo Banco até dezembro de 1990, referentes aos servidores alcançados pelo RJU. Tais recursos são corrigidos pela taxa média da rentabilidade dos ativos daquela Fundação e estão registrados no ativo do Banco Central na rubrica “Recursos Administrados pela Centrus”;
- b) o Banco Central integralizasse reservas matemáticas a fim de possibilitar à Centrus a assunção integral das aposentadorias e pensões efetivadas até dezembro de 1990, sob o Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Esse valor, constante no passivo do Banco Central em “Valores a Pagar - Centrus”, vem sendo atualizado pelo IGP-M mais 6% ao ano e sua integralização está sendo feita em parcelas anuais e consecutivas de, no mínimo, um décimo do saldo original corrigido, mediante autorização na Lei de Orçamento Anual. No momento desse registro e em atenção à legislação orçamentária, o Banco Central não levou tal despesa ao resultado, tendo sido utilizada a rubrica “Despesas Antecipadas ou a Apropriar”. Entretanto, buscando atender

completamente o regime de competência, o Banco Central registrou tal saldo na adequada conta de resultado em junho de 2002;

- c) o Banco permanecesse efetuando as contribuições patronais, o que levou ao registro de “Provisão para Passivo Atuarial”, no valor de R\$181.288, calculado de acordo com as seguintes premissas:

Taxa de juros:	6% a a.
Alíquota de contribuição do servidor inativo	15% a a.
Alíquota de contribuição do patrocinador	15% a a.
Tábuas atuariais – GAM – 71, IAPC e Álvaro Vindas	
Quantidade de servidores inativos	1.147

Nota 9 – OPERAÇÕES COM O TESOIRO NACIONAL

a) Depósitos à Ordem do Governo Federal:

Por força do disposto no parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central e remuneradas pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central, de acordo com o art. 1º da MP 2.179. Tal remuneração é calculada diariamente e capitalizada no último dia do decêndio posterior. No semestre a taxa alcançou 18,51%.

b) Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Transferir:

O saldo existente neste item refere-se à parcela de remuneração, positiva ou negativa, contabilizada no último decêndio de dezembro e transferida à conta “Depósitos à Ordem do Governo Federal” no último dia do decêndio seguinte.

c) Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional / Resultado a Transferir ao Tesouro Nacional:

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a MP 2.179, o resultado positivo apurado pelo Banco Central, após a constituição ou reversão de reservas, constitui obrigação do Banco para com a União, devendo ser transferido até o 10º dia útil após a aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Se negativo esse resultado constitui-se em crédito do Banco frente à União, devendo ser pago até o 10º dia útil do ano subsequente ao da aprovação das demonstrações. Em ambas as situações, tais valores devem ser corrigidos pelos mesmos índices aplicados à conta “Depósitos à Ordem do Governo Federal”.

Em 31.12.2002, o saldo a ser coberto totalizou R\$19.161.634, sendo R\$6.279.429 referentes ao resultado apurado no 2º semestre, já reduzida a realização da Reserva de Reavaliação, e R\$12.882.205 composto pelo resultado do 1º semestre e a respectiva remuneração. O saldo registrado em 2001 na rubrica “Resultado a Transferir” refere-se ao resultado apurado no 2º semestre de 2001. Cabe ressaltar que, em 17 de janeiro, o Tesouro Nacional efetuou o pagamento, em títulos, de R\$11.963.697 mil referentes a parte do resultado do 1º semestre de 2002.

d) Acerto de Contribuições - Lei 9.650:

Também em decorrência da ADIN 449 (**Nota 8**), no período compreendido entre 11.12.1990 e a data do julgamento da ADIN, todos os pagamentos e recolhimentos devidos pelo Banco Central ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e à Secretaria da Receita Federal - SRF tiveram de ser revistos.

A Lei 9.650, editada em 27.5.1998, com as alterações introduzidas pela MP 45/2002, de 25.6.2002, buscou regularizar tal situação e determinou, entre outras providências, que fosse efetuado acerto de contas entre o Banco Central, o INSS, a SRF e os servidores do Banco Central, referente às contribuições ao Plano de Seguridade Social do Servidor, ao INSS e aos saldos do FGTS. Esse acerto incluiu a devolução de recursos prevista na ação rescisória 8/94 - TRT / 10ª região e resultou em saldos a receber e a pagar entre as partes, que se encontram registrados nas rubricas “Acerto de Contribuições - Lei 9.650”.

Entretanto, com a rejeição, pelo Congresso Nacional, da MP 45, deve-se aguardar a publicação do decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes da medida provisória ou, na sua ausência, o transcurso do prazo previsto no art. 62, § 11, da Constituição, para, então, prosseguir com o acerto de contas, retificando ou ratificando os valores.

e) Relacionamento Financeiro com o Tesouro Nacional:

	31.12.2002	31.12.2001
Saldos Devedores	300.436.089	193.255.343
Notas do Tesouro Nacional - NTNs (Nota 4)	88.610.962	43.007.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs (Nota 4)	143.105.880	114.896.411
Letras do Tesouro Nacional - LTNs (Nota 4)	45.739.005	27.940.421
Créditos Securitizados - CVS (Nota 4)	1.677.523	1.543.079
Fundo de Compensações de Variações Salariais - FCVS	1.576.344	1.450.465
Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional (Nota 9.c)	19.161.634	4.368.845
Depósitos Judiciais em nome do Tesouro Nacional	3.701	3.701
Acerto de Contribuições - Lei 9.650 (Nota 9.d)	523.478	-
PND - Bancos Estaduais	7.328	24.903
Créditos Sujeitos a Ressarcimento	30.234	19.852
Impostos e Contribuições, a Recuperar	-	43
Saldos Credores	89.401.664	82.379.277
Depósitos à Ordem do Governo Federal (Nota 9.a)	88.526.786	82.205.875
Acerto de Contribuições - Lei 9.650 (Nota 9.d)	230.731	-
Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Transferir (Nota 9.b)	588.421	125.222
Depósitos em Moedas Estrangeiras - Clube de Paris	10.210	6.459
Recursos Vinculados à Administração das Garantias da Dívida Externa	17.667	11.602
Depósitos Decorrentes de Decisão Judicial	9.413	9.156
Disponível da Reserva Monetária	45	129
Impostos e Contribuições, a Recolher	18.391	20.834

Obs.: Os valores acima não consideram eventuais ajustes a valor de mercado/presente e provisões.

f) Fluxo Financeiro com o Tesouro Nacional:

Inclui apenas as movimentações da conta Depósitos à Ordem do Governo Federal decorrentes das operações ativas e passivas do Banco Central.

	2º sem/2002	Exercício 2002	Exercício 2001
Títulos Públicos Federais	5.262.180	10.737.106	3.545.217
Aquisição	(60.746.049)	(84.336.866)	(55.609.179)
Resgate	60.978.960	85.811.648	54.298.566
Juros	5.029.269	9.262.324	4.855.830
Recolhimentos Diversos	(19.495.780)	(39.750.277)	(13.361.347)
Remuneração das Disponibilidades	(19.495.780)	(34.244.552)	(12.221.062)
Transferência do Resultado - Dez/2001	-	(5.505.725)	(1.137.615)
Transferência de Dívida Externa - Resolução 1.564/89	-	-	(2.670)
Fluxo Financeiro Líquido	(14.233.600)	(29.013.171)	(9.816.130)

O resultado da remuneração das contas do Tesouro Nacional (disponibilidades e resultado a compensar) foi negativo em R\$16.717.294 no segundo semestre de 2002.

Nota 10 – ADIANTAMENTO SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO DE EXPORTAÇÃO

Os “Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio de Exportação” decorrem de leilões realizados no mercado doméstico para a contratação de operações de câmbio interbancárias de venda de dólares, vinculadas à concessão, pelas instituições financeiras, de adiantamentos sobre contratos de câmbio exportação.

A entrega dos dólares americanos pelo Banco Central do Brasil foi realizada no prazo estipulado pelo leilão (máximo de 185 dias) e a entrega dos reais por parte do banco comprador ocorre na data futura prevista para a liquidação dos contratos de câmbio interbancários.

Ao valor em reais a ser pago ao Banco Central na data da liquidação dos contratos de câmbio é acrescentada a correção cambial observada no período e aplicada uma taxa de aceite sobre o valor do principal corrigido.

O quadro a seguir apresenta os valores dos contratos em aberto por prazo de vencimento:

Vencimento	Valor dos contratos em aberto
Fevereiro/2003	2.203.527
Março/2003	2.309.766
Abril/2003	800.663
Total	5.313.956

Nota 11 – DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os depósitos de instituições financeiras no Banco Central são integrados, principalmente, pelos recolhimentos compulsórios, um dos instrumentos de política monetária, que têm a função de limitar a capacidade de empréstimo por parte dessas instituições.

Tais depósitos podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, caso em que é gerado o registro em conta retificadora, uma vez que os títulos permanecem registrados no Selic em nome da instituição depositante, porém vinculados ao cumprimento das exigibilidades. Os principais depósitos exigidos atualmente são:

- a) sobre recursos à vista – recolhimento em espécie com alíquota de 45% e sem remuneração;
- b) sobre depósitos de poupança – recolhimento em espécie, teve sua alíquota alterada de 15% para 20% durante o ano de 2002, sendo remunerados com base na TR + 6,17% ao ano, para as modalidades de poupança livre, pecúlio e rural, e na TR + 3,00% ao ano, para a modalidade de poupança vinculada;
- c) exigibilidade adicional – compulsório adicional sobre a soma dos recursos à vista (alíquota de 8%), a prazo (alíquota de 10%) e depósitos de poupança (alíquota de 8%), deduzidos R\$100.000, com recolhimento em espécie e remunerados pela taxa Selic, tendo sido instituído no exercício de 2002;
- d) sobre recursos a prazo – recolhimento em títulos públicos registrados no Selic, teve sua alíquota alterada de 10% para 15% durante o ano de 2002;
- e) sobre depósitos judiciais – recolhimento em títulos públicos registrados no Selic, sendo adotado o menor valor entre 60% do saldo atual ou 100% dos acréscimos aos saldos dos depósitos judiciais na data-base de 30 de junho de 1994, atualizado.

A despesa com a remuneração dos depósitos de instituições financeiras totalizou R\$2.548.710.

Nota 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS EM GARANTIA DE OPERAÇÕES

Referem-se a recursos de instituições financeiras em liquidação extrajudicial, originários do recebimento de garantias de operações anteriores à decretação do regime de liquidação. Esses recursos permanecem depositados no Banco Central e são aplicados em títulos públicos para resguardar a manutenção de seu valor, o que leva ao registro em conta retificadora.

Nota 13 - PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO E PRECATÓRIOS A PAGAR

Segundo dispõe o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional 30, de 13 de setembro de 2000, os pagamentos de precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31.12.1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em 2002 o Banco registrou uma despesa de R\$36.219 referente aos precatórios pagos no exercício e, com a adoção integral do regime de competência (**Nota 3.b**), registrou também os passivos referentes aos saldos a serem pagos conforme autorização orçamentária nos exercícios seguintes, conforme quadro a seguir:

Ano	Quantidade	Valor
2003	213	21.174
2004	136	18.807
2005	108	18.139
2006	89	17.843
2007	83	17.625
2008	67	17.392
2009	59	17.300
2010	53	17.152
2011	30	6.152
2012	13	1.192
Subtotal		152.776
Precatórios suspensos	5	266.899
Total		419.675

Na posição de 31.12.2002, o Banco Central era parte em 56.278 ações, discriminadas a seguir conforme a natureza da ação e da causa:

Natureza da Ação	Quantidade	Natureza da Causa	Quantidade
Ação Ordinária	38.158	Plano Collor	40.578
Medida Cautelar	3.393	S F H / FGTS	2944
Agravo de Instrumento	4.762	Contrato de Trabalho/Política Salarial	918
Mandado de Segurança	1.822	Inst. Em Regimes Especiais/Indenização	1916
Ação Declaratória	2.241	Contratos Administrativos	240
Execução Fiscal	1.487	Crédito Rural - PROAGRO	720
Reclamação Trabalhista	918	CADIN - CADIP - SERASA	408
Embargos à Execução	1.522	Contratos de Câmbio/Tributos/Compulsório	1197
Ação Sumária	224	Servidor Público	187
Ação Civil Pública	235	Dívida Ativa	1.617
Ação de Consignação	130	Consórcio	429
Ação Rescisória	107	Título da Dívida Pública	227
Suspensão de Segurança	63	Outros	4.897
Impugnação ao Valor da Causa	118	Total	56.278
Alvará Judicial	36		
Ação de Depósito	56		
Ação Popular	81		
Habeas Data	47		
Ação de Falência	530		
Exceção de Incompetência	192		
Outros	156		
Total	56.278		

Diante da possibilidade de impacto patrimonial pelo resultado das ações, o Banco Central está procedendo a avaliação das contingências judiciais para o registro de provisão para perdas com base em sua expectativa de ocorrência. Como resultado dessa avaliação, foi registrada uma provisão no valor de R\$558.811, referentes a 781 ações com decisão de mérito desfavorável à Autarquia e transitadas em julgado - desses, R\$406.063 já haviam sido objeto de depósito judicial. Quanto às demais ações em que o Banco figura no pólo passivo, cabem as seguintes observações:

- a) as ações estão sendo avaliadas quanto ao risco envolvido;
- b) as ações referentes ao Plano Collor referem-se ao indexador a ser utilizado na atualização dos cruzados novos, e tendo em vista decisão favorável ao Banco no Superior Tribunal de Justiça (REsp 124864, DJ de 28.9.1998) e no Supremo Tribunal Federal (RE 206048, DJ de 19.10.2001), considera-se que o efeito financeiro delas decorrente será residual;
- c) as medidas cautelares, agravos de instrumento, mandados de segurança, ações civis públicas, ações de consignação, suspensões de segurança, impugnações ao valor da causa, alvarás judiciais, ações de depósito, ações populares, *habeas data*, ações de falência e execuções de incompetência, de ordinário, não implicam repercussão econômico-financeira contra o Banco Central, razão por que não foram avaliados no exercício de 2002.

Nota 14 – MEIO CIRCULANTE

O Meio Circulante representa o saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

A distribuição de cédulas e moedas por denominações, em circulação em 31 de dezembro, era a seguinte:

	2002		2001	
	Em unidades	Em R\$ mil	Em unidades	Em R\$ mil
Cédulas	2.858.910.386	48.871.098	2.240.098.164	36.732.769
R\$1,00	874.582.343	874.582	754.589.199	754.589
R\$2,00	140.941.712	281.883	16.455.532	32.911
R\$5,00	234.829.259	1.174.146	211.522.722	1.057.614
R\$10,00	809.990.278	8.099.904	716.895.464	7.168.955
R\$20,00	84.133.543	1.682.671	-	-
R\$50,00	693.708.259	34.685.413	526.896.501	26.344.825
R\$100,00	20.724.992	2.072.499	13.738.746	1.373.875
Moedas	8.007.342.037	1.059.432	7.286.407.233	935.620
R\$0,01	2.754.920.763	27.549	2.570.139.168	25.701
R\$0,05	1.788.454.667	89.423	1.624.920.047	81.246
R\$0,10	1.861.761.448	186.176	1.708.504.950	170.850
R\$0,25	714.172.788	178.543	609.233.604	152.308
R\$0,50	620.583.913	310.292	536.190.768	268.095
R\$1,00	267.448.458	267.449	237.418.696	237.420
Moedas Comemorativas		536		447
TOTAL		49.931.066		37.668.836

O meio circulante apresentou, em 2002, um crescimento nominal de 32,5%, que, descontada a inflação medida pelo IPCA de 12,5%, indica um crescimento real de 17% - patamar que não era verificado desde 1997. Para este resultado contribuíram alguns fatores conjunturais que marcaram o ano de 2002: o desembolso das liberações extraordinárias do FGTS, a migração de recursos dos fundos de investimento financeiros para outras formas de aplicações financeiras, o volume de recursos movimentado para custeio do processo eleitoral e as incertezas dele decorrentes.

Nota 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto de:

- Patrimônio, que corresponde ao saldo registrado no ato da criação do Banco Central e aos resultados apurados pelo Banco até o exercício de 1987, atualizados monetariamente até dezembro de 1995;
- Reserva para Contingência constituída em consonância com o § 3º do art. 2º da MP 2.179, com o objetivo de reduzir o resgate de títulos da carteira do Banco e, em consequência, manter as condições adequadas à execução da política monetária;
- Reserva de Reavaliação, cuja variação no período decorreu da realização em 2002.

Nota 16 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS**a) o impacto e o custo fiscal de suas operações - Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º do art. 7º:**

O parágrafo único do art. 8º da Lei 4.595/64, com a redação dada pelo Decreto-Lei 2.376/87, prevê que “os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores”.

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pela Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art 7º O resultado positivo do Banco Central, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.”

De acordo com o inciso II do art. 2º da Medida Provisória 2.179/2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Assim, temos que:

- I. o resultado do Banco Central do Brasil considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- II. os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
- III. tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

Dessa forma, o Banco apresentou déficit de R\$5.980.299 no 3º trimestre e déficit no 4º trimestre no valor de R\$303.315. O resultado apurado no semestre após a reversão de reservas será coberto pelo Tesouro Nacional. Em conformidade com o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de noventa dias após o encerramento do semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

b) o custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional - Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiu, no terceiro trimestre de 2002, o montante de R\$17.482.982 e no quarto trimestre R\$1.211.900 (R\$18.694.882 no semestre).

c) o custo da manutenção das reservas cambiais - Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas e a taxa média de captação apurada no passivo do Banco.

No trimestre de outubro a dezembro, com um saldo médio diário de R\$133.523.700, as reservas internacionais apresentaram rentabilidade negativa de 5,4%, em função, principalmente, da apreciação do real no trimestre. Considerando que esta correção acarretou resultado positivo no passivo (3,3%), o resultado líquido das reservas foi negativo em 2,1% (R\$2.838.046).

Somado ao resultado do trimestre de julho a setembro, a rentabilidade das reservas no semestre foi positiva em 29,8%, equivalente a R\$ 14.831.596.

d) a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União - Lei de Responsabilidade Fiscal, §3º do art. 7º:

	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>	<u>Resultado</u>
3º Trimestre	<u>70.526.143.448</u>	<u>(70.138.395.817)</u>	<u>387.747.631</u>
Títulos da União	56.978.484.447	(29.251.655.206)	27.726.829.241
Títulos de Emissão Própria	13.547.659.001	(40.886.740.611)	(27.339.081.610)
4º Trimestre	<u>28.800.270.442</u>	<u>(15.887.543.823)</u>	<u>12.912.726.619</u>
Títulos da União	20.675.062.731	(13.725.349.798)	6.949.712.933
Títulos de Emissão Própria	8.125.207.711	(2.162.194.025)	5.963.013.686
TOTAL DO SEMESTRE	<u>99.326.413.890</u>	<u>(86.025.939.640)</u>	<u>13.300.474.250</u>

No quarto trimestre, o resultado positivo é, em grande parte, explicado pelos seguintes fatores:

- I - títulos da União - o resultado das operações com os títulos da União foi positivo no valor de R\$6.949.713, destacando-se as receitas com os juros, com correção cambial e com os descontos dos títulos prefixados contrapondo-se as despesas com ajuste a valor de mercado;
- II - títulos de emissão própria – o resultado líquido com títulos de emissão própria foi positivo no valor de R\$5.963.014 e decorreu, basicamente, das despesas líquidas com a atualização cambial e das despesas de juros com NBC.

Nota 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) situação financeira e atuarial:

A Lei 8.112/90 prevê, no § 1º do seu art. 185, que as aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores. Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO conterà anexo com a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos (art. 4º, § 2º, inciso IV.a).

O Banco Central, no âmbito do projeto de adaptação às normas internacionais de contabilidade, vem estudando o tratamento contábil mais adequado a ser dado à matéria. Enquanto isso, os valores específicos relativos aos seus servidores - ainda não apurados definitivamente - não estão sendo contabilizados, em consonância ao procedimento adotado pelas demais entidades da Administração Pública Federal.

b) divulgação:

As demonstrações financeiras do Banco Central estão disponíveis na internet no endereço www.bcb.gov.br.

Presidente: ARMINIO FRAGA NETO

Diretores: BENY PARNES, CARLOS EDUARDO DE FREITAS, EDISON BERNARDES DOS SANTOS, ILAN GOLDFAJN, LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO, SERGIO DARCY DA SILVA ALVES, TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI.

Chefe do Departamento de Administração Financeira: JEFFERSON MOREIRA
Contador - CRC-DF 7333

Parecer dos auditores independentes

Ao
Presidente e aos Diretores do
Banco Central do Brasil
Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2002 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, correspondentes ao período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2002, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das instituições financeiras em liquidação com as quais o Banco Central detém créditos a receber no montante de R\$ 27.880.891 mil, foram examinadas por outros auditores independentes. Para esses créditos foi constituída uma provisão para perdas na sua realização em montante de R\$ 8.969.737 mil, com base nas normas contábeis vigentes aplicáveis ao Banco Central do Brasil. Essas normas requerem a apuração do ativo líquido dessas instituições após dedução dos passivos preferenciais, obtidos daquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião quanto à suficiência da provisão para perdas sobre os créditos com as instituições em liquidação está baseada nas opiniões daqueles auditores sobre as demonstrações financeiras utilizadas como base para seu cálculo (Nota Explicativa nº 7).
2. Exceto quanto ao mencionado nos parágrafos 3 e 4, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco Central; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco Central, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13, o Banco Central passou a avaliar as contingências judiciais para registro de provisão para perda com base em sua expectativa de ocorrência. Tal processo de avaliação definiu que apenas as ações com decisão de mérito desfavorável, transitadas em julgado e aquelas com precatórios a pagar fossem provisionadas. Como consequência foi constituída provisão no valor de R\$ 572.423 mil. O processo de avaliação

deverá ser expandido para as ações pendentes de julgamento, porém na data de encerramento do balanço patrimonial, essa avaliação não havia sido concluída. Portanto, não foi praticável estender nossos procedimentos de auditoria para nos satisfazer quantos aos seus efeitos nas demonstrações financeiras.

4. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9-d, o Banco Central tem registrado saldos a receber e a pagar decorrentes de acerto de contas a ser efetuado entre essa autarquia, seus servidores, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e a Secretaria da Receita Federal - SRF, num montante líquido a receber de R\$ 344.332 mil, por força da Lei 9.650. Essa lei, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 45, de 25 de junho de 2002, determinou, entre outras providências, a forma de cálculo para o referido acerto de contas. Entretanto essa Medida Provisória foi rejeitada pelo Congresso Nacional em 12 de novembro de 2002, provocando suspensão de seus efeitos. Apesar de a apuração de contas ter sido concluída na vigência da referida Medida Provisória, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo, o qual tem competência para alterar a situação antes estabelecida. Dessa forma, somente após a publicação do decreto, é que será possível ser dado andamento ao efetivo acerto de contas.
5. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17, o Banco Central é responsável pelo pagamento das aposentadorias aos servidores aposentados a partir de 1991, que não participam do plano de previdência da CENTRUS. Esta obrigação, fundamentada na legislação que estabelece o Regime Jurídico Único - RJU, é liquidada em bases mensais a partir da dotação orçamentária prevista no Orçamento Administrativo. O Banco Central não registrou esta obrigação como passivo em decorrência do entendimento dos preceitos contidos na Lei Complementar 101/2000 que prevêem que essa obrigação atuarial deve ser objeto de avaliação no contexto da situação previdenciária dos servidores públicos federais em seu conjunto.
6. As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2002, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, que não divergem significativamente das práticas contábeis adotadas no Brasil. No decorrer do ano de 2002, com a aprovação do Conselho Monetário Nacional e com o objetivo de aproximar às melhores práticas internacionais, o Banco Central adotou certas alterações nessas práticas contábeis, principalmente com relação a: (i) Apropriação integral de despesa relativa às obrigações de cobertura de reservas atuariais junto a CENTRUS - Nota Explicativa nº 8 e (ii) Identificação e segregação da carteira de títulos levados ao vencimento com conseqüente adaptação de seu critério de avaliação para custo corrigido, - Nota Explicativa nº 6.

7. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, conforme mencionado no parágrafo 1 e exceto pelos ajustes que possam resultar dos assuntos discutidos nos parágrafos 3, 4 e 5, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2002 e o resultado de suas operações correspondente ao período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2002, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas específicas aplicáveis ao Banco Central do Brasil, descritas na Nota Explicativa nº 3.
8. As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre as mesmas emitimos um parecer com divisão de responsabilidade com os auditores independentes pelo mesmo assunto discutido no parágrafo 1, e com ressalva a respeito do assunto discutido no parágrafo 5.

10 de fevereiro de 2003

KPMG Auditores Independentes
CRC SP 014428/O-6 F

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC-SP 152.233-S-DF

Membros do Conselho Monetário Nacional (31-dezembro-2002)

Pedro Sampaio Malan
Ministro da Fazenda – Presidente

Guilherme Gomes Dias
Ministro do Orçamento e Gestão

Armínio Fraga Neto
Presidente do Banco Central do Brasil

Administração do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2002)**Diretoria Colegiada**

Armínio Fraga Neto
Presidente

Beny Parnes
Diretor

Carlos Eduardo de Freitas
Diretor

Edison Bernardes dos Santos
Diretor

Ilan Goldfajn
Diretor

Luiz Fernando Figueiredo
Diretor

Sérgio Darcy da Silva Alves
Diretor

Tereza Cristina Grossi Togni
Diretor

Secretaria Executiva da Diretoria

Secretário Executivo: Antônio Carlos Monteiro

Secretário da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional: Sérgio Albuquerque de Abreu e Lima

Secretário de Relações Institucionais: Gerson Bonani

Secretário de Projetos: Hélio José Ferreira

Consultores da Diretoria

Alexandre Pundek Rocha Alvir Alberto Hoffmann

Clarence Joseph Hillerman Junior Cláudio Jaloretto

Dalmir Sérgio Louzada Fernando Antônio Gomes

Hélio Mori José Pedro Ramos Fachada Martins da Silva

Katherine Hennings Luiz do Couto Neto

Marco Antonio Belém da Silva

Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2002)

Departamento de Administração Financeira (Deafi)

Ed.-Sede – 2º subsolo
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Jefferson Moreira*

Departamento de Auditoria Interna (Deaud)

Ed.-Sede – 15º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Eduardo de Lima Rocha*

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban)

Ed.-Sede – 18º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Antônio Marciano*

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec)

Ed.-Sede – 7º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Maria Ferreira de Carvalho*

Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiras (Decif)

Ed.-Sede – 18º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Ricardo Liao*

Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro (Defin)

Ed.-Sede – 14º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Sérgio Almeida de Souza Lima*

Departamento de Informática (Deinf)

Ed.-Sede – 2º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Antonio Eirado Neto*

Procuradoria-Geral (Dejur)

Ed.-Sede – 11º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Procurador Geral: *Carlos Eduardo da Silva Monteiro*

Departamento de Liquidação Extrajudiciais (Deliq)

Ed.-Sede – 11º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*

Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab)

Av. Pres. Vargas, 730 – 6º andar
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Chefe: *Sérgio Goldenstein*

Departamento de Administração de Recursos Materiais (Demap)

Ed.-Sede – 1º subsolo
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Belmivam Borges Borba*

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)

Ed.-Sede – 15º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Carlos Eduardo Sampaio Lofrano*

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)

Ed.-Sede – 16º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Luiz Edson Feltrim*

Departamento Econômico (Depec)

Ed.-Sede – 10º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Altamir Lopes*

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)

Ed.-Sede – 9º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Marcelo Kfoury Muinhos*

Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Organização (Depes)

Ed.-Sede – 18º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *João Antônio Fleury Teixeira*

Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)

Ed.-Sede – 5º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Daso Maranhão Coimbra*

Departamento de Planejamento e Orçamento (Depla)

Ed.-Sede – 13º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Clóvis Batista Dattoli*

Departamento da Dívida Externa e Relações Internacionais (Derin)

Ed.-Sede – 4º andar
SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *José Linaldo Gomes de Aguiar*

Departamento de Supervisão Indireta (Desin)

Ed.-Sede – 12º andar

SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *Vânio César Pickler Aguiar*

Departamento de Supervisão Direta (Desup)

Av. Paulista, 1804 – 14º andar

Cerqueira César

01310-922 São Paulo (SP)

Chefe: *Paulo Sérgio Cavalheiro*

Departamento do Meio Circulante (Mecir)

Av. Rio Branco, 30

20071-001 Rio de Janeiro (RJ)

Chefe: *José dos Santos Barbosa*

Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2002)**1ª Região – Gerência Administrativa em Belém (ABEL)**

Boulevard Castilhos França, 708 – Comércio
Caixa Postal 651
66010-020 Belém (PA)
Gerente Administrativo: *Maria de Fátima Moraes de Lima*

Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará,
Rondônia e Roraima

2ª Região – Gerência Administrativa em Fortaleza (ADFOR)

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 Fortaleza (CE)
Gerente Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*

Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí

3ª Região – Gerência Administrativa em Recife (ADREC)

Rua Siqueira Campos, 368 – Santo Antônio
Caixa Postal 1445
50010-010 Recife (PE)
Gerente Administrativo: *Pedro Rafael Lapa*

Jurisdição: Alagoas, Paraíba,
Pernambuco e Rio Grande do Norte

4ª Região – Gerência Administrativa em Salvador (ADSAL)

Av. Anita Garibaldi, 1211 – Ondina
Caixa Postal 44
40176-900 Salvador (BA)
Gerente Administrativo: *Godofredo Massarra dos Santos*

Jurisdição: Bahia e Sergipe

5ª Região – Gerência Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)

Av. Álvares Cabral, 1605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte (MG)
Gerente Administrativo: *José Roberto de Oliveira*

Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins

6ª Região – Gerência Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Gerente Administrativo: *Márcio Teixeira Silva*

Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro

7ª Região – Gerência Administrativa em São Paulo (ADSPA)

Av. Paulista, 1804 – Cerqueira César
Caixa Postal 8984
01310-922 São Paulo (SP)
Gerente Administrativo: *Fernando Roberto Medeiros*

Jurisdição: São Paulo

8ª Região – Gerência Administrativa em Curitiba (ADCUR)

Rua Marechal Deodoro, 568 – Centro

Caixa Postal 1408

80010-010 Curitiba (PR)

Gerente Administrativo: *Salim Cafruni Sobrinho*

Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

9ª Região – Gerência Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)

Travessa Araújo Ribeiro, 305 – Centro

Caixa Postal 919

90010-010 Porto Alegre (RS)

Gerente Administrativo: *José Afonso Nedel*

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Siglas

Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abras	Associação Brasileira de Supermercados
ACC	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio
ACE	Adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação nas fases pós-embarque
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADR	<i>American Depositary Receipts</i>
AFRMM	Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
Aladi	Associação Latino-americana de Integração
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anefac	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional de Petróleo
Apec	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (<i>Asian-Pacific Economic Cooperation</i>)
APR	Ativo ponderado pelo risco
Apex	Agência de Promoção de Exportações
Aqüicultura	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura
Avic II	<i>China Aviation Industry Corporation II</i>
Banespa	Banco do Estado de São Paulo S.A.
Banestado	Banco do Estado do Paraná S.A.
Basa	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BCBS	Comitê da Basiléia sobre Supervisão Bancária
BCE	Banco Central Europeu
BCRA	<i>Banco Central de la Republica Argentina</i>
BDR	<i>Brazilian Depositary Receipts</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BEC	Banco do Estado do Ceará S.A.
BEG	Banco do Estado de Goiás
BEM	Banco do Estado do Maranhão S.A.
BEP	Banco do Estado do Piauí S.A.
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina S.A.
BIB	<i>Brazil Investment Bonds</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BIT	bens de informática e telecomunicações
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESpar	BNDES Participações S. A.
BoJ	Banco do Japão

BOP	Balanço de pagamentos
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
bpd	Barris por dia
BPM5	5ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI
Cadin	Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CBE	Capitais Brasileiros no Exterior
CCI	Cédula de Crédito Imobiliário
CCR	Convênio de Créditos Recíprocos
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CDP	Certificados da Dívida Pública
CEF	Caixa Econômica Federal
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco
Cemar	Companhia Energética do Maranhão
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-americano
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Cetes	Certificados do Tesouro
CFT-E	Certificado Financeiro do Tesouro - Série E
CGFS	Comitê sobre o Sistema Financeiro Global
CGFX	Comitê sobre Ouro e Moedas Estrangeiras
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIR	Sistema do Meio Circulante
CMC	Conselho do Mercado Comum
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNC	Comitê de Negociações Comerciais
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cofix	Comissão de Financiamento Externo
Compe	Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis
Cofins	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Concex	Conselho Nacional do Comércio Exterior
Copom	Comitê de Política Monetária
Cosif	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPIS	Pesquisa Coordenada sobre Investimentos em Portfólio (<i>Coordinated Portfolio Investment Survey</i>)
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira
CPR	Cédulas de Produto Rural
CPSS	Comitê sobre Sistemas de Pagamentos e de Recebimentos
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DDP	<i>Delivery Duty Paid</i>
DAX	<i>Deutscher Aktienindex</i>
DDU	<i>Delivery Duty Unpaid</i>
Demab	Departamento de Operações do Mercado Aberto

DES	Direitos Especiais de Saque
DI	Depósito Interbancário
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DJIA	<i>Dow Jones Industrial Average</i>
DNCN	<i>Dirección Nacional de Cuentas Nacionales</i>
DOU	Diário Oficial da União
DR	Duplicata Rural
EBI	Estatísticas Bancárias Internacionais
EC	Emenda Constitucional
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EFF	<i>Extended Fund Facility</i>
EGF	Empréstimos do Governo Federal
EGF/SOV	Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Emgea	Empresa Gestora de Ativos
EMI	Estimador Mensal Industrial
EUA	Estados Unidos da América
Fahbre	Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBC	Formação bruta de capital
FCDF	Fundo Constitucional do Distrito Federal
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
Fecomercio SP	Federação de Comércio do Estado de São Paulo
Fed	<i>Federal Reserve</i>
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fiex	Fundos de Investimento no Exterior
FIF	Fundos de Investimento Financeiro
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
Finame Agrícola	Agência Especial de Financiamento Industrial - Agrícola
FITVM	fundos de investimento em títulos e valores mobiliários
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Fundos mútuos de privatização
FMP-FGTS	Fundos Mútuos de Privatização com recursos do FGTS
FMP-FGTS-CL	Fundos Mútuos de Privatização Carteira Livre
FPE	Fundos de Participação dos Estados
FSAP	Programa de Avaliação do Sistema Financeiro
FSF	Fórum de Estabilidade Financeira
FSI	Instituto de Estabilidade Financeira
FSSA	Avaliações de Estabilidade do Sistema Financeiro
FTSE 100	<i>Financial Times Securities Exchange Index</i>
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Funcex	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

Gafi	Grupo de Ação Financeira
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
Getar 69	Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC 69/2000
GFSR	Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GMC	Grupo Mercado Comum
GTDC	Grupo Técnico de Defesa Comercial
HIPC	
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores
ICMS	Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
ICV	Índice de Custo de Vida
IDU	<i>Interest Due and Unpaid</i>
IED	Investimento estrangeiro direto
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IFO	<i>Institute for Economic Research</i>
IFT	Informações Financeiras Trimestrais
IGP-10	Índice Geral de Preços - 10
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
II	Imposto de Importação
IIC	Índice de Intenção do Consumidor
IIF	<i>Institute of International Finance</i>
Imacec	Indicador mensal de atividade econômica
INA	Indicador do Nível de Atividade
INCC	Índice Nacional do Custo da Construção
Indec	<i>Instituto Nacional de Estadística Y Censos</i>
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Insee	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários
Iosco	<i>International Organization of Securities Commissions</i>
IPA	Índice de Preços por Atacado
IPA-DI	Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna
IPC	<i>Índice de Precios ao Consumidor</i>
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-Br	Índice de Preços de Consumidor - Brasil
IPC-Fipe	Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IPCH	Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
Ipim	Precios Internos al por Mayor
IPP	Índice de Preços ao Produtor

IRB-Brasil Re	Instituto de Resseguros do Brasil
IRPF	Imposto de Renda das Pessoas Físicas
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
Isac	Índice Sintético de Atividade de Construção
Isae	<i>Istituto di Studi e Analisi Economica</i>
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
ITR	Imposto Territorial Rural
JBIC	<i>Japan Bank for International Cooperation</i>
KFW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
LCI	Letra de Câmbio Imobiliária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
LFT-A	Letras Financeiras do Tesouro - Série A
LFT-B	Letras Financeiras do Tesouro - Série B
LGN	Líquidos de gás natural
Libor	<i>London Inter-Bank Offered Rate</i>
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
LTN	Letras do Tesouro Nacional
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
mbd	Mil barris/dia
MCR	Manual de Crédito Rural
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Minifaz	Ministério da Fazenda
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MP	Medida Provisória
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTE	Memorando Técnico de Entendimentos
MYDFA	<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i>
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
Nasdaq	<i>National Association of Securities Dealers Automated Quotations</i>
NBCE	Nota do Banco Central - Série E
NBCF	Nota do Banco Central - Série F
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
Nesh	Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias
NFSP	Necessidades de financiamento do setor público
NPR	Nota Promissória Rural
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
NTN-D	Nota do Tesouro Nacional - Série D
NTN-H	Nota do Tesouro Nacional - Série H
NTN-P	Nota do Tesouro Nacional - Série P

NVE	Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística
NYSE	Bolsa de Valores de Nova York
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial de Comércio
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
p.b.	Pontos básicos
p.p.	Pontos percentuais
PAE	Posto de Atendimento Bancário Eletrônico
PAF	Programa de Assistência Financeira
Paraiban	Banco do Estado da Paraíba
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PEP	Prêmios de Escoamento de Produção
Pesa	Programa Especial de Saneamento de Ativos
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Posição Internacional de Investimento
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário
PIS	Plano de Integração Social
PLA	Patrimônio líquido ajustado
PLE	Preços de Liberação de Estoques Públicos
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMI	<i>Purchasing Managers Index</i>
PMSS	Programa de Modernização do Setor Saneamento
PND	Programa Nacional de Desestatização
PPT	Programa Prioritário de Termoelectricidade
PR	Patrimônio de Referência
PRGF	<i>Proverty Reduction Growth Facility</i>
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Proazem	Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais
Procacau	Programa de Apoio ao Desenvolvimento a Cacaicultura
Procaju	Programa de Desenvolvimento da Cajucultura
Procera	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
Prodamel	Programa de Desenvolvimento da Apicultura
Prodecap	Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura
Prodecer III	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – 3a fase
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Prodeflor	Programa de Desenvolvimento Sustentado da Floricultura
Prodetur	Programas de turismo
Prodevinho	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura
Proer	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Proes	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
Profruta	Programa de Apoio à Fruticultura
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proger Rural	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
Proirriga	Programa de Apoio à Agricultura Irrigada
Proleite	Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Propasto	Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas
Propflora	Programa de Plantio Comercial de Florestas
Prosolo	Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RDB	Recibo de Depósito Bancário
RDE	Registro Declaratório Eletrônico
RDE-ROF	Registro Declaratório Eletrônico - Registro de Operações Financeiras
Recof	Regime Aduaneiro Especial e Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado
Recoop	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
Refis	Programa de Recuperação Fiscal
Repetro	Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural
RLA	Reservas internacionais líquidas ajustadas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
ROF	Registro de Operações Financeiras
ROSC	Relatórios de Observância de Códigos e Padrões
S&P	<i>Standard and Poor's</i>
S.A.	Sociedade Anônima
S.M.	Salário mínimo
Saelpa	S.A. de Eletrificação da Paraíba
SBA	Acordo <i>Stand-By</i>
SBCE	Seguradora Brasileira de Créditos à Exportação
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCOOP	Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis
SDDS	Padrão Especial de Disseminação de Dados
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
Simples	Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
Sisbacen	Sistema de Informações Banco Central
Siscomex	Sistema Integrado do Comércio Exterior
Sisvárzea	Programa de Sistematização de Várzeas
SIUP	Serviços industriais de utilidade pública
SPB	Sistema de Pagamento Brasileiro

SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPE	Secretaria de Política Econômica
SRF	Secretaria da Receita Federal
SRF	Suplementação de Reservas (<i>Supplemental Reserve Facility</i>)
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STR	Sistema de Transferência de Reservas
Susep	Superintendência de Seguros Privados
TBF	Taxa Básica Financeira
TEA	Transferência Eletrônica Agendada
TEC	Tarifa Externa Comum
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TMT	Telecomunicações, mídia e tecnologia
TPA	<i>Trade Promotion Authority</i>
TR	Taxa Referencial
Trips	<i>Trade Related Intellectual Property</i>
UCI	Utilização da capacidade instalada
UE	União Européia
Unicad	Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central
VSR	Valores Sujeitos a Recolhimento
WEO	Perspectivas da Economia Mundial

FICHA DE ASSINATURA

 <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL</p> <p>CGC: 00.038.166/0001-05</p> <p>NOME DO MANUAL / NAME OF MANUAL</p> <p><input type="checkbox"/> NOVA / NEW</p> <p><input type="checkbox"/> RENOVACÃO / RENEWAL</p>		<p>USO DO DEMAP / FOR INTERNAL USE ONLY</p>	
<p>USO DO BACEN / FOR INTERNAL USE ONLY</p>		<p>USO DO BACEN / FOR INTERNAL USE ONLY</p>	
<p>NOME / NAME</p>		<p>PARTIDA N°</p>	
<p>ENDEREÇO / ADDRESS</p>		<p>VALOR (R\$)</p>	
<p>CIDADE / CITY</p>		<p>CARIMBO E ASSINATURA</p>	
<p>UF / STATE</p>		<p>DATA</p>	
<p>CEP / ZIP CODE</p>		<p>FAX</p>	
<p>PAÍS / COUNTRY</p>		<p>RAMAL / EXTENSION</p>	
<p>TEL. / PHONE</p>		<p>CONTATO / CONTACT</p>	
<p>DDD</p>		<p>OBS.:</p>	
<p>DATILOGRAFAR INFORMAÇÕES / INFORMATION: PRINT OR TYPE</p>		<p>INSTRUÇÕES AO ASSINANTE / INSTRUCTIONS</p>	

NOS ESTADOS - PAGAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / STATES - PAYMENTS / EXPLANATION

UNIDADE	ENDEREÇO
ADBEL/ABEL - ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E RORAIMA	AV. CASTILHOS FRANÇA, 708 - 9º ANDAR - TEL.: (91) 242-8304 E 242-7526 66010-020 - BELÉM-PA
ADFOR/GERAD - CEARÁ, MARANHÃO E PIAUÍ	AV. HERÁCLITO GRAÇA, 273 - 4º ANDAR - CENTRO - C.P. 891 - TEL.: (85) 211-5436 60140-061 - FORTALEZA-CE
ADREC/GERAD - ALAGOAS, PARAIBA, PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE	RUA AURORA, 1259 - BAIRRO SANTO AMARO - TEL.: (81) 425-4289 50040-090 - RECIFE-PE
ADSA/ADSAL - BAHIA E SERGIPE	AV. GARIBALDI, 1.211 - 3º ANDAR - ED. CENTRAL PINHEIRO ONDINA C.P. 44 - TEL.: (71) 203-4658 40176-900 - SALVADOR-BA
ADBHO/GTBHO - MINAS GERAIS, GOIÁS E TOCANTINS	AV. ALVARES CABRAL, 1.605 - TERREO/PROTOCOLO - TEL.: (31) 253-7180 E 253-7002 30170-001 - BELO HORIZONTE-MG
SECRE/GRJA - RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 730 - SUBSOLO - C.P. 495 - TEL.: (21) 216-2108 E 216-2370 20071-001 - RIO DE JANEIRO-RJ
ADSPA/COAFI - SÃO PAULO	AV. PAULISTA, 1.804 - 10º ANDAR - ALA PAULISTA - BELA VISTA - C.P. 8.984 - TEL.: (11) 252-1220 E 252-1320 01310-922 - SÃO PAULO-SP
ADCUR/ADCUR - PARANÁ, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	RUA MAL. DEODORO, 558 - 1º ANDAR - C.P. 1.408 - TEL.: (41) 321-2861 E 321-2862 80010-010 - CURITIBA-PR
GERAD/ADPAL/COPEF - RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA	RUA SETE DE SETEMBRO, 586 - SALA 702 - C.P. 919 - TEL.: (51) 215-7167 E 215-7194 90010-190 - PORTO ALEGRE-RS
SEDE - DISTRITO FEDERAL	DEMAP/DISUD/PROTOCOLO - ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO SBS - ED.-SEDE - Q. 3 - BLOCO B - 2º SUBSOLO - TEL.: (61) 414-2482 E 414-2522 70074-900 - BRASÍLIA-DF
CONTROLE GERAL DE ASSINATURAS/GENERAL SUBSCRIBERS RECORD	BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEMAP/DISUD/SUBP SBS - ED.-SEDE - Q. 3 - BLOCO B - 2º SUBSOLO - C. P. 8670 - TEL.: (61) 414-2743 E 414-3165 70074-900 - BRASÍLIA-DF
e-mail: dsund.demrap@bcb.gov.br	

INSTRUÇÕES AO ASSINANTE / INSTRUCTIONS

- 1 - A ASSINATURA INICIAL COMPREENDE O RECEBIMENTO DO MANUAL E SUAS ATUALIZAÇÕES SUBSEQUENTES, PELO PERÍODO DE UM ANO.
- 1 - THE INITIAL SUBSCRIPTION COVERS THE MANUAL ITSELF AND SUBSEQUENT UPDATES FOR A PERIOD OF ONE YEAR.
- 2 - A RENOVAÇÃO DE ASSINATURA POSSIBILITA O RECEBIMENTO DAS ATUALIZAÇÕES ULTERIORES, PELO PERÍODO DE UM ANO.
- 2 - SUBSCRIPTION RENEWAL ENTITLES THE SUBSCRIBER TO UPDATES FOR AN ADDITIONAL PERIOD OF ONE YEAR.
- 3 - O NÃO PAGAMENTO DA TAXA DE RENOVAÇÃO IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA DAS ATUALIZAÇÕES DO MANUAL, ARCANDO O ASSINANTE COM OS PREJUÍZOS QUE LHE ADVIEREM EM DECORRÊNCIA.
- 3 - FAILURE TO PAY THE RENEWAL FEE WILL RESULT IN SUSPENSION OF REMITTANCES, IN WHICH CASE THE SUBSCRIBER WILL BE RESPONSIBLE FOR ANY ADVERSE CONSEQUENCES.
- 4 - PAGAMENTO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, NOS ENDEREÇOS ACIMA.
- 4 - PAYMENT SHOULD BE MADE BY CHECK TO "BANCO CENTRAL DO BRASIL."